



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 219 - SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^a - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^a - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^a - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB) - 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 201ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE DEZEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 1.241, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando voto de louvor ao escritor Mário Quintana por ocasião da comemoração do centenário do seu nascimento. Usam da palavra os Srs. Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon.

37645

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.....

37660

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.....

37671

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.....

37675

Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2006 (nº 7.028/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Ministério Público Federal, os imóveis que especifica, de propriedade do Município do Rio de Janeiro.

37680

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 502 a 504, de 2006, lidos anteriormente, perante a Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional, que apreciará as matérias em caráter terminativo, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

37683

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.242, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a retirada do Recurso nº 14, de 2006, interposto ao Plenário, referente à tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006. **Deferido.**

37683

1.2.5 – Ofício

Nº 291/2006, de 6 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

37683

1.2.6 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 585/2006, de 6 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo oferecido por esta Casa ao Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, da Câmara dos Deputados (Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2005, nessa Casa), que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, revoga a Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002, e dá outras providências.

37684

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 245, de 2006 (nº 1.034/2006, na origem), de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República, encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de outubro de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

37684

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

37684

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Registro da aprovação, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Transcrição nos Anais de entrevista de Vint Cerf, um dos fundadores da Internet.....	37684	Câmara nº 46, de 2006 (nº 5.191/2005, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.....	37767
SENADOR CÉSAR BORGES – Registro da aprovação, ontem, pela Câmara, do nome do baiano Aroldo Cedraz, para compor o Tribunal de Contas da União. Cumprimentos ao TCU pela pronta ação ao suspender os efeitos da licitação na Companhia de Docas, na Bahia. O caos aéreo no Brasil.....	37688	Nº 1.261, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinquenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO).....	37779
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificação de voto de solidariedade à menina Jussara, que quase 30 horas no aeroporto, até conseguir embarcar para sua cidade. Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito do caos aéreo no Brasil.....	37694	1.2.12 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos Nº 290/2006, de 5 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, em reunião realizada naquela data.	37787
1.2.9 – Leitura de projetos Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei de Inelegibilidades para regular o afastamento de servidor público candidato a cargo eletivo.	37748	1.2.13 – Comunicações da Presidência Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	37787
Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.	37751	Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.	37787
Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que autoriza a utilização da internet como veículo de comunicação oficial.	37752	Em cumprimento às recomendações constantes do Relatório Final nº 3, de 2006-SF, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, criada mediante o Requerimento nº 245, de 2004-SF, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, a Presidência, no dia 8 de novembro último, expediu ofícios às autoridades citadas no referido Relatório, encaminhando-lhes um exemplar do referido documento.	37787
Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Código de Processo Civil, extinguindo o recurso de embargos de declaração e criando, em seu lugar, o incidente de correção de decisões judiciais.	37756	Abertura do prazo de trinta dias, a partir do recebimento do Relatório Final nº 3, de 2006, lido anteriormente, para as providências previstas na referida lei.	37787
1.2.10 – Leitura de indicação Nº 11, de 2006, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA).....	37761	1.2.14 – Ofício do Governador, em exercício, do Estado do Amapá Nº 157/2006, de 22 de novembro último, em atendimento ao Ofício nº 603, de 2006, ratificando os termos do Ofício nº 446, de 2006-SEDDS, de 2 de outubro último, assinado pelo Secretário Especial de Desenvolvimento da Defesa Social.	37790
1.2.11 – Pareceres Nº 1.258, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (nos termos do Requerimento nº 265, de 2005, de audiência).	37762	1.2.15 – Ofício do Embaixador do Brasil na Itália Nº 41/2006, de 27 de outubro último, agraciando a remessa do Relatório Final nº 4, de 2006-CN, sobre a Emigração Ilegal de brasilei-	

ros, e comunicando as providências que serão adotadas.	37790	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos.	37792
1.2.16 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça		Nº 1.247, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade à menina Jussara, de 10 anos, que passou quase 30 horas no aeroporto internacional de Brasília, para uma viagem a Belém, depois de ser entregue à GOL, que não deu qualquer informação à família da criança.	37793
Nº 1.641/2006, de 14 de novembro último, agradecendo o recebimento do Relatório Final nº 3, de 2006-SF, da CPMI destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens.	37791	1.3 – ORDEM DO DIA	
1.2.17 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União		Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Nº 1.376/2006, de 13 de novembro último, registrando o recebimento do Relatório Final nº 3, de 2006-SF, da CPMI destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, autuado como processo nº TC-026.125/2006-9 e remetido à unidade técnica.	37791	Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006), que altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, e dá outras providências. Aprovado, após Parecer 1.257, de 2006-PLEN , proferido pelo Senador Romero Jucá (Relator Revisor). À sanção.	37794
1.2.18 – Ofício da Procuradora-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe		Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Nº 285/2006, de 29 de novembro último, acusando o recebimento do Relatório Final nº 5, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, informando que encaminhou um exemplar ao referido relatório ao Promotor de Justiça do Núcleo da Defesa da Cidadania e ao Promotor de Justiça Coordenador do Grupo de Combate ao Crime Organizado em Sergipe.	37791	Medida Provisória nº 318, de 2006), que abre crédito extraordinário no valor global de oitocentos e cinqüenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica. Apreciação sobrestanda, por falta de acordo entre as lideranças partidárias.	37800
1.2.19 – Mensagem do Presidente da República		Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Nº 246, de 2006 (nº 1.049/2006, na origem), de 6 do corrente, comunicando que se ausentará do país nos dias 8 e 9 de dezembro de 2006, a fim de participar da II Cúpula de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Cochabamba, Bolívia.	37791	Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006), que institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências. Apreciação sobrestanda.	37800
1.2.20 – Leitura de requerimentos			
Nº 1.243, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando que o Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2006, seja encaminhado ao Plenário para sua apreciação. Aprovado.	37791		
Nº 1.244, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Correio Braziliense , vencedor do Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho, da Embratel, com a série de reportagens sobre a chamada Máfia das Ambulâncias.....	37792		
Nº 1.245, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Renato Guerreiro, pelo lançamento de livro da Editora Universidade Estácio de Sá, com seu depoimento acerca de um dos mais significativos acontecimentos brasileiros: a revolução nas telecomunicações.	37792		
Nº 1.246, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a alteração da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006, para que ele seja apreciado na seguinte ordem:			

Item 4 (Proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006), que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1988, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.893, de 13 de julho de 2004, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 10.893, de 13 de julho de 2004; e dá outras providências. **Apreciação sobrestanda.**

37801

Item 5 (Proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006), que acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências. **Apreciação sobrestanda.**

37801

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 322, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestanda.**

37801

Item 7 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 323, de 2006, que autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde – OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose – Cicom/Unitaid, no valor de até treze milhões e duzentos mil reais. **Apreciação sobrestanda.**

37801

Item 8 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 324, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de um bilhão, quinhentos e quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais, para os fins que especifica.

Apreciação sobrestanda.

37801

Item 9 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006. **Apreciação sobrestanda.**

37802

Item 10

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestanda.**

37802

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Apreciação sobrestanda.

37802

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestanda.**

37802

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social). **Apreciação sobrestanda.**

37802

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição. **Apreciação sobrestada.**

37802

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais. **Apreciação sobrestada.**

37804

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

37804

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais). **Apreciação sobrestada.**

37804

Item 22

Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias. **Apreciação sobrestada.**

37804

Item 23

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências” (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas). **Apreciação sobrestada.**

37804

Item 24

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito). **Apreciação sobrestada.**

37804

Item 25

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. **Apreciação sobrestada.**

37804

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos. **Apreciação sobrestada.**

37802

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos. **Apreciação sobrestada.**

37803

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos. **Apreciação sobrestada.**

37803

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrício, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006. **Apreciação sobrestada.**

37803

Item 19 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que acrescenta artigo ao

Item 26

Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.....**..... 37805

Item 27

Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. **Apreciação sobrerestada.....**..... 37805

Item 28

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.....**..... 37805

Item 29

Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **Apreciação sobrerestada.....**..... 37805

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação sobrerestada...**..... 37805

Item 31

Requerimento nº 1.163, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino), solicitando que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança. **Apreciação sobrerestada.....**..... 37805

Item 32 (Matéria a ser declarada prejudicada)

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a

profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. **Apreciação sobrerestada.....**..... 37805

Item 33 (Matéria a ser declarada prejudicada)

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal. **Apreciação sobrerestada.....**..... 37805

1.3.1 – Discursos apóis a Ordem do Dia

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem pelos 30 anos da morte do ex-Presidente João Goulart..... 37806

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Aniversário de morte do ex-Presidente da República, João Goulart..... 37810

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Aprovação na Comissão de Assuntos Sociais do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 268, de 2002, que ficou conhecido como Ato Médico..... 37812

SENADOR EDISON LOBÃO – Conclama o governo brasileiro a tirar proveito do panorama econômico global extremamente favorável ao crescimento e à estabilização econômica. 378015

1.3.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 488/2006, de 4 do corrente, confirmando o comparecimento de S.Exa. ao Plenário desta Casa, às 15 horas do dia 20 de dezembro de 2006, em atenção ao Requerimento nº 1.144, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres..... 37816

1.3.3 -Comunicações da Presidência

Com referência ao Aviso do Ministro de Estado da Fazenda lido anteriormente, nos termos do inciso V do art. 398 do Regimento Interno, a sessão do dia 20 próximo, a realizar-se às quinze horas, será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade. As inscrições para interpelações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda estão abertas a partir de hoje. 37816

A homenagem aos dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 1996, que estava anteriormente marcada para o período do Expediente da sessão do próximo dia 20 de dezembro, será realizada no dia 19..... 37816

Designação de membros para comporem a Comissão Temporária criada nos termos do Requerimento nº 1.222, de 2006, destinada a acompanhar junto ao Ministério da Defesa e ao Comando da Aeronáutica, as razões da grave crise por que passa, neste momento, a aviação civil brasileira e

as efetivas providências que estão sendo encaminhadas para solucioná-la.....	37816
Designação do Senador João Alberto Souza, Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2006 (Medida Provisória nº 320, de 2006); e do Senador Edison Lobão, Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2006 (Medida Provisória nº 321, de 2006).....	37816
1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)	
SENADOR HERACLITO FORTES – Críticas à Medida Provisória nº 320, de 2006, que regulamenta a instituição dos portos secos no Brasil, mas elimina a licitação pública para essas concessões.....	37817
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Anúncio da criação, pelo governador Simão Jatene, do Estado do Pará, da maior área ambiental protegida por lei do planeta.....	37819
SENADOR MÃO SANTA – Apresentação de dados do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que mostra uma queda no número de alunos que concluem o ensino fundamental.	37822
SENADOR VALDIR RAUPP – Questionamentos sobre a política de estabilidade de preço do governo federal que inibe o desenvolvimento econômico. Cobranças de maiores investimentos em diversos setores da economia.	37825
1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Expectativa em torno do que poderá ser o novo Governo Lula. Considerações sobre o descaso e a imprevidência do Governo com relação ao gás. Saudações à iniciativa do editor Léo Christiano Soares Alsina pela publicação do livro intitulado <i>“Mineração no Brasil: história e seus grandes vultos”</i> . A aprovação do PLC nº 51, de 2006, de iniciativa do Governo Lula, que põe fim à impenhorabilidade do imóvel considerado bem de família.	37828
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada <i>“Rede ligada a amigo de Lula ganha 21 vezes mais na atual gestão”</i> , publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 20 de setembro último.	37833
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a matéria intitulada <i>“Delegado acusa PF de</i>	

<i>‘abafa’ no caso do dossier”</i> , publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 2 de novembro último.....	37834
SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Registro da matéria intitulada <i>“Gasto ‘sigiloso’ da Presidência soma R\$ 3,6 mi”</i> , publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 10 de outubro último.	37836
SENADOR LEONEL PAVAN – Comentário sobre a matéria intitulada <i>“O alerta global”</i> , publicada na revista Veja , edição de 8 de novembro último.	37837
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 2.360 a 2.388, de 2006.	37840
3 – TERMOS DE REUNIÃO	
Referentes a Votos Totais e Parciais nºs 14 a 17, apostos aos Projetos de Lei do Senado nºs 85, de 2001 e 230, de 2003, e aos Projetos de Lei de Conversão nºs 9 e 18, de 2006.	37855
<u>SENADO FEDERAL</u>	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 52ª LEGISLATURA	
5 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 201ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 7 de dezembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Sérgio Zambiasi, Pedro Simon, Romeu Tuma, José Maranhão, Edison Lobão, Valdir Raupp e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 7/12/2006 07:38:28 até 7/12/2006 20:01:11

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SÉRYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

Compareceram: 58 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.241, DE 2006**Requer Voto de Louvor ao escritor Mário Quintana por ocasião da comemoração do centenário do seu nascimento.**

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a declaração de Voto de Louvor ao Escritor Mário Quintana, por ocasião do centenário de seu nascimento, no dia 30-7-2006.

Justificação

Mário Quintana nasceu em 30-7-1906 na cidade de Alegrete/RS e, no decorrer do presente ano, completaria 100 anos. Entretanto, o ilustre escritor gaúcho faleceu em 1994.

Por execrar a chatice, a longuidão, é que o escritor adorava a síntese. Mário inicia, na infância, o aprendizado da língua francesa, idioma muito usado em sua casa. Conclui o curso primário, na escola do português Antônio Cabral Beirão. Em 1919 vai estudar, em regime de internato, no Colégio Militar de Porto Alegre. É quando começa a traçar suas primeiras linhas e publica seus primeiros trabalhos na revista **Hyloea**, da Sociedade Cívica e Literária dos Alunos do Colégio Militar.

Cinco anos depois, sai da escola e vai trabalhar como caixeiro (atendente) na Livraria do Globo, contrariando seu pai, que queria o filho doutor. Mas Mário permanece por lá nos três meses seguintes. Aos 17 anos, publica um soneto em jornal de Alegrete, com o pseudônimo JB. O poema era tão bom que seu Celso queria contar que era pai do poeta.

Em 1925, retorna a Alegrete e passa a trabalhar na farmácia de propriedade de seu pai. Nos dois anos seguintes, a tristeza marca a vida do jovem Mário: a perda dos pais. Primeiro sua mãe, em 1926, e no ano seguinte, seu pai. Mas a alegria também não estava ausente e se mostra na premiação do concurso de contos do jornal **Diário de Notícias** de Porto Alegre com “A Sétima Passagem” e na publicação de um de seus poemas na revista carioca **Para Todos**, de Alvaro Moreyra.

Aos 23 anos, vai para a redação do jornal **O Estado do Rio Grande** traduzir telegramas e redigir uma seção chamada **O Jornal dos Jornais**. O veículo era comandado por Raul Pilla, sendo considerado por Quintana como seu melhor patrão.

A **Revista do Globo** e o **Correio do Povo** publicam seus versos, em 1930, ano em que eclode o movimento liderado por Getúlio Vargas e **O Estado do Rio Grande** é fechado. Quintana parte para o Rio de Janeiro e torna-se voluntário do 7º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre. Seis meses depois, retorna à capital gaúcha e reinicia seu trabalho na redação de **O Estado do Rio Grande** já reaberto.

Em 1934, a Editora Globo lança a primeira tradução feita por Mário. Trata-se de uma obra de Giovanni Papini, intitulada **Palavras e Sangue**. A partir daí, segue-se uma série de obras francesas traduzidas para a Editora Globo. O poeta é responsável pelas primeiras traduções, no Brasil, de obras de autores do quilate de Voltaire, Virginia Woolf, Charles Morgan, Marcel Proust, entre outros.

Após dois anos, ele deixa a Editora Globo e transfere-se para a Livraria do Globo, onde vai trabalhar com Érico Veríssimo, que lembra de Quintana justamente pela fluência na língua francesa. Nessa época, seus textos publicados na revista **Ibirapuitan** chegam ao conhecimento de Monteiro Lobato, que pede ao poeta gaúcho uma nova obra. Quintana escreve, então, **Espelho Mágico**, que só é publicado em 1951, com prefácio de Lobato.

Na década de 40, Quintana é alvo de elogios dos maiores intelectuais da época e recebe uma indicação para a Academia Brasileira de Letras, que nunca se concretizou.

Como colaborador permanente do **Correio do Povo**, Mário Quintana publica, semanalmente, **Do Caderno H**, que, conforme ele mesmo, se chamava assim, porque era feito na última hora, na hora “H”.

Em agosto de 1966, o poeta é homenageado na Academia Brasileira de Letras, pelos ilustres Manuel Bandeira e Augusto Meyer. Neste mesmo ano, sua obra **Antologia Poética** recebe o Prêmio Fernando Chinaglia de melhor livro do ano. No ano seguinte, vem o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre. Esta homenagem, concedida em 1967, e uma placa de bronze eternizada na praça principal de sua terra natal, Alegrete, no ano seguinte, sempre eram citadas por Mário como motivo de orgulho. Nove anos depois, recebe a maior condecoração do Governo do Rio Grande do Sul: a medalha Negrinho do Pastoreio.

Na década de 1980, o poeta recebe diversas honrarias, entre elas: o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra e, em 1981,

reverência pela Câmara de Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviços de Passo Fundo, durante a Jornada de Literatura Sul-rio-grandense, de Passo Fundo.

Em 1982, recebe o título de **Doutor Honoris Causa**, concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Oito anos depois, outras duas universidades, a Unicamp, de Campinas (SP), e a Universidade Federal do Rio de Janeiro concedem o mesmo tipo de honraria a Mário Quintana. Mas talvez a mais importante tenha vindo em 1983, quando o Hotel Majestic, onde o poeta morou de 1968 a 1980, passa a chamar-se Casa de Cultura Mário Quintana. A proposta do então deputado Ruy Carlos Ostermann obteve a aprovação unânime da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

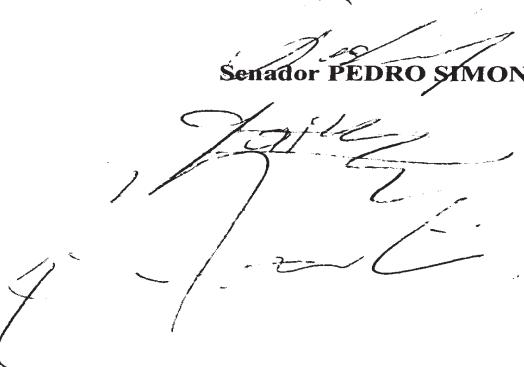
Nos 80 anos de Mário Quintana, a Editora Globo lança a coletânea 80 Anos de Poesia. Em 1989, é eleito o Príncipe dos Poetas Brasileiros, pela Academia Nilo-politana de Letras, Centro de Memórias e Dados de Nílópolis e pelo jornal carioca **A Voz**. Em 1992, A Rua dos Cataventos tem uma edição comemorativa aos 50 anos de sua primeira publicação, patrocinada pela Ufrgs.

Em 5 de maio de 1994, aos 88 anos, Mário Quintana nos deixa para enriquecer o céu com suas belas poesias.

As palavras de Mário sobre ele mesmo:

“Nasci em Alegrete, em 30 de julho de 1906. Creio que foi a principal coisa que me aconteceu. E agora pedem-me que fale sobre mim mesmo. Bem! Eu sempre achei que toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Minha vida está nos meus poemas, meus poemas são eu mesmo, nunca escrevi uma vírgula que não fosse uma confissão. Ah! mas o que querem são detalhes, cruezas, fofocas... Ái vai! Idades só há duas: ou se está vivo ou morto. Neste último caso é idade demais, pois foi-nos prometida a Eternidade”.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006.


Senador PEDRO SIMON.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon foi o primeiro autor desse requerimento, e, com muito orgulho, o Senador Zambiasi e eu assinamos em seguida.

Senador Simon, sei que a sua intenção – V. Ex^a havia conversado conosco – é realizar uma sessão de homenagem especial a Mário Quintana. E V. Ex^a, juntamente com o Senador Zambiasi – e, naturalmente, com a minha participação –, transformaram-na, devido ao momento pelo qual passamos, numa sessão de lembrança do grande Mário Quintana, via este voto de louvor.

Senador Simon e Senador Zambiasi, eu estava ansioso para vir à tribuna. Vou falar um pouco – V. Ex^as conhecem o assunto – sobre uma conversa que tive com o Júnior, que é meu filho menor, quando ele me contava como foi a aula, na escola dele, em relação ao centenário de Mário Quintana.

Sr. Presidente, todos nós aqui temos muita convicção de que o nosso Rio Grande, terra do nosso querido Mário Quintana, é um Estado de belas praias, tanto ao norte quanto ao sul, nas quais sempre lá estamos, até porque os três acabamos passando o veraneio ali, nas praias da região norte do Estado.

O povo gaúcho gosta muito do verão, mas também gostamos muito do inverno. Senador Simon, numa dessas noites frias, em que o minuano se confundia com a neve que caía, eu estava lá, à beira de um fogão à lenha; eu estava ali, assando o velho pinhão, que é fruto da nossa árvore chamada araucária. E conversava com o Júnior. Ele, todo animado, quando lhe perguntei como estava a escola, disse-me: “Pai, espera um pouco que vou buscar uns papéis pra te mostrar”. Voltou em seguida e, louco para falar, disse-me, em tom muito sério, que o assunto era sobre um diamante que ele havia conhecido na escola. E eu, de pronto, disse-lhe: “O diamante, de fato, é uma pedra de grande valor e de beleza única”. E ele me respondeu: “É, foi assim mesmo que a professora o definiu, só que este diamante de que lhe falo, pai, não é o mesmo a que o senhor está se referindo. Sabe, pai, durante uma das aulas, a professora nos disse: ‘Mário Quintana é um poeta de valor inestimável e de uma beleza ímpar. A escola está presenteando todos vocês com este diamante, com esta nobre criatura que jamais passará, pois, como ele disse: ‘Eu, passarinho’. Ela disse ainda que, durante o ano de 2006, a vida e a obra de Mário Quintana seriam lembradas em uma extensa programação de eventos culturais, marcando os 100 anos

de nascimento do poeta. Explicou que este é o 'Ano do Centenário de Mário Quintana' e que tínhamos a oportunidade de, a cada passo que dávamos, encontrar, afixadas nas paredes da escola, as poesias do grande Mário Quintana, suas palavras encantadas, para podermos viajar pelos seus pensamentos.

Mas, antes de nos deixar sair da sala, ela disse: 'Eu vou falar um pouco para vocês de Mário Quintana'.

Mário Quintana nasceu na cidade de Alegrete (RS), no dia 30 de julho de 1906, quarto filho de Celso de Oliveira Quintana, farmacêutico, e de D. Virgínia de Miranda Quintana. Com sete anos, auxiliado pelos pais, aprende a ler, tendo como cartilha o jornal **Correio do Povo**. Seus pais ensinaram-lhe também rudimentos de francês.

No ano de 1914, inicia seus estudos na Escola Elementar Mista de Dona Mimi Contino.

Em 1915, ainda em Alegrete, conclui o curso primário. Nessa época, trabalhou na farmácia da família. Foi matriculado no Colégio Militar de Porto Alegre, em regime de internato, no ano de 1919. Começa a produzir seus primeiros trabalhos, que são publicados na revista **Hyloea**, órgão da Sociedade Cívica e Literária dos alunos do colégio.

Por motivos de saúde, em 1924 ele deixa o Colégio Militar. Emprega-se na Livraria do Globo, onde trabalha por três meses com Mansueto Bernardi. A livraria era uma editora de renome nacional.

Em 1925, retorna a Alegrete e passa a trabalhar, aí, sim, definitivamente, na farmácia do pai. No ano seguinte, a mãe falece. Seu conto "A Sétima Personagem" é premiado em concurso promovido pelo jornal **Diário de Notícias**, de Porto Alegre.

Infelizmente, em 1927, o pai de Quintana falece.

Em 1929, ele começa a trabalhar na redação do diário **O Estado do Rio Grande**. No ano seguinte, a revista **O Globo** e o **Correio do Povo** publicam seus poemas.

Em 1930, ele vai para o Rio de Janeiro. Fica lá seis meses, entusiasmado com a revolução liderada por Getúlio Vargas, também gaúcho, como voluntário do Sétimo Batalhão de Caçadores de Porto Alegre.

Volta a Porto Alegre em 1931 e volta à redação do jornal **O Estado do Rio Grande**.

O ano de 1934 marca a primeira publicação de uma tradução de sua autoria: **Palavras e Sangue**, de Giovanni Papini. Começa a traduzir, para a Editora Globo, obras de diversos estrangeiros famosos: Proust, Voltaire, Virginia Woolf, entre outros. O poeta, com certeza, deu imensa colaboração para que obras como o denso **Em Busca do Tempo Perdido**, do francês Marcel Proust, fossem lidas pelos brasileiros que não dominavam a língua francesa.

Retorna à Livraria do Globo, onde trabalha sob a direção do grande Érico Veríssimo, em 1936.

Em 1939, Monteiro Lobato lê doze quartetos de Quintana na revista **Ibirapuitan**, de Alegrete, e encerra a ele um livro. Com o título **Espelho Mágico**, o livro vem a ser publicado em 1951 pela Editora Globo.

A primeira edição do seu livro **A Rua dos Cataventos** é lançada em 1940, pela Editora Globo. Obtém repercussão, e seus sonetos passam a figurar em livros escolares e antologias do País.

Em 1951, é publicado, pela Editora Globo, o livro **Espelho Mágico**, uma coleção de quartetos que trazia na orelha comentários do grande Monteiro Lobato.

Com o seu ingresso no **Correio do Povo**, em 1953, reinicia a publicação de sua coluna diária do Caderno H (até 1967).

Mário Quintana adorava a sua Porto Alegre. Preso a sua querida Porto Alegre, mesmo assim Quintana fez excelentes amigos entre os grandes intelectuais da época. Seus trabalhos foram elogiados por Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Cecília Meireles, João Cabral de Melo Neto, além de Manoel Bandeira.

O fato de não ter ocupado uma vaga na Academia Brasileira de Letras só fez aguçar o seu conhecido humor e sarcasmo. Ele foi por três vezes indicado para a Academia de Letras e não foi aceito. Por outro lado, o Rio Grande e o povo brasileiro o eternizam e o adoram.

A Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande, Porto Alegre, concede-lhe o título de cidadão honorário em 1967.

Em 1968, Quintana é homenageado pela Prefeitura de Porto Alegre com placa de bronze na praça principal, onde estão as palavras do poeta: "Um engano em bronze, um engano eterno".

Em 1981, participa da Jornada de Literatura Sul-Rio-Grandense, uma iniciativa da Universidade de Passo Fundo e da Delegacia da Educação do Rio Grande do Sul. Recebe de quase duzentas crianças botões de rosa e cravos, em homenagem que lhe é prestada.

O autor recebe o título de **Doutor Honoris Causa**, concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no dia 29 de novembro de 1982.

Ele segue escrevendo suas poesias, suas crônicas, e, em 1992, a editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) reedita, em comemoração aos cinqüenta anos de sua primeira publicação, **A Rua dos Cataventos**.

E, lamentavelmente, no dia 5 de maio de 1994, falece em Porto Alegre, próximo de seus 87 anos, o poeta e escritor Mário Quintana, o nosso diamante.

Sr. Presidente, Mário Quintana tem essa história bonita que, com certeza, alegra a todos nós.

E aí, Sr. Presidente, Senador Simon, meu filho terminou o relato – é ele que me conta essa história – e me pergunta: “Pai, com uma história tão bonita, tão linda, tão maravilhosa de Mário Quintana, por que ele não foi indicado para a Academia Brasileira de Letras?” E eu respondo: “Também não sei o porquê. Só sei te dizer que ele não perdeu; quem perdeu foi a Academia de Letras do Brasil, por não poder dizer que o imortal poeta Mário Quintana está entre os seus escolhidos”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluo essa parte e passo para V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Brasil todo reconhece que Quintana foi o melhor entre os melhores, e o seu “Poeminha do Contra” diz tudo, ficará entre nós pela eternidade. Quando, pela terceira vez, é-lhe negado o acesso à Academia de Letras, ele responde somente com este poeminha:

Todos esses que aí estão
atravancando meu caminho,
eles passarão...
eu passarinho!

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, hoje o Rio Grande do Sul transforma-se na capital da cultura deste País, quando está na Presidência da sessão este líder ímpar do atual momento da democracia que é Pedro Simon, Zambiasi e V. Ex^a, ressaltando Quintana. Olha, o Rio Grande do Sul é destaque em tudo, em todos os fatos da História. Eles foram precursores da República com a Guerra dos Farroupilhas; atraíram até estrangeiros, como Giuseppe Garibaldi, que levou coragem e fibra à Batalha dos Farroupilhas e saiu, mundo afora, proclamando a República, não só no Brasil. Mas, com Quintana, isso ocorre, a Academia de Letras é useira e vezeira desse procedimento. O País todo lamenta ter sido derrotado Juscelino Kubitschek de Oliveira, não porque ele tenha sido aquele extraordinário médico cirurgião, político, administrador e Senador, mas porque as obras de Juscelino, as obras literárias – como, por exemplo, **Por Que Construí Brasília** –, a vida, as memórias, a história, todos os escritos, discursos são muito bons. Assim é a vida. Rui Barbosa não chegou à Presidência da República, como Pedro Simon, que está sentado na cadeira do Senado. Está aí um candidato bom à Presidência do Senado, já que não podemos elegê-lo Presidente do Brasil, como era desejo dos piauienses.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concluo, Senador Simon, mas gostaria de dizer, meus caros Parlamentares, que Mário Quintana deixou seus passos marcados nas ruas da capital dos gaúchos, Porto Alegre, por onde tanto passeou e, portanto, iluminou o coração dos seus leitores. Ele tinha a capacidade de captar o cotidiano e, com sensibilidade e refinamento, devolver ao eleitor o seu olhar sobre versos e prosas.

Sr. Presidente, eu gostaria de ler aqui muitos poemas. Comprometi-me com o Senador Sérgio Zambiasi de não ler todos os que a Assessoria colocou aqui, mas dois bem pequenos. Um diz:

Das Utopias

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A mágica presença das estrelas!

Não as alcançamos, mas as admiramos.

O outro poema:

Da Observação

Não te irrites, por mais que te fizerem...
Estuda, a frio, o coração alheio.
Farás, assim, do mal que eles te querem,
Teu amável e mais sutil recreio...

Sr. Presidente, finalizo dizendo que não posso deixar de agradecer aqui à professora que contou essa história bonita para o meu filho, pois foi muito bom para mim ouvi-lo falar de Mário Quintana, e eu trouxe à tribuna.

Ele era de fato o poeta e velho menino que queria ser estrela para iluminar a lua e aquecer a alma tua, minha e de todos nós.

Viva Mário Quintana!

Muito obrigado.

Sr. Presidente, pediria que V. Ex^a publicasse meu discurso na íntegra, já que reduzi para um terço o meu pronunciamento.

**SEGUEM, NA ÍNTegra, DISCURSOS
DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Sem apanhamento taquigráfico.) – pronunciamento em que destaca o centenário do poeta gaúcho Mario Quintana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos vocês sabem que o nosso Rio Grande do Sul, terra do nosso querido Mario Quintana, é um estado de

belas praias tanto ao norte quanto ao Sul, nas quais nós nos deliciamos. O povo gaúcho gosta demais do seu verão.

Mas, nós também gostamos muito do inverno e numa dessas noites muito frias em que o Minuano se confundia com a neve que caía eu estava na beira de um fogão a lenha a conversar com meu filho Junior sobre como ia a escola.

Ele, todo animado me pediu:

“Pai, espera um pouco que eu vou buscar uns papéis prá te mostrar”

Voltou em seguida, e louco para falar, me disse em tom muito sério que o assunto era sobre um diamante que ele havia conhecido na escola.

Então eu lhe disse: “O diamante é uma pedra de grande valor e beleza única”

Ao que ele me respondeu: “É, foi assim mesmo que a professora o definiu, só que este diamante que eu estou falando pai, não é o mesmo que você está se referindo.

Sabe pai, durante uma de nossas aulas, a professora nos disse: “Mario Quintana é um poeta de valor inestimável e de uma beleza ímpar. A Escola está presenteando a todos vocês com este diamante, com esta nobre criatura que jamais passará, pois como ele mesmo disse: Eu passarinho!

Ela disse ainda que durante todo o ano de 2006, a vida e obra de Mario Quintana seriam lembradas em uma extensa programação de eventos culturais, marcando os 100 anos de nascimento do poeta.

Ela explicou que este é o “Ano do Centenário de Mario Quintana” e que nós tínhamos a oportunidade de, a cada passo que dávamos, encontrar afixadas nas paredes da Escola, as poesias de Mario Quintana, suas palavras encantadas, para a gente poder viajar pelos seus pensamentos.

Mas, antes de nos deixar sair ela disse que iria falar um pouco sobre a vida dele. Eu tenho aqui pai, todas as anotações do que ela falou”:

Mário de Miranda Quintana nasceu na cidade de Alegrete (RS), no dia 30 de julho de 1906, quarto filho de Celso de Oliveira Quintana, farmacêutico, e de D. Virgínia de Miranda Quintana. Com 7 anos, auxiliado pelos pais, aprende a ler tendo como cartilha o jornal *Correio do Povo*. Seus pais ensinam-lhe, também, rudimentos de francês.

No ano de 1914 inicia seus estudos na Escola Elementar Mista de Dona Mimi Contino.

Em 1915, ainda em Alegrete, conclui o curso primário. Nessa época trabalhou na farmácia da família.

Foi matriculado no Colégio Militar de Porto Alegre, em regime de internato, no ano de 1919. Começa a produzir seus primeiros trabalhos, que são publicados na revista *Hyloea*, órgão da Sociedade Cívica e Literária dos alunos do Colégio.

Por motivos de saúde, em 1924 deixa o Colégio Militar. Emprega-se na Livraria do Globo, onde trabalha por três meses com Mansueto Bernardi. A Livraria era uma editora de renome nacional.

No ano seguinte, 1925, retorna a Alegrete e passa a trabalhar na farmácia de seu pai. No ano seguinte sua mãe falece. Seu conto, *A Sétima Personagem*, é premiado em concurso promovido pelo jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre.

O pai de Quintana falece em 1927.

Em 1929, começa a trabalhar na redação do diário *O Estado do Rio Grande*. No ano seguinte a *Revista do Globo* e o *Correio do Povo* publicam seus poemas.

Em 1930 ele vai para o Rio de Janeiro por seis meses, entusiasmado com a revolução liderada por Getúlio Vargas, também gaúcho, como voluntário do Sétimo Batalhão de Caçadores de Porto Alegre.

Volta a Porto Alegre, em 1931, e à redação de *O Estado do Rio Grande*.

O ano de 1934 marca a primeira publicação de uma tradução de sua autoria: *Palavras e Sangue*, de Giovanni Papini. Começa a traduzir para a Editora Globo obras de diversos escritores estrangeiros: Proust, Voltaire, Virginia Woolf, dentre outros. O poeta deu uma imensa colaboração para que obras como o denso *Em Busca do Tempo Perdido*, do francês Marcel Proust, fossem lidas pelos brasileiros que não dominavam a língua francesa.

Retorna à Livraria do Globo, onde trabalha sob a direção de Érico Veríssimo, em 1936.

Em 1939, Monteiro Lobato lê doze quartetos de Quintana na revista *Ibirapuitan*, de Alegrete, e escreve-lhe encomendando um livro. Com o título *Espelho Mágico* o livro vem a ser publicado em 1951, pela Editora Globo.

A primeira edição de seu livro *A Rua dos Cataventos*, é lançada em 1940 pela Editora Globo. Obtém ótima repercussão e seus sonetos passam a figurar em livros escolares e antologias.

Em 1951 é publicado, pela Editora Globo, o livro *Espelho Mágico*, uma coleção de quartetos, que trazia na orelha comentários de Monteiro Lobato.

Com seu ingresso no *Correio do Povo*, em 1953, reinicia a publicação de sua coluna diária *Do Caderno H* (até 1967).

Preso a sua querida Porto Alegre, mesmo assim Quintana fez excelentes amigos entre os grandes intelectuais da época. Seus trabalhos eram elogiados por Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Cecília Meireles e João Cabral de Melo Neto, além de Manuel Bandeira. O fato de não ter ocupado uma vaga na Academia Brasileira de Letras só fez aguçar seu conhecido humor e sarcasmo.

Ele foi por três vezes indicado para a Academia e não foi aceito. Por outro lado o Rio Grande do Sul e o povo brasileiro o eternizam e adoram.

A Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – concede-lhe o título de Cidadão Honorário, em 1967.

Em 1968, Quintana é homenageado pela Prefeitura de Alegrete com placa de bronze na praça principal da cidade, onde estão palavras do poeta: "Um engano em bronze, um engano eterno"

Em 1981, participa da Jornada de Literatura Sul Rio-Grandense, uma iniciativa da Universidade de Passo Fundo e Delegacia da Educação do Rio Grande do Sul. Recebe de quase 200 crianças botões de rosa e cravos, em homenagem que lhe é prestada.

O autor recebe o título de Doutor Honoris Causa, concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no dia 29 de outubro de 1982.

Ele segue escrevendo suas poesias, suas crônicas e em 1992, a editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) reedita, em comemoração aos 50 anos de sua primeira publicação, *A Rua dos Cataventos*.

E lamentavelmente, no dia 5 de maio de 1994, falece em Porto Alegre, próximo de seus 87 anos, o poeta e escritor Mário Quintana, o nosso diamante.

Em sua poesia Recordo Ainda ele diz:

Recordo ainda... e nada mais me importa...

Aqueles dias de uma luz tão mansa
Que me deixavam, sempre, de lembrança,

Algum brinquedo novo à minha porta...

Mas veio um vento de Desesperança
Soprando cinzas pela noite morta!

E eu pendurei na galharia torta
Todos os meus brinquedos de criança...

Estrada afora após segui... Mas, aí,
Embora idade e senso eu aparente
Não vos iludais o velho que aqui vai:

Eu quero os meus brinquedos novamente!

Sou um pobre menino... acredita!...
Que envelheceu, um dia, de repente!...

Bom pai, depois a professora nos liberou e disse: Agora vocês estão liberados, façam as suas leituras nos corredores da escola e conheçam este poeta, este ser humano que com sua luz ilumina aqueles que se permitem o privilégio de conhecê-lo.

Meu filho terminou o relato e me perguntou: "Com toda esta história de vida e suas maravilhosas poesias, por que Mario Quintana não foi indicado para a Academia Brasileira de Letras?"

Porque também não sei. Só sei te dizer que ele não perdeu, quem perdeu foi a Academia Brasileira de Letras do Brasil por não poder dizer que o imortal poeta Mario Quintana está entre os seus escolhidos.

Mas, temos que reconhecer que ele foi o melhor entre os melhores e o seu Poeminha do Contra, que diz tudo, ficará entre nós pela eternidade.

Poeminha do Contra

*Todos esses que aí estão
atravancando meu caminho,
eles passarão...
eu passarinho!*

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu sinto tanto orgulho desse poeta gaúcho, desse ser encantado, que o meu amado Rio Grande homenageia com carinho, respeito e até mesmo com devoção e que esta Casa também abre espaço para homenagear.

Este poeta incrível encantou esta terra com a sua presença e deixou estrelas de infinito valor para que nos deleitássemos.

Ele cantou para sua amada Porto Alegre:

O MAPA

*Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É nem que fosse o meu corpo!)*

*Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...*

*Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuança de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)*

Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso
Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)
E talvez de meu repouso...

Meus Carlos Parlamentares, Mario Quintana deixou seus passos marcados nas ruas da nossa capital, por onde ele tanto passeou e nos corações de seus leitores. Ele tinha a capacidade de captar o cotidiano e, com sensibilidade e refinamento, devolver ao leitor o seu olhar sob a forma de versos.

A história da Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, teve início em julho de 1980, com a compra do antigo prédio do Hotel Majestic, pelo Banrisul.

Em 29 de dezembro de 1982, o governo do Estado adquiriu o Majestic do Banrisul e, um ano mais tarde, o prédio foi arrolado como patrimônio histórico, tendo início, a partir de então, sua transformação em Casa de Cultura. No mesmo ano, recebeu a denominação de Mario Quintana, passando a fazer parte da então Subsecretaria de Cultura do Estado.

A construção do edifício do Hotel Majestic, hoje Casa de Cultura Mario Quintana, ocorreu entre os anos de 1916 e 1933,

Os anos trinta e quarenta foram os de maior sucesso do Majestic, período em que nele se hospedaram desde políticos importantes, como Getúlio Vargas, a artistas famosos, como Virgínia Lane e Francisco Alves. Porém, nas duas décadas posteriores, o hotel foi vítima da desfiguração que atingiu o centro da maioria das cidades brasileiras – em decorrência do período denominado “desenvolvimentista” –, passando a sofrer a concorrência de novos hotéis que contavam com instalações mais amplas e modernas. Os antigos hóspedes foram, aos poucos, sendo substituídos por lutadores de “cath” e luta livre, além de solteiros, viúvos, boêmios e poetas solitários como Mário Quintana, que ali esteve hospedado de 1968 a 1980.

Os espaços tradicionais da Casa de Cultura Mario Quintana estão voltados para o cinema, a música, as artes visuais, a dança, o teatro, a literatura, a realização de oficinas e eventos ligados à cultura. Entre eles estão:

Galeria Augusto Meyer, Teatro Bruno Kiefer, Biblioteca Érico Veríssimo, Sala Paulo Amorim, Espaço Romeu Grimaldi, Espaço Elis Regina, Espaço Fernando Corona, Biblioteca Lucília Minssen, Espaço Maurício Rosemblatt e assim por diante.

O nosso poeta era um homem singular e utilizando suas próprias palavras, uma parte da definição de MARIO QUINTANA POR MARIO QUINTANA é assim:

“Nasci em Alegrete, em 30 de julho de 1906. Creio que foi a principal coisa que me aconteceu. E agora pedem-me que fale sobre mim mesmo. Bem! eu sempre achei que toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Minha vida está nos meus poemas, meus poemas são eu mesmo, nunca escrevi uma vírgula que não fosse uma confissão. Há ! mas o que querem são detalhes, cruezas, focos... Aí vai ! Estou com 78 anos, mas sem idade. Idades só há duas : ou se está vivo ou morto. Neste último caso é idade demais, pois foi-nos prometida a eternidade”

Sr. Presidente, o que eu mais gostava nele, era esse jeito de contar os fatos reais da vida por meio de crônicas e de poesias.

Ele era conhecido por ser o mestre da fina ironia e um desses exemplos é contado desta forma:

Início de mais uma madrugada. O poeta gaúcho chega à pensão em que morava e é mal recebido pelos cachorros. Quintana reage aos latidos com todos os palavrões disponíveis. Em meio à gritaria, abre-se a janela e surge a dona da pensão:

Mas o que é isso, seu Mario? O senhor, um homem tão culto, dizendo estas barbaridades!

Ele se defende:-

É que a senhora não sabe os nomes que os seus cachorros estão me dizendo...

Eu gostaria de ler para todos nós e para o Brasil inteiro que nos escuta, algumas poesias de Mário Quintana. É uma homenagem a ele e um presente para todos nós:

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos se não fora

A mágica presença das estrelas!

DA OBSERVAÇÃO

Não te irrites, por mais que te fizerem...

Estuda, a frio, o coração alheio.

Farás, assim, do mal que eles te querem,

Teu mais amável e util recreio...

DOS MUNDOS

Deus criou este mundo. O homem, todavia,
Entrou a desconfiar, cogitabundo...
Decerto não gostou lá muito do que
via...
E foi logo inventando o outro mundo.

Bem, meus nobres Colegas, como presente para todos nós eu deixo estas duas poesias que tocam especialmente o meu coração.

Quanto a você Mario Quintana, meu querido poeta, eu agradeço por todo o bem que suas palavras nos fazem, por tornar nossos dias mais belos, por nos ter presenteado com seus versos!

VIDA

A vida são deveres que nós trouxemos
pra fazer em casa.

Quando se vê já são seis horas!
Quando se vê, já é sexta-feira...
Quando se vê, já terminou o ano...
Quando se vê, passaram-se 50 anos!
Agora, é tarde demais para ser reprovado...

Se me fosse dado, um dia, outra oportunidade,

eu nem olhava o relógio.
Seguiria sempre em frente
e iria jogando, pelo caminho,
a casca dourada inútil das horas...

Dessa forma eu digo:
não deixe de fazer algo que gosta
devido à falta de tempo.

A única falta que terá, será desse tempo
que infelizmente... não voltará mais.

OS POEMAS

Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lês.

Quando fechas o livro, eles alçam vôo
como de um alçapão.

Eles não têm pouso
nem porto;
alimentam-se um instante em cada
par de mãos e partem.

E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
no maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...

Sr. Presidente, para finalizar eu não posso deixar de dizer: "Muito bem professora, foi muito bom ouvir meu filho contar a história deste diamante chamado Mário Quintana.

Ele era de fato o poeta e velho menino que queria ser estrela para iluminar a lua e aquecer a alma tua, minha, de todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento sobre a Universidade do Mercosul e as Escolas Técnicas Federais do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, um Protocolo de Cooperação firmado entre o ministro Fernando Haddad e o Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina Daniel Filmus deu início a idéia da criação de uma Universidade do Mercosul.

A implantação de uma instituição universitária pública que atenda à região sul do continente e venha formar uma rede de universidades brasileiras e argentinas situadas em estados e províncias que fazem fronteira com os dois países é uma louvável iniciativa.

Segundo o Ministro Fernando Haddad o objetivo é facilitar a movimentação de professores, pesquisadores e estudantes e priorizar a integração regional do bloco econômico.

O próximo passo, segundo o Ministério, será levar a experiência para os outros países do bloco – Uruguai e Paraguai, além dos países associados (Chile, Bolívia e Venezuela) – para que todas as instituições possam reconhecer certificados e diplomas expedidos pela Universidade do Mercosul.

No 3º Fórum Educacional do Mercosul, realizado no último dia 24, em Minas Gerais reuniram-se os Ministros da Educação dos estados-membros do bloco para discutir o projeto e verificar a possibilidade de uma gestão compartilhada para implementação do projeto.

Acredito que este é um desafio capaz de ampliar e transformar a educação profissional e tecnológica, fomentando a verdadeira integração entre os países e formando profissionais capazes de atuar nas mais diversas áreas do conhecimento, em qualquer lugar da América Latina.

A aplicação e viabilidade do projeto estão sendo estudadas por um grupo de profissionais que apresentará os resultados no próximo Fórum Educacional do Mercosul, em junho de 2007, na cidade de Assunção.

É evidente que um projeto desta envergadura vem alavancar o desenvolvimento e o fortalecimento

da educação formal, além de ser importante agente de inclusão social.

Quando o assunto é educação, não posso deixar de falar do Ensino Técnico Profissionalizante.

No Rio Grande do Sul, temos 496 municípios, 31% deles possuem escolas técnicas profissionais, e apenas 12 escolas são Federais.

Todos nós sabemos que o ensino tecnológico secundário não satisfaz as atuais necessidades do país, precisamos e queremos mais.

Estou convencido que o ensino técnico é um instrumento de combate aos preconceitos, de diminuição da violência e fundamental na construção de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e libertária.

Não podemos sonhar com um país desenvolvido se desvincularmos as políticas humanitárias do avanço tecnológico.

A escola profissional é vertente de novos conhecimentos, de inovação tecnológica, de pesquisas de capacitação para o trabalho, de combate ao desemprego, enfim, de inúmeras ações que objetivam o desenvolvimento econômico do país como um todo.

Tenho recebido alguns prefeitos gaúchos que me trazem a solicitação de escolas técnicas profissionais em seu município.

Percebendo a necessidade e o interesse cada vez mais crescente por escolas profissionalizantes, aprovamos na Comissão de Educação uma emenda destinada ao programa: Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – no valor de R\$1.200.000.000 (hum bilhão e duzentos milhões de reais).

Este recurso permitirá a construção de escolas técnicas em nosso país e o fomento da formação profissional de nossos jovens, tema que eu tenho defendido, inclusive com a apresentação da PEC do FUNDEP, que cria um fundo para a educação profissional.

A Bancada do Estado do Rio Grande do Sul, entendendo a necessidade e a importância do ensino profissional também apresentou proposta de emenda no valor de R\$50.000.000,00 (milhões de reais).

A minha constante preocupação com a ampliação do ensino técnico fez com que, em 2003, eu assumisse a coordenação da frente parlamentar que trata do tema no Senado, em parceria com o deputado Alex Canziani, que é o coordenador na Câmara Federal.

A Frente é composta de 120 deputados e 26 senadores. Precisamos ampliar o número de parlamentares engajados nesta luta, assim poderemos, inclusive, buscar mais investimentos do Orçamento da União para a Educação.

Temos uma responsabilidade histórica com a educação profissional. Acreditamos que com a aprovação final do FUNDEP, de imediato estaremos garantindo

significativos recursos para o ensino profissionalizante no Brasil.

Tenho sonhos como todos aqueles que acreditam num futuro melhor. Por isso, encerro este pronunciamento com as palavras de Eleanor Roosevelt:

“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Se V. Ex^a tivesse dito, nós teríamos permitido que V. Ex^a usasse todo o tempo.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Obrigado colega, companheiro, conterrâneo, Presidente Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa. Acho que nós poderíamos passar toda a tarde de hoje contando muitas das histórias do nosso querido Mário Quintana. Das histórias dele e das histórias que ele escreveu.

Acompanhei com atenção e emoção esse convívio do Paulo Paim com seu filho resgatando essa história. E, que coincidência maravilhosa, Paulo Paim, porque vejo que tu conversavas com o teu filho numa das regiões mais bonitas do Rio Grande do Sul, que é exatamente a nossa região serrana. E falavas numa época de inverno, falavas numa época de pinhões. E Quintana nasce numa noite fria de inverno, exatamente como contaste, em 30 de julho de 1906. Pois falar, então, sobre este gigante gaúcho, Mário Quintana, não é uma tarefa simples, nem fácil, mas é muito agradável.

Venho à tribuna somar-me à iniciativa do Senador Pedro Simon, que nos privilegia exatamente com esta homenagem, neste dia, com enorme respeito, com muita admiração, para que possamos todos, o Brasil inteiro, celebrarmos o transcurso do centenário do seu nascimento.

Para relembrarmos um pouco da sua trajetória, de sua vida e de sua obra, ambas indistintas, como ele mesmo disse: vida e obra, uma coisa só. O que poucas pessoas sabem, por exemplo, é que o jovem Quintana, Senador Mão Santa, aos 24 anos de idade, foi voluntário da Revolução de 30. Pegou em armas no Sétimo Batalhão de Caçadores.

Senador Pedro Simon, as obras de Mário Quintana foram publicadas em revistas internacionais, encenadas no teatro e foram gravadas, a exemplo da III Festa Nacional do Disco, em Canela: o álbum duplo

Antologia poética de Mário Quintana, pela Gravadora Polygram.

Pelo conjunto da obra, Quintana recebeu a mais importante condecoração que o Governo gaúcho concede a pessoas de destaque: a medalha Negrinho do Pastoreio.

Mas as maiores honrarias, segundo ele mesmo, foram a placa de bronze em sua terra natal e o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre, em reconhecimento ao amor que o poeta expressava e nutria pela cidade onde, como muito bem comentou o Senador Paulo Paim, caminhou tanto e onde morou até morrer.

Foram tantos e tão preciosos os livros que nos legou. Impossível elencá-los todos e igualmente impossível deixar de citar alguns, como **Pé de Pilão**, **Esconderijos do Tempo** e tantos outros. Mais difícil ainda escolher o mais belo.

Mário Quintana foi um poeta do cotidiano. Não era, nem pretendia ser, um grande intelectual ou um homem de palavrório, como ele mesmo se autodefinia. Falava de sentimentos e impressões, das pequenas criaturas, da luz das tardes e da sua companheira a lua.

Falava, enfim, da magia imensa que há no mundo e que, por estar visível aos olhos de todos, todos os dias, todos os momentos, acaba invisível na faina do dia-a-dia.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, Mário, o homem, tinha uma personalidade complexa. Era alegre, nostálgico ou irônico. Moleque e sábio ao mesmo tempo, cumprindo máxima de Machado de Assis: o menino é o pai do homem.

Foi sempre absolutamente reservado. Não lhe agradava falar sobre si mesmo. Dizia: “toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Querem saber de mim? Minha vida está nos meus poemas!”.

O Paim citou exatamente **O Poeminha do Contra**, aquele com o qual respondeu à negativa da Academia Brasileira de Letras de incluí-lo como um de seus membros. O poema foi interpretado aqui pelo Senador Paim.

Mesmo com sua timidez e com sua contrariedade à badalação, as homenagens ao poeta não cessam até depois da sua morte, aos 88 anos, em maio de 94, em Porto Alegre.

Mário Quintana! Um dos mais premiados e reconhecidos escritores, tradutores e poetas brasileiros.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Caro amigo, a homenagem que V. Ex^a presta neste instante a Mário Quintana, Senador Zambiasi, é nacional. Não é gaúcha. Eu estava ouvindo, no meu gabinete, o início do discurso do Senador Paim e fui sendo tomado, meu caro Pedro Simon, pelo sentimento de ciúme, por essa

possessividade gaúcha de querer ficar com o Quintana só para ele. Eu, piauiense, vindo de tão distante, achei que não me podia calar; afinal de contas vocês fizeram o Quintana, mas o Quintana, quando veio ao mundo, deixou de ter dono, passou a ser um cidadão do mundo. Aliás, Simon, o Quintana, para mim, tem um cheiro muito agradável de infância. Vou explicar o porquê. Dois ilustres piauienses aventureiros saíram do Piauí após a ousadia de uma carta que fizeram ao Érico Veríssimo e para a qual jamais esperavam ter resposta. Refiro-me ao Abdias Silva e ao Carlos Castello Branco. Foram surpreendidos com a resposta do Érico e o convite, atendendo ao pedido de possibilidade de emprego no Rio Grande do Sul. Quero crer que, naquela época, sair de Teresina para Porto Alegre era talvez como hoje sair do Brasil para ir ao Japão ou lugar mais distante. Era uma saga. Andava-se a cavalo, pegava-se o trem ou o vapor. A viagem foi tão cansativa que, no Rio Janeiro, o Carlos Castello Branco, o Castelinho, desistiu e de lá se bandeou para Minas Gerais, consagrando-se depois no Rio de Janeiro e em Brasília. E o Abdias, seu fiel companheiro, amigo de muitos tempos, esse sim, foi para Porto Alegre, fascinado, em primeiro lugar, por Veríssimo e aí, na convivência do **Correio da Manhã** e da Editora Globo – revisor de um e repórter de outro – fascinou-se pelo Quintana e mandava para o Piauí constantemente as obras, os artigos, os versos que eram publicados nos jornais locais. Lá em Teresina o receptador dessa cultura era o jornalista – o Mão Santa conheceu muito bem – José Lopes dos Santos. E, a partir daí, comecei a ter uma admiração pela maneira como o Quintana cantava em verso, não só a sua cidade, mas também as suas tradições. Eu só tive oportunidade de vê-lo de perto – um “perto” muito longe, porque eu não tive coragem de me aproximar – quando eu, já Deputado, fui ao Rio Grande do Sul. Numa das muitas vezes que viajei por este Brasil, fui ao Rio Grande para um evento preparado inclusive pelo Pedro Simon. À noite, resolvi fazer uma caminhada. A pessoa que me acompanhava me disse: “Religiosamente, o poeta Quintana (como ela o tratava) vai entrar naquele cafezinho, tomar um café e sair. Ele faz isso religiosamente”. Não deu outra: poucos minutos depois... Uma figura displicente para o intelectual que era. Vocês falaram das grandes homenagens que se prestou ao Quintana, mas a maior homenagem que eu acho que o Rio Grande lhe prestou, Pedro Simon – e aí não se deve a ninguém, mas à sua perseverança e à sua revolta; na verdade foi ele mesmo que se prestou – foi a preservação do Majestic. Quando se falou na demolição do prédio, o Quintana cresceu e, em sua escrita ferina, contundente, tornou coletiva uma revolta que era individual. O monumento

era para ele, acima de tudo, motivo de recordações. Talvez o fato de que o Majestic está hoje preservado e que o seu quarto esteja intacto sejam produto dessa luta. Acho que é o maior bem que os gaúchos têm a guardar num País que não tem memória, que destrói seus prédios públicos e que joga sua História no lixo ou no esquecimento. A grande obra do Quintana, além de todas as que ele conseguiu colocar em letra, foi essa feita em pedra e cal, e que preserva uma fase de ouro do Rio Grande do Sul. Uma arquitetura que se impõe numa paisagem que encanta aqueles que vêm ao longe o rio e, ao lado, fincado aquele registro desse brasileiro. Portanto, parabenizo os rio-grandenses por essa iniciativa, embora condene a possessão. Quero também fazer uma homenagem aos cineastas gaúchos. Tenho visto recentemente uma infinidade de filmes de pequena duração, de curta metragem, de longa metragem, retratando e historiando de maneira muito viva a poesia do Quintana, mostrando o cenário imaginário dele pelas ruas de Porto Alegre. Tenho visto coisas belíssimas que a genialidade do Centro de Cinema do Rio Grande do Sul tem conseguido mostrar ao Brasil e ao mundo. Essa é a segunda grande obra de preservação desse extraordinário homem. Espero que esta daqui, feita despretensiosamente por esses três gaúchos unanimemente admiradores desse grande conterrâneo, aqui simbolizado por essa hereditariedade mostrada pelo Paim, já contaminando o seu filho pela existência e pela riqueza do Quintana, fique para sempre e que o Quintana seja um exemplo para as grandes gerações. A Academia Brasileira de Letras está vivendo sem ele, mas o Rio Grande não viverá sem o Quintana.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Heráclito Fortes, sua manifestação seguramente não surpreende a todos nós, porque nós o conhecemos por sua sensibilidade, por sua cultura e por seu conhecimento ao citar o Hotel Majestic, hoje Casa de Cultura Mário Quintana. Isso tem um significado especial, pois é talvez o maior centro cultural do Brasil, proporcionalmente pelo menos. Isso tudo tem muito a ver também com uma passagem extremamente importante do Senador Pedro Simon no Governo do Estado.

O Rio Grande do Sul tem a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, que permite essas produções cinematográficas. Temos o Festival de Cinema de Gramado, que é um incentivador para essas produções.

Senador Heráclito Fortes, não queremos essa possessividade do Mário Quintana, sabe por quê? Porque, quando encontramos um piauiense falando com tanta intimidade do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre e de Mário Quintana, vemo-nos todos, no Brasil inteiro, sulistas. Nós todos do Brasil somos do Sul,

somos da América do Sul. Então, os nossos nordestinos, os nossos amazonenses, os nossos nortistas, os nossos baianos, Senador César Borges, somos todos do Sul, somos da América do Sul.

Senador Pedro Simon, quem sabe, já na semana que vem, na quinta-feira, vamos concretizar um sonho do qual V. Ex^a foi um dos precursores, que é a Constituição do Parlamento do Mercosul.

Portanto, somos todos um pouquinho desse espírito, se não sulistas, pelo menos sulino, “mercossulinos”, esse nova cidadania que estamos construindo e da qual Quintana realmente faz parte, porque ele nasceu na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Ele fincou raízes em Porto Alegre e, na capital gaúcha, estudou, trabalhou, fez amigos, carreira e fama, envelheceu e morreu na cidade que ele amou tanto. Caminhador das ruas da cidade, amante das suas particularidades, com o tempo, tornou-se patrimônio dela, confundindo-se com a sua paisagem. Porto Alegre o tinha como a um filho amado, e Mário tinha a cidade como lugar do seu andar.

No poema “O Mapa”, Senador Pedro Simon, ele traduz esse verdadeiro amor pela cidade quando diz: “Olho o mapa da cidade como quem examinasse a anatomia de um corpo. (É nem que fosse o meu corpo!) Sinto uma dor infinita das ruas de Porto Alegre, onde jamais passarei...

Há tanta esquina esquisita, tanta nuança de paredes, há tanta moça bonita nas ruas que não andei. (E há uma rua encantada, que nem em sonhos sonhei...)

Quando eu for, um dia desses, poeira ou folha levada no vento da madrugada, serei um pouco do nada, invisível, delicioso. Que faz com que o teu ar pareça mais um olhar, suave mistério amoroso, cidade de meu andar, desde já, tão longo andar. E talvez de meu repouso...

Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, que nos deu o privilégio deste momento e que, por sua inspiração, abre este espaço nesta sessão do Senado, finalizo, dizendo da minha esperança nos meninos e meninas – no seu filho, Senador Paulo Paim, e nas minhas filhas – que recebem, na sua escola, a herança de Quintana. Que esses tenham a ventura de aprender a lição, ainda na infância, do amor pela leitura porque o livro é um grande amigo, talvez, o maior de todos. Prova disso é a Feira do Livro de Porto Alegre, que recebe centenas de milhares de pessoas em duas semanas e vende, em questão de dias, 500 mil a 600 mil livros.

Nos livros, encontramos perguntas iguais as nossas. Nesse sentido, irmão-nos a ele. Nos livros, encontramos respostas para as nossas perguntas. E, nesse sentido, crescemos com sua grandeza.

Que a poesia salte das páginas para as ruas, para os cafés, para as praças e para as escolas com a energia necessária para alimentarmos, defendermos e preservarmos nossa memória cultural.

Sonho com um futuro em que as pessoas, depois de um dia de trabalho, possam ler os seus poemas preferidos até o sonho chegar, depois, fecharão os seus livros e todos, sem exceção, poderão dormir em paz. Porque nas palavras do imortal poeta, “a poesia purifica a alma e um belo poema – ainda que de Deus se aparte –, sempre leva a Deus”.

Obrigado, Mário Quintana! Obrigado a todos.

O Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Agora, com muita honra, concedo a palavra ao primeiro subscritor desta proposição, deste requerimento de louvor ao escritor Mário Quintana, por ocasião do seu centenário de nascimento, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, meus colegas gaúchos, autores também desta nossa homenagem – Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim.

Aqui, estamos reunidos para saudar um dos maiores poetas brasileiros da segunda metade do Século XX, o nosso conterrâneo Mário Quintana. No entanto, não cabe aqui fazer um pronunciamento tradicional. O nosso homenageado não o aceitaria.

Aliás, é interessante imaginar o que pensaria dessa homenagem, o poeta que, no poema “Percalços da Posteridade”, escreveu: “O mais irritante de nos transformarem um dia em estátuas é que a gente não pode mais coçar-se”.

É famoso o episódio da recusa de Mário Quintana, em 1968, em receber uma homenagem da prefeitura de sua cidade. Só depois de uma negociação, o poeta permitiu que fosse colocada na praça principal do Alegrete uma placa em que está inscrito: “Um engano em bronze é o engano eterno”.

Sendo assim, começamos aqui, no Senado Federal, falando de política.

No quinto poema de seu primeiro livro **A Rua dos Cataventos**, editado em 1940, diz o poeta:

Eu nada entendo da questão social,
Eu faço parte dela, simplesmente...
E sei apenas do meu próprio mal,
Que não é bem o mal de toda gente.

É importante começarmos com esse poema porque foi moda neste País, especialmente nos politizados anos 60 e 70, cobrar posição política de artistas e

escritores. Mario Quintana sempre foi fiel à poesia, à grande poesia. Mas não deixou jamais se pronunciar sobre tudo o que diz respeito ao homem. Até mesmo, sempre com sutil ironia, à política.

Desiludido com as utopias políticas que pretendiam criar um mundo sem divisão de classes sociais, ele escreveu no poema “Desigualdade”: “A morte não iguala ninguém: algumas caveiras têm todos os dentes”.

E no poema intitulado “Origem suspeita”, comenta o regime político sob o qual vivemos: “A democracia é uma invenção das classes ociosas de Atenas”. Vejam a ironia do poeta!

Vejamos também o que disse sobre o trabalhador no poema “Proletário”:

“Sujeito explorado financeiramente pelos patrões e literalmente pelos poetas engajados”.

Sobre um antigo chavão da esquerda, no poema “O ópio”, ele escreveu: “Dizem os comunistas que a religião é o ópio do povo; outros dizem que o ópio do povo é o comunismo; se me pedissem a minha opinião, eu diria que o ópio do povo é o trabalho”.

Numa época em que não era politicamente correto atacar a esquerda, escreveu no poema “Anacronismo”:

“O Brasil é o único país do mundo em que ser comunista ainda é sinal de idéias avançadas”.

Também em relação à religiosidade, ele tinha definições sempre surpreendentes, como no poema “Pergunta Errada”:

“Se eu acredito em Deus? Mas que valor poderia ter a minha resposta, afirmativa ou não? O que importa é saber se Deus acredita em mim.”

No poema “Confissão” faz uma ironia declarando:

“Sou um herege de todas as religiões.”

Há também um poema, intitulado “Paraísos”, que pode ser entendido como uma divertida abordagem – simultânea – de política e religião:

“As religiões cresceram entre os humildes porque aqueles que estavam por cima já se julgavam no paraíso.”

Mário Quintana também não levava a sério a crítica literária. No poema “E Agora?” brincou:

“Há críticos que em vez de me julgarem pelo que eu sou, julgam-me pelo que eu não sou. É como quem olhasse um pessegueiro e dissesse: Mas isso não é um trator!”

Candidato à Academia Brasileira de Letras, foi derrotado. Dizem que pensando nos que não o apoiam escreveu o famoso, repito, Zambiasi, “Poeminha do Contra”:

Todos esses que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!

Mário Quintana manteve silêncio sobre sua vida pessoal. Mesmo concedendo entrevistas a todo o jornalista que o procurasse, defendia sua privacidade com declarações desnorteantes.

Escreveu ele em “Apresentação”:

“Nasci em Alegrete em 30 de julho de 1906. Creio que foi a principal coisa que me aconteceu. E agora pedem-me que fale sobre mim mesmo. Bem! Eu sempre achei que toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Minha vida está nos meus poemas, meus poemas são eu mesmo, nunca escrevi uma vírgula que não fosse uma confissão. Ah! mas o que querem são detalhes, cruezas, fofocas... Aí vai! Estou com 78 anos, mas sem idade. Idades só há duas: ou se está vivo, ou morto.”

Numa entrevista à jornalista e escritora Patrícia Bins faz uma brincadeira com o fato de ele próprio evitar responder questões que dizem respeito à sua vida.

Pergunta Patrícia Bins: “O que mais irrita os outros? E em si mesmo?”

Respondeu o poeta: “As perguntas íntimas. As respostas evasivas”.

Numa entrevista, que está reproduzida no livro **Da Preguiça como Método de Trabalho**, Mário Quintana fala do tempo de sua meninice:

“Não sei se tive infância. Fui um menino doente por trás de uma janela. Creio que foi a ele que dediquei depois um soneto de **A Rua dos Cata Ventos**.”

Vale a pena reproduzirmos aqui o poema referido, que é o sexto do primeiro livro publicado pelo poeta:

Na minha rua há um menininho doente.
Enquanto os outros partem para a escola,
Junto à janela, sonhadoramente,
Ele ouve o sapateiro bater sola.

Numa entrevista, concedida à professora Edla Van Steen, o poeta justifica sua resistência em tratar da vida pessoal:

“Poeta lírico, falo do meu eu, nos poemas, como um ser humano. Creio que a minha vida íntima nem a mim interessa. Quando a gente fala sobre si mesmo, é para se gabar ou para se queixar. No primeiro caso, ainda passa. Mas, no segundo, ninguém gosta de desperdiçar piedade.”

Dono de uma obra peculiar, em que se misturam a fina ironia e a observação que lança uma luz nova sobre o nosso cotidiano, Mário Quintana foi contemporâneo de extraordinários poetas, como Manoel Bandeira, Carlos Drummond e João Cabral de Melo Neto.

Aliás, ficou justamente famoso o belíssimo poema intitulado “A Mário Quintana”, com o qual o poeta pernambucano Manoel Bandeira saudou o poeta gaúcho em sessão da Academia Brasileira de Letras, em 25 de agosto de 1966. É um poema que resume bem a grandeza do trabalho de Quintana, que produzia uma aparente simplicidade poemas de grande sofisticação estilística:

Mário Quintana, os teus cantares
Não são, Quintana, catares:
São, Quintana, quintanares.

Quinta-essência de cantares...
Insólitos, singulares...
Cantares? Não Quintanares!

Quer livres, quer regulares,
Abrem sempre os teus cantares
Como flor de quintanares.

São cantigas sem esgares,
Onde as lágrimas são mares
De amor, os teus quintanares.

São feitos esses cantares
De um tudo-nada: ao falares
Luzem estrelas e luares.

São para dizer em bares,
Como em mansões seculares,
Quintana, os teus quintanares.

Sim, em bares, onde os pares
Se beijam sem que repares
Que são casais exemplares.

Em **Sapato Florido**, livro publicado em 1948, estão alguns de seus poemas mais famosos, como o célebre “Mentira”, que diz: “Mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer.”

Ou o poema “Carreto”, que diz:

“Amar é mudar a alma de casa.”

Ou ainda o poema “Provérbio”:

“O seguro morreu de guarda-chuva.”

Ou também “Epígrafe”:

“As únicas coisas eternas são as nubes”.

Um dos seus livros mais admirados é **Caderno H**, de 1973, que reuniu alguns dos poemas que ele publicava nas edições de sábado do **Correio do Povo**. Aqui quero mencionar o poema “Cartaz para Turistas”:

“Viajar é mudar o cenário da solidão.”

E também o poema “Dupla Delícia”:

“O livro traz a vantagem de a gente poder estar só e ao mesmo tempo acompanhado.”

E ainda o irônico “Bebida”:

“Quem bebe por desgosto é um cretino: só se deve beber por gosto.”

Destaco ainda o poema “Vidinha”:

“O mais triste de um passarinho engaiolado é que ele se sente bem”.

Mário Quintana nasceu em 30 de julho de 1906, na cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Disse ele na apresentação do seu livro **Da Preguiça como Método de Trabalho**, publicado em 1987. Prestem atenção:

“Nasci no rigor do inverno, temperatura: 1 grau; e ainda por cima prematuramente, o que me deixava meio complexado, pois achava que não estava pronto”.

Mário Quintana escreveu muitas poesias sobre a arte de fazer versos. Um dos seus depoimentos mais extensos sobre o assunto está numa entrevista que concedeu a Dante de Laitano. Nela disse o poeta:

“Eu tenho feito é versos, o que não comporta nem método nem horário. Dá-se, suponho, um longo do trabalho interior, um caos de impressões indefiníveis, choques, sentimentos etc., até que um dia, sem faltar nada, brota um mundinho inesperado: o poema. Aí, então, o poeta intervém, escolhe, omite, trabalha, pois a poesia é também uma arte plástica... É uma ocupação, aliás, agradável. Acho que todo mundo deve fazer versos: a análise dos próprios sentimentos e sensações e o refinamento da sua expressão verbal, eis uma ocupação que contribuiria em muito para a melhoria dos nossos semelhantes, ou, pelo menos, os impediria de fazer coisas piores.”

Mário Quintana se dedicou também a examinar o ato da criação poética, como se vê na obra intitulada “O Terrível Instante”:

“Antes de escrever, eu olho, assustado, para a página branca de susto”.

Ou ainda em “Mistérios da Língua Portuguesa”:

“O mais difícil, quando se escreve em prosa, é evitar as rimas e, quando se escreve em verso, achar uma rima”.

E também em “A Revelação”:

“Um bom poema é aquele que nos dá a impressão de que está lendo a gente... e não a gente a ele”.

E, ainda sobre a questão presente de cobrança de uma atitude política do poeta diante da vida, diz em “A Função”:

“A função do poeta não é explicar-se. A função do poeta é expressar-se”.

Uma das grandes preocupações de Mário Quintana era a passagem dos anos, tema que ele examina, por exemplo, em “Relógio”. Prestem atenção, por favor:

“O mais feroz dos animais domésticos é o relógio de parede: conheço um que já devorou três gerações da minha família”. (Risos.)

Repto: “O mais feroz dos animais domésticos é o relógio de parede: conheço um que já devorou três gerações da minha família”.

Um outro belo exemplo é “Reflexos, Reflexões”:

“Quando a idade dos reflexos, rápidos, inconscientes, cedem lugar à idade das reflexões – terá sido a sabedoria que chegou? Não! Foi apenas a velhice”.

Temos ainda “O Tempo”:

“O tempo é um ponto de vista dos relógios”.

E podemos também relembrar o poema “Cautela”:

“Há dois sinais de envelhecimento. O primeiro é desprezar os jovens. O outro é quando a gente começa a adulá-los.”

Mário Quintana faleceu em 1994. Da morte tratou ele em muitos poemas, como “Mudança”:

“O mais difícil na morte é acomodar-se a gente aos novos hábitos”.

O poeta viveu a maior parte de sua vida em Porto Alegre, cidade que amava – como disse o querido Zambiasi –, o que deixou claro no poema “O Mapa”:

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É que nem fosse o meu corpo!)
Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...

E também o sempre saudado “Para Escreveres Num Cartão Postal”:

Ó céus de Porto Alegre,
Como farei para levar-vos para o Céu.

Suas observações insólitas quase sempre dão um novo sentido a idéias há muito estabelecidas ou nos fazem refletir sobre algo do cotidiano que nos passou despercebido.

Diz o poema “Verbete”: “Autodidata: ignorante por conta própria”.

Repto: “Autodidata: ignorante por conta própria”.

Em “Vida Social” o poeta ironiza a nossa presença no mundo social: “O gato é o único que sabe manter-se com indiferença num salão. As outras indiferenças são afetadas”.

Também ataca as poses que as pessoas adotam na vida, como no poema “É Isso Mesmo”:

“Quem nunca se contradiz deve estar mentindo”.

Ou lança mão de conceitos surpreendentes:

“A hortência é uma couve-flor pintada de azul”.

Repto: “A hortência é uma couve-flor pintada de azul”.

E exprime sua total liberdade em “Os Intermediários”:

“Nunca me acertei bem com os padres, os críticos e com os canudinhos de refresco”.

No poema “21 de Agosto”, brinca com a excessiva preocupação com a saúde nos dias que correm – por gentileza, prestem atenção:

“O ideal da medicina é fazer os doentes morrerem com saúde”.

Repto: “O ideal da medicina é fazer os doentes morrerem com saúde”. É uma grande medicina!

Examina um esporte por um ângulo inusitado em “Tênis”:

“Ótima ginástica de pescoço para o público das arquibancadas”. (Risos.)

Em “Da Amizade” mostra uma nova maneira de encararmos um sentimento dos mais fortes:

“A amizade é uma espécie de amor que nunca morre”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero ter, neste pronunciamento, dado uma pálida idéia do trabalho do poeta Mário Quintana. De olhos abertos

para a vida comum do homem, ele esmiúça as pequenas coisas do dia-a-dia, mas não deixa de examinar os grandes temas. A sua aparente simplicidade quase esconde um pensamento sofisticado e um caprichoso trabalho de ourivesaria.

Tânia Franco Carvalhal, na apresentação das obras completas de Mário Quintana, examina com perfeição esse aspecto:

A leitura do conjunto da obra de Mário Quintana nos permite identificar alguns traços que lhe são essenciais e a tornam inconfundível na literatura brasileira. Essa identificação leva-nos necessariamente a uma revisão de determinadas características, com freqüência relacionadas à sua poesia, apontando justamente o seu avesso. Se já foi atribuída “simplicidade” a seus versos, por exemplo, alguns deixaram de ver que a essa aparência espontânea correspondiam um trabalho consciente e um domínio amplo da matéria poética.

Encerro com uma poesia de Quintana, uma das mais belas e mais densas, intitulada “Projeto de Prefácio”:

Sábias gentilezas! Refinamentos...
– não!
Nada disso encontrarás aqui.
Um poema não é para te distraíres
Como com essas imagens mutantes dos
caleidoscópios.

Um poema não é quando te deténs para
apreciar um detalhe.

Um poema não é também quando pa-
ras no fim,

Porque um verdadeiro poema continua
sempre...

Um poema que não te ajude a viver e
não saiba preparar-te para a morte

Não tem sentido: é um pobre chocalho
de palavras!

Era isso o que queria dizer, lembrando Quintana na sua linguagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)
– Obrigado, Senador Pedro Simon.

Atendido e encaminhado o voto de louvor solicitado por ocasião da comemoração do centenário de nascimento de Mário Quintana, o requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr.
1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 502, DE 2006
(N° 1.332/2004, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho - OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovados o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho - OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Convenção e Recomendação, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**CONVENÇÃO RELATIVA À INSPEÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO
DOS TRABALHADORES MARÍTIMOS**
Convenção nº 178

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo do Escritório Internacional do Trabalho, e congregada em 8 de outubro de 1996 em sua octagésima quarta sessão e;

Observando as mudanças ocorridas no setor marítimo e as alterações consequentes nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos desde a adoção da Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1926 e;

Observando as disposições da Convenção e a Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho, 1947; da Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho (Mineração e Transporte), 1947, e da Convenção sobre a Marinha Mercante (Padrões Mínimos), 1976 e;

Observando a entrada em vigor, em 16 de novembro de 1994, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982;

Havendo decidido pela adoção de certas propostas relativas à revisão da Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1926, sendo este o primeiro item da ordem do dia desta sessão, e;

Havendo decidido que essas propostas deverão tomar a forma de uma convenção internacional, para aplicação apenas por parte do Estado da bandeira;

Adota, no dia vinte e dois de outubro de mil novecentos e noventa e seis, a seguinte Convenção, que poderá ser citada como a Convenção sobre a Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1996:

PARTE I. ESCOPO E DEFINIÇÕES

Artigo 1

1. Reservadas as disposições contrárias que figurem neste artigo, esta Convenção se aplica a todo navio utilizado para navegação marítima, de propriedade pública ou privada, que esteja registrado no território de um país Membro para o qual a Convenção esteja em vigor e que esteja destinado a fins comerciais para o transporte de mercadorias ou de passageiros ou que seja utilizado para qualquer outro fim comercial. *Para fins dessa Convenção, um navio registrado no território de dois países Membros será considerado como registrado no território do país Membro cuja bandeira esteja portando.*

2. As legislações nacionais deverão determinar quais navios deverão ser considerados como de utilização para navegação marítima para fins desta Convenção.

3. Esta Convenção se aplica a reboques de alto mar.

4. Esta Convenção não se aplica a embarcações de menos de 500 toneladas brutas, nem às que não sejam utilizadas para navegação, como plataformas de perfuração e de extração de petróleo. A autoridade de coordenação central ficará encarregada de decidir, em consulta com as organizações mais representativas de armadores e de trabalhadores marítimos, quais embarcações deverão ser incluídas neste dispositivo.

5. Na medida em que a autoridade de coordenação central considere factível, após haver consultado as organizações representativas dos proprietários de navios pesqueiros e dos pescadores, as disposições desta Convenção deverão ser aplicadas às embarcações utilizadas para a pesca marítima comercial.

6. No caso de dúvida quanto à utilização de um navio para operações marítimas comerciais ou para a pesca marítima comercial para fins desta Convenção, a questão será resolvida pela autoridade de coordenação central, após haver consultado com as organizações interessadas de armadores, trabalhadores marítimos e pescadores.

7. Para fins desta Convenção:

(a) o termo *autoridade de coordenação central* refere-se aos ministros, departamentos do governo ou outras autoridades públicas com poder para determinar e supervisionar a aplicação de regulamentos, ordens ou outras instruções legais, que se refiram à inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos em qualquer navio registrado no território do país Membro;

(b) o termo *inspetor* significa qualquer servidor público ou outro funcionário público encarregado da inspeção de qualquer aspecto das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos, assim como toda e qualquer pessoa devidamente credenciada que realize trabalhos de inspeção para uma instituição ou organização autorizada pela autoridade de coordenação central, de acordo com o disposto no parágrafo 3 do Artigo 2;

(c) o termo *disposições legais* inclui, além das leis e regulamentações, os laudos arbitrais e os acordos coletivos que tenham força de lei;

(d) o termo *trabalhadores marítimos* refere-se a qualquer pessoa empregada a qualquer título a bordo de um navio utilizado para navegação marítima e ao qual se aplique esta Convenção. No caso de dúvida sobre que categorias de pessoas deverão ser consideradas trabalhadores marítimos para fins desta Convenção, a questão será resolvida pela autoridade de coordenação central, após consultar as organizações interessadas de armadores e trabalhadores marítimos.

(e) o termo *condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos* refere-se a condições tais como as relativas aos padrões de manutenção e limpeza das áreas de alojamento e trabalho no navio, de idade mínima, itens acordados, alimentação e serviço de bordo, acomodação da tripulação, recrutamento, guarnições, nível de qualificação, horas de trabalho, exames médicos, prevenção de acidentes de trabalho, cuidados médicos, afastamento por doença ou acidente, bem-estar social e questões afins, repatriação, condições de emprego e de trabalho regidos pela legislação nacional e a liberdade de associação conforme definida na Convenção da Organização do Trabalho sobre a Liberdade de Associação e a Proteção do Direito de Organização Sindical, 1948.

II. ORGANIZAÇÃO DA INSPEÇÃO

Artigo 2

1. Todo país Membro para o qual a presente Convenção esteja em vigor deverá ter em funcionamento um sistema de inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos.

2. A autoridade de coordenação central se encarregará de coordenar as inspeções pertinentes, de maneira exclusiva ou em parte, sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos, assim como de fixar os princípios que devam ser observados.

3. A autoridade de coordenação central será responsável, em todos os casos, pela inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos. Poderá autorizar instituições públicas ou outras organizações, as quais reconheça como competentes e independentes, para que efetuem, em seu nome, inspeções das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos e deverá ter atualizada e disponível para o público uma lista dessas instituições ou organizações autorizadas.

Artigo 3

1. Todo país Membro deverá assegurar-se de que todos os navios registrados em seu território sejam inspecionados em intervalos que não excedam o prazo máximo de três anos, ou anualmente se possível for, para verificar que as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores marítimos a bordo estejam em conformidade com a legislação nacional.

2. Se um país Membro receber uma denúncia ou obtiver provas de que um navio registrado em seu território não esteja em conformidade com a legislação nacional em relação às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores marítimos, deverá o país Membro tomar as medidas cabíveis para inspecionar o navio dentro do menor prazo possível.

3. Nos casos de alterações substanciais na construção do navio ou nos alojamentos, o navio deverá ser inspecionado no prazo de três meses a partir da realização das referidas alterações.

Artigo 4

Cada país Membro deverá designar inspetores que estejam qualificados para o exercício de suas funções e deverá adotar as medidas necessárias para assegurar-se de que o número de inspetores seja suficiente para cumprir com os requisitos desta Convenção.

Artigo 5

1. Os inspetores deverão ter o status jurídico e as condições de trabalho necessários para garantir sua independência em relação às mudanças no governo e a qualquer influência exterior indevida.

2. Os inspetores devidamente credenciados estarão autorizados para:

- (a) subir a bordo de um navio registrado no território do país Membro e entrar nos locais necessários para realizar a inspeção;
- (b) realizar quaisquer exames, testes ou investigação que considerem necessários para certificar-se do estrito cumprimento das disposições legais;
- (c) exigir que sejam reparadas as deficiências;
- (d) quando tenham motivos para acreditar que uma deficiência representa um sério risco para a segurança e a saúde dos trabalhadores marítimos, proibir, reservado o direito de recorrer a uma autoridade judicial ou administrativa, que um navio abandone o porto até que tenham sido adotadas as medidas necessárias, não devendo ser este impedido de sair ou detido além do tempo necessário e justificável.

Artigo 6

1. No caso de realização de uma inspeção ou da adoção de medidas com base nesta Convenção, deve ser feito tudo o possível para evitar que o navio seja detido ou retido indevidamente.

2. No caso de que um navio seja detido ou retido indevidamente, o armador ou o comandante do navio terá direito a uma indenização para compensar quaisquer perdas ou prejuízos sofridos. Sempre que sejam alegadas a detenção ou retenção indevidas de um navio, o ônus da prova recairá sobre o armador ou comandante do navio.

III. SANÇÕES**Artigo 7**

1. A legislação nacional estipulará sanções adequadas, que serão devidamente aplicadas, nos casos de violação das disposições legais aplicadas pelos inspetores e em casos de obstrução a seu trabalho quando no exercício de sua função.

2. Os inspetores terão poder discricionário para advertir e aconselhar, em lugar de instituir ou recomendar um procedimento.

IV. RELATÓRIOS**Artigo 8**

1. A autoridade de coordenação central fará registros das inspeções sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos.

2. A autoridade de coordenação central publicará um relatório anual sobre as atividades de inspeção, incluindo uma lista das instituições e organizações autorizadas a realizar inspeções em seu nome. Este relatório será publicado dentro de um prazo razoável, que não deverá ser superior a seis meses contados do fim do ano a que se refira.

Artigo 9

1. Os inspetores apresentarão um relatório de cada inspeção à autoridade de coordenação central. O capitão do navio deverá receber uma cópia do referido relatório em inglês e, no idioma utilizado no navio, e outra cópia deverá ficar exposta no quadro de avisos do navio para informação dos trabalhadores marítimos ou ser enviada aos seus representantes.

2. No caso de realização de uma investigação relativa a um incidente maior, o relatório será apresentado no menor prazo possível, e sempre dentro do prazo máximo de um mês a partir do término da inspeção.

V. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 10

Esta Convenção substitui a Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1926.

Artigo 11

As ratificações formais desta Convenção serão comunicadas ao Diretor Geral do Escritório Internacional do Trabalho, para efetuação de seus registros.

Artigo 12

1. Esta Convenção será obrigatória apenas para os países Membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tenham sido registradas com o Diretor Geral do Escritório Internacional do Trabalho.

2. Entrará em vigor doze meses após a data em que as ratificações de dois países Membros tenham sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Subsequentemente, a Convenção entrará em vigor, para cada país Membro, doze meses após a data em que sua ratificação tenha sido registrada.

Artigo 13

1. Todo país Membro que tenha ratificado esta Convenção poderá denunciá-la após um período de dez anos, a partir da data em que tenha inicialmente entrado em vigor, mediante um ato comunicado ao Diretor Geral do Escritório Internacional do Trabalho, para que seja efetuado seu registro. A denúncia não terá efeito até um ano após a data em que tenha sido registrada.

2. Todo país Membro que tenha ratificado esta Convenção e que, no prazo de um ano após o término do período de dez anos, mencionado no parágrafo anterior, não tenha exercido seu direito de denúncia, previsto neste artigo, ficará obrigado a cumprir um novo prazo de dez anos, quando então poderá denunciar esta Convenção ao término de cada período de dez anos, com base nos termos deste artigo.

Artigo 14

1. O Diretor Geral do Escritório Internacional do Trabalho notificará todos os países Membros da Organização Internacional do Trabalho sobre o registro de todas as ratificações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos países Membros da Organização.

2. Ao notificar os países Membros da Organização sobre o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Diretor Geral chamará a atenção dos países Membros da Organização sobre a data em que entrará em vigor esta Convenção.

Artigo 15

O Diretor Geral do Escritório Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, conforme estipulado no Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, as informações detalhadas sobre todas as ratificações e denúncias que tenham sido registradas de acordo com os artigos anteriores.

Artigo 16

O Conselho Administrativo do Escritório Internacional do Trabalho apresentará à Conferência, sempre que considerar necessário, um relatório sobre a aplicação da Convenção, e avaliará a conveniência de incluir na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 17

1. Caso a Conferência adote uma nova convenção que implique em uma revisão total ou parcial desta Convenção, e a menos que a nova convenção contenha disposições em contrário:

(a) a ratificação, por parte de um país Membro, da nova convenção revisora implicará, ipso jure, a denúncia imediata desta Convenção, não obstante as disposições contidas no Artigo 13, acima, quando da entrada em vigor da nova convenção revisora;

(b) a partir da data em que entre em vigor a nova convenção revisora, esta Convenção não mais estará aberta à ratificação de países Membros.

2. Esta Convenção permanecerá em vigor, em sua forma e conteúdo efetivos, para os países Membros que a tenham ratificado e que não ratifiquem a convenção revisora.

Artigo 18

As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente válidas.

Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1996 Recomendação 185

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo do Escritório Internacional do Trabalho e congregada em 8 de outubro de 1996 em sua octagésima quarta sessão e;

Havendo decidido adotar diversas propostas relativas à revisão da Recomendação sobre a Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1926, sendo este o primeiro item na ordem do dia desta sessão, e;

Havendo decidido que essas propostas deverão ter o formato de uma Recomendação em complementação à Convenção sobre a Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1996;

Adota, na data de vinte e dois de outubro do ano de mil novecentos e noventa e seis, a seguinte recomendação, que pode ser citada como a Recomendação de Inspeção do Trabalho (Trabalhadores Marítimos), 1996:

I. COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO

1. A autoridade de coordenação central deverá adotar medidas adequadas para fomentar uma cooperação efetiva entre as instituições públicas e outras organizações que tratem das condições de vida e de trabalho de trabalhadores marítimos.
2. A fim de garantir a cooperação entre inspetores, armadores, trabalhadores marítimos e suas respectivas organizações, e com a finalidade de manter ou melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos, a autoridade de coordenação central deverá realizar consultas periódicas com os representantes dessas organizações, para determinar as medidas mais adequadas para alcançar esses objetivos. A autoridade de coordenação central deverá determinar, seguindo-se a uma consulta realizada com as organizações de armadores e de trabalhadores marítimos, qual deverá ser o formato das referidas consultas.

II. ORGANIZAÇÃO DA INSPEÇÃO

3. A autoridade de coordenação central, e qualquer outro serviço ou autoridade que seja total ou parcialmente responsável pela inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos, deverá ter disponíveis todos os recursos necessários para o desempenho de suas funções.

4. O número de inspetores deverá ser suficiente para garantir o desempenho eficaz de suas funções e deverá ser determinado tomando-se em conta:

- (a) a importância das funções que tenham que ser desempenhadas pelos inspetores e, especialmente, o número, a natureza e o tamanho dos navios sujeitos a inspeção, bem como o número e a complexidade dos dispositivos legais a serem aplicados;
- (b) os meios materiais colocados à disposição dos inspetores; e
- (c) as condições práticas em que as inspeções devam ser realizadas para que sejam eficazes.

5. O sistema de inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos deverá permitir aos inspetores:

- (a) alertar a autoridade de coordenação central sobre quaisquer deficiências ou abusos que não estejam especificamente previstos nas disposições legais existentes e submeter propostas à autoridade, com vistas a melhorar a legislação e;
- (b) subir a bordo de um navio e entrar nos locais pertinentes, livremente e sem prévia notificação, a qualquer hora do dia ou da noite.

6. A autoridade de coordenação central deverá:

- (a) estabelecer procedimentos simples que lhe permitam receber de forma confidencial a informação que lhe seja transmitida pelos trabalhadores marítimos, seja diretamente ou por meio de seus representantes, em relação a possíveis violações dos dispositivos legais, e possibilitar aos inspetores investigar tais questões com celeridade;
- (b) habilitar os capitães, os membros da tripulação e os representantes dos trabalhadores marítimos para que possam solicitar uma inspeção quando considerarem necessário; e
- (c) fornecer informações técnicas e assessoramento aos armadores, aos trabalhadores marítimos e às organizações interessadas sobre a maneira mais eficaz de cumprir com os dispositivos legais e de melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos.

III. OBRIGAÇÕES E PODERES DOS INSPETORES

7. 1) Em observação às disposições da legislação nacional em matéria de contratação dos funcionários públicos, os inspetores deverão contar com qualificações e formação adequadas para o desempenho de suas funções e, sempre que possível, deverão ter uma formação marítima ou experiência como trabalhador marítimo. Deverão ter um conhecimento adequado das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos e do idioma inglês.

2) A autoridade de coordenação central deverá determinar a forma de comprovar as referidas qualificações.

8. Deverão ser adotadas medidas para oferecer aos inspetores uma formação e treinamento complementar para a realização de seu trabalho.

9. Cada país Membro deverá adotar as medidas adequadas para que seja possível recorrer a especialistas e técnicos devidamente qualificados, para que, quando seja necessário, possam fornecer auxílio aos inspetores no desempenho de suas funções.

10. Não deverão ser atribuídas aos inspetores funções que, por seu número ou características, possam interferir com uma inspeção eficaz ou prejudicar de alguma maneira a autoridade ou imparcialidade dos mesmos em suas relações com os armadores, trabalhadores marítimos ou outras partes interessadas.

11. Todos os inspetores deverão dispor de instalações convenientemente localizadas, assim como de equipamentos e meios de transporte adequados, que lhes permita desempenhar com eficácia suas funções.

12. 1) Os inspetores devidamente credenciados deverão ter poderes para:

(a) interrogar o capitão, os trabalhadores marítimos ou qualquer outra pessoa, incluindo o armador ou seu representante, acerca de quaisquer questões relativas à aplicação das disposições legais, e fazê-lo na presença de uma testemunha, se assim o solicitar a pessoa interrogada;

(b) exigir a apresentação de quaisquer livros, diários de bordo, registros, certificados ou outro documento ou informação diretamente relacionados com os assuntos submetidos à inspeção, a fim de verificar a conformidade com as disposições legais;

(c) velar para que sejam divulgadas as advertências dispostas em lei; e

(d) coletar ou extraír, para fins de análise, amostras de produtos, carga, água potável, provisões e materiais e substâncias utilizados ou manipulados.

2) O armador ou seu representante e, quando apropriado, o trabalhador marítimo, deverão ser notificados sobre quaisquer amostras coletadas ou extraídas em conformidade com o item 1) (d), ou deverão estar presentes no momento da coleta ou extração. A quantidade da referida amostra deverá ser devidamente registrada pelo inspetor.

13. Ao iniciar a inspeção de um navio, os inspetores deverão notificar sua presença ao capitão ou à pessoa encarregada do navio e, conforme o caso, aos trabalhadores marítimos ou a seus representantes.

14. A autoridade de coordenação central deverá ser notificada de quaisquer acidentes de trabalho ou doença profissional que aflija os trabalhadores marítimos, nos casos e na forma prevista na legislação nacional.

15. Os inspetores deverão:

- (a) ser proibidos de ter qualquer interesse direto ou indireto nas atividades que estejam encarregados de inspecionar;
- (b) cumprir com a obrigação de não revelar, nem mesmo depois de haverem deixado o cargo, quaisquer segredos comerciais, processos de trabalho confidenciais ou informações de caráter pessoal que tenham chegado a seu conhecimento durante o exercício de suas funções, sob pena de sofrer as sanções ou medidas disciplinares cabíveis.
- (c) considerar confidencial a fonte de qualquer denúncia sobre a existência presumida de um perigo ou deficiência em relação às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos, ou de uma violação das disposições legais, e abster-se de dar a entender ao armador, a seus representantes ou ao comandante do navio que a inspeção esteja sendo realizada por motivo de uma referida denúncia.
- (d) contar, uma vez realizada a inspeção, com o poder discricionário de chamar diretamente a atenção do armador, do comandante ou do capitão do navio sobre as deficiências que possam afetar a saúde e a segurança de qualquer pessoa que esteja a bordo.

IV. RELATÓRIOS

16. O relatório anual publicado pela autoridade de coordenação central, com base no parágrafo 2 do artigo 8 do Convênio, deverá incluir:

- (a) uma lista da legislação vigente que afete as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos, assim como das emendas que tenham entrado em vigor durante o ano;
- (b) os detalhes relativos à organização do sistema de inspeção previsto no Artigo 2 da Convenção;
- (c) estatísticas sobre os navios ou outros locais submetidos a inspeções, e sobre os navios e outros locais efetivamente inspecionados;
- (d) estatísticas relativas aos trabalhadores marítimos que estejam sujeitos à legislação citada no ítem a) deste parágrafo;
- (e) estatísticas e informações sobre violações à legislação, as sanções impostas e os casos de detenção de navios;
- (f) estatísticas sobre acidentes de trabalho e acidentes profissionais que afetem os trabalhadores marítimos.

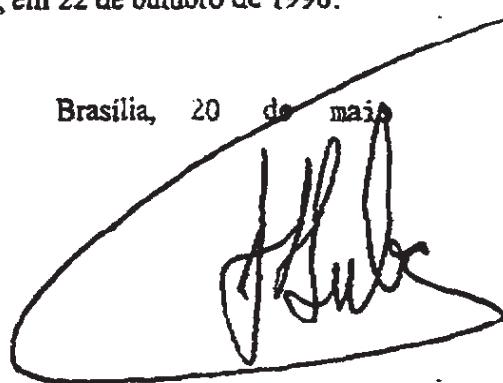
17. Os relatórios citados no Artigo 9 da Convenção deverão ser redigidos em conformidade com as determinações da autoridade de coordenação central.

Mensagem nº 261, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção nº 178, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho de Trabalhadores Marítimos, bem como ao da Recomendação nº 185, da OIT, ambas assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Brasília, 20 de maio de 2004.



EM Nº 00105/DAI/DTS-MRE

Brasília, em 19 de abril de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho de Trabalhadores Marítimos, complementada pela Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotadas em 22 de outubro de 1996 pela 84ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, têm por objetivo manter ou melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos.

2. Nesse âmbito, a Convenção nº 178 determina o estabelecimento de sistema adequado de inspeção de locais de trabalho marítimo e a existência de legislação disposta sobre a obrigatoriedade de os países Membros designarem inspetores qualificados para exercerem suas funções e adotarem medidas necessárias para assegurar número suficiente de inspetores para cumprir seus requisitos. O artigo 2º inciso I da Convenção nº 178 refere-se à necessidade de ser observado por todo país Membro para o qual a Convenção esteja em vigor o funcionamento de sistema de inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos.

3. A Convenção nº 178 e a Recomendação nº 185 foram analisadas por Comissão Tripartite criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego pela Portaria Ministerial nº 476. Manifestaram-se favoráveis à ratificação o Ministério do Trabalho e Emprego, o Comando da Marinha, bem como representantes dos Empregadores e dos Trabalhadores. A ratificação das mencionadas Convenção e Recomendação harmoniza-se com os anseios da comunidade marítima internacional, representada de forma tripartite no seio da Organização Internacional do Trabalho.

4. À luz do que precede, e tendo em conta a necessidade de concluir a tramitação interna iniciada com a adoção pela 84ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho dos textos da Convenção nº 178 e da Recomendação nº 185 da OIT, elevo à consideração de Vossa Excelência os anexos textos desses instrumentos, bem como Projeto de Mensagem pelo qual os mesmos são submetidos ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 503, DE 2006
(N° 1.836/2005, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
A REPÚBLICA PORTUGUESA SOBRE FACILITAÇÃO
DE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

A República Federativa do Brasil

e

A República Portuguesa,

adiante designadas como "Estados Contratantes",

Tendo presente o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, de 22 de Abril de 2000, vigente entre os dois países, nomeadamente os seus artigos 7º, 8º e 9º;

Desejando intensificar os laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos;

Conscientes da necessidade observada por ambos os Estados Contratantes de tornar mais fácil e fluida a circulação dos seus nacionais, especialmente dos artistas, professores, cientistas, investigadores ou pesquisadores, empresários, executivos, desportistas, jornalistas e estagiários de ambos os países,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º
Isenção de vistos

1. Os cidadãos brasileiros e os cidadãos portugueses, titulares de passaportes comuns válidos do Brasil e de Portugal, que desejem entrar e permanecer no território do outro Estado Contratante por um período de até noventa (90) dias, para fins artísticos, culturais, científicos, empresariais, de estágio acadêmico, jornalísticos, desportivos ou turísticos estão isentos de visto.

2. Os cidadãos brasileiros e os cidadãos portugueses que se desloquem ao território do outro Estado Contratante para prestação de serviços no âmbito empresarial poderão ter acesso a um visto ou autorização de trabalho, nos termos das respectivas legislações internas, por um período máximo de noventa (90) dias, que será emitido num prazo não superior a trinta (30) dias.

3. O período de noventa (90) dias referido nos números anteriores do presente artigo poderá ser prorrogado, por igual período, de acordo com a legislação interna do país de ingresso, desde que se mantenham as condições de entrada e estada no respectivo território e não ultrapasse o período de cento e oitenta (180) dias por ano.

4. É vedado aos beneficiários do regime de isenção de vistos estabelecido no número 1º do presente artigo o exercício de atividades profissionais cuja remuneração provém de fonte pagadora situada no país de ingresso, salvo quando se tratar de ajudas de custo, bolsas, diárias e prêmios.

Artigo 2º
Concessão de vistos

1. Para a concessão de vistos para estadas superiores aos prazos previstos no número 3 do artigo 1º, a respectiva tramitação deverá, nos termos da legislação interna de cada Estado Contratante, ser efetuada sob procedimento sumário, que não deverá ultrapassar trinta (30) dias, contados a partir da data da aceitação do pedido.

2. Os vistos emitidos ao abrigo do disposto no número anterior poderão ser prorrogados, no território do país de ingresso, de acordo com a legislação interna desse país.

Artigo 3º
Aplicabilidade da lei do país de ingresso

O presente Acordo não exime os seus beneficiários da observância das obrigações decorrentes da lei e demais disposições em vigor referentes à entrada e permanência de estrangeiros no território do país de ingresso.

Artigo 4º
Vigência e denúncia

1. Este Acordo permanecerá em vigor por período indeterminado.

2. Cada um dos Estados Contratantes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo.

3. A denúncia deverá ser notificada ao outro Estado Contratante, por escrito e por via diplomática, produzindo efeitos noventa (90) dias após a recepção da respectiva notificação.

4. Os processos de visto em curso não serão afetados pela denúncia.

Artigo 5º
Suspensão

1. Qualquer dos Estados Contratantes poderá suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo.
2. A suspensão deverá ser imediatamente notificada ao outro Estado Contratante, por escrito e por via diplomática, produzindo efeito trinta (30) dias após a recepção da respectiva notificação.

Artigo 6º
Revisão

O presente Acordo pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer dos Estados Contratantes. As alterações entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 7º.

Artigo 7º
Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a data da segunda notificação, por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno dos Estados Contratantes necessários para o efeito.

Feito em Lisboa, em onze de julho de 2003, em dois exemplares originais, em língua portuguesa, sendo ambos igualmente autênticos.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL

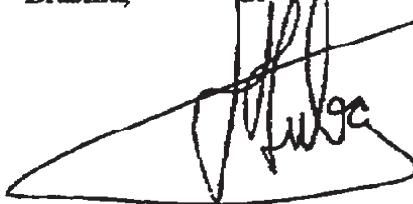


PELA REPÚBLICA PORTUGUESA

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Brasília, 28 de outubro de 2004.



EM Nº 00062 DIM/DE-1/DAI MRE CVIS-BRAS-PORT

Brasília, 12 de março de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, assinado em Lisboa, em 11 de julho último.

2. A assinatura do Acordo em apreço reflete o estágio adiantado em que se desenvolve o relacionamento bilateral entre Brasil e Portugal, bem como a consciência, já predominante em seus Governos, de que nacionais brasileiros e portugueses dispõem de um patrimônio comum de cujos benefícios poderão compartilhar ainda mais intensamente.

3. Nesse entendimento, bem além do mero fluxo turístico entre os territórios de ambos os países, a cultura em geral, a arte e a ciência podem se desenvolver em condições privilegiadas na medida em que seus agentes, brasileiros e portugueses, possam ver facilitados seus deslocamentos de um país a outro. Assim também empresários, estagiários, jornalistas e desportistas se vêem em condições de intensificar atividades comerciais, educativas e de cooperação bilateral para mútuo benefício.

4. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação legislativa, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias do Acordo em pauta.

Respeitosamente,

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 504, DE 2006
(N° 145/2006, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA CROÁCIA SOBRE COOPERAÇÃO
NO CAMPO DE VETERINÁRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Croácia
(doravante denominados como "Partes Contratantes"),

Visando a facilitar a circulação de animais e produtos de origem animal e, ao mesmo tempo, a prevenir a introdução de doenças animais transmissíveis e produtos de origem animal fora dos padrões de segurança, assim como a desenvolver a cooperação no campo de medicina veterinária,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. A importação e o trânsito de animais e produtos de origem animal (doravante denominados carregamento) somente serão realizados se as condições sanitário-veterinárias obrigatórias tiverem sido cumpridas e caso a aprovação da autoridade competente do país importador e do país através do qual transitará o carregamento tiver sido obtida.
2. As autoridades competentes das Partes Contratantes deverão trocar os espécimes dos certificados sanitário-veterinários, os quais deverão acompanhar o carregamento à República da Croácia e à República Federativa do Brasil e deverão manter-se reciprocamente informados de suas alterações e acréscimos.
3. Os certificados sanitário-veterinários deverão ser impressos ao menos nos idiomas português, inglês e croata.

ARTIGO II

A autoridade competente de cada Parte Contratante deverá:

1. informar a outra Parte sobre as condições sanitário-veterinárias de importação e trânsito de carregamentos.
2. intercambiar relatórios mensais sobre o status de notificação obrigatória de doenças animais transmissíveis em seu território, identificando o nome dos locais, código e o nome da região epizoológica e epidemiológica.
3. informar a outra Parte, por escrito, em 24 horas, sobre surto de doença da lista A de Doenças Animais Transmissíveis do Código Internacional de Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), assim como o curso da doença, e, no caso da Febre Aftosa, vírus, o caráter da doença, medidas tomadas e as fontes do agente devem ser citadas.

ARTIGO III

Com vistas ao desenvolvimento da cooperação no campo de medicina veterinária a autoridade competente de cada Parte Contratante deverá:

1. Intercambiar as regulamentações e outras publicações profissionais na área veterinária;
2. intercambiar os planos de amostragem de resíduos para o ano corrente e os resultados das amostragens de resíduos do ano anterior;
3. promover cooperação entre as instituições científicas na área de estudos e pesquisas das doenças animais e dos sistemas de controle sanitário-veterinário de gêneros alimentícios de origem animal, assim como cooperação entre os laboratórios de análise e diagnóstico;
4. oferecer auxílio mútuo na produção e compra dos meios necessários à prevenção de doenças e tratamento médico dos animais;
5. intercambiar, caso necessário, as estirpes de patógenos animais para fins experimentais e de diagnóstico, assim com os meios de diagnóstico;

6. promover cooperação entre os serviços veterinários e intercambiar os veterinários especializados com vistas a conhecer as atividades e a organização do serviço veterinário da outra Parte Contratante, a condição dos estabelecimentos exportadores, da saúde animal e do sistema de informação de saúde animal;
7. esforçar-se para organizar reuniões anuais de especialistas em bases recíprocas.

ARTIGO IV

Se no ponto de entrada ou no local de destino for estabelecido que o carregamento não cumpre com as condições estabelecidas pelo certificado sanitário-veterinário, a autoridade competente da Parte Contratante em cujo território a impropriedade for identificada deverá informar imediatamente a outra Parte Contratante e tomar medidas de acordo com a sua legislação interna.

ARTIGO V

1. Se uma doença animal for diagnosticada no território de uma das Partes Contratantes, a autoridade competente terá a prerrogativa de limitar ou banir a importação e o trânsito de carregamentos das espécies animais suscetíveis a tal doença, provenientes do território onde a doença tenha sido identificada.
2. A limitação e o banimento da importação e trânsito poderão, sob as mesmas condições, ser aplicados a outros carregamentos pelos quais a doença possa disseminar-se.

ARTIGO VI

As controvérsias resultantes da aplicação dos dispositivos deste Acordo deverão ser resolvidas pelas autoridades competentes de cada uma das Partes Contratantes. Caso não seja atingido o resultado desejado, as controvérsias deverão ser resolvidas por via diplomática.

ARTIGO VII

1. A autoridade competente para a implementação deste Acordo na República Federativa do Brasil é a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com sede em Brasília.
2. A autoridade competente para a implementação deste Acordo na República da Croácia é a Diretoria Veterinária do Ministério da Agricultura e Floresta com sede em Zagreb.

ARTIGO VIII

O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes Contratantes, por escrito. As emendas entrarão em vigor em conformidade com o disposto no Artigo X.

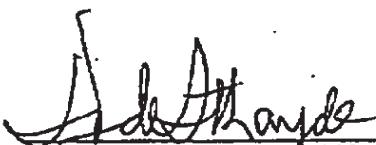
ARTIGO IX

O presente Acordo não deve afetar os direitos e obrigações das Partes Contratantes resultantes de outros acordos internacionais de que fazem parte.

ARTIGO X

1. O presente Acordo deverá entrar em vigor 30(trinta) dias após a data do recebimento da segunda Nota que comunica o cumprimento das respectivas formalidades legais internas para a entrada em vigor deste Acordo e terá vigência por um periodo de 5 (cinco) anos.
2. O presente Acordo poderá ser denunciado por via diplomática. A denúncia terá efeito 6(seis) meses após a data de recebimento da respectiva notificação por escrito.

Feito em Zagreb, em 20 de abril de 2004, em dois originais, nos idiomas português, croata e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês deverá prevalecer.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

MIN. LUIZ FERNANDO G. DE ALMADA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO
ABASTECIMENTO



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA CROÁCIA

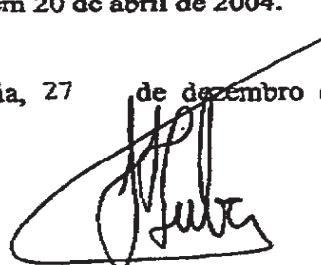
PETAR COBANKOVIC
MINISTRO DA AGRICULTURA;
FLORESTAS E ÁGUAS

Mensagem nº 965, de 2004.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Brasília, 27 de dezembro de 2004.



EM Nº 00226/DPB/DAI/MRE - PAIN-BRAS-CROA

Brasília, em 23 de julho de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

2. O referido instrumento tem por objetivo promover a cooperação entre Brasil e Croácia no campo da veterinária, com vistas a ampliar o comércio bilateral de produtos de origem animal, tendo por base as normas e regulamentos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

3. Conforme prevê o Acordo, Brasil e Croácia deverão informar-se mutuamente sobre a ocorrência, em seus territórios, de doenças animais transmissíveis e eventuais medidas adotadas para controle de surtos, contribuindo assim para a redução dos riscos sobre sanidade animal de um país para outro.

4. No que diz respeito à cooperação no campo da medicina veterinária, de acordo com o Artigo III, as autoridades competentes dos dois países deverão promover a cooperação entre instituições científicas, bem como entre laboratórios de análise e diagnóstico. Deverão ser promovidos, igualmente, intercâmbios de veterinários, com vistas a aumentar o conhecimento mútuo da organização dos serviços veterinários e da condição sanitária dos estabelecimentos exportadores.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**Constituição da República Federativa do Brasil 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2006**(De iniciativa do Presidente da República)****(nº7,028/2006, na Casa de Origem)**

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Ministério Público Federal, os imóveis que especifica, de propriedade do Município do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a desapropriar, com fundamento na alínea h do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os imóveis urbanos de propriedade do Município do Rio de Janeiro, declarados de utilidade pública pelo Decreto s/nº, de 26 de dezembro de 2005, e constituídos pelos lotes de terrenos nºs 2 e 3 da Quadra D, do Projeto Aprovado de Loteamento nº 5.248, segundo o Plano Agache, referentes à área coletiva non aedificandi interna limitada pelas Avenidas Nilo Peçanha, Graça Aranha, Almirante Barroso e Rua Debret, localizada no Centro do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, conforme descrito a seguir:

I - lote nº 2 da Quadra D, com área de 52,00 m², registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-H, fls. 163, nº 4.363, com frente para a Avenida Graça Aranha, confrontando-se, do lado esquerdo, com o lote nº 3, descrito no inciso II, e, do lado direito, com o lote nº 1, da Quadra D, registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-J, fls. 208, nº 5.342; e

II - lote nº 3 da Quadra D, com área de 270,00 m², registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-J, fls. 208, nº 5.342; e

veis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-H, fls. 30, nº 4.140, com frente para as Avenidas Almirante Barroso e Graça Aranha, confrontando-se, do lado direito, com o lote nº 2, descrito no inciso I do caput deste artigo, e, do lado esquerdo, com o lote nº 4, da Quadra D, registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-N, fls. 142, nº 7.248.

Art. 2º Os bens objeto da desapropriação de que trata esta Lei destinam-se à União para utilização definitiva pelo Ministério Público Federal na execução das suas atividades e serviços, no Estado do Rio de Janeiro, observadas as limitações administrativas existentes sobre os imóveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N.º 7.028, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Ministério Público Federal, os imóveis que especifica, de propriedade do Município do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a desapropriar, com fundamento no art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os imóveis urbanos de propriedade do Município do Rio de Janeiro, declarados de utilidade pública pelo Decreto de 26 de dezembro de 2005 e constituídos pelos lotes de terrenos nºs 02 e 03 da Quadra "D", do Projeto Aprovado de Loteamento nº 5248, segundo o Plano Agache, referentes à área coletiva non aedificandi interna limitada pelas Avenidas Nilo Peçanha, Graça Aranha, Almirante Barroso e Rua Debret, localizada no Centro do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, conforme descrito a seguir:

I - lote nº 02 da Quadra "D", com área de 52,00 m², registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-H, fls. 163, nº 4363, com frente para a Avenida Graça Aranha, confrontando-se, do lado esquerdo, com o lote nº 03, descrito no inciso II, e, do lado direito, com o lote nº 01, da Quadra "D", registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-J, fls. 208, nº 5342; e

II - lote nº 03 da Quadra "D", com área de 270,00 m², registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-H, fls. 30, nº 4140, com frente para as Avenidas Almirante Barroso e Graça Aranha, confrontando-se, do lado direito, com o lote nº 02, descrito no inciso I, e, do lado esquerdo, com o lote nº 04, da Quadra "D", registrado no Cartório do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do Rio de Janeiro, no Livro 3-N, fls. 142, nº 7248.

Art. 2º Os bens objeto da desapropriação de que trata esta Lei destinam-se à União, para utilização definitiva pelo Ministério Público Federal na execução das suas atividades e serviços, no Estado do Rio de Janeiro, observadas as limitações administrativas existentes sobre os imóveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

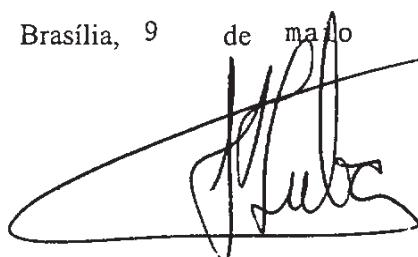
Brasília,

Mensagem nº 339, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Ministério Público Federal, os imóveis que especifica, de propriedade do Município do Rio de Janeiro”.

Brasília, 9 de maio de 2006.



EM nº 11 - C. Civil

Em 27 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Ministério Público Federal, os imóveis que especifica, de propriedade do Município do Rio de Janeiro”.

A proposta normativa tem como finalidade possibilitar a desapropriação de imóveis de propriedade do Município do Rio de Janeiro, declarados de utilidade pública pelo Decreto de 26 de dezembro de 2005, eis que este ato normativo condicionou a desapropriação dos imóveis do referido ente da Federação à prévia concessão de autorização legislativa, a ser dada pelo Poder Legislativo federal, conforme determina o § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Assim, Senhor Presidente, submeto ao elevado descritivo de Vossa Excelência o anexo projeto de lei.

Respeitosamente,

DILMA ROUSSEFF

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.**

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:

.....
h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;

DECRETO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis urbanos que menciona, destinados à União, para utilização definitiva do Ministério Público Federal na execução das suas atividades e serviços, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– O Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2006, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 502 a 504, de 2006, vão à Comissão de Relações Externas e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, Inciso III, do Regimento Interno, terão o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposições.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2006

Requeiro a Vossa Excelência a retirada do Recurso nº 14/2006 interposto ao Plenário referente à tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– A Presidência defere o Requerimento lido, nos termos do Inciso I do art. 256 do Regimento Interno.

Em virtude da retirada do Recurso nº 14, de 2006, o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 291-L-PFL/06

Brasília, 6 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Alberto Fraga para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Osório Adriano.

Atenciosamente – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N° 585/06/OS-GSE

Brasília, 6 de dezembro de 2006

Assunto: comunico envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei n° 4.591, de 2004, da Câmara dos Deputados (PLC 73/05, nessa Casa), o qual “Dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal; revoga a Lei n° 10.482, de 3 de julho de 2002; e dá outras providências.”, exceto as expressões: “a partir da data da publicação desta Lei” constante do **caput**, e “a partir da vigência desta Lei” constante do § 2º, inscritas no art. 1º do Substitutivo do Senado Federal.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A matéria foi anexada ao processado do Projeto de Lei da Câmara n° 73, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem n° 245, de 2006** (n° 1.034/2006, na origem), de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República, encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei n° 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de outubro de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, juntado ao processado do Aviso n° 12, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara n° 33, de 2006** (n° 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero utilizar pouco tempo. Estou inscrito para falar mas, se o apagão aéreo deixar, terei que pegar um vôo daqui há pouco e quero fazer dois registros.

O primeiro é em relação à aprovação, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estatuto é de autoria do Senador Paulo Paim. Ele teve o relatório do Senador Flávio Arns e é um importantíssimo instrumento na defesa da causa das pessoas com deficiência. Oportunamente, o próprio Senador Paim vai abordar este tema, mas eu não gostaria de deixar passar este momento sem registrar a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O segundo assunto, que vou deixar também para inscrição nos Anais, é referente a uma polêmica sobre a questão da informática, o uso da tecnologia. Aqui tenho uma entrevista de Vint Cerf, um dos fundadores da rede mundial de computadores, a Internet. Nessa entrevista, ele responde, com clareza, que nos Estados Unidos é comum que o internauta forneça algum número de identificação para ter acesso em lugares públicos – *hotspots*, por exemplo –, como o número do cartão de crédito ou o endereço. Em muitos casos, além do número do cartão, deve-se fornecer o endereço para realmente comprovar que ela é a pessoa que diz ser.

Mais adiante, ele mostra, sem estar familiarizado com a lei proposta no Brasil, que, nos Estados Unidos, a pessoa deve ter ordem judicial para obter certos tipos de informação. A entrevista mostra que o tema realmente merece uma discussão mais abrangente. Cada país vai encontrar o seu caminho, mas o tema em si é merecedor das preocupações nacionais, e não um assunto fora de contexto, como, lamentavelmente, em determinados momentos ficou mencionado.

Agradeço e peço desculpa por usar um pouco além do tempo normal de uma questão de ordem, mas esses eram dois registros que eu gostaria de fazer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores.

DOCUMENTO A QUE SE REFERI

Volto a esta tribuna para registrar entrevista concedida pelo pesquisador norte-americano Vint Cerf ao jornal eletrônico IDG NOW, publicada no dia 4/12/2006. Nela, Cerf, que ajudou a criar a rede mundial de computadores, a Internet, com a invenção do protocolo TCP/IP na década de 60, avalia o papel da Internet Corporation for Assigned Numbers and Names (Icann) – organização que define as regras de funcionamento da rede. O pesquisador também comenta algumas polêmicas que a Internet tem criado ao redor do mundo.

Trago este assunto porque a entrevistadora cita o projeto de lei que tramita nesta casa sobre os crimes praticados mediante o uso de informática. A primeira pergunta se refere ao registro do usuário e se isto coibiria os crimes pela rede de computadores. A resposta de Vint Cerf, límpida e cristalina, reafirma o que os técnicos conhecem muito bem: "Nos Estados Unidos é comum que o internauta forneça algum número de identificação para ter acesso em lugares públicos como hotspots, como número de cartão de crédito ou endereço. Em muitos casos, além do cartão, você deve fornecer seu endereço para provar que é realmente a pessoa que diz ser. De certa forma, os provedores de acesso à internet já possuem informações confidenciais dos internautas. Se você assina um serviço de banda larga é muito pouco provável que o provedor forneça este serviço sem saber quem você é, ou ter pelo menos o número do seu cartão de crédito, seu endereço e sua conta bancária. Diria que, em muitas instâncias do acesso à internet, os provedores já possuem um montante de informações pessoais sobre os usuários."

Na pergunta seguinte, sobre a necessidade da guarda de informações sobre as conexões, outro ponto que tem gerado discussões na sociedade brasileira, o pesquisador de novo demonstra o seu conhecimento do que realmente acontece na rede: "O interessante desta questão é avaliar em quais condições os provedores deveriam fornecer informações para o suporte à lei. Não estou familiarizado com a lei brasileira, mas nos Estados Unidos você tem ordens judiciais para obter certos tipos de informação. De certa forma, podemos entender que não deixa de ser um pedido razoável. Existe o mesmo processo com o telefone. Provavelmente, em muitos casos judiciais, ligações e mensagens telefônicas são solicitadas como provas em tribunais. Minha primeira impressão é que isso não parece terrivelmente diferente das práticas aplicadas por aí. Temos de imaginar que se isso for aprovado de alguma forma pode parecer mais ameaçador para os internautas que acreditavam ser mais anônimos do que são. E eles não são. Acho certo dizer que, para a maioria dos provedores que cobram pelos serviços, existem de fato várias formas de rastrear e descobrir quem você é. Até em universidades você precisa fazer um registro antes de acessar a rede."

Assim, vê-se claramente que parte da polêmica aqui criada deve-se à divulgação, pela imprensa, de informações distorcidas, pois tanto na questão da identificação do usuário quanto na guarda das informações de conexão, sem nenhuma referência ao conteúdo, conforme estabelecido no Projeto de Lei, a voz da experiência do pesquisador mostra que estamos no caminho certo, e naturalmente teremos em breve uma legislação que proteja os bons usuários daqueles que fazem mau uso da tecnologia da informação.

Senhor Presidente, encaminho e requeiro que a entrevista do senhor Vint Cerf ao jornal eletrônico IDG NOW passe a constar dos Anais desta Casa. Era o que tinha a dizer.


EDUARDO AZEREDO

Entrevista: pai da internet afirma que é difícil censurar a web

(<http://idgnow.uol.com.br/internet/2006/12/01/idgnoticia.2006-12-01.9605223150>)

Por Daniela Braun editora do IDG Now!*

Publicada em 04 de dezembro de 2006 às 07h00

Atualizada em 04 de dezembro de 2006 às 12h26

São Paulo - Em visita ao Brasil para reunião do ICANN, Vint Cerf avalia o papel da entidade e polêmicas da rede que ajudou a criar.

A internet que Vint Cerf ajudou a criar, com a invenção do protocolo TCP/IP na década de 60, já ganhou o termo 2.0, mudou os rumos da indústria do entretenimento, mexeu com conceitos de liberdade de expressão, privacidade e está sob olhares atentos de órgãos governamentais.

Como presidente da diretoria do ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), Cerf conversou por telefone com o IDG Now! pouco antes de vir ao Brasil para a reunião da entidade que organiza a concessão de domínios e de endereços IP no mundo, esta semana, em São Paulo.

Nesta entrevista, Cerf, que também é vice-presidente e evangelista do Google, avalia a identificação dos internautas, as mudanças no papel do ICANN, a internacionalização do registro de domínios e o futuro do You Tube, cuja aquisição ele mesmo previu há seis meses, quando esteve no Brasil. Confira.

Recentemente, o senado brasileiro avaliou uma lei polêmica pedindo o registro de internautas no Brasil. O senhor acha que esse tipo de medida pode ser eficiente para combater o cibercrime?

Nos Estados Unidos é comum que o internauta forneça algum número de identificação para ter acesso em lugares públicos como hotspots, como número de cartão de crédito ou endereço. Em muitos casos, além do cartão você deve fornecer seu endereço para provar que é realmente a pessoa que diz ser. De certa forma, os provedores de acesso à internet já possuem informações confidenciais dos internautas. Se você assina um serviço de banda larga é muito pouco provável que o provedor forneça este serviço sem saber quem você é, ou ter pelo menos o número do seu cartão de crédito, seu endereço e sua conta bancária. Daria que, em muitas instâncias do acesso à internet, os provedores já possuem um montante de informações pessoais sobre os usuários.

Mas o sr. concorda que eles deveriam ser obrigados a guardar informações por um determinado período e fornecê-las à Justiça?

O interessante desta questão é avaliar em quais condições os provedores deveriam fornecer informações para o suporte à lei. Não estou familiarizado com a lei brasileira, mas nos Estados Unidos você tem ordens judiciais para obter certos tipos de informação. De certa forma, podemos entender que não deixa de ser um pedido razoável. Existe o mesmo processo com o telefone. Provavelmente, em muitos casos judiciais, ligações e mensagens telefônicas são solicitadas como provas em tribunais.

Minha primeira impressão é que isso não parece terrivelmente diferente das práticas aplicadas por aí. Temos de imaginar que se isso for provado de alguma forma pode parecer mais ameaçador para os internautas que acreditavam ser mais anônimos do que são. E eles não são. Acho certo dizer que, para a maioria dos provedores que cobram pelos serviços, existem de fato várias formas de rastrear e descobrir quem você é. Até em universidades você precisa fazer um registro antes de acessar a rede.

Países como China, Irã, Síria, Brasil, Cuba e Rússia buscam uma estrutura internacionalizada da internet, mas não atingiram este objetivo até o momento. Se isso for levado adiante, teríamos um risco de ver a liberdade de expressão ameaçada?

Nos Estados Unidos existem leis para restringir o que é dito ou mostrado na TV ou no rádio. A internet é outro meio, mais aberto do que os outros e pode ser atingido por uma massa muito grande de pessoas. Quando você fala na internet, potencialmente está falando para a comunidade global, ao contrário de outras mídias às quais os cidadãos comuns têm acesso. Você pode ter problemas ao escrever uma manchete em um jornal local ou nacional, mas pode facilmente colocá-la em um blog.

A acessibilidade da internet e sua expressão como mídia é notável em relação a outros meios. Eu apontaria que há pesquisas sobre o que é permitido ou não na rede em uma série de países. Somente mencionando a França ou a Alemanha é ilegal fazer determinados tipos de publicidade na internet. Outro exemplo bem comum na China sobre as restrições do que pode ser publicado na internet.

A parte difícil da restrição é que o conteúdo é acessível no mundo todo. Esse é o potencial que este tipo de tecnologia tem. É por isso que é difícil implementar esses tipos de restrições. Se há alguma restrição sobre o que é acessado em um site no Brasil, você pode colocar o site hospedado em outro país onde isso não é restrito. Outra opção é colocar filtros sobre o que é possível ver na internet, que é o que os chineses fazem, mas ainda assim é possível criar um túnel para acessar a internet de fora, ir a outra parte do mundo, da rede e essencialmente acessar o que você quiser.

A experiência que tenho é que o internauta que tentar acessar um conteúdo proibido recebe uma mensagem dizendo que o conteúdo que ele deseja acessar é restrito e que se ele for pego acessando ou distribuindo o conteúdo o governo vai tomar alguma medida. Se você quiser se manter nos negócios nestes tipos de países deve ser mais cuidadoso com o que coloca na rede. Particularmente, o Google na China, onde o governo essencialmente não quer exibir certos materiais para os cidadãos, o Google teve de limitar algumas das respostas às buscas operando de acordo com as leis.

Foi uma decisão difícil entrar na China?

Sim, foi. Discutimos isso dentro da empresa por mais de um ano. E procuramos fornecer o máximo de informações que podíamos aos cidadãos chineses, mas tivemos de limitá-los. Começamos não oferecendo, por exemplo, serviços de e-mail ou blog, porque não queríamos

evitar o processo de o governo vir nos pedir para retirarmos do ar os materiais [nestes serviços]. Tentamos evitar colocar os cidadãos chineses que estavam usando nossos serviços em risco, de todas as formas possíveis.

O editor-chefe da revista Wired, Chris Anderson, escreveu um artigo para a revista The Economist afirmando que a internet estaria matando os jornais, a indústria fonográfica e a televisão. O senhor acredita que a internet esteja fazendo isso?

Na verdade, não. O interessante da internet é que ela, tecnicamente, tem capacidade de funcionar como um rádio, reproduzir músicas e operar como uma TV oferecendo vídeos. E todas essas coisas foram digitalizadas e tratadas como arquivos. Está claro que alguns usuários de internet abusaram desta capacidade técnica e a usaram para distribuir conteúdos licenciados sem pagar direitos autorais. E é inquestionável que a tecnologia pode e foi explorada desta forma.

Por outro lado, entramos em um período em que a informação está em uma forma muito 'invisível' que torna muito mais fácil a cópia e a distribuição. Isso está forçando algumas empresas da indústria de entretenimento a repensarem seu modelos de negócios. A Apple é um exemplo de uma empresa que repensou o modelo de distribuição de músicas. Meu palpite é que, com o tempo, uma parcela maior da indústria vai chegar à conclusão de que deve tirar vantagem destas características da distribuição de conteúdos digitais, ao invés de inibir esse avanço.

Por exemplo, alguns produtores de filmes estão licenciando a tecnologia do BitTorrent para distribuir vídeos e filmes encriptados e o usuário tem acesso recebendo uma chave criptográfica para abrir o conteúdo após o pagamento. É um exemplo de adaptar a tecnologia disponível em algo acessível ao negócio.

Deixe-me citar outro exemplo: houve um tempo de muito nervosismo na indústria do entretenimento sobre os videocassete e gravadores de DVD. As empresas achavam que perderiam suas receitas porque as pessoas iriam copiar os filmes, distribuir-los e colocá-los na rede. Muitos anos depois, se você olhar agora para a indústria cinematográfica descobrirá que eles fazem quatro vezes mais dinheiro com a venda de DVDs do que nos cinemas. Eles estão tirando uma vantagem econômica importante da tecnologia. Então acho que ainda estamos em um estágio bem inicial na internet em tentar entender como as pessoas usarão a tecnologia. Minha previsão é que serão descobertas formas mais inteligentes de distribuir conteúdos de entretenimento na internet.

Falando em vídeos, da última vez que o sr. esteve no Brasil, em junho, previu que a comunidade de vídeos You Tube seria adquirida. E foi comprada recentemente por 1,6 bilhão de dólares pelo próprio Google. Esta é uma forma de exploração comercial deste fenômeno?

Sim. O que Google fez foi usar mais uma vez a publicidade como uma forma de pagar pelo custo do entretenimento. E a noção de entretenimento é muito maior do que simplesmente o modelo tradicional da televisão ou do cinema. As pessoas buscam vídeos curtos de dois ou três minutos e as pessoas se divertem e buscam assisti-los. Com a associação de anúncios nas páginas onde estes vídeos são vistos há uma oportunidade de gerar receita. Existe uma preocupação sensível com a possibilidade de conteúdo distribuído sem direitos autorais não só no YouTube como em muitos outros serviços de vídeo na internet. Acho que mais uma vez a comunidade está trabalhando para entender como alinhar o serviço com a lei. Outra alternativa é debate se haverá uma grande mudança para adaptar a tecnologia a isso.

O senhor vê o movimento da Web 2.0 como uma forma de tornar a internet mais colaborativa e inteligente?

A resposta é absolutamente sim. Mesmo no estágio inicial, mesmo antes de existir a internet, quando sua predecessora, a ARPNet, foi construída, uma das primeiras aplicações desenvolvidas foi o correio eletrônico. E uma das primeiras funções foi dar suporte para que as pessoas trabalhassem em conjunto de uma forma colaborativa.

O Google, por exemplo, foi absolutamente persuadido por este ambiente online como uma ferramenta importante para ajudar as pessoas a trabalharem juntas. Entre as ferramentas estão o Google Calendar, que permite que as pessoas coordenem suas agendas de atividades, ou o editor online que permite a colaboração com textos. Até o Google Earth pode ser visto como uma ferramenta de colaboração. Acreditamos fortemente que esse tipo de troca online é uma maneira muito importante de contribuir para que as pessoas trabalhem cada vez mais integradas. Acho que isso vai evoluir muito mais com o tempo.

A evolução da internet parece muito mais acelerada do que há poucos anos. O senhor tem essa impressão?

Sim, tenho. Temos visto, por exemplo, a colaboração científica evoluindo dramaticamente com a oferta de mais informações na rede. Experimentos físicos ou o projeto do genoma humano são exemplos e você pode ampliar isso a muitas áreas. Web 2.0 é mais um termo de marketing. Mas dispensando isso, podemos ver muitos serviços web viabilizando processos de negócios entre empresas. É uma forma diferente de colaboração, onde vemos empresas trocando informações de contas a pagar, pedidos de compra e muitas funções que podem interagir com fornecedores e clientes. O protocolos da internet permitem que isso seja cada vez mais automático. Parte do conceito de web 2.0 também envolve a colaboração nos negócios.

Órgãos como a ONU e a ITU estão se movimentando para ganhar espaço nas definições políticas relacionadas à internet. Isso pode modificar o papel do ICANN nos próximos anos?

Acompanhamos com muito interesse a conferência mundial da Sociedade da Informação. Muitos membros do ICANN participaram do encontro. Minha impressão é que muitas pessoas estão olhando a internet como numa ferramenta importante para o desenvolvimento econômico e cultural. O papel do ICANN está muito mais centrado nos aspectos tecnológicos da internet, principalmente no sistema de nomes de domínios, a alocação de endereços web, detalhes do protocolo da internet. Mas muitos destes aspectos envolvem políticas públicas.

Uma das coisas que devem emergir em 2007 é a avaliação do papel do conselho governamental na formulação de políticas para as implementações tecnológicas. Outra coisa que vamos ver é um novo framework para a criação dos top level domains. Acho que ainda teremos a incorporação de nomes de domínios internacionais em diferentes alfabetos, como o árabe ou o hebraico, permitindo que pessoas cujas línguas nativas não são o inglês, ou pessoas com dificuldades em se expressar em caracteres do latim, possam acessar a internet mais facilmente.

E como o ICANN está lidando com esse fato de que os domínios não podem ser mais restritos a números e letras de A a Z?

Preciso dizer que é tecnicamente bem difícil fazer isso de forma a proteger os usuários da internet de registros de domínios confusos. Um pequeno exemplo do quanto difícil isso pode ser é que existem letras em grego, cirílico e latim que são praticamente iguais. Elas não significam a mesma coisa, mas se parecem. O resultado é que você pode ter dois ou três registros que são iguais, em três alfabetos diferentes. Isso pode ser confuso para o usuário que está digitando o domínio.

Estamos trabalhando em formas de proteger quem registra e usa estes domínios. Está claro que, para fazermos isso de uma forma correta, vamos ter de estabelecer algumas restrições sobre quais caracteres podem ser usados ou como podem ser usados na hora do registro. E em algumas culturas existem caracteres permitidos, mas as combinações não. Na Tailândia, o nome do rei mal interpretado na combinação de nomes de domínio, por exemplo, é um problema. Mas estou confiante de que vamos achar uma forma de tornar mais amplo o registro de nomes de domínio do que no passado.

O que deve acontecer em 2009 quando o ICANN se tornar independente do Departamento de Comércio dos Estados Unidos?

Demos um passo grande revisando o acordo com o Departamento de Comércio. Este acordo mostra mudanças em nosso papel. Acho que a maior pergunta que pode surgir é que em 2009, ou até antes - porque a avaliação deste relacionamento formal tem um prazo que pode ser cumprido em um ano e meio - é que haverá uma oportunidade, nos próximos 18 ou 24 meses, de rever como permitir que os governos em geral participem de forma mais ativa no processo de criar políticas no ICANN.

Muitos países já expressaram isso, como a China. Acho que em 2007 vamos avaliar isso no conselho governamental. Espero que outras questões que estão associadas à internet fora do ICANN como fraudes e abusos também ganhem atenção e condutas legais. Eles devem ser endereçados fora porque não estão em nosso escopo.

Esses assuntos relacionados a crimes na internet podem vir a ser endereçados dentro do ICANN?

Francamente, espero que não. É difícil para o ICANN lidar com as atuais responsabilidades. E acho que outras entidades, que lidam com isso de forma dedicada, podem fazer melhor o trabalho, como órgãos ligados à proteção de direitos autorais, ou a negócios. É possível que organizações que ainda não existam sejam criadas para lidar com assuntos internacionais. Ainda não sei quais seriam, mas no caso legal você tem hoje a Interpol. Conforme descobrimos mais e mais formas de uso da internet pelas pessoas, são necessários outros órgãos internacionais para tornar os processos de uso da rede mais aceitáveis e regulamentados.

Quais são suas expectativas após a reunião do ICANN em São Paulo?

Temos muitas metas na agenda do conselho, que serão discutidas em São Paulo. Entre elas estão os formatos das reuniões do ICANN - que acontecem presencialmente três vezes por ano, sendo que o conselho principal se reúne uma vez por mês remotamente -, internacionalização de nomes de domínio, uso deles no mercado - especialmente os aspectos associados a registros usados como propaganda - olharemos para os trabalhos do comitê governamental, vamos formalizar contratos para os registros dos nomes de domínio com terminações .biz, .info e .org, vamos ratificar organizações regionais para América Latina e América Central, discutir as políticas para a adoção do sistema de nomes de domínios de primeiro nível com códigos genéricos (gTLD), além de discutirmos o modelo de sustentação do ICANN.

*Com a colaboração de Daniela Moreira e Guilherme Felitti, repórteres do IDG Now!
Copyright 2006 IDG Brasil Ltda. Todos os direitos reservados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, quero inicialmente fazer o registro, nesta Casa, da aprovação ontem pela Câmara dos Deputados, para compor o Tribunal de Contas da União, do nome do Deputado Aroldo Cedraz, um baiano ilustre que tem todos os méritos.

Deputado do meu Partido, Partido da Frente Liberal, ele teve o seu nome aprovado ontem pela Câmara dos Deputados, numa disputa democrática entre vários outros Deputados. Ele comporá um Tribunal que tem a maior relevância entre as nossas instituições, que tem o dever de auxiliar o Parlamento na fiscalização do uso das verbas públicas, que zela pelo Erário e que tem realizado um trabalho muito importante para a boa aplicação dos recursos públicos, que, diga-se de passagem, são recursos sagrados, porque os recursos públicos são originários dos contribuintes, do povo brasileiro, que, ao comprar um quilo de feijão, de arroz, de farinha, está pagando um imposto que mantém as instituições em funcionamento, o Legislativo, o Judiciário e, em particular, o Executivo, que é o grande gastador da República. Então, esse é um dinheiro sagrado, que só pode ser aplicado em benefício da população e não em benefício de quem quer

que seja, detentor eventual de um mandato, seja de Presidente da República, seja de Deputado, de algum Ministro, de algum Presidente de estatal que queira exercer recurso em benefício próprio ou de seu Partido, como, lamentavelmente, estamos acompanhando nos últimos tempos.

Então, o Tribunal de Contas é uma alta corte para verificar a aplicação desses recursos. E, como uma corte que representa a Nação brasileira na fiscalização dos recursos públicos, trabalhando em conjunto com o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, lá há representação política, com vagas do Senado e outras a serem preenchidas pela Câmara dos Deputados.

Aroldo Cedraz, Deputado por várias legislaturas, foi – tenho o prazer de dizer isto – meu Secretário de Indústria e Comércio, quando fui Governador do meu Estado, foi o homem responsável por acompanhar a implementação do projeto da Ford no dia-a-dia, sério, honesto, competente, diligente, com formação universitária em veterinária, mas com formação, sem sombra de dúvida, eclética, até como político, adquirida no dia-a-dia, enfrentando as dificuldades que a vida pública impõe, representando parcela do eleitorado baiano, em especial a região do sisal.

Aroldo Cedraz tem pós-graduação na Alemanha e teve seu nome aprovado ontem, na Câmara, por 172 votos contra 148 do seu oponente mais próximo, o Deputado Paulo Delgado, do Partido dos Trabalhadores.

A imprensa procura caracterizar esse resultado como uma derrota do Governo, e é claro que, sendo do PT e sendo um candidato único da coalizão governamental, tem essa conotação. Entretanto, não foi isso que animou a vitória de Araldo Cedraz, mas o seu currículo, a sua competência, a sua aceitação pela Câmara e, não tenho dúvida, por seus futuros pares da câmara alta das contas públicas brasileiras, que é o Tribunal de Contas da União.

Esse nome ainda virá a esta Casa – espero que o quanto antes –, mas desde já quero dizer que é um grande nome. Podem ter certeza os Srs. Senadores de que, aprovando o nome de Araldo Cedraz, nós teremos no Tribunal alguém extremamente zeloso, alguém que se coloca acima das questões políticas e partidárias zelando pelo bom emprego das verbas públicas de nosso País.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de mencionar algo relacionado a esse importante Tribunal. Na Bahia houve uma licitação na Companhia das Docas do Estado da Bahia, a Codeba, que na ocasião era presidida por um político do PT – era prefeito de Itabuna, foi candidato à reeleição e perdeu. Removeram o presidente anterior e colocaram esse político do PT, que ficou lá oito meses aproximadamente – foi removido porque foi candidato a Deputado. No período em que lá esteve, comandou uma licitação para a concessão de uso de uma área do Porto de Aratu, licitação essa eivada de irregularidades, eivada de suspeição, eivada de equívocos.

Cumprindo o meu dever como representante de meu Estado, achei por bem provocar o Tribunal para que se manifestasse sobre essa licitação, já que dela tomou parte uma única empresa, empresa esta que venceu a licitação. Trata-se de uma multinacional da soja que procura controlar toda a cadeia produtiva, desde a comercialização, passando pelo financiamento da produção – assumindo o papel que poderia e deveria ser dos bancos oficiais –, até a exportação no porto e, assim, monopolizando todos os segmentos da comercialização.

É claro que ela tem todas as condições de impor seus preços, pois afasta concorrentes que ficam sem poder participar desse processo e oferecer melhores condições, impede que se promova a concorrência para a compra da soja no oeste da Bahia, na região de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães – impede, portanto, que o produtor obtenha os benefícios advindos da concorrência.

Pois bem, Sr. Presidente, representamos junto ao Tribunal de Contas da União, que, inicialmente, lavrou uma liminar suspendendo o contrato que já estava celebrado entre a Codeba e o Porto. Ontem,

foi julgado o mérito. E veja V. Ex^a a justeza de nossa representação.

O Relatório do Ministro Augusto Nardes – ex-Deputado que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e por esta Casa para atuar como Ministro do Tribunal – foi aprovado por nove votos a zero. Houve unanimidade no Tribunal de Contas da União na aprovação desse relatório feito com competência a toda prova pelo corpo técnico, feito com precisão, com acurácia, no qual são relatadas todas as irregularidades.

Há mais de uma dezena de irregularidades. Vou citar algumas:

- não-submissão do processo licitatório ao Conselho Nacional de Desestatização – o que é imposto pelo art. 6º da Lei nº 9.491/97;

- abertura do certame licitatório sem que o programa de arrendamento objeto do certame estivesse de acordo com a destinação específica no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Aratu então em vigor. Quer dizer, foi feito ao arrepio do próprio Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Aratu;

- ausência de remessa da documentação associada ao processo de arrendamento ao TCU – não enviaram a documentação ao TCU –, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação do processo de desestatização;

- ausência de estudo de impacto ambiental – EIA/Rima e de licença ambiental prévia – o que contraria a Lei nº 8.630/93, e também Resolução da Antaq, mas mesmo assim a licitação foi feita;

- exigência cumulativa, no edital licitatório, de garantia de participação de 5% do valor do contrato de arrendamento e de comprovação de capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo, contrariando o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.666/93 – a Lei das Licitações;

- ausência de fundamentação para a exigência de índices econômico-financeiros mínimos ou máximos em estudo contábil que indique que tais índices foram fixados em níveis apenas o bastante para atestar que a licitante possui condições suficientes para solver suas obrigações.

E há mais, Sr. Presidente:

- definição do valor mínimo do arrendamento a partir da média dos valores de arre-

damentos. Ou seja, com prejuízo para o Erário, porque não é uma licitação onerosa, já que o Estado não vai pagar; a Codeba não vai pagar, mas vai receber. Contudo, trata-se de um bem público, e houve inversões, houve gastos, não se podendo simplesmente entregar ao alvedrio de um gestor ocasional uma licitação eivada dessas irregularidades.

Portanto, neste momento, quero parabenizar o Tribunal de Contas da União por ter agido prontamente, determinando a suspensão dos efeitos dessa malfadada licitação, que, inclusive, ganhou notoriedade na Bahia e que era tida como altamente correta pelos gestores – esse era o julgamento dos gestores que estão lá, indicados sempre por processos políticos, mas que agora estão contraditados pelo Tribunal de Contas da União e obrigados a obedecer-lhe.

Sr. Presidente, eram esses dois assuntos que eu queria trazer à Casa.

Antes de encerrar, porém, eu gostaria de voltar a um assunto recorrente se V. Ex^a tiver um pouco de condiscernência com seu amigo – serei breve e concluirrei meu pronunciamento.

Volto à questão tão debatida ontem aqui e que hoje ocupa a maior parte das páginas de todos os jornais brasileiros: o caos aéreo implantado no Brasil. Estamos cada vez mais perplexos. Por quê? O Senado Federal tem cumprido sua obrigação. Recentemente, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, recebemos o Ministro Waldir Pires, o Comandante da Aeronáutica, os Presidentes da Anac e da Infraero e respectivo staff. Todos procuraram nos tranqüilizar, dizendo que as providências estavam em curso. O Ministro Waldir Pires chegou a dizer que não ia, de forma alguma, tomar providências de forma açodada porque tudo estava sob controle.

Ocorre que tudo está absolutamente sem controle, em queda livre, inclusive, o próprio Ministro. Lamentavelmente, o sofrimento não é do Governo, mas da população brasileira.

Ainda ontem, Sr. Presidente, fiquei estarrecido com a declaração do Ministro Tarso Genro, que procurou transferir a culpa pelo que acontece para as empresas, que não estariam preparadas para atender à população. E mais do que isso, o Ministro Tarso Genro disse que o Governo não tomaria qualquer providência movido por pressa neurótica ou temperamental.

Quer dizer, o Ministro, na sua empáfia, disse que “não pode haver uma pressa neurótica nem temperamental. É preciso uma ação entre técnica e científica para preservar a vida”. Ora, meu Deus,

quem está falando em não preservar a vida? O Governo não pode não ter pressa neurótica e deixar o cidadão brasileiro neurótico nos aeroportos, passando por esse vexame que tanto aflição tem trazido à população brasileira.

Para mim, que sou baiano, Sr. Presidente, não é estranha a ação administrativa do Ministro Waldir Pires porque eu conheço o seu desgoverno como Governador de Estado de 1986 a 1988. Agora, o Waldir Pires, que já é conhecido na Bahia – os baianos o conhecem muito bem, por duas vezes disputou o Senado e perdeu –, agora está sendo conhecido no Brasil inteiro, lamentavelmente, pela sua falta de ação, falta de competência mesmo para resolver um problema tão grave para o País.

Fico a me perguntar, Sr. Presidente: S. Ex^a é o Ministro da Defesa. Mas, e se houvesse efetivamente uma ameaça à soberania nacional, uma guerra, será que o Brasil seria comandado pelo Ministro Waldir Pires? Se o Paraguai invadisse o Brasil, por exemplo, as providências não seriam tomadas, a não ser quando os tiros estivessem sendo disparados aqui no Palácio do Planalto.

A Bahia conhece Waldir Pires. Quando nós falamos aqui de Waldir Pires, muitas vezes, se leva à questão regional, local, à política baiana. Mas não é. O Sr. Waldir Pires foi Governador da Bahia e eu o chamava – eu que era Deputado Estadual à época – de ilusionista da palavra. Naquela época, ele ainda tinha um discurso arcaico, velho, aquele discurso dito de nacionalista, de esquerdista, da época de 50. E ele persiste nesse discurso. Mas hoje, nem esse discurso! Sentimos que ele está atrapalhado com as palavras, tem dado declarações incríveis. Hoje, a imprensa traz declarações de que todos nós tivemos conhecimento. Ele disse: “Não houve nada”. Quantas vezes há atrasos de duas, três horas. São atrasos de vôo, de empresas.

Então, Srs. Senadores, o que verificamos – aqui está o Senador Tião Viana, futuro Líder do Governo – é um escapismo muito grande do Governo, escapismo que chega à leviandade. Quando houve a perda de 154 vidas naquele acidente da Gol, porque já estava subjacente toda essa questão que hoje está vindo à tona, o Ministro procurou colocar a culpa no Legacy, nos pilotos do Legacy – seria muito fácil; são americanos, vamos bater, vamos colocar a culpa nos americanos. O jornalista americano que disse que havia ponto cego no espaço brasileiro foi condenado pelo Ministro. Por quê? Se tivéssemos ali um bode expiatório – que seria os pilotos americanos do Legacy –, manteríamos a situação acobertada. E tudo ficaria como dantes no quartel de Abrantes.

Quando se verificou que havia comprometimento no controle de tráfego aéreo, os controladores disseram que estavam ali, sacrificados, trabalhando em condições difíceis, sem o equipamento devido, fazendo o que não era da obrigação deles, extrapolando o horário de trabalho, ou até as responsabilidades deles. E eles perguntaram: por que é que nós vamos ser o bode expiatório dessa história? E aí aconteceu todo esse caos. Mas foi uma tentativa inicial de se jogar a culpa no Legacy.

Se V. Ex^a me permite, concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, eu não posso concordar com tudo o que V. Ex^a diz, mas com uma coisa que V. Ex^a coloca eu tenho que concordar, queira ou não: foi esse acidente que deflagrou toda essa crise e mostrou como nós estávamos com problemas sem saber. Isso tudo estava debaixo do tapete; de repente, explodiu tudo e não há mais controle. Realmente, V. Ex^a tem razão: esse foi o fato deflagrador de toda uma crise grandiosa de que nós não tínhamos conhecimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, o pior de tudo é que não se vislumbra ainda nenhuma solução, em nenhum aspecto. Estão investigando, segundo o Senador Romeu Tuma, as máquinas – talvez encontrem uma máquina para culparem. E a responsabilidade? Eu cobrei do Ministro Waldir Pires, que dizia que ia construir uma solução sem açoamento, uma solução de consenso, e disse que queria a participação da sociedade, a participação do Congresso Nacional. Ora, meu Deus, é uma questão de emergência! São vidas humanas que estão correndo risco; é a nossa própria vida, a vida de nossos familiares que exige uma providência urgente, até que aconteça outro desastre que ninguém deseja. O turismo está aqui, Senador; está aqui a imprensa falando da perda, já, de reservas, de cancelamentos: “Crise reduz reservas em 10%, diz sindicato”. Isso acontece com reservas turísticas, vai prejudicar o nosso Nordeste. As empresas aéreas estão tendo um prejuízo de quatro milhões de reais por dia!

E fica a platITUDE do Sr. Waldir Pires, que não resolve nada. O Senhor Presidente da República também não vem a público dar explicações, dizer as providências, o que seria do seu dever. Enfim, a perplexidade é a tônica deste Governo.

Concederei rapidamente um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador César Borges, V. Ex^a traz à tribuna hoje um assunto que se vem comentando há vários dias. Lamentavelmente, ele continua na mídia porque até este instante o caos

ainda está presente nos aeroportos brasileiros. Houve uma melhora, é evidente, mas os vôos continuam com atraso, sem previsão, e o que é pior...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Hoje são 31% dos vôos com atraso de mais de uma hora.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – A melhora a que me referi é porque o que aconteceu antenitem, na terça-feira, foi a paralisação total do sistema. Hoje, pelo menos, pode-se voar com 24 horas, com 12 horas [de atraso]. Agora o que não é possível entender é que o Governo e a figura do Ministro da Defesa, a que V. Ex^a faz referência, vá à televisão e diga que não há nada de anormal, que as pessoas precisam ter paciência para esperar algum tempo. Mas a imprensa tem mostrado que as pessoas viajam de avião por necessidade de deslocamento mais ágil: por motivo de trabalho, por motivo de doença, são vários os motivos. Ainda hoje, pela manhã, no “Bom dia Brasil”, uma moça que tinha feito quimioterapia não tinha tido condições de voar, estava há dez horas aguardando no aeroporto, se dizendo completamente combalida e que nem a companhia, nem a Infraero davam qualquer resposta a ela. São coisas impossíveis de se manter. O que estamos assistindo hoje, na realidade, é um descaso de gestão deste Governo nos últimos quatro anos. Quer dizer, o problema que surgiu esta semana, que foi provocado pelo acidente lamentável do vôo da Gol com o Legacy, que vitimou 154 brasileiros, foi o estopim da crise, e o Governo está atarantado, sem nenhuma solução que justifique. Fala-se que houve, por parte dos operadores do controle de tráfego aéreo, uma suspeita de sabotagem, o que eles refutam. Mas é preciso que seja encontrada uma solução. Por isso eu parabenizo V. Ex^a pelo assunto que traz e que continua, lamentavelmente, na Ordem do Dia; também quero parabenizar V. Ex^a pela sua atuação na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, sempre atento às ações de Brasília.

E que hoje, reconhecidamente, o TCU aponta que aquelas solicitações feitas por V. Ex^a, para que se apurassesem irregularidades no seu Estado, teve o parecer concluindo favoravelmente às indicações lamentáveis expostas por V. Ex^a. Quero parabenizá-lo pela ação de defesa do querido Estado da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Flexa Ribeiro. Realmente o que nos deixa perplexos é a falta de informação do Governo para a sociedade. Não há uma satisfação, nenhuma solução à vista. Pode diminuir uma crise, como já aconteceram outras, e já arrefeceram, e, depois, há novamente o crescimento de uma nova crise no setor aéreo, e assim por diante.

Portanto, não se confia mais no sistema de transporte aéreo, que hoje é o transporte de massa no País. Não temos rodovias que possam transportar, de forma barata, rápida e segura, a população brasileira. Então, houve uma popularização, democratização, o que é muito bom, do transporte aéreo, mas, agora, com essa crise, então, sequer transporte aéreo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço, pois estou exagerando um pouco. Só vou encerrar o meu pronunciamento dando um aparte ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador César Borges, vou me apropriar de trinta segundos do seu pronunciamento, importantíssimo. V. Ex^a aponta fatos que preocupam hoje toda a Nação. É uma característica dessa crise, Senador, é, primeiro, que as autoridades competentes que devem lidar com o assunto não sinalizam para a população quais providências estão sendo tomadas para debelá-la. Em segundo lugar, ela vem num crescendo. V. Ex^a pode observar que o caos vem se tornando cada vez mais agudo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Freqüente e agudo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Freqüente e agudo. Trata-se de uma situação de caos, Senador, envolvendo milhares de pessoas em aeroportos, pessoas que já estão com a paciência no limite. Será preciso haver casos graves, de agressões – Deus nos defenda inclusive de mortes em terra agora –, para que alguma providência seja tomada? Perdemos, lastimavelmente, vidas no céu: 154 pessoas, 154 brasileiros morreram. Alguém terá que responder por isso. De lá para cá, o caos se acentua cada vez mais. As pessoas estão com a paciência no limite. São milhares de pessoas em aeroportos. Os ânimos estão se exaltando cada vez mais. De parte do Governo, as providências não são tomadas, e a falta de respeito é tão grande que sequer uma informação precisa a população tem. Ou seja, ninguém diz: “Estamos tomando providências para isso ou para aquilo e dentro de tantos dias a solução será dada”. Nem isso o brasileiro está merecendo! Eu temo, Senador, Deus nos livre de uma ocorrência dessas, que talvez a providência só venha a ser tomada quando tivermos ocorrências em série, porque isso é um rastilho de pólvora. No dia em que a população se revoltar, nos aeroportos, eu não sei o que poderá ocorrer neste País, em decorrência da omissão, da

negligência de parte de um Governo que, passados mais de sessenta dias de uma crise como esta, não sinaliza para a população a tomada de providências sérias, enérgicas e competentes para superação de uma situação de tamanha gravidade como essa que estamos vivendo.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, V. Ex^a me permitiria uma palavrinha antes de terminar? Desculpe-me.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com a maior satisfação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Se V. Ex^a me permitir, primeiramente eu gostaria de endossar as palavras de V. Ex^a ao referir-se ao Deputado Aroldo Cedraz. Eu tenho acompanhado de perto o trabalho dele, a gentileza, a simpatia e acho que o País vai receber um bom ministro, não só pelas qualidades técnicas, mas pela vontade de servir ao País. Então, eu gostaria que V. Ex^a me permitisse...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em segundo lugar, sobre o problema dos portos, eu sugeriria a V. Ex^a que fizesse publicar todas as ocorrências ilegais apontadas pelo Tribunal de Contas, pois em vários portos tem acontecido a mesma coisa. Talvez isso sirva de exemplo para que se tenha mais cautela nas concorrências no que diz respeito a cessão de espaço nos portos. Sobre o aéreo, é difícil fazer comentários, até por uma razão simples: a televisão está praticamente ocupando o noticiário por inteiro. Ontem, foi um caos. Até a minha secretaria chorou quando viu uma menina de dez anos, que ficou dois dias sem nenhuma assistência, abandonada na área de embarque, tentando ir a Belém – sua terra, Senador Flexa Ribeiro – sem condição de falar com a família. V. Ex^a disse, Senador, que perderam um pedaço do fígado, que se destinava a salvar uma criança de três anos. As ocorrências são tão graves, que não é preciso esperar por um acidente, pois os acidentes estão acontecendo a cada minuto. Então, eu queria endossar as palavras de V. Ex^a, porque, como baiano, V. Ex^a tem amor ao Brasil e está demonstrando que é atento, não quer acusar ninguém e quer providências, quer buscar aquilo que estamos sentindo.

Hoje ainda o noticiário foi tão claro, dizia que esta é a marca de um país que não respeita o cidadão. Fiquei chocado com isso. Desculpe-me. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, porque o aparte de V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Se V. Ex^a me permitir, darei um aparte ao Senador Heráclito.

Queria só dizer que me assusta mesmo é o escapismo do Governo, é ver um Ministro, como Tarso Genro, Senador Heráclito, naquela sua empáfia, dizer assim: "Não tomaremos medida neurótica nem temperamental". Ora, meu Deus, está transferindo a capacidade de ser neurótica aos passageiros que passam 24 horas, 48 horas no aeroporto. E não toma providência! Ou o Ministro Waldir Pires, que, inicialmente, disse: "Não se preocupe, se há atraso vá para casa, espere em casa, não espere no aeroporto". Foi a primeira declaração dele, patética. Depois, o que S. Ex^a disse? "Não está acontecendo nada, são atrasos. Três, quatro horas, quem já não viveu isso?"

Pelo amor de Deus, Senador Paim, é realmente uma situação muito preocupante. Vamos viajar, todos nós, vamos voltar aos nossos Estados e não nos sentimos mais seguros. Lamentavelmente!

Mas, para encerrar o meu pronunciamento definitivamente, concedo um aparte ao Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, um Presidente que prometeu ao País, há três anos, o início do espetáculo do crescimento termina seu primeiro mandato convivendo com retrocessos. Senador César Borges, um Presidente atento ao que acontece na sua administração já teria tomado providências contra a negligência do setor. Existe uma ata da reunião do Conac – Conselho de Aviação Civil, de 2003, presidida à época pelo Ministro da Defesa, Embaixador Viegas, na qual S. Ex^a faz diversas recomendações sobre providências que deveriam ser tomadas para o setor. Uma delas é exatamente a contratação de controladores de vôo. Naquela audiência pública de 8 horas, fizemos a pergunta sobre a última vez que o Conac havia se reunido. A resposta dada por ele foi de que não se lembrava. Primeiramente, ele tentou se desviar do assunto, mas, quando o apertamos, disse que, na realidade, não tinha se reunido nenhuma vez. Não é possível uma brincadeira dessa. Pois bem, V. Ex^a ontem foi vitorioso ao dar entrada, no Tribunal de Contas, de uma ação relativa à Codeba, Companhia das Docas do Estado da Bahia. Senador César Borges, hoje, 7 de dezembro de 2006, às 15 horas e 39 minutos, sessão presidida pelo Senador Romeu Tuma, com vários parlamentares presentes, quero dizer que se este Governo não tomar providência, vamos ter, logo no primeiro trimestre do ano que vem, um caos, um apagão, seja lá o que for, nas mesmas proporções, envolvendo os portos brasilei-

ros. Que não digam depois que não sabiam! As providências não são tomadas! Aquele acidente no Rio de Janeiro com um petroleiro de grande porte, uma traineira, já foi produto da falta de sinalização, da falta de fiscalização e da falta de investimento no setor – vou querer falar da tribuna, muito em breve, sobre este assunto. Enquanto isso, Senador César Borges, há uma Medida Provisória, se não me engano a nº 320, que trata da questão dos portos secos. O Governo está dando concessões sem ter condições de fiscalizar, quer seja no âmbito alfandegário, quer seja no âmbito sanitário. Não tem nenhuma condição de fiscalizar, mas está concedendo – Deus sabe para quê, para atender a quem, como! E a medida provisória está aqui. Já alertamos o Governo para o transtorno, Senador Arthur Virgílio, que isso pode criar.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então, Senador César Borges, vamos ter de cumprir nosso papel. Aquela história de o Presidente apelar para voltarmos a cobrar dele somente em 2010 é conversa pra boi dormir! É confortável para o Presidente! A convivência com o senhor Chávez leva o Presidente a ter esses desejos, mas nós, da Oposição, não podemos concordar com isso. Temos de falar e vamos falar. Sei que isso incomoda alguns, mas, infelizmente, é o jeito! Sei que o Senador Tião Viana, democrata que é, pode não gostar do conteúdo da fala, mas gosta do sentido do protesto, porque ele sabe que a Oposição é legítima. Oposicionista quando morre, nasce outro! É muito melhor conviver com os que já se conhece do que com os que surgem a toda hora. Oposição se improvisa, principalmente quando temos um Governo que nos dá, com muita fertilidade, motivos, todos os dias, para mostrar ao País o que se está fazendo. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Heráclito, eu lhe agradeço. Estamos trabalhando aqui e vamos trabalhar até o final do ano, mas parece que o Governo Federal, o Executivo, já encerrou suas atividades, a ponto, Senador Tião Viana, de o Presidente dizer que, para ele, 2006, já acabou, pelo menos com relação ao crescimento do País. Ele já está com preocupações futuras, porque, em 2006, não tem mais jeito.

Acredito que, em relação ao tráfego aéreo, seja a mesma coisa. Estamos vivendo o apagão da logística brasileira, vivendo um caos na aviação!

Portanto, chego à conclusão triste de que o Presidente já não está preocupado em dar uma solução rápida. Deixará tudo para as calendas. É mais fácil do

que responder às necessidades da nossa população, que são imediatas e urgentes.

Vou viajar, Sr. Presidente, como V. Ex^a. Vou confiando em quem? No Senhor do Bonfim. Neste eu confio. Que me segure para que eu possa chegar em paz à minha boa terra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Que Deus o acompanhe, porque já liguei para o aeroporto e me disseram que, provavelmente, não terei chance de ir a São Paulo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Amém!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por cessão do Senador Tião Viana.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, apresentei à Mesa voto de solidariedade – e faço isso com forte teor simbólico – à pequena Jussara, a menina de dez anos que passou quase 30 horas no Aeroporto Internacional de Brasília, enquanto aguardava seu vôo para Belém, depois de ter sido entregue à Gol, que não deu qualquer informação à família da criança.

Vamos justificar a empresa – não pretendo fazê-lo, mas até posso: a empresa não está preparada para esse clima de guerra civil! Não está. Está preparada para a normalidade, e o que estamos vendo é um clima anômalo. O fato é que essa criança passou 30 horas longe de sua família, Senador Tuma, e correndo toda sorte de perigos; por toda sorte de perigos ela passou. Bem sabemos – e não quero citá-los – os perigos que essa menina correu, durante 30 horas, à mercê de possibilidades que é de se bater na madeira. Nós, que temos filhos – e muitos de nós temos netos –, sabemos disso.

Mas, se lermos os jornais de hoje, vamos perceber que não é preciso se fazer nenhum discurso. A impressão que dá é que não há espaço para esporte, não há espaço para coluna social, não há espaço para notícia internacional, não há espaço nem para se discutir escândalos de corrupção, que são tão fartos neste Governo.

Manchete de **O Globo** – e peço que tudo vá para os Anais: “Sem ação do Governo, País tem novo dia de caos aéreo. Antes de viajar ao exterior, Tarso diz que crise não pode ser enfrentada com pressa neurótica ou temperamental” – acho difícil imaginar como

é que uma pessoa, deitada no chão de um aeroporto, não possa ficar no mínimo neurótica e temperamental. No mínimo.

Outro subtítulo: “O drama de cada um. Mãe com bebê passa dois dias na fila”.

Muito bem, Sr. Presidente, vou agora para o jornal **Valor Econômico**: “Atrasos mudam rotinas e geram perdas”. Reportagem de Patrícia Nakamura, Raquel Landim e Roberta Campassi, de São Paulo.

“Clientes de transporte de carga migram dos aviões para o modal rodoviário” – agora vão se arriscar aos assaltos nas estradas e aos buracos!

Valor Econômico, primeira página: “Empresas perdem negócios e gastam mais com crise aérea”.

Ontem, em um aparte ao Senador Tasso Jereisati, eu dizia a ele que o apagão aéreo acrescentou mais uma variável ao custo Brasil. É mais um problema de logística a dificultar investimentos na nossa economia.

Valor Econômico: “Relatório mostra que existem pontos cegos” – Sergio Leo, São Paulo.

Valor Econômico: “Congresso cria Comissões para fiscalizar setor” – Thiago Vitale Jayme, de Brasília.

Valor Econômico: “Crise aérea: Presidente cobra solução permanente para problema e acha que controladores boicotam o Governo”.

O dever do Presidente não é ficar achando nada, é oferecer o diagnóstico e as soluções sem achar. “Achismo” pode caber até a um parlamentar, até a um jornalista, mas “achismo” não deve caber ao Presidente da República. Ele precisa ter certezas e precisa ter liderança neste momento para debelar essa crise.

“Lula culpa a Aeronáutica por todos os problemas”. O Presidente Lula não tem de culpar a Aeronáutica, ele tem de comandar a Aeronáutica. A matéria é de Cristiano Romero e de Paulo de Tarso Lyra, de Brasília.

Folha de S.Paulo – aqui há duas colunas com cerca de duas dezenas de dúvidas, ou seja, como o refugiado, nos aeroportos, deve agir para não ser abatido pela crise. É como se fosse uma guerra civil. É o caos!

Folha de S.Paulo, Editorial: “O caos como rotina. No terceiro colapso aéreo seguido, fica patente a incapacidade do Governo de resolver a crise e de dar satisfação aos passageiros”.

Folha de S.Paulo, primeira página: “Governo cria gabinete de crise contra o caos aéreo. Em todo o País, ao menos 122 vôos foram cancelados e 436 atrasaram. Uma cena patética. Um papai Noel de brincadeira e sofredores de verdade ao lado dele perto do Natal”.

“Atraso cancela dois transplantes de órgão no País. Planalto deve trocar cúpula do setor de aviação” – deve, não diz que vai; a indecisão permeia esse quadro lamentável de falta de liderança.

Eliane Cantanhêde, **Folha de S.Paulo**: “Sejam fortes”. Ela termina fazendo uma blague com ar até de lamentação: “Não se esqueçam do conselho do Ministro Waldir Pires aos controladores: ‘Sejam fortes’”. Faltou fortaleza ao Ministro, faltou fortaleza ao Presidente. Instalou-se o caos, o apagão logístico neste País e o apagão aéreo no País.

Folha de S.Paulo: “Senado e Câmara criam comissões para apurar a crise”.

Folha de S.Paulo: “Para Lula a situação de Pires é insustentável. Presidente também espera o pedido de demissão de Luiz Carlos Bueno do Comando da Aeronáutica, e de Félix, do GSI. Tarso Genro e Ronaldo Sardenberg, Embaixador do Brasil na ONU, foram nomes cogitados para assumir o Ministério da Defesa”, em matéria de Kennedy Alencar.

O Presidente não tem de esperar que alguém peça demissão. Se ele não está satisfeito com quem serve ao seu Governo, com quem lhe presta serviço, ele o demita. A caneta é dele, a caneta não é só para dar benesses a aliados, a caneta é para punir também seus auxiliares incapazes e incompetentes.

Folha de S.Paulo: “Após novo caos, Lula cria gabinete de crise. Presidente põe Dilma Rousseff, Casa Civil, no comando de equipe encarregada de acabar com mais uma pane aérea. Lula tem dito ainda que não sabe se o problema resulta do boicote dos controladores ou da falta de infra-estrutura.

“Lula tem dito ainda que não sabe se o problema resulta do boicote dos controladores ou da falta de infra-estrutura e de condições de trabalho na área” (Kennedy Alencar e Eliane Cantanhêde, ambos da **Folha**).

Folha de S.Paulo, Jânio de Freitas: “Respostas omitidas: por que os documentos, com suas implicações sobre a vida de milhares de pessoas, não produziram providências da FAB e da pasta da Defesa, pergunta Jânio de Freitas?”

Folha de S.Paulo: “Caos nos aeroportos provoca suspensão de dois transplantes. Atraso nas decolagens nos aeroportos prejudicaram o transporte dos órgãos. No Rio, dona de casa aguardava rim. Em São Paulo, garoto de 1 ano deixou de receber um fígado e foi transferido para o segundo da lista. Em Brasília, passageiros foram alojados em motel.”

Folha de S.Paulo: “No Rio, vôo para Brasília decola com atraso e vazio.” (Elvira Lobato)

Folha de S.Paulo: “Congonhas e Cumbica voltam a registrar atrasos.” (Afra Balazina e Kleber Tomás)

Jornal do Brasil: “Empresas perdem 4 milhões de reais/dia.” (Juliana Rocha)

Jornal do Brasil: “Dois meses depois, Lula assume comando das ações.” Dois meses depois de todos sabermos que, há anos, o Ministro Viegas, que perdeu injustamente o cargo de Ministro da Defesa, havia alertado sobre o que iria acontecer, Senador Mão Santa.

Jornal do Brasil: “Só 37% da verba utilizada. Orçamento da Aeronáutica para 2006, aprovado pelo Congresso: 1 bilhão e 360 milhões. Desembolso até agora: apenas R\$555,2 milhões. Contingenciados: R\$804,8 milhões. Percentual de Orçamento gasto até agora: 40,6%. Para a segurança do vôo: previstos R\$531,4 milhões. Efetivamente gastos: R\$200,65 milhões. Percentual investido de apenas 37% do previsto.”

Jornal do Brasil, Informe Econômico: Finalmente, uma boa notícia: “O Governo já tem uma solução para a aviação.” Eu torço e rezo para que isso, de fato, seja uma notícia quente.

Jornal do Brasil: “Demissão de Waldir Pires está decidida”. Eu acredito em demissão no **Diário Oficial**, e não fora dele.

Sérgio Pardelas e Carla Correia, do **Jornal do Brasil**: “Militares dificultaram inspeção”. Lorena Rodrigues. Dá a impressão mesmo de acefalia, de falta de comando, de falta de liderança. Vou repetir isso mil vezes neste discurso; “Apagão Aéreo Venceu o Governo”, **Jornal do Brasil**

Fantástica uma inserção do **Jornal do Brasil**: “Direito de Ir e Vir”, ou seja, os brasileiros estão cercados no seu direito de ir e vir.

Eu, por exemplo, estou sem opção. Não sei se vou passar o Natal na minha terra natal, porque não estou com a mínima disposição de ficar enfrentando essa humilhação em aeroportos. É possível que fique aqui mesmo.

Jornal do Brasil: “Apagão aéreo: Direito de ir e vir”, “Céu em transe: Ápice da crise atinge segundo dia”, “Só 36% da Verba Utilizada”.

Jornal do Brasil, Villas Boas Correia: “Coisas da política: Um País triste, acuado e tenso”. O Governo não tem como jogar a culpa na herança amaldiçoada do antecessor. Não dá, dessa vez, para dizerem que é herança recebida do Presidente Fernando Henrique.

Jornal do Brasil, manchete: “Virou Baderna”; Editorial: “É Hora de Demitir os Incompetentes”; e aqui, Congonhas: “Passageira abandonada pela empresa aérea é obrigada a acreditar em Papai Noel”. É uma moça dormindo perto de um boneco do Papai Noel.

Estado de S. Paulo: “Câmara e Senado vão apurar apagão aéreo”. “Sem solução do Governo para a crise que já dura 48 dias, Congressistas pedem a saída do Ministro da Defesa e criam duas Comissões de Investigação”; primeira página do **Estadão**, Dora Kramer: “Morosidade Exasperante”, e por aí vai o primoroso artigo dessa grande jornalista.

O Estado de S. Paulo: “Editorial: O caos dentro do caos. O assunto exige solução urgente, não o trabalho de comissões.”

O Estado de S. Paulo: “O Presidente da ANAC critica clima de terror.”

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, peço um pouco mais de tempo para concluir. De qualquer maneira, tenho os meus minutos de Líder, que gostaria de acrescentar, até para esgotá-los de uma vez.

A matéria é de Isabel Sobral. O Presidente da ANAC acha que os terroristas são aqueles que estão vivendo aquele clima de Bagdá no aeroporto, aquele clima de refugiados da guerra do Iraque.

O Estado de S. Paulo: “Congresso cobra demissão de Pires. Crise no ar e sabotagem ainda é investigada. Oficiais da Aeronáutica e até a Abin não descartam essa possibilidade.” Bruno Tavares e Tânia Monteiro, de Brasília.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, concederei um aparte a V. Ex^a. Só um segundo mais, Senador Mão Santa.

Aqui dentro está toda uma descrição, que peço vá para os Anais. A pane atingiu a central de rádio. E conta a formulação a técnica que leva a essa conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio pediu V. Ex^a cinco minutos mais, é isso?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pedi. É o meu tempo de Líder, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Darei mais cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu quero concluir esta matéria, terminar de ler e conceder o aparte ao nobre Senador Mão Santa. É o tempo bastante.

Miriam Leitão: “Aos navegantes”. Ela faz também um primoroso artigo sobre a crise da navegação aérea.

Volto ao jornal **O Globo**: “Apagão Aéreo: nem Bispo escapa do tumulto. E o Ministro Gilberto Gil é obrigado a cancelar compromissos em meio ao caos e ao desenrolar dos dramas. Espera malograda por

um transplante, criança sozinha no aeroporto e perda de conexões são reflexos da crise. Personagem da crise. Paciência. O suplício de Wanderley Chaves durou quinze horas no aeroporto internacional do Rio. Ele embarcou com a família para Belém às 8 horas e 30 minutos, mas o vôo foi remarcado para 23 horas. E Diz ele: “A falta de respeito...”

Aqui tem o caso da menininha que passou trinta horas à mercê do perigo, abandonada no aeroporto.

Mal-estar em Congonhas. A passageira Sônia Correia passou mal na fila para o check in da TAM e foi levada ao centro médico do aeroporto.

“Drama: Com uma lesão no fígado, Gabriel, de um ano, não pôde receber parte do um órgão que seria transportada ontem.

“Impedimento. A equipe do Internacional, de Porto Alegre, perdeu a conexão em Paris para o Japão.”

Ou seja, o Governo acaba fazendo o Internacional perder o jogo de futebol. Estamos chegando a esse ponto.

O Globo: “Apagão aéreo. Autoridades não isentam os controladores de responsabilidade pelo caos da última terça-feira. Aeronáutica investiga possível falha plantada. Segundo fontes, a alteração teria sido feita, há algum tempo, por profissionais com acesso ao equipamento.”

Desencontros na sala de desembarque. Diversos dramas de diversos cidadãos que tiveram prejuízo concreto com essa crise e com o desgoverno.

Editorial de **O Globo**: “Vôo cego. Faltam explicações e um plano contra o apagão aéreo.”

Carlos Alberto Sardenberg, em artigo muito lúcido intitulado “Mais mentiras”, dissecava o drama fiscal que o Governo faz o País viver e diz muitas verdades sobre a crise aérea no País.

Estado de Minas – manchete: “Desrespeito. Apagão aéreo”.

Jornal do Commercio – PE: “Crise aérea ameaça o Ministro da Defesa”. Eu diria que o Ministro da Defesa é que tem ameaçado a segurança de nós, que voamos.

Nas entrelinhas de Luiz Carlos Azedo, **Correio Braziliense**: “O apagão na Defesa. Além da falta de recursos, a crise que ronda as Forças Armadas também tem como ingrediente certa ambigüidade na estratégia de defesa nacional, que se reflete nas prioridades de gastos.”

Correio Braziliense: “Segurança de vôo. Falhas já são antigas, rotina. Quinze relatórios de supervisores alertavam para as falhas nos equipamentos. Situação de risco no espaço aéreo.”

E começa a dizer: julho, setembro, outubro e novembro, situações de risco no espaço aéreo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex^a. Permita-me concluir, Senador Mão Santa, e, em seguida, ouvirei V. Ex^a com muito prazer.

Correio Braziliense: “Segurança de vôo. Lula se irrita com Waldir. ‘Não quero culpados, quero soluções’, diz Lula. Mas as soluções vêm com afastamento de culpados e o Presidente não precisa desta vez, nem pode, fingir que não é ele o responsável fundamental pelo problema.”

Correio Braziliense: “Segurança de vôo. Trinta horas de agonia”. O drama da menininha que correu todos os perigos à mercê do imponderável no aeroporto.

Correio Braziliense: passageiros com nariz de palhaço, protestando por essa via. “A ressaca do caos. Passageiros enfrentam mais um dia de filas nos aeroportos, após pane no sistema. Diretoria da Anac diverge sobre prazo para o fim dos problemas e 36% das decolagens atrasam. Bebê perde transplante.”

E aqui uma aula sobre Direito do Consumidor. Antônio Machado: “Apagão de gerência. Novo caos na aviação reflete falência da infra-estrutura pública e o deserto de competência do Governo.”

Editorial do **Correio Braziliense**: “Falta comando”.

Correio Braziliense, manchetona: “Até quando?” Foto de uma moça e de algumas outras pessoas com nariz de palhaço, evidenciando o desrespeito com que se sentem tratados pela falta de gerenciamento do Governo.

Merval Pereira, do **Globo**: “Apagão gerencial”.

Jornal do Brasil: “Quando o destino cruza o aeroporto. Vítimas. Em meio ao descaso, passageiros contam os dramas vividos à espera do embarque. Crise aérea é rotina para procuradores.”

E por aí nós vamos. Sr. Presidente, tenho mais notícias: “O colapso no Cindacta 1”.

Editorial do **Jornal do Brasil**: “É hora de demitir os incompetentes”.

Folha de S.Paulo: “Após novo caos, Lula cria gabinete de crise. Põe Dilma Rousseff no comando da equipe encarregada de acabar com a pane aérea.”

Muito bem, Sr. Presidente. Eu não precisaria fazer discurso. Eu quero tranquilizar a Taquigrafia, porque não estou sobrecarregando muito. Eu tenho certeza de que eu não disse nada meu, eu só fiz retratar em tópicos aquilo que os jornais registraram, mostrando que, neste País, não tem mais espaço para se discutir.

Futebol só se discute agora para saber se o Internacional perde por causa da crise ou se ele vai ser, heroicamente, capaz de superar a crise que abalou, com certeza, o preparo psicológico e físico dos seus jogadores.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a tranqüilizou os que desejam voar, mas eu fiquei tranqüilo com o pronunciamento de V. Ex^a. Ontem, eu estava temeroso do nosso grande Líder, o índio louro do Amazonas, que reencarna aqui Rui Barbosa, Arthur Virgílio, o pai, Mário Covas, Ramez Tebet, Ulysses, aqueles oposicionistas. Hoje, V. Ex^a falou em futebol e volta a vestir a camisa 10 das oposições brasileiras. Eu estava até me aprontando no preparo físico para tentar, embora soubesse que seria muito difícil. Seria assim como Amarildo substituir Pelé. Mas eu queria dizer a V. Ex^a e ao Senador Romeu Tuma, que está na Presidência – olhem a bandeira ali, a bandeira que traduz a ordem e o progresso – que me lembro, quando ouço esse assunto de avião...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há um vôo da TAM que faz Brasília, Teresina e Fortaleza. Há dois anos, quando eu fazia esse trajeto, caiu um temporal em Teresina, e o avião não conseguiu voar e pousou em Fortaleza. Atentai bem! Eu até que gostei, porque a companhia nos hospedou em um hotel cinco estrelas, na beira da praia, e ainda nos ofereceu um jantar, uma peixada com lagosta. Eu gostaria de saber se aquele tempo da ordem e do progresso, em que havia governo, admiração, responsabilidade, respeito aos consumidores, se está valendo, se este povo está sendo convidado como eu fui, há dois anos, em função de um atraso. Foi uma tempestade, coisa de São Pedro. Mesmo assim, no dia seguinte, às 6 horas, eles já nos colocaram no avião para chegarmos a Teresina. Era isso o que eu queria relatar para comprovar a gravidade do momento, do desgoverno. Houve tempo em que olhávamos para a bandeira e líamos “Ordem e Progresso” como rezávamos o Pai Nossa, ou seja, acreditando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso mesmo, Senador Mão Santa.

Encerro precisamente, incorporando seu aparte ao meu discurso. Aliás, discurso meu, não; discurso da Nação, que falou pela imprensa com muita clareza. A imprensa falou pela Nação. Aqui não há praticamente nenhuma palavra minha.

Estranho porque algo parecido ao volume de denúncias e notícias sobre um tema se deu só mesmo

no auge da crise do mensalão. Mais volume do que a crise dos sanguessugas, mais volume do que a crise dos vampiros.

Parece até que o Brasil está se acostumando com essa história de crise e, a cada dia, dá menos importância às denúncias, que estão ficando corriqueiras. Qualquer dia, uma pessoa não rouba e vai ser presa porque não roubou. Qualquer dia, vai acontecer isso. O cidadão culpa. Não roubou, pronto e acabou. Prendeu fulano porque não roubou. Qualquer dia, vai acontecer isso.

Mas este é um tema do qual o Governo não pode escapar sem resposta convincente. Volto aqui a manifestar minha esperança de que o Presidente da República vá à televisão, vá às rádios não para fazer proselitismos, mas para dar o diagnóstico e apontar as soluções efetivas para a crise. E sem essa histórica flácida de esperar que fulano se demita, quando é dele o dever de demitir quem não está operando bem no seu Governo. É dele o dever de tomar atitude. Porque o que acontecer de ruim, de lesivo à vida das pessoas – eu perdi amigos queridos naquele acidente da Gol; aquele avião saiu da minha terra –, é responsabilidade do Governo não atentar para os seus deveres fundamentais. E o primeiro dever de um Presidente, no presidencialismo, é precisamente ter liderança. E liderança é o que está faltando neste momento. O Presidente não comanda a crise; o Ministro da Defesa não comanda a Aeronáutica; a Aeronáutica não comanda os controladores; os controladores estão indo a um desespero psicológico que salta aos olhos, e a Nação está perplexa. Dez por cento das reservas, contrariando a tendência do fim de ano, estão sendo desmarcadas, o que é uma ponderável desvantagem, um ponderável prejuízo para as empresas de turismo, para as companhias aéreas, para a economia brasileira.

Como é que se pode falar em crescimento de 5%? Como é que se pode falar em melhoria das condições econômicas do País, se não se consegue resolver os apagões logísticos, se temos as estradas na petição de miséria que elas estão, se temos as crises dos portos, se temos, agora, mais esta variável de custo Brasil, que é o apagão aéreo?

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que de minha parte só tem este final. O resto é a Nação falando pela imprensa; e a imprensa falando pela Nação em volume de aturdir. Peguei os principais jornais do País, e aqui está o retrato do caos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, há uma coisa que estamos esquecendo. É claro que a segurança da sociedade está em primeiro lugar. Mas e a carga que deixa de ser

transportada? Em seu Estado a carga é transportada principalmente por rio ou, principalmente, por ar. E o prejuízo que estão tendo essas indústrias? Será que vão ser resarcidas disso?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não tem nenhuma dúvida: prejuízo econômico, prejuízo moral, prejuízo psicológico, prejuízo político. Quantas pessoas não perderam, Sr. Presidente, prazos fatais nos tribunais? E vão se queixar a quem? Qual é o bispo de plantão para resolver a pendência? Se é prazo fatal, é prazo fatal. A parte que se sente vitoriosa vai dizer: precluiu o prazo de reclamação do senhor fulano de tal. Aí, vai reclamar de quem? Vai jogar tudo para as costas das empresas, enfim?

É um quadro de caos. Se o Presidente não se conscientizar disso, poderá perder as rédeas do seu Governo, como demonstrou estar operando mal a articulação política, tendo perdido o primeiro embate depois do tal Governo de coalizão. Tantos aliados, tanta gente e funcionou como uma espécie de Titanic o prélio ontem na Câmara: oito partidos derrotados por um candidato do PFL, que soube muito bem trabalhar as ambigüidades e as indecisões, as dificuldades do Governo, o clima de autofagia que reina neste Governo, que está envelhecendo antes da posse do Presidente.

Digo isto com a maior tranquilidade e com boa fé em relação ao País: o Governo do Presidente Lula ameaça envelhecer antes do começo. Fiz aquela viagem com o Presidente, que tanta gente boba discutiu. Não estou aqui preocupado com isso, viajaria de novo dez vezes. Eu não vou deixar de ser o que sou viajando ou não viajando com fulano ou com beltrano. Tive ocasião de dizer ao Presidente, de maneira sincera, muitas coisas.

Estou dizendo a ele, agora, de maneira sincera e de boa fé, muitas coisas: o Governo do Presidente Lula ameaça envelhecer antes da posse em 1º de janeiro. Está envelhecendo, porque está repetindo vícios antigos, sem credibilidade política, para pedir cheque em branco à Nação mais uma vez. Então, é preocupante a situação. Que o Presidente saiba zelar pela governabilidade, porque essa é sua função número um. E não está cheirando a clima de boa governabilidade o apagão aéreo que está sendo vivenciado de maneira torturada pela população brasileira.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pane no governo

Crise política na aviação expõe falta de comando e deixa ministro em situação delicada

Atrasos de vôos devem continuar at

Diretora da Anac afirma que não pode garantir que o sistema vai voltar à normalidade

Número recorde de reclamações

Quiosques do Procon do Rio voltam aos aeroportos amanhã

Bruno Rosa

• O consumidor reclamou, e muito, do pior dia da aviação brasileira. Ontem, o Procon-SP registrou, em média, seis queixas por hora — o maior número na história do órgão. O movimento também foi recorde nos balcões da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Foram 281 reclamações até as 17h em 14 aeroportos do país. O aeroporto de Brasília liderou o ranking (189 queixas), seguido por São Paulo (31) e Salvador (23). Entre os dias 28 de novembro e 5 de dezembro, foram 64 notificações sobre bagagens, alimentação e hospedagem.

Desde o início da crise aérea, em outubro, o Procon-SP contabiliza mais de 150 reclamações de atrasos nos vôos. Márcia Christina Oliveira, técnica de defesa do consumidor do

órgão, diz que o número é alto, já que nos primeiros dez meses do ano havia apenas dez processos contra empresas aéreas.

— O importante é reclamar, lutar pelos direitos. Os consumidores não podem sair prejudicados. Por isso, é importante guardar as notas fiscais de qualquer gasto decorrente dos atrasos — diz Márcia.

No Rio, José Teixeira Fernandes, secretário de Justiça e de Defesa do Consumidor, ressalta que o Procon-RJ voltará a instalar quiosques de reclamações amanhã nos aeroportos Santos Dumont e Tom Jobim.

— Foram 143 reclamações entre os dias 21 e 23 do mês passado. Estamos preocupados com a crise aérea porque os atrasos estão ficando cada vez mais constantes. Estamos pensando em autuar as companhias aéreas — diz Fernandes.

Governo cria 'gabinete de crise' contra o caos aéreo

Em todo o país, ao menos 122 vôos foram cancelados e 436 atrasaram

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um "gabinete de crise", sob o comando da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que centralizará dados e medidas para tentar acabar com a crise do sistema de tráfego aéreo.

O presidente quer que o gabinete elabora um "pacote" para acabar com o caos.

Ai uma medida depende da investigação da pane de terceiro nível. Foi pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que vendeu o sistema a Brasil e pelo Procon Federal.

Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), 122 vôos de 1.184 haviam sido cancelados no país ontem. Outros 436 tiveram atraso superior a uma hora.

No aeroporto de Brasília havia fila de dezenas de passageiros. Com a rede de ônibus parada, os passageiros se mobilizaram em ônibus particular.

Em Congonhas, passageiros e funcionários ficaram presos. Na noite de ontem, a Anac informou que 90% das 120 aeronaves da frota da Infraero estavam paradas.

Atraso cancela 2 transplantes de órgãos no país

A crise aérea provocou o cancelamento de dois transplantes de rins. No Rio, um dos doentes deixou de receber um rim proveniente de Belo Horizonte. Outro prejudicado foi um menino de um ano que chegou a ser internado em São Paulo. O médico que ele receberia o rim apareceu a tempo.

Planalto deve trocar cúpula do setor de aviação

A crise aérea deve motivar a substituição de Wldeci Pinto no Ministério da Defesa. Luiz Carlos Barreto, no comando da Aeronaúticas, e o general Jorge Armando Félix no Gabinete de Segurança Nacional. O planalto deve nomear o ministro da Saúde para assumir o comando da Infraero.

Sem ação do governo, país tem novo dia de caos aéreo

Antes de viajar ao exterior, Tarso diz que crise não pode ser enfrentada com "pressão neuroótica ou temperamental"

O drama de cada um

Mãe com bebê passa dois dias na fila

• O tormento que se arrasta há 60 dias nos aeroportos multiplica os dramas, maiores e menores, de quem depende da aviação brasileira. O menino Gabriel, de 1 ano, não pôde receber um fígado que o livraria dos transtornos de uma doença devido ao atraso de mais de cinco horas no vôo que transportava o órgão. Jéssica, de 10 anos, que viajaria sozinha, passou uma noite inteira sem contato com a família na sala de embarque em Brasília, e só conseguiu chegar ao seu destino 30 horas depois. Tatiane Ramos, que na terça-feira amamentava a filha no aeroporto do Rio, após seu vôo das 15h25m ter sido cancelado, voltou ontem ao Tom Jobim, onde esperou mais três horas antes de embarcar para Porto Alegre

Página 39 /

WALDIR PIRES no ministério da Defesa, mas está sendo aconselhado a tomar uma decisão imediata. A crise evidenciou ainda a falta de ações coordenadas da Anac e da Infraero. Segundo integrantes do governo, Lula determinou que a ministra Dilma Rousseff voltasse a centralizar as discussões do setor aéreo. Antes de embarcar para a Itália, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, disse que o governo não vai enfrentar a crise com uma "pressão neuroótica ou temperamental".

Páginas 35 a 40.
Merval Pereira, Carlos A. Sardenberg,
Tereza Crivinol, Míriam Leitão, editorial
"Vôo cego" e Cartas dos Leitores

Relatórios oficiais da Aeronáutica, obtidos pelo *Correio*, revelam: incidência de problemas nos radares e consoles do Cindacta é alta e perigosa. Desde julho de 2005, panes vêm ocorrendo nos equipamentos

FALHAS JÁ SÃO ANTIGAS

ERIKA KLINGL
DA EQUIPE DO CORREIO

Ocaos nos aeroportos nos últimos dois dias foi a explosão de problemas que existem há pelo menos um ano e meio. Documentos exclusivos obtidos pelo *Correio* mostram que panes nos radares e gerenciadores de frequência já são rotina para os controladores de vôo de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Cuiabá, no Mato Grosso. A reportagem teve acesso aos relatórios de ocorrência elaborados pelos técnicos do 1º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta 1). O diário de ocorrências traz 19 relatórios. Em pelo menos 15 deles, há relatos de supervisores sobre queda de frequência, pane de radares ou ruídos nas comunicações entre as torres de controle e aeronaves civis e militares.

Em dois relatórios, o risco de choque entre aviões foi apontado. No final da tarde de 22 de setembro, surgiu no radar do Cindacta a imagem do TAM 3143, que faz a rota Vitória-Rio de Janeiro, sem qualquer indicação de altitude. De acordo com o relato do supervisor, quando descobriu-se o trajeto da aeronave, foi necessária a mudança imediata da rota do avião para que não houvesse uma colisão com uma aeronave da FAB que voava próximo. Em 9 de outubro, outra ocorrência grave: as aeronaves TAM 3147, que faz a rota Vitória-Confins, e Gol 1894, que percorre o trajeto inverso, passaram a menos de 800 pés uma da outra sem que houvesse um alerta dos radares. A distância está abaixo da recomendada: 1 mil pés. O supervisor do turno preencheu um relatório sobre o risco da aproximação.

O registro de incidente mais antigo é de julho do ano passado, mais de um ano antes de ser deflagrada a crise do setor aéreo, que começou com a queda do avião da Gol depois de colidir com o Legacy da ExcelAire Service, em 29 de setembro, resultando na morte de 154 pessoas.



O mais recente é da última terça-feira, dia em que duas panes nos radares do Cindacta 1 causaram cancelamentos de vôos em várias capitais. Em pelo menos um documento de agosto, obtido pela reportagem, há uma observação em tom de desabafo de um controlador: só o acaso explicaria o fato de não ter acontecido, até então, um acidente nos céus do país.

Pane

As panes, de fato, já eram consideradas graves, em julho de 2005. No relatório de um supervisor de turno em Cuiabá, obtido pela reportagem, consta a seguinte observação: "O radar apresentou queda no horário de pico, causando bastante desconforto à equipe. O fato vem ocorrendo constantemente".

De acordo com um controlador de vôo do Cindacta 1, os documentos de mais de um ano mostram que não há fundamento nas acusações de sabotagem. "Os problemas só apareceram agora porque até então a gente segurava tudo nas costas sem reclamar", afirma o operador, que pediu para não ser identificado. "Fomos omissoes em não alertar sobre os problemas no setor até o momento em que passámos a ser acusados de badenões", disse.

De acordo com funcionários da Aeronáutica, os relatórios são preenchidos a cada turno dos controladores, diariamente, por cada setor do Cindacta 1. A todos, são 12 registros por dia. "Os relatórios estão armazenados nos computadores. Ninguém fez nada para corrigir os problemas", reclama um operador.

Os mesmos problemas são relatados em vários documentos. No boletim de ocorrência de 9 de outubro, há o registro de que o sistema de telefonia não estava funcionando devido a uma pane, ocorrida em 3 de agosto. Em 22 de novembro, outro relatório aponta um defeito grave — a oscilação de imagem do radar —, que já vinha ocorrendo desde 29 de março.

ACC - BS			
DATA:	TURNO:	SUPERVISOR DE EQUIPE:	STATUS
12/10/2006 - QUI	1º - 06:30 às 14:00		FECHADO
OCORRENCIAS OPERACIONAIS			
REPORTE DE INCIDENTE			
NIL			

3- Reporto que, a partir das 1604Z, retornou o "EFEITO TORRE DE BABEL", em que as transmissões das consoles do diversos setores estão interferindo uma na outra e vice-versa, bloqueando a recepção das transmissões das aeronaves. Não é necessário nem dizer, mas vou relembrar, o desconforto, apreensão, desgaste e estresse que acarretam diariamente tal situação que já perdura por semanas.

ACC - BS			
DATA:	TURNO:	SUPERVISOR DE EQUIPE:	STATUS
22/09/2006 - SEX	2º - 14:00 às 21:30		FECHADO
OCORRENCIAS OPERACIONAIS			
REPORTE DE INCIDENTE			
NIL			

Para surpresa de todos, surge o alvo do TAM 3143 na tela sem indicação do FL e por volta de 4NM a frente do FAB 5908, às 2103Z, próximo a posição MIMIR. O Controlador restringiu imediatamente o TAM 3143, ele estava cruzando o FL 200 para FL 210. Reforço a necessidade de uma comunicação mais eficiente com o APP VT(TF1), neste caso, uma apuração do porquê da não coordenação deste tráfego pelo APP VT, pois a situação poderia acarretar no mínimo num Relatório de Incidente de Tráfego Aéreo.

REGISTROS OFICIAIS: DOCUMENTOS SIGILOSOS DA AERONÁUTICA DESCREVEM OCORRÊNCIAS GRAVES DE INCIDENTES COM AERONAVES CIVIS NOS ÚLTIMOS MESES

SITUAÇÕES DE RISCO NO ESPAÇO AÉREO

JULHO

Em cinco páginas do livro de incidentes do Centro de Controle de Aproximação de Cuiabá (MT) estão registradas 14 ocorrências. No dia 7, o console do radar congelou a imagem por 10 minutos. Nesse período, os controladores não sabiam o que estava ocorrendo. A imagem era sempre a mesma. Quando finalmente o console voltou a mostrar a movimentação das aeronaves, houve queda do sistema por dois minutos. A seguir, o equipamento entrou em manutenção.

Dois dias antes, o console do radar já havia apresentado queda na hora de pico. Isso teria causado "bastante desconforto à equipe", diz o texto do relatório. "O fato vem ocorrendo constantemente." Nos dias 14 e 15 daquele mês, o radar simplesmente desligou. Pior:

no dia 15, o equipamento só veio a funcionar duas horas depois da pane.

SETEMBRO

Uma semana antes do choque entre o Boeing da Gol e o Legacy, a sede do Cindacta 1 impediu um choque entre duas aeronaves. De acordo com o relatório de ocorrências do dia 22, os problemas começaram às 16h46, quando a central que gerencia as frequências, chamada de Sitti, em Brasília, ficou inoperante. Isso interferiu nos vôos do Rio de Janeiro, de Brasília e São Paulo.

O relatório aponta que houve controle de fluxo e excesso de tráfego nessas regiões. O problema gerou quase a paralisia no controle do tráfego porque havia interferência nos rádios. "Quase não se ouvia o que as aéreas (aeronaves) falavam", cita o relatório. As 18h03, enquanto o contro-

lador de vôo acompanhava dois aviões, um FAB 5908, voando a 22 mil pés, e o vôo da TAM 3134, que estava a 23 mil pés, surgiu radar do Cindacta 1 um terceiro avião. O TAM 3143, que faz a rota Vitória-Rio de Janeiro, seguindo o relato do supervisor daquele turno, estava em 20 mil pés, cruzando o nível de 21 mil pés, sem que estivesse com a imagem no radar. "O controlador restringiu imediatamente o (vôo da) TAM", cita o relatório. A aeronave havia decolado de Vitória e sua imagem apareceu no radar em situação de risco.

OUTUBRO

Os controladores de vôo do Cindacta 1 relataram, em 12 de outubro, que estavam enfrentando o efeito "Torre de Babel", inspirado na história mencionada no Gênesis da Bíblia, quando Deus, irado com a ou-

sadia dos homens que queriam alcançar os céus, teria feito com que todos falassem em idiomas diferentes, de modo a que não pudesssem se entender. No final, os controladores de vôo, a "Torre de Babel" ocorre quando as transmissões do radar de um setor interferem em outro. De acordo com o relatório, a recepção das informações das aeronaves foi bloqueada. "Não é necessário nem dizer, mas vou relembrar, o desconforto, a apreensão, o desgaste e o estresse que acarretam diariamente tal situação que já perdura semanas", reclama o supervisor do Cindacta, no relatório. No mesmo dia, houve choque de informações entre o radar de Três Marias, em Minas Gerais, e o de Brasília. Cada um mostrava localizações diferentes das áreas de vôos.

NOVEMBRO

Os radares Três Marias (MG), Pico do Couto (RJ) e Chapada dos Guimarães (MT) passaram

Após vistoria no controle aéreo, procuradores divergem sobre as condições de trabalho e os reais motivos para o colapso no sistema

MPF FAZ INSPEÇÃO NO CINDACTA 1

RENATA MARIZ

DA EQUIPE DO CORREIO

O 1º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta 1), em Brasília, passou por uma inspeção ontem. A blitz foi realizada por um grupo de seis procuradores — dois federais, três do Trabalho e um militar — no dia seguinte à pane no sistema de rádio que causou mais um grande colapso nos aeroportos brasileiros. Procuradora dos Direitos do Consumidor, Ela Castilho disse ter sentido, nas conversas com as autoridades do centro, uma "vontade de não tratar o assunto como sabotagem". No entanto, Giovanni Rattacaso, procurador do Ministério Público Militar que acompanhou a visita, lançou dúvidas sobre a conduta dos controladores no episódio.

"Desde o acidente, representantes dos controladores estão provocando uma campanha difamatória para colocar uma even-
(Aniac) é a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero). "Percebo, até mesmo como usuária, que há uma desarticulação entre os órgãos. Na hora de dar informação, por exemplo, um joga para o outro a responsabilidade. E quem sofre é o passageiro, o consumidor", reclamou. Além disso, a procuradora pedirá ainda esta semana ao Tribunal de Contas da União (TCU) dados da auditoria que está sendo realizada no Cindacta 1.

A procuradora criticou a falta de transparência da Aeronáutica. "Dei uma sugestão para que deixem a imprensa entrar lá, conhecer o trabalho do controle", contou. Na avaliação da procuradora, a falta de informação segura provoca um clima de terror na população. "Nos aeroportos a gente vê comentários de quem seria a culpa. E é daí que surgem até versões fantasiosas para a crise", disse.

Caos nos aeroportos provoca suspensão de 2 transplantes

Atrasos nas decolagens nos aeroportos prejudicaram o transporte dos órgãos

No Rio, dona-de-casa aguardava rim; em SP, garoto de 1 ano deixou de receber um fígado, que foi transferido para o 2º da lista

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO DO "AGORA"
DAREPORTAGEM LOCAL

Os passageiros voltaram a enfrentar ontem transtornos com atrasos e cancelamentos de vôos um dia depois de a pane no sistema de rádio do centro de controle em Brasília levar à suspensão das decolagens em três aeroportos. A nova crise provocou até mesmo o cancelamento de dois transplantes, um em São Paulo e outro no Rio.

No Rio, a dona-de-casa Valda

Sandra Gomes Soares, 32, que há mais de quatro anos aguarda um rim, chegou a ir até o hospital ontem de manhã preparar-se para a cirurgia. No entanto, devido aos atrasos de vôos, o fígado, que seguiria de Belo Horizonte para o Rio, não chegou.

Segundo o funcionário do Rio Transplante que a atendeu, não havia vôo para transportar o rim em tempo hábil. O órgão foi transplantada em um paciente de Belo Horizonte.

"Agora é continuar as sessões de hemodiálise", lamentou Sandra, que enfrenta quatro horas de tratamento, três vezes por semana. "E eu, que nunca andei de avião, já fui prejudicada... É um absurdo. E se fosse uma pessoa que dependesse urgentemente do rim para sobre-

viver? Eu pelo menos ainda consigo esperar algum tempo."

Em decorrência da insuficiência renal crônica que fez com que seus dois rins não funcionassem mais, Sandra teve um cateter instalado no pescoco e um em cada virilha.

Na terça-feira, dia de pane, o prejudicado foi o menino Gabriel Barbosa Machado, de 1 ano. Assim como Sandra, ele chegou a ser internado no Hospital do Câncer, em São Paulo, para ser preparado para a cirurgia, mas o fígado que ele receberia não chegou a tempo. O órgão era de um doador de São José do Rio Preto (440 km de São Paulo). Segundo o Hospital do Câncer, para o transplante em Gabriel, o fígado precisaria antes passar por um

procedimento cirúrgico que demoraria cerca de duas horas.

No entanto, devido ao atraso nos vôos, o órgão chegou a São Paulo no limite do tempo útil para aproveitamento. O fígado então foi destinado ao segundo da lista, o adolescente W.A.L. 16, para um transplante imediato. Ontem, o adolescente estava em recuperação na UTI da Santa Casa. Segundo o hospital, seu estado é estável.

Gabriel, que é de Lauro de Freitas, na região metropolitana de Salvador (BA), está em São Paulo há três meses aguardando um fígado. Segundo a médica Vera Baggio Danesi, hepatologista infantil do Hospital do Câncer, a doença de Gabriel é rara e o transplante é a única saída para a cura.

Em Brasília, passageiros foram alojados em motel

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA**

Passageiros relatavam que as companhias alegaram falta de vagas nos hotéis de Brasília para negar hospedagem. Presente ao aeroporto, o vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroportuárias, Ancheta Helcias, negava o problema.

Um dos passageiros distribuiu cerca de cem narizes de palhaço e apitos nos locais próximos aos balcões de check-in.

O engenheiro Rodolfo Antunes, que volta da Espanha e, na escala em Brasília, teve de passar a noite no aeroporto, reclamou da falta de assistência da companhia área. "Não me deram nada. Estou em aviões e aeroportos há três dias", disse.

Passageiros relatavam que as companhias alegaram falta de vagas nos hotéis de Brasília para negar hospedagem. Presente ao aeroporto, o vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroportuárias, Ancheta Helcias, negava o problema.

Segundo Helcias, alguns passageiros chegaram a ser instalados em pousadas e motéis.

No meio da confusão, uma menina de dez anos ficou sozinha na sala de embarque por 24 horas, depois de ser deixada pela tia no aeroporto para embarcar e ter seu vôo cancelado.

Após novo caos, Lula cria 'gabinete de crise'

Presidente põe Dilma Rousseff (Casa Civil) no comando de equipe encarregada de acabar com mais uma pane aérea

Lula tem dito que ainda não sabe se o problema resulta do boicote dos controladores ou da falta de infra-estrutura e de condições de trabalho na área

**KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
ELIANE CANTANHÉDE
COLUNISTA DA FOLHA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um "gabinete de crise", sob o comando da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), para centralizar as informações e as medidas necessárias para tentar acabar com mais uma crise do sistema de tráfego aéreo do país.

Em reunião de emergência anteontem à noite no Palácio do Planalto, quando recebeu relato do caos nos aeroportos,

Lula decidiu criar o "gabinete de crise". Ontem de manhã, Dilma se reuniu com o presidente e, depois, com ministros de diversas áreas para preparar medidas de combate à crise.

Trata-se de uma intervenção até que sejam formalmente trocados o ministro da Defesa, Waldir Pires, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix. Para Lula, eles perderam o controle da situação.

O presidente tem dito que ainda não sabe se a crise é resultado do boicote dos controladores de vôo ou da falta de infra-estrutura e de condições de trabalho no setor.

A determinação do presidente é que o "gabinete de crise" identifique as causas, aponte

soluções e deflagre um "pacote" para acabar o mais rápido possível com o caos aéreo.

A idéia foi copiada do governo do tucano Fernando Henrique Cardoso, que também destacou o então chefe da Casa Civil, Pedro Parente, para contornar o "apagão elétrico" de 2001.

Verba ilimitada

A orientação de Lula para a ministra é que não faltem verbas para o que for necessário. O pacote deverá incluir, pelo menos, um "back-up" duplicado para a central de rádio, com Brasília cobrindo automaticamente São Paulo e vice-versa, além de um controle mais sofisticado para que interferências externas não prejudiquem as comunicações.

Muitas das soluções dependem da investigação da pane

que está sendo feita por engenheiros do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), por técnicos da empresa italiana que vendeu o sistema ao Brasil e por policiais federais. O governo não descarta a possibilidade de sabotagem.

Balanço feito pela Anac às 18h de ontem mostrava que 122 vôos —de um total de 1.184— haviam sido cancelados em todo o país. Outros 436 tiveram atraso acima de uma hora.

Na avaliação de Denise Abreu, diretora da Anac, a situação dos vôos deve se normalizar a partir de hoje, mas não há garantias de que novos problemas não possam acontecer neste final de ano.

COLABORARON FERNANDA KRAKOVICS - NEY HAYASHI DA CRUZ, DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

➔ LEIA MAIS C3 a C6

por Antônio Machado

cidadebiz@correio.com.br

Apagão de gerência

A reincidência do caos nos aeroportos esta semana, atribuída não à greve branca dos controladores de vôo, desta vez, mas à pane nos aparelhos do Cindacta 1, Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo de Brasília, é mais um flagrante sobre o significado prático do orçamento fiscal exaurido e de décadas de má gestão e carência de investimentos em infra-estrutura e recursos humanos.

Os apagões aéreos cada vez mais freqüentes, longe de ser exceção, são parte do quadro exibido pela infra-estrutura pública do país — de estradas sucateadas e canais marítimos assoreados à conta justa do abastecimento de energia, uma barreira ao crescimento econômico a taxas superlativas, e à crise da rede hospitalar. Invisíveis são as causas, entendida a falta de investimentos como consequência.

O que se esconde atrás dessas mazelas, que não surgiram agora mas vem de muito longe, é a política escapista dos governantes frente aos problemas de fundo do país, agravada pela ênfase excessiva do saneamento das contas nacionais em desequilíbrio com a atenção às rotinas de qualquer administração. E tudo embalado pelos programas sociais, que entorpeceram a dinâmica pelo desenvolvimento ao fazer do que deveria ser apenas uma rede de segurança o elemento central das políticas públicas. Resultado: o governante está com a cabeça tranquila, porque é "tudo pelo social", que além do mais lhe rende votos, mas inquieto e atônito frente à infra-estrutura falida.

Garota de 10 anos passa madrugada sozinha no aeroporto de Brasília à espera do embarque para Belém (PA), onde seus familiares a aguardavam. Segundo empresa aérea, ela não foi para hotel por falta de vaga

TRINTA HORAS DE AGONIA

MARCELA DUARTE
JULIUSSE CAMPBELL
CAROLINA CARABALLO
DA EQUIPE DO CORREIO

Em meio aos drames provocados pelos atrasos e cancelamentos de vôos, a desempregada Maria Bernadete Nunes Oliveira, 38 anos, viveu um dos piores dias de sua vida. Na manhã de terça-feira, por volta das 9h, ela deixou a sobrinha Jéssica, 10 anos, com uma aeromoça da companhia Gol. A garota embarcaria para Belém (PA) para ver o pai. Juntas, as três fizeram o check-in e a menina foi levada para a sala de embarque. Nove horas depois, o pai de Jéssica telefonou para a tia. A menina não havia chegado ao destino. Em Brasília, a esta hora, Jéssica estava perambulando pelos salões do aeroporto, sem ter ninguém para ajudá-la. A garota acabou esperando por quase 30 horas até chegar ao destino.

"Eu não sabia o que fazer. Imaginei coisas horríveis. Tentei ligar em vários telefones da Gol, eles não atenderam. Com muita luta consegui falar e me garantiram que ela havia embarcado. Horas depois, o pai ligou novamente e disse que Jéssica não estava no voo", lembra.

O desespero de Maria Bernadete durou até assistir aos telejornais na noite da terça-feira. "Eu vi que eles estavam levando os passageiros para hotéis. Telefonei e disseram que Jéssica era uma delas. Fiquei mais tranquila", contou. Ontem, às 9h30, ao conversar com a garota por telefone, com ajuda da Aeromoça, a garota disse que ainda estava em Brasília e tinha dormido em uma cadeira no aeroporto.

Doces no jantar
Sozinha, a garota perambulou boa parte da madrugada. Comprou doces na praça de alimentação e tentou até entrar numa brinquedoteca com uma amiga que encontrou no saguão. Quando as aeromoças perceberam a sua ausência da sala de embarque, tentaram localizá-la pelo serviço de som. Ela só retornou porque foi levada por outros passageiros. A Gol nega que a menina tenha ficado sozinha. A empresa disse que Jéssica teve de ficar no aeroporto porque não "pegava bem" hospedá-la em um motel, já que não havia mais vagas nos hotéis de Brasília. A Gol garante ainda que a menina fez vários contatos com o pai durante o tempo em que esteve sob custódia da empresa.

Maria Bernadete tentou ver a sobrinha ontem, mas a empresa não deixou. "Me disseram que ela estava na área de embarque e eu não poderia ter acesso a ela", disse. A agonia da família de Jéssica só terminou às 17h, quando ela chegou em Belém. A família pretende entrar com uma ação contra a empresa. "Nada justifica deixar uma garota desamparada e ainda impedir que a família ajude. Eles mentiram para mim quando disseram que ela havia embarcado e, depois, quando disseram que havia sido levada para o hotel", destacou a tia.

Antônio Portujo, tia de Jéssica, que a recebeu no aeroporto em Belém (PA), disse que a menina estava muito assustada. "Ela contou que o maior medo era não ver ninguém conhecido quando chegassem em casa. Ela chorou muito", contou.

A estudante Márcia Siqueira Costa, 25 anos, teve mais sorte. Com um filho de dois meses no colo, ela conseguiu vaga em um hotel em Brasília para passar a noite. Enquanto esperava ser levada pelos funcionários da companhia aérea, aproveitou para ninar o bebê no balcão da Gol, onde

É esta a perplexidade de Lula, a sua demora em cravar o programa econômico de seu 2º colapsaram na terça-feira? A falta de resposta e o cinismo do governo ao jogar a culpa sobre as empresas aéreas, como fez o ministro Tarso Genro, abalam a confiança dos agentes econômicos até mais que déficits fiscais e ameaças da inflação.

A falta de talentos

Há um padrão na inépcia das operações públicas: ela resulta mais da falta de boa gestão, da rede de responsabilidades e hierarquias perfeitamente definidas e de manutenção adequada que de escassez de recursos, embora este óbice também seja relevante. O governo há décadas se tornou um deserto de competência. É mais fácil achar um bom gestor público com formação prática e acadêmica oferecida pelo Estado empregado numa empresa privada que lutando contra arcaísmos de sistemas burocráticos e a perfídia do apadrinhamento político.

Lula já foi alertado sobre este drama. Basta ver que, embora seja minúsculo o volume dos investimentos fiscais, grande parte nem sai do Tesouro devido à falta de projetos e gente capaz para tocá-los.

"NADA JUSTIFICA DEIXAR
UMA GAROTA DESAMPARADA
E AINDA IMPEDIR QUE A FAMÍLIA
AJUDE. ELES (FUNCIONÁRIOS DA
COMPANHIA) MENTIRAM PARA MIM"

Maria Bernadete, tia de Jéssica

EMPRESÁRIOS PREJUDICADOS

MARINA MAZZA
DA ECO JORNAL CORREIO

O colapso nos aeroportos provocado pela pane nos equipamentos do Cindacta 1 atrapalhou os 10 anos até mesmo de quem trabalha diretamente com a aviação civil. Marcado há pelo menos duas semanas, o Congresso da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abtar) acabou esvaziado porque muitos inscritos não conseguiram embarcar de seus estados de origem para Brasília. Das 150 pessoas que pagaram R\$ 250 para participar do evento, 54 não compareceram. "Passei o dia recebendo ligações de gente que não consegue embarcar", contou o presidente da Abtar, o aposentado Azar Chyssafidis.

Os organizadores ainda esperam que os "faltosos" cheguem hoje para acompanhar o último dia de palestras. Hoje, é aguardado o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuaia. Em meio ao turbilhão de problemas no setor, Zuanazzi terá que administrar as demandas da aviação regional, que reclama da falta de um tratamento justo por parte da reguladora. Companhias como a Trip e a Total querem regras específicas para estimular os investimentos nas rotas feitas pelas empresas menores.

No hotel Blue Tree Park, onde ocorre o evento, muitos alongaram sua permanência por conta do custo aéreo. Apesar do período da crise, pelo menos sete famílias que iriam fechar suas contas resolveram esperar mais um pouco e tentar sair de Brasília.

MERVAL PEREIRA

Apagão gerencial

● A desorganização administrativa do primeiro governo Lula já está entrando pelo segundo mandato sem que o primeiro tenha sido concluído. Tarso Genro, que está ministro das Relações Institucionais, mas poderá vir a ficar ministro da Defesa, tem se dedicado tanto ao apagão aéreo quanto às costuras políticas da coalizão que apoiará o governo na próxima legislatura. Ele ontem pagou pela língua, mas amorteceu seus problemas com a mordomia a que tem direito. Dissera

nham a ver com a realidade, e durante todo o dia de ontem o caos continuou pelos aeroportos do país, com passageiros protestando com apitações e narizes de palhaço.

Além do desencontro de informações, houve até mesmo um princípio de desavença entre o ministro civil da Defesa e os militares da Aeronáutica, repetindo como farsa um confronto de anos atrás. O ministro Waldir Pires, cuja cabeça ontem entrou em leilão no Congresso, era membro do governo João Goulart, que foi derrubado pelos militares em 1964, período em que houve rebeliões de sargentos e marinheiros contra seus superiores hierárquicos.

Pois Pires, 22 anos mais velho, protagonizou um arremedo desse confronto, ao defender a desmilitarização do controle de vôo e receber os controladores, militares a ní-

accompanhamento orçamentário, entre 2003 e 2005, o governo aplicou R\$ 460,9 milhões em média por ano, enquanto entre 2000 e 2002 a média foi de R\$ 612,5 milhões, em valores atualizados.

Em 2003, o governo federal investiu R\$ 382 milhões dos R\$ 455 milhões previstos no programa de Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo. Este ano apenas 53% do orçamento — um total de R\$ 531,6 milhões — havia sido executado. Para atualização dos equipamentos, o gasto foi ainda menor: 36% dos R\$ 163 milhões destinados no orçamento deste ano.

Mesmo com os problemas atuais, o governo federal havia determinado o corte de 8% do orçamento do próximo ano na verba do programa Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo. Certamente vai ter que rever essas decisões.

Falta comando

Oléxico português é pobre para nomear o estado do tráfego aéreo brasileiro. Caos, que na origem designa a desorganização do universo na origem do mundo, parece incapaz de descrever a tragédia em que se converteu o direito de ir e vir garantido pela Constituição. As cenas que se repetem — com crescente gravidade desde 29 de setembro quando o choque entre um Legacy e um Boeing resultou na morte de 154 pessoas — constrangem, humilham e revoltam o cidadão que paga uma das maiores cargas tributárias do planeta.

O medo e a insegurança generalizam-se. Com razão. O ministro da Defesa, Waldir Pires, se diz surpreendido pelos acontecimentos. Primeiro responsabilizou os pilotos do Legacy pela tragédia. Depois, os controladores de vôo. Agora, panes no sistema de rádio do 1º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta 1). Tal como o presidente da República, que nada sabe do que se passa na sala ao lado da sua no Palácio do Planalto, Pires nada sabe do setor estratégico que está sob seu comando. Diante das cenas de aeroportos lotados, crianças aos prantos, banheiros fétidos, falta de água e comida, o ministro afirma que está tudo normal.

As suspeitas de existência de pontos cegos no espaço, sem cobertura dos sistemas de controle, se revelaram mais graves do que a mais fantasiosa das imaginações poderia presumir. Pensava-se em regiões remotas sobre a Amazônia, mas, de repente, na parte mais rica e desenvolvida da nação, incluindo o Distrito Federal, torres e aviões se viram sem comunicação por rádio durante boa parte da manhã e da tarde de terça-feira. Paralisaram-se as de-

colagens em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no DF, área de abrangência do Cindacta 1. Ontem, a situação ainda não havia se normalizado, embora a capacidade operacional estivesse plenamente recuperada, segundo informação do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

Panes acontecem. Sabotagens também. Por isso é inadmissível que equipamento de suma importância não tivesse um substituto pronto para ser acionado de imediato. Alegou-se que havia sim um sistema reserva de freqüências de rádio, mas que operava junto ao que estava ativo, e a ligação entre ambos falhara. Ora, ou era ativo ou reserva. Aliás, arrombada a porta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a compra imediata de novo aparelho, “de forma a não permitir, jamais, que isso (o lamentável apagão aéreo) se repita”, conforme relato do ministro da Defesa. Ou seja, sabia-se como prevenir o problema, mas a providência foi tardia.

Passageiros não embarcam. Negócios se perdem. Decisões se adiam. O país pára. Está patente o descontrole, a falta de comando generalizada. É a anarquia. Pergunta-se: onde está o presidente Lula que não se digna a dirigir uma palavra à nação? O presidente francês Jacques Chirac, quando os estudantes saíram às ruas em protesto contra a lei do primeiro emprego, ocupou emissoras de rádio e televisão para avisar que tomaria providências. Mostrou que estava atento aos anseios sociais. Pergunta-se mais: por que Lula não demite o ministro que se revela incompetente para o exercício da missão? O país não pode esperar o segundo mandato para que medidas sejam tomadas. Se aviões não decolam, o PIB continuará no chão.

O colapso no Cindacta I

Os radares do centro de controle de Brasília (Cindacta I) cobrem 1,5 milhão de km2, sobre Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Sul do Tocantins e parte do sul de Mato Grosso

COMO FUNCIONA

O controle de tráfego acompanha os aviões desde a decolagem, por freqüências de rádio pré-determinadas. Quando houve a pane no comutador que distribui as do Cindacta I, 13 das 20 freqüências ficaram inoperantes por 15 minutos, depois todo o sistema caiu por duas horas. Especialistas estranham o fato de tanto o back-up do sistema como o comutador reserva não terem entrado em ação

Quando o destino cruza o aeroporto



Letícia, 10 anos, desapareceu. Luciene, 31, perdeu o casamento. Gabriel, 1, teve roubada um pouco da esperança de vida. Essas e centenas de outras histórias de brasileiros se cruzam nos saguões dos aeroportos do país desde que controladores de vôos de Brasília iniciaram uma greve branca, em setembro. Desde então, muitos destinos foram decididos nas intermináveis horas de espera da chegada no aeroporto até o aliviado momento da decolagem. Em comum, o desasco das autoridades e das companhias aéreas.

Não foi diferente ontem. Depois de 27 horas de espera no aeroporto de Brasília, Letícia Adriana Portilho

Menezes conseguiu chegar à Belém, ontem à tarde. Por mais de 12 horas, a família ficou sem saber o paradeiro da menina. O atraso de mais de quatro horas do vôo para o Rio fez Luciene Aparecida Marques perder o embarque para Lisboa, em Portugal, e o casamento em Milão, na Itália, que seria realizado ontem. Gabriel Machado esperava para fazer um transplante de fígado. A esperança caiu diante do atraso no vôo que transportava o órgão de um doador, de São José do Rio Preto para São Paulo.

— Senti muito medo, não tinha ninguém lá (da companhia aérea). Não queria mais, não — resumiu a menina, sem saber que traduzia o sentimento que parece tomar conta dos brasileiros.

■ Perdida entre filas e bagagens

Uma menina de dez anos passou a noite de terça-feira para quarta-feira sózinha na sala de embarque do aeroporto de Brasília esperando um vôo para Belém (PA). Letícia Adriana Menezes passou 27 horas no aeroporto depois de ser deixada sob os cuidados da Gol às 10h30 de terça-feira pelo pai, Paulo Sérgio Nunes, que mora em uma fazenda no interior de Goiás, e pela tia para pagar menos na passagem. Decidiu poupar Letícia da viagem de 36 horas e mandá-la de avião.

— Nós confiamos na companhia, a informação que tínhamos era que não havia nenhum atraso e que o vôo sairia às 11h em ponto — disse a tia. — Deixei a Letícia de mãos dadas com a funcionária da Gol, nunca imaginei que aconteceria isso.

Procurada, a Gol confirmou que Letícia e outra criança da mesma idade passaram a noite no aeroporto. Segundo a empresa, não haviam mais vagas em hotéis da cidade.

A preocupação da família

■ LUCIENE MARQUES

■ Atraso adia casamento de professora

O sonho de casar da professora Luciene Aparecida Marques, 31 anos, começou a virar realidade no dia 27 de outubro, quando comprou uma passagem para a Itália. Na manhã de terça-feira, chegou ao Aeroporto de Brasília para embarcar para o Rio, onde tomaria, à noite, o voo com destino a Milão, já havia partido.

— Sou professora, sofredora. Mas meu casamento não merecia tanta falta de respeito — desabafou Luciene. — Vou casar, mas vou ter que esperar mais algumas horas.

Era otimismo comum a quem está muito perto de realizar um sonho. Depois de uma noite mal dormida num dos banheiros do terminal 2 do Tom

VÍTIMAS ■ Em meio ao desasco, passageiros contam os dramas vividos à espera do embarque

■ OS AMIGOS

■ Crise aérea é rotina para procuradores

O drama vivido por quem precisou viajar de avião nos últimos meses não pegou desprevistos os procuradores federais Cleto Delgado, Ronald Cavalcanti e Fátima Cleide. Ontem, sentados no saguão do Aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, no Rio, cumpriram uma rotina na vida: encarar atrasos nas decolagens.

— Nós, que viajamos muito, sempre sofremos com atrasos de vôos — contou Fátima, entre os dois colegas do Ministério Público Federal.

A rotina, aliás, não lhes resta dúvida. Para os procuradores, o apagão aéreo já se manifestava antes mesmo da operação padrão desencadeada pelos controladores de vôos do Cindacta 1, em Brasília, depois do acidente entre o Boeing da Gol e um jato Legacy, no qual morreram 154 pessoas.

— O setor não tem estrutura para atender toda essa demanda — atesta Fátima, resignada com a crise no tráfego aéreo.

Vítimas freqüentes dos atrasos nos vôos, Fátima, Cleto e Ronald, já estavam há duas horas esperando embarcar para Brasília, ontem, no Tom Jobim. Dizem que os atrasos são recorrentes e como estão sempre se deslocando de um Estado para o outro, têm sofrido com a crise aérea.

— Já cheguei a esperar cinco horas em um vôo de Belo Horizonte para o Rio — ressalta Cleto Delgado.

■ GABRIEL MACHADO

■ Esperança de vida nas mãos do apagão

O apagão aéreo que causou atrasos nos vôos na terça-feira e ontem no país ganha contornos cada vez mais trágicos. Ontem, o menino Gabriel Machado, de 1 ano, não conseguiu receber um fígado doado. O órgão era transportado por um médico de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, para a capital. O vôo que levava o fígado, marcado para as 13 horas, pousou no aeroporto da cidade apenas às 18 horas.

O menino já havia feito todos os exames para o transplante. Contudo, a equipe médica optou por suspender o porque o órgão havia sido retirado do doador há muito tempo. Segun-

ATE QUANDO?

NO AEROPORTO DE BRASÍLIA, UM APITAÇO PROMOVIDO POR PASSAGEIROS COM NARIZ DE PALHAÇO EXPRESSOU ONTEM A INDIGNAÇÃO DE MILHARES DE CIDADÃOS QUE VOLTARAM A SER VÍTIMAS DO APAGÃO AÉREO. O DESPERO DIANTE DA ESPERA SEM FIM, FILAS INTERMINÁVEIS, GENTE DORMINHA PELO CHÃO, COMPROMISSOS PERDIDOS: A BAGUNÇA E A FALTA DE RESPEITO SE MULTIPLICAM BRASIL AFORA. ATÉ O INÍCIO DA NOITE, DOS 1.241 VÔOS PROGRAMADOS NO PAÍS, PELO MENOS 436 PARTIRAM COM ATRASO. E 122 FORAM CANCELADOS. O PIOR DE TUDO É A SENSAÇÃO DE QUE O SUPLÍCIO AINDA ESTÁ LONGE DO FIM. EXECUTIVOS DO SETOR PERDERAM A ESPERANÇA DE VER A CRISE ACABAR ANTES DO FINAL DO ANO

EDITORIAL

FALTA DE COMANDO LEVOU PAÍS AO CAOS

Cenas que se repetem com crescente gravidade humilham, constrangem e revoltam o cidadão. Por que Lula não demite o ministro que se revela incompetente para exercer a função?

INSEGURANÇA

INCIDÊNCIA DE FALHAS É ANTIGA, ALTA E PERIGOSA

Documentos obtidos pelo Correio revelam que panes, como a que paralisou três aeroportos do país, vêm ocorrendo com frequência nos radarers do Cindacta desde julho de 2005.

TEMA DO DIA, PÁGINAS 12A E 16 E VISÃO DO CORREIO, 24

HUMILHAÇÃO

AS 30 HORAS DE AGONIA DE UMA GAROTA DE 10 ANOS

À espera do embarque rumo a Belém, Jéssica passa madrugada, sozinha no aeroporto de Brasília, enquanto a família a aguarda, desesperada na capital paráense.

A RESSACA DO CAOS

Passageiros enfrentam mais um dia de filas nos aeroportos, após pane no sistema. Diretoria da Anac diverge sobre prazo para o fim dos problemas e 36% das decolagens atrasam

MARCELA DURANTE
ILHSES CAMPBELL
IRIANA MAZZA
LA EQUIPE DO CORREIO

O dia seguinte à pane no sistema de rádio do 1º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta), que paralisou os principais aeroportos do país, a rotina de transportes se repetiu. Cancelamentos de vôos, atrasos, filas e muita gente irritada. Em São Paulo, uma passageira chegou a desmaiar diante da espera para embarcar para Goiânia (GO). Na capital federal, o cansaço deu lugar a um protesto barulhento e bem-humorado. O professor Antônio Peitá, 39 anos, distribuiu cerca de 200 narizes vermelhos de palhaço a passageiros que guardavam na fila. Ele chegou ao aeroporto às 11h, na terça-feira. Ontem, 24 horas depois, ainda esperava pelo embarque. "É um absurdo. Estamos com a roupa do corpo. Não nos deram comida nem hotel", afirmou. Ele tentava embarcar para Salvador.

O balanço divulgado no início da noite pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deu o tamanho do caos. Um total de 436 vôos, em 67 aeroportos do país, partiram com atraso entre a meia-noite e as 17h de ontem. O número corresponde a 36,8% do total de decolagens previstas no período. Nossos 122 vôos foram cancela-

dos, primada que tem que ser restabelecida. É como uma grande enchece, em que enche mais rápidamente do que esvazia. Acredito que amanhã (hoje) o sistema voltará ao normal", disse. Mas a diretora do mesmo órgão, Denise Abreu, afirmou que só no sábado a situação deve se normalizar.

Para tentar embalar os milhares de passageiros que se repetiu. Cancelamentos de vôos, atrasos, filas e muita gente irritada. Em São Paulo, uma passageira chegou a desmaiar diante da espera para embarcar para Goiânia (GO). Na capital federal, o cansaço deu lugar a um protesto barulhento e bem-humorado. O professor Antônio Peitá, 39 anos, distribuiu cerca de 200 narizes vermelhos de palhaço a passageiros que guardavam na fila. Ele chegou ao aeroporto às 11h, na terça-feira. Ontem, 24 horas depois, ainda esperava pelo embarque. "É um absurdo. Estamos com a roupa do corpo. Não nos deram comida nem hotel", afirmou. Ele tentava embarcar para Salvador.

O balanço divulgado no início da noite pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deu o tamanho do caos. Um total de 436 vôos, em 67 aeroportos do país, partiram com atraso entre a meia-noite e as 17h de ontem. O número corresponde a 36,8% do total de decolagens previstas no período. Nossos 122 vôos foram cancela-

dos, representantes da Infraero, da agência e das empresas aéreas decidiram que irão, na próxima semana, formar um núcleo para fornecer informações precisas aos passageiros sobre os atrasos. A mesma promessa foi feita dias após o início da operação-padrão deflagrada pelos controladores no final de outubro.

imediatamente, US\$ 50 milhões na manutenção e na compra de equipamentos para não comprometer o tráfego de aviões comerciais no país.

DIREITOS DO CONSUMIDOR

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Ministério Público Federal decidiram entrar com uma ação contra a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e as companhias aéreas para assegurar o direito dos passageiros que são prejudicados com os atrasos, provocados pela pane nos equipamentos de rádio do Cindacta 1. A decisão foi tomada após uma reunião na sede da Anac, em Brasília. Durante o encontro

A ressaca da maior pane da aviação civil brasileira transformou o

fechar motéis, pousadas e pensões para acomodar a todos.

Entre um cochilo e outro, os olhares se voltavam para os pais, nés que indicavam os horários de saída e chegada dos vôos. Gerson Gonçalves da Silva, 49 anos, que chegou no aeroporto às 7h30, na terça-feira, reclamou da falta de apoio. "Fui um descalço. A Gol nos avisou que não havia mais hotéis aqui por perto. Não nos deram tíquete alimentação. Existem crianças aqui", revoltou-se o administrador de empresas, que queria viajar para Porto Alegre (RS).

O casal Márcia, 26 anos, e Marcos De Marco, 26, aderiu ao protesto e aceitaram usar o nariz de palhaço. "Essa é a única maneira de sofrermos muito com atrasos e falta de informações. O nariz representa perfeitamente como os sentimos", contou a analista de faturamento, ao tentar embarcar para São Paulo.

Os atrasos não livraram nem a Igreja Católica. O bispo-auxiliar de São Paulo e secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odílio Scherer, também foi obrigado a aguardar. "Isso tudo é muito desconfortável. Quem está ocasionando isso tem de ter consciência do que está ocorrendo. Há solução para tudo, tem que ter para isso também", afirmou.

Sobrou também para os aliados do governo. O ex-ministro das Cidades e ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, clas-

BEBÊ PERDE TRANSPLANTE

Os atrasos nos vôos no principais aeroportos do país trouxeram transtornos também para quem não iria em barcar. Gabriel, 1 ano, teve a chance de realizar um transplante de fígado devido à demora de cinco horas para o órgão chegar em São Paulo.

A criança chegou a ser preparada para a cirurgia, mas o procedimento foi cancelado pelos médicos. O caso de Gabriel é grave. Com uma lesão no fígado, ele precisa fazer o transplante até fevereiro. A criança é um dos 7.205 pacientes que estão na fila de esperar por um órgão no país.

A mãe de Gabriel, Josiane Barros Machado, 16 anos, está em São Paulo há três meses aguardando a cirurgia. A perda do órgão provocada pelo atraso nos aeroportos não lhe trouxe esperanças. A família mora em Lauro de Freitas, na Bahia. "Esperava ver ele curado, brincar do como as outras crianças, comendo direito, com a cor normal do olho", disse a dona de casa. Devido à doença, ele tem os olhos amarelados.

O embarque do órgão que seria implantado em Gabriel estava previsto para meia-noite de terça-feira, em São Paulo.

DORA KRAMER

dora.kramer@grupoestado.com.br

Morosidade exasperante

Transcorridos 40 dias de crise nos aeroportos, soa imperitante, para dizer o mínimo, o aviso do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, de que o governo não agirá com "pressa neurótica" na administração do problema, pois prefere arcá com o desgaste político a pôr em risco a segurança dos passageiros.

A atitude do ministro, reflexo da posição do presidente da República, com quem Tarso Genro havia acabado de se reunir quando fez a infeliz declaração, mostra como o governo deu-se conta com atraso da enormidade da coisa.

Só isso explica o fato de o ministro considerar açodadas as cobranças por alguma ação oficial que denote um mínimo de sensibilidade em relação ao stress, os prejuízos e o total inusitado da situação que há mais de um mês infelicitava os milhões de pessoas subtraídas em seu direito de ir e vir de avião.

Não é por acaso que o ministro fala em "desgaste político". A referência sinaliza exatamente a motivação do governo para se mexer depois de semanas de indiferença, silêncio e desencontro de versões. Só se movimentou quando percebeu que haveria malefícios políticos. Exatamente o contrário do que, da boca para fora, externa o ministro Genro.

Até então, antes de serem feitas as contas do desgaste, o presidente Luiz Inácio da Silva mantinha-se em sossego, cuidando de outras questões mais importantes com o PMDB, o PC do B, o PT, o PSB, o PDT. Nos intervalos, gastava tempo e energia tentando reunir em palácio a oposição para uma foto publicitária.

A crise estourou às vésperas do segundo turno da eleição. Reeleito, o presidente Lula fez uma reunião com a Aeronaútica e o ministro da Defesa, pediu providências e embarcou de Aerolula para a praia, enquanto começava o interminável calvário dos passageiros nos aeroportos.

Voltou de férias e deixou a coisa correr frouxa até que o Congresso acordou (tarde) e no dia mais crítico dos atrasos, desta vez atribuídos a fa-

lhas no sistema de comunicação do Cindacta 1, em Brasília, resolveu cobrar uma atitude com veemência até então dispersa nas reclamações de um ou outro parlamentar.

Os passageiros nessa altura já tinham invadido pistas dos aeroportos, guichês de companhias aéreas, acionado os Procons, a Justiça, patrocinado brigas homéricas com os funcionários das empresas, mas não tinham conseguido fazer com que nenhuma autoridade desse repercussão e consequência a suas aflições.

O máximo que se ouviu, e ainda assim só recentemente, foi uma versão sobre a "insatisfação" do presidente com o desempenho do ministro da Defesa, Waldir Pires, de quem, consta, Lula cogita a demissão.

Ah, sim, caiu também o chefe militar dos controladores de vôo. Como se o problema se resolvesse com demissões de chefia, solução tipicamente referida na mentalidade sindicalista que no início pautou a decisão de nomear o ministro do Trabalho para "abrir negociações" com os controladores, ouvidas as suas reivindicações.

Do presidente da República, que tantas opiniões emite, tantos conselhos fornece e tantas palestras profere sobre os mais diferentes assuntos, nem uma só manifestação dirigida ao desrespeitado público pôde ser observada.

A palavra fácil parece fugir a Lula quando o assunto é espinhoso, constrangedor e requer objetividade. O presidente agiu assim no auge dos escândalos de corrupção e age da mesma forma diante da crise dos aeroportos, não dá entrevistas e só agora fez do ministro Tarso Genro o porta-voz, cuja estréia no tema se deu como se os atrasos

nos vôos fossem coisa recente e a exasperação reinante fruto de "pressa neurótica".

Com atraso de muitas semanas ocorre aos ocupantes do Palácio do Planalto que existe no País um grave problema de Estado, a ser resolvido como tal. Surpreso ante a urgência, o ministro Genro pede calma, fala na segurança dos passageiros em tom de grande novidade, quando o pânicô já está instalado, e tergiversa, dissertando sobre a culpa das companhias aéreas, quando em jogo está a responsabilidade oficial.

É óbvio, como diz o ministro, que elas não estão "preparadas para atender os passageiros em momentos de crise". Mas este é um despreparo bem menor que o exibido pelo governo, que sequer consegue dizer qual o seu verdadeiro tamanho e quais suas reais razões.

Quando fala em "pressa" num episódio há 40 dias em fase aguda e se desvia do foco, apontando para a consequência - o tumulto nos balcões de atendimento - e não para a causa da questão, o ministro mostra falta de engajamento e ausência de noção sobre como resolver esse problema.

Se o que ocorre agora é produto do acúmulo de falhas antigas, natural seria que houvesse pelo menos um plano de emergência para reduzir o caos.

Mas o que se viu foi o poder público abúlico, à espera de um milagre, perdido na incapacidade de identificar o nó da questão, carente de autoridade para desatá-lo a qualquer custo e indiferente à necessidade da população de ser informada sobre o que acontece e orientada a respeito de como agir.

Pedir paciência é abusar da já inexistente paciência do público. •

Presidente da Anac critica 'clima de terror'

Isabel Sobra

BRASÍLIA

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, previu ontem que a situação nos aeroportos vai se normalizar hoje, com o total de atrasos voltando ao nível de 11% registrado na segunda-feira. Um dia após o maior caos da história nos aeroportos brasileiros, ele condenou a "disseminação de temores" em relação à segurança dos vôos no País.

"A quem pode estar interessando fazer esse clima de terror? Não há base lógica para isso porque tudo está sendo feito em nome da segurança", afirmou, na abertura do Congresso da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar). "Os brasileiros não precisam ter medo de voar." De acordo com Zuanazzi, os problemas registrados anteontem nos aeroportos foram produzidos por atrasos e cancelamentos de vôos noturnos - medidas adotadas justamente para garantir a segurança do sistema.

A multiplicação das filas nos aeroportos, ocorrida ao longo de todo o dia de ontem, era esperada, segundo o presidente da Anac, como um reflexo do "represamento" dos pousose decolagens do dia anterior. "É como uma grande enchente em que um local enche de água mais rápido do que esvazia." A crítica ao "terrorismo" foi dirigida às denúncias feitas anônimamente por controladores de vôo de que há no espaço aéreo "pontos cegos" em que os aviões ficam sem monitoramento. ■

Sabotagem ainda é investigada

Oficiais da Aeronáutica e até a Abin não descartam essa possibilidade

Bruno Tavares

Tânia Monteiro

BRASÍLIA

Embora a Polícia Federal não tenha encontrado indícios de sabotagem nos equipamentos de áudio do centro de controle aéreo de Brasília (Cindacta-1), o Comando da Aeronáutica continua investigando essa possibilidade. Oficiais ouvidos ontem pelo Estado voltaram a dizer que os sistemas são novos - passaram por atualização completa no ano passado - e que a pane inédita, no mesmo local onde controladores de vôo organizaram uma operação-padrão em novembro, "é no mínimo estranha." Até ontem à noite, porém, os técnicos não haviam obtido qualquer prova de que o apagão tenha sido proposital.

A hipótese de sabotagem foi citada, inclusive, durante a reunião de emergência convocada anteontem à noite pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acompanha informalmente o caso, mas, até agora, também não tem indícios de que a pane tenha sido criminosa. Consideram estranho, po-

rem, o fato de o sistema ter apresentado uma falha repentina, até então desconhecida pela Aeronáutica.

"Não foi um simples corte de fios ou algo do gênero. Se alguém fez isso, essa pessoa conhecia profundamente o sistema", afirma um oficial da Força Aérea Brasileira (FAB). Ele explica que, durante três horas, todas as 20 freqüências de rádio do Cindacta-1, o mais movimentado do País, ficaram inoperantes. "Houve uma desconfiguração completa dos servidores." Foi a primeira vez, desde a criação da atual estrutura dos Cindactas, há 23 anos, que uma pane dessas foi registrada.

Depois de ficar retido em Manaus por causa dos atrasos e cancelamentos de vôos, um funcionário da empresa italiana Sitti, responsável pelo desenvolvimento do software, chegou ontem ao Cindacta-1 para inspecionar a central de áudio. Engenheiros militares também se deslocaram do Rio para Brasília para participar das apurações. Fontes da Aeronáutica dizem que por mais sofisticada que tenha sido, a suposta sabotagem poderá ser desvendada.

Antes mesmo do término das investigações, o comandante do Cindacta-1, coronel Carlos Aquino, determinou a adoção de medidas de segurança. A partir de agora, segundo relato de um oficial da FAB, a sala refrigerada que abriga os equipamentos ficará trancada a chave.

Apesar do acesso aos equipamentos sempre ter sido restrito aos sargentos responsáveis pela manutenção, a porta ficava destrancada.

Acuados pelo Inquérito Policial Militar (IPM) que apura o desrespeito às normas militares durante a operação-padrão, os controladores de vôo de Brasília ficaram revoltados diante de mais essa suspeita. "Já fomos chamados de grevistas, baderneiros, amotinados e inconseqüentes. Agora, somos os saboteadores. Isso é ridículo", protestou um deles. ■

MÍRIAM LEITÃO

PANORAMA ECONÔMICO

Aos navegantes

• Senhores passageiros, apertem os cintos. Sumiu tudo, menos os pilotos. Sumiu sinal no radar, controle aéreo, autoridade, comando, atenção aos passageiros, comunicação de rádio, informação de pousos e decolagens, totens eletrônicos. O som dos aeroportos não sumiu exatamente, mas não dá para ouvir. Sumiu até carrinho. Foi o que constatei no caótico Galeão ontem. Ainda bem que viajo leve.

Aérea também, a Anac deu informações aos jornalistas, no meio da manhã.

— O dia será muito complexo. É tipo uma grande enchente em que a água enche mais rápido que esvazia — disse Milton Zuanazzi.

A aviação civil está fazendo água ou ele estava falando sobre São Paulo?

Nada dava para entender. O sumiço das atendentes, por exemplo. Afinal, a empresa não tinha culpa. Tem outras culpas, mas esta confusão faz de todos nós — passageiros, empresas aéreas, agências de viagem, hotéis, cidades turísticas, produtores de eventos e tantos mais — vítimas da mesma incompetência governamental que tornou uma simples viagem doméstica um tormento. A empresa poderia dar aos pas-

ses, trabalhando com a impunidade de que nada errado há nos céus do Brasil; suspeitam que houve uma sabotagem.

Diariamente, milhares de brasileiros tentam cruzar o espaço aéreo para trabalhar, cumprir compromissos, descansar, visitar parentes e amigos, e não sabem a que horas decolam, quando chegam. Diariamente, centenas de reuniões são desmarcadas. Ia andando pelas filas ouvindo pedaços de conversas sobre cancelamento de compromissos. Rebeca e Cláudia cancelaram o delas. Diariamente, milhares de brasileiros entregam suas vidas ao sistema de transporte aéreo, inseguros e assustados. Enquanto isso, as autoridades que governam o Brasil continuam esperando, como se não fossem elas os pilotos da pior crise aérea da História deste país.

DESENCONTROS NA SALA DE EMBARQUE

"Como houve muito atraso no vôo, não daria tempo para repartir o fígado em dois e preparar as cirurgias"

JACIRA RODRIGUES • RESPONSÁVEL PELA COORDENADORIA DE TRANSPLANTES

"Eu dispensei o transporte terrestre e optei pelo aéreo, mas as informações foram se desencontrando. Eu me sinto culpado pela opção que fiz com base nas informações que eles me deram"

FÁBIO CRESSENTINI • MÉDICO, RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE DO FÍGADO

"Às 10h10m entregamos a menina na mão da aeromoça, com toda a documentação. A chegada dela era prevista para as 13h em Belém. Só que até às 18h a Jéssica não havia chegado"

MARIA BERNARDETE NUNES OLIVEIRA • TIA DE JÉSSICA, DE 10 ANOS, QUE PASSOU 24 HORAS NA SALA DE EMBARQUE DO AEROPORTO DE BRASÍLIA, ESPERANDO

PELO VÔO ATÉ BELÉM, ONDE MORA SUA FAMÍLIA

"Isso tudo é muito desconfortável. Quem está ocasionando isso tem de ter consciência do que está ocorrendo"

DOM ODILIO SCHERER • BISPO AUXILIAR DE SÃO PAULO E SECRETÁRIO-GERAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

"É um grande absurdo. Comprei uma passagem direta e agora serei obrigada a embarcar em um vôo cheio de conexão. Isso é ruim para o bebê"

TATIANE RAMOS • EMPRESÁRIA, QUE PASSOU 25 HORAS À ESPERA DE UM VÔO PARA PORTO ALEGRE

"Vamos ver se dessa vez a gente consegue partir"

GIBA • JOGADOR DE VÔLEI E CAMPEÃO DO MUNDIAL, QUE TEVE DE ALUGAR UM JATINHO PARA VER SEUS PAIS EM CURITIBA

Vôo cego

Quando aconteceu a tragédia com o avião da Gol, no fim de setembro, o comentário do jornalista americano que viajava no Legacy (que se chocou com o Boeing), de que o controle do espaço aéreo brasileiro é caótico, provocou indignação do governo. Mas de lá para cá, a crise avassaladora e crescente apelidada de apagão aéreo apenas confirmou esse diagnóstico.

Em outubro, a causa dos problemas parecia clara e temporária: o afastamento de controladores de vôo provocou uma operação padrão, razão de atrasos e cancelamento de viagens e confusão geral. Mas a partir daí a situação só piorou, com desdobramentos inesperados e revelações seguidas. Veio à luz que os operadores, mal pagos, tinham uma sobrecarga de trabalho inadmissível num setor estratégico, de cujo bom funcionamento dependem vidas humanas — para não mencionar toda sorte de atividades e empresas, como turismo, hotéis e companhias aéreas, que aliás as autoridades já tentaram criticar pelo drama vivido pelos passageiros.

O governo anunciou então a contratação imediata de novos controladores, embora ao mesmo tempo

reconhecesse que a preparação de um controlador leva até seis meses. O Ministério da Aeronáutica optou pelo aquartelamento dos operadores, enquanto o ministro da Defesa, Waldir Pires, partiam declarações diárias sobre normalização iminente — que a realidade desmentia de imediato — e uma constrangedora admissão de ignorância das condições de trabalho no setor. Foi lançada a idéia de desmilitarização do sistema, trazendo insatisfação na Aeronáutica e provocando uma crise dentro da crise. A situação culminou com a revelação assustadora de que há pontos cegos no espaço sobre a Amazônia e nas panes do Cindacta I.

Faltam explicações e um plano contra o apagão aéreo

riedade da crise e à gritante ineficiência com que tem administrado a situação. O país quer saber quais são as causas reais desse caos: em que medida são falhas técnicas do sistema e até onde influiria um movimento parassindical dos controladores. Depois do mais amplo esclarecimento, então faltará apresentar o mais importante e definitivo: um plano concreto para restabelecer a normalidade dos vôos e a confiança perdida dos passageiros.

Mais mentiras

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Tem gente dizendo que o apagão aéreo decorre da falta de investimento no controle do tráfego, por causa do arrocho imposto ao gasto público de modo a pagar a conta de juros. Pode-se até dar um tom dramático à frase: para pagar juros aos banqueiros, morrem os passageiros do Boeing da Gol, sofrem as pessoas nos aeroportos.

Há aí uma combinação de verdades e mentiras, que resulta, ao final, em um grande equívoco.

É verdade que os investimentos do governo federal são insuficientes, não apenas estão mesmo — mas parece claro que estão, digamos, deixando que os problemas apareçam. Sua reivindicação é passar todo o controle do tráfego civil para um órgão civil.

O governo sabe disso. O presidente Lula sabe disso. Mas desmilitarizar o serviço significa tirar da Aeronáutica verbas, poder e cargos.

Falso, portanto, que tenha faltado dinheiro. O governo vai gastar neste ano R\$ 165 bilhões no INSS, R\$ 128 bilhões em Custo e Capital e R\$ 106 bilhões em Pessoal. Uns trocados, digamos, algo como R\$ 400 milhões, ou 0,1% do total, já dariam uma boa arrumada no controle do tráfego aéreo. Se as decisões corretas fossem tomadas a tempo.

O argumento segundo o qual o pagamento de juros explica a falta de investimentos tem sido usado por todos aqueles que pretendem aumentar ou criar gastos novos sem cortar os atuais. Ocorre que, se não for paga a conta de juros, a dívida, que já é grande, vai aumentar. Dívida maior exige taxa de juros maior e, pois, maior despesa financeira mais à frente. A menos que se dê o calote nos juros — jogando o país na crise financeira.

Tudo considerado, o pessoal não se conforma com o fato de que o caixa do governo tem limites e que é preciso escolher prioridades. Ou privatizar.

DESRESPEITO

¹⁰ See, for example, the discussion of the 1992 Constitutional Convention in the *Constitutional Convention of 1992: The Final Report* (1993).

Passageiros vivemem mais um dia infernal ou-
tem nos principais aeroportos do país, refle-
to principalmente das atrasos e cancelamentos
da véspera, quando partes do sistema de
comunicação em Brasília, no maior aeroporto da
Ilha da Usina, bairro no Rio, provocaram
efêmero caos na outros terminais. Com liga-
ções aéreas atrasadas, de até 12 horas, e can-
celamento de 109 vôos ate as 16h, segundo a
Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a si-
tuação só foi se aliviando no fim da tarde,
quando grande parte dos passageiros conse-
guiram embarcar. Mas, no inicio da noite, a situa-
ção voltou a se complicar, com o fechamento
do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e
mais voos cancelados pelo país, para manutenção
na torre. Em Confins, que teve todos os vôos
suspensoas 14h de anteontem, o dia também
foi de caos. O terminal voltou a operar, rum-
a atrasos e novas interrupções, no inicio da tarde.

THE DIALECT.

► **Un editorial 'Atrás a la guerra', en página 10**

■ Só 37%
da verba
foi utilizada

Valderez Caetano

BRASILIA. O governo deixou de liberar, neste ano, 63% da verba que seria destinada pela Aeronáutica à compra de equipamentos para modernizar o sistema de controle de vôos do País. Os números contradizem o ministro da Defesa, Waldir Pires, que tem insistido que o orçamento vem sendo executado de "maneira satisfatória". Segundo pesquisa feita no Siaf (Sistema de Acompanhamento Financeiro), dos R\$ 531,49 milhões previstos em 2006 para o setor, só R\$ 200,6 milhões foram liberados.

— Se o governo contingencia, não adianta constar do Orçamento — disse a consultora Márcia Rodrigues.

O orçamento total do ministério da Aeronáutica para 2006 era de R\$ 1,36 bilhão. Desses, o governo liberou R\$ 555,2 milhões e o restante, R\$ 804,8 milhões estão contingenciados. Significa que até agora só foram liberados 40% do orçamento, a maior parte para pagar despesas correntes, como compra de material de consumo, terceirização de pessoal e de material de equipamentos de dados.

suas aeronaves. Ele teria resistido ocasiões em que as freqüências saíram do ar e os controladores perderam as aeronaves. Garante que, mesmo modernos, os Cindactas não têm equipamentos reserva.

— As freqüências próximas à Amazônia têm muitos problemas — disse. — Além disso, é preciso urgentemente equipamentos de comunicação para reserva.

Orçamento da Aeronáutica para 2006

Aprovado pelo

prevale pelo Congresso R\$ 1,36

บิ๊กฮัง

Desembolso até agora:

R\$ 555,2 milhões

Contingencia: R\$

804,8 milhões

Percentual de

Novo enunciado orçamento gasto

agora: 40,6%

Recursos destinados para segurança dos vôos e controle do espaço aéreo

Previstos: R\$ 531,4 milhões

Efetivamente gastos:

R\$ 200,65 milhões

Percentual investido:
37% da prevista

Informe Econômico

Aviação: governo já tem a solução

ESTÁ NA MESA DA CHEFE DA CASA CIVIL, Dilma Rousseff, a solução para o problema dos controladores, encaminhada pelo Grupo Interministerial de Trabalho, criado para estudar uma solução para a questão. O que está muito difícil, neste momento, é convencer o presidente Luiz Inácio da Silva a tomar a decisão.

O estudo encaminhado a ministra revela que o caminho é desmilitarizar o serviço. Revela também que, nos Estados Unidos, o controle do espaço aéreo é realizado por civis, funcionários da Administração Federal de Aviação, órgão ligado ao Departamento de Transporte, o equivalente ao nosso Ministério.

Os Estados Unidos têm o espaço aéreo mais movimentado do mundo, monitorado por 24 mil controladores. Todos são civis e ganham em média US\$ 139 mil por ano, ou seja, cerca de US\$ 8,5 mil por mês (R\$ 18 mil por mês).

No Brasil, existem 2.759 controladores, dos quais 2.188 são militares. Ganham salários que vão de R\$ 1.600 a R\$ 3.500.

Brasil pensa

Na Argentina, este serviço também era feito por militares mas o presidente tomou a decisão de transformá-lo em uma atividade civil, meses atrás, depois que surgiu o problema no Brasil e o país foi sacudido por um filme que mostrou as condições precárias em que se encontrava o serviço de controle de vôo. O presidente argentino tomou a decisão ainda sob o impacto do choque do avião da Gol com o jato Legacy, no Brasil. O governo brasileiro criou um grupo de trabalho e já

Agora, só restam duas grandes e lucrativas.

Novo leilão

Trinta empresas obtiveram pré-qualificação para participar do leilão de linhas de transmissão, que deverá acontecer no próximo dia 15 deste mês, na Bólsa de Valores do Rio de Janeiro. Elas vão disputar as concessões licitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a construção, operação e manutenção de 14 linhas de transmissão de energia, com 2.250 quilômetros, e trâns e subestações que deverão

O câmbio ajuda

A internacionalização das empresas brasileiras deve continuar, segundo analisa Eduardo Centola, presidente da Goldman Sachs para a América Latina. De repente, Gerdau, Vale do Rio Doce, Petrobras, Aracruz, Sadia, Votorantim, CSN e dezenas de outras viraram compradoras de empresas no mundo. Os principais motivos, segundo ele, são o alto preço dos commodities e o câmbio estável, que estimulam a agressividade das empresas brasileiras.

Perda de tempo

De janeiro a outubro deste ano, a arrecadação da Previdência atingiu R\$ 104 bilhões, o que representa crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período de 2005. Foi uma vitória, considerando que a inflação do período avançou apenas 3,5%. A receita de outubro aumentou 19,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. Contribuíram muito para este resultado a melhoria da gestão e o novo Refis, que permite a vários devedores voltarem a pagar.

Apesar disso, o Congresso continua votando a proposta do governo de se criar a SuperReceita, que consiste na união das máquinas de arrecadação da Receita Federal e da Previdência, para acuar os contribuintes. Em todos os lugares do mundo, a Receita e a Previdência são instituições separadas: A Previdência vive problemas justamente porque o governo colocou todos os custos sociais do país na conta da Previdência e depois fica reclamando do déficit e dos contribuintes. O "rombo" da Previdência é da União. O crescimento da receita é este

■ Militares dificultaram inspeção

Lorena Rodrigues

BRASÍLIA. Procuradores que fizeram ontem uma inspeção no Cindacta-1, em Brasília, reclamaram do comportamento adotado durante seu trabalho pelos oficiais superiores. De acordo com um assessor, os procuradores não puderam fazer perguntas diretamente aos controladores de vôo sem a presença de um superior. O grupo estuda convocar controladores para audiências. Eles investigam as condições de trabalho dos profissionais.

— O ambiente está aparentemente tranquilo, mas não tinha privacidade — relatou o assessor. — Os militares ficaram o tempo todo junto, não tinha como perguntar nada.

Participaram a procuradora do Ministério Públíco Federal, Ela Wiecko, representantes do Ministério Públíco Militar e do Ministério Públíco do Trabalho. Os procuradores ficaram de 9h até as 13h no centro de controle, verificando papéis e instalações. Na segunda-feira, o grupo se reunirá com representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No mês passado, o presidente da Infraero, José Carlos Pereira, foi ouvido para dar explicações sobre o trabalho dos controladores e negou que trabalhem além do tempo permitido.

Apagão aéreo venceu o governo



■ **BRASÍLIA** Pelo segundo dia consecutivo, passageiros aguardaram horas nas salas de embarque. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), 28,2% dos vôos tiveram atrasos de mais de uma hora e 5% foram cancelados até as 17h. Os atrasos se refletiram em filas intermináveis. O desespero dos passageiros chegou ao Palácio do Planalto na terça-feira e tornou insustentável a situação do ministro da Defesa, Waldir Pires. O presidente Lula, segundo assessores próximos, já teria decidido demiti-lo, mas deve aguardar a reforma ministerial.

Com a demora na solução da crise do transporte aéreo, Lula assumiu a responsabilidade. Dois meses após a eclosão da série de problemas, o presidente mandou comprar equipamentos, pediu investigações sobre as suspeitas de sabotagem e cobrou firmeza de ministros e da Anac. À tarde, Waldir Pires foi ao Cindacta-1 ver de perto os equipamentos e con-

Apagão aéreo



■ BRASÍLIA. Pelo segundo dia consecutivo, passageiros aguardaram horas nas salas de embarque. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), 28,2% dos vôos tiveram atrasos de mais de uma hora e 5% foram cancelados até as 17h. Os atrasos se refletiram em filas intermináveis. O desespero dos passageiros chegou ao Palácio do Planalto na terça-feira e tornou insustentável a situação do ministro da

Defesa, Waldir Pires. O presidente Lula, segundo assessores próximos, já teria decidido demiti-lo, mas deve aguardar a reforma ministerial.

Com a demora na solução da crise do transporte aéreo, Lula assumiu a responsabilidade. Dois meses após a eclosão da série de problemas, o presidente mandou comprar equipamentos, pediu investigações sobre as suspeitas de sabotagem e cobrou firmeza de ministros e da Anac. À tarde, Waldir Pires foi ao Cindacta-1 ver de perto os equipamentos e con-

versar com os controladores.

Ontem pela manhã, tenentes tentavam animar os controladores. Não adiantou. Apesar de a Aeronáutica atribuir os atrasos de ontem ao efeito cascata da paralisação no dia anterior, controladores afirmaram que o equipamento ainda não foi totalmente consertado.

Ontem, Congonhas foi fechado. O presidente da Anac, Milton Zuanazzi, negou nova pane nos equipamentos e disse que houve um problema em um satélite da Embratel, mas que não agravou a situação.

■ Só 37% da verba foi utilizada

Valderez Caetano

■ BRASÍLIA. O governo deixou de liberar, neste ano, 63% da verba que seria destinada pela Aeronáutica à compra de equipamentos para modernizar o sistema de controle de vôos do País. Os números contradizem o ministro da Defesa, Waldir Pires, que tem insistido que o orçamento vem sendo executado de "maneira satisfatória". Segundo pesquisa feita no Siaf (Sistema de Acompanhamento Financeiro), dos R\$ 531,49 milhões previstos em 2006 para o setor, só R\$ 200,6 milhões foram liberados.

— Se o governo contingencia, não adianta constar do Orçamento — disse a consultora Márcia Rodrigues.

O orçamento total do ministério da Aeronáutica para 2006 é de R\$ 1,26 bilhão. Na terça-feira, quando o rádio do Cindacta 1 de Brasília parou. Para o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a desorganização é "um atentado ao direito de ir e vir".

O deputado Carlito Merss

podem agir dessa forma.

Um controlador, que preferiu não se identificar, disse que a realidade não coincide com as afirmações do deputado. Segundo ele, algumas freqüências de rádio, especialmente que têm equipamentos reserva.

— As freqüências próximas à Amazônia têm muitos problemas — disse. — Além disso, é preciso urgentemente equipamentos de comunicação para reserva.

venceu o governo

■ Militares dificultaram inspeção

Lorena Rodrigues

BRASÍLIA. Procuradores que fizeram ontem uma inspeção no Cindacta-1, em Brasília, reclamaram do comportamento adotado durante seu trabalho pelos oficiais superiores. De acordo com um assessor, os procuradores não puderam fazer perguntas diretamente aos controladores de vôo sem a presença de um superior. O grupo estuda convocar controladores para audiências. Eles investigam as condições de trabalho dos profissionais.

- O ambiente está aparentemente tranquilo, mas não tinha privacidade - relatou o assessor. - Os militares ficaram o tempo todo junto, não tinha como perguntar nada.

Participaram a procuradora do Ministério Públíco Federal, Ela Wiecko, representantes do Ministério Públíco Militar e do Ministério Públíco do Trabalho. Os procuradores ficaram de 9h até as 13h no centro de controle, verificando papéis e instalações. Na segunda-feira, o grupo se reunirá com representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Nâ mês passado, o presidente da Infraero, José Carlos Pereira, foi ouvido para dar explicações sobre o trabalho dos controladores e negou que trabalhem além do tempo permitido.

Orçamento da Aeronáutica para 2006

Aprovado pelo Congresso R\$ 1,36 bilhão
Desembolso até agora: R\$ 555,2 milhões
Contingenciados: R\$ 804,8 milhões
Percentual do orçamento gasto até agora: 40,6%

Recursos destinados para segurança dos vôos e controle do espaço aéreo
Previstos: R\$ 531,4 milhões
Efetivamente gastos: R\$ 200,65 milhões
Percentual investido: 37% do previsto

■ Empresas perdem R\$ 4 milhões por dia

Juliana Rocha

As companhias de aviação brasileiras amargam um prejuízo de R\$ 4 milhões por dia desde o início do apagão aéreo. O cálculo foi feito pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea). Mas o rombo financeiro desta semana, ainda não calculado, será maior com atrasos e cancelamentos de vôos depois da falha na comunicação da torre de controle de Brasília.

As empresas avisaram ao Palácio do Planalto que pretendem cobrar cada centavo do governo. E vão encorajar os passageiros a entrarem na Justiça.

- As companhias e os passageiros devem cobrar os prejuízos do governo, responsável por esse colapso - alertou Anchieta Hélcias, vice-presidente do Snea. - Até porque, 80% dos usuários fazem viagens de negócios.

As empresas estão pressionando o presidente Lula para que libere os R\$ 2 bilhões presos em dois fundos setoriais: o aeronáutico e o aerooviário. O Snea estima que R\$ 100 milhões seriam suficientes para comprar novos equipamentos e evitar falhas como as do Cindacta 1.

“As companhias e os passageiros devem cobrar os prejuízos do governo, responsável por esse colapso. Até porque 80% dos usuários fazem viagens de negócios.

Anchieta Hélcias, vice-presidente do Snea

“O ambiente está aparentemente tranquilo, mas não tinha privacidade. Os militares ficaram o tempo todo junto, não tinha como perguntar nada para os controladores.

Assessor do Ministério Públíco, depois de inspecionar o trabalho de controladores de vôo

“Tenho clareza de que o problema não é de equipamento. Os controladores passaram dos limites. Sou favorável à desmilitarização do serviço de controle. Militares não podem agir dessa forma

Carlo Merss, deputado (PT-SC)

Villas-Bôas Corrêa

Coisas da Política

Um país triste, acuado e tenso

A MAIOR E MAIS CONFUSA baderne de todos os tempos na história da aviação civil brasileira, com as panes do controle aéreo, certamente encontrará explicações e desculpas oficiais que amortecem a veemência da perfeita síntese do presidente da Anac, Milton Zuanazzi: "Nunca houve um colapso aéreo desta magnitude no país".

Mas, quaisquer que sejam as justificativas técnicas e o reconhecimento da urgência com que o presidente reeleito determinou a compra de equipamentos para prevenir novas tragédias como a do Boeing da Gol, o episódio é emblemático: flagrante da virada, em cambalhota de circo da opinião pública que passa da euforia dos 58 milhões de votos que emplacaram o segundo mandato de Lula, para a evidência da frustração que infla o país tenso, acuado pela violência e que apaga o sorriso na máscara da tristeza.

Desta vez o governo não tem como jogar a culpa na herança amaldiçoada do antecessor. Espremido pela série de fracassos administrativos, pelos erros presidenciais na calamitosa articulação das alianças partidárias para garantir apoio parlamentar e, agora, atropelado pela queda livre na desordem urbana, que explode por toda a parte, como tumores em organismo dominado pela infecção.

O tal acordo com o PMDB, o primeiro da fila à porta do Palácio

do Planalto, começou a fazer água no teste inaugural do desentendimento na escolha do candidato à presidência da Câmara. Ora, legendas que derrubam barreiras para apoiar o governo no novo mandato necessitam acertar os ponteiros no Congresso.

Pois, antes que o avalista da dupla PT-PMDB abrisse os olhos, os petistas lançaram a candidatura do deputado Arlindo Chinaglia à sucessão do deputado Aldo Rebelo, o favorito do presidente, e o PMDB, para não ficar a ver os navios da beira do cais, anunciou que terá candidato próprio. Se a conversa subir ao alto nível do raleio de ministérios, ainda é

O governo não tem como jogar a culpa na herança amaldiçoada do antecessor

possível colar o remendo no laço da aliança.

A decomposição galopante da autoridade presidencial estimula as críticas internas. No drible para negar o choque frontal com a ministra Marina Silva,

do Meio Ambiente, a todo-poderosa chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, chega ao limite do destampatório nas críticas ao governo pelas dificuldades que retardam as obras de infra-estrutura no país. Baixa o sarrado: "O governo deixou de fazer projetos. Hoje há uma fila burra de projetos, onde nem sempre o melhor é aprovado".

Quem é o responsável, dona Wilma? Suspeito que seja o governo, que, murcho e desanimado, tomou um susto ao ver a sua imagem no espelho.

Para esconder o rosto, Lula deu por terminado o primeiro mandato, depois da pancada do crescimento ou encolhimento do PIB para 0,5% no terceiro semestre. As coisas ruins chegam em pacotes. A previsão do Ipea para o crescimento ano que vem baiou para 2,8%, quase metade dos 5% da meta das promessas.

E por aí vamos, ladeira abaixo. A desmoralização do Congresso avança com o perdão, pelo Conselho de Ética do Senado, da censura verbal ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), acusado de envolvimento com a máfia das ambulâncias pela CPI dos Sangueusugas.

A toga organiza-se em mutirão para furar o teto constitucional de R\$ 24.500 e acena com privilégios para juízes aposentados na cascata que regará todas as hortas.

Malha rodoviária em pandarecos, portos desmantelados, a segurança sob controle das gangues do tráfico – de que é mesmo que a população deve alegrar-se? Só mesmo dos 10 milhões de cestas básicas que matam a fome de 44 milhões de eleitores de caderno do presidente reeleito.

Virou Baderna

Editorial É hora de demitir os incompetentes

Congonhas: passageira abandonada pela empresa aérea é obrigada a acreditar em Papai Noel

Filas de até um quilômetro dentro dos aeroportos, milhares de passageiros desesperados, uma criança perdida dos parentes durante 12 horas, um menino que perdeu o transplante de fígado que salvaria sua vida. Na sala dos controladores, a repetição da operação tartaruga que impõe aos aviões longas esperas antes da decolagem. Nas empresas aéreas, desinformação e falta de atenção aos direitos dos passageiros. No governo, silêncio e omissão. Em Brasília e São Paulo, protestos das vítimas, reprimidos pela PM. Os órgãos de defesa do consumidor recomendam ações na Justiça contra as empresas. **Págs A2 a A8**

Câmara e Senado vão apurar apagão aéreo

Sem solução do governo para crise que já dura 48 dias, congressistas pedem saída do ministro da Defesa e criam duas comissões de investigação,

Proposta aprova a criação de duas comissões: uma formada por deputados e outra, por senadores – para investigar os problemas no setor aéreo. O caos dos aeroportos provocou uma sequência de críticas ao governo, com congressistas cobrando a demissão do ministro da Defesa, Waldir Pires. A avaliação no Palácio do Planalto é de que Pires e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, têm sido pouco eficientes. Uma das hipóteses discutidas é de que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, assuma o comando de um grupo encarregado de administrar a situação aérea. Entretanto, sem nenhuma providência prática por parte do governo, o dia começou dramaticamente principalmente nos aeroportos de Congonhas, Cumbica e Brasília: com o cancelamento de voos de terça-feira, houve acúmulo de passageiros e muitos deles passaram a noite no saguão. **» PÁGS. 62 e 63**

Vôo atrasa e transplante é cancelado

Há três meses na fila por um transplante de fígado, Gabriel Barbosa Machado (foto), de 1 ano, conseguiu na terça-feira o órgão compatível com seu tipo sanguíneo. O Hospital do Câncer estava pronto para fazer o transplante às 13h30 de ontem, quando o órgão doado chegaria a São Paulo. Mas o caos nos aeroportos não permitiu a cirurgia: o voo atrasou cinco horas e Gabriel ficou sem o transplante. **» PÁGS. 62 e 63**

‘O caos dentro do caos

Dizem os pilotos veteranos que os acidentes aéreos nunca têm uma única causa – são resultado de uma conjugação de fatores – e que os incidentes envolvendo a aviação nunca ocorrem isoladamente – ao primeiro sucedem-se outros. Não há nisso fatalismo ou superstição. A aviação compreende a operação de sistemas complexos e interativos e qualquer falha, mecânica ou humana – mesmo insignificante, se considerada isoladamente –, tende a assumir proporções inusitadas ou a se multiplicar.

O acidente com o Boeing da Gol mostrou que o sistema brasileiro de proteção ao vôo tem problemas – e problemas graves, que começam com o funcionamento de equipamentos de rádio e radar, passam pelo comportamento sindical dos controladores de vôo, inclusive os militares, e desemboca na incapacidade do Ministério da Defesa de prevenir e administrar situações críticas.

Desde meados de outubro, quando os controladores começaram a fazer a greve branca, reina o caos nos aeroportos brasileiros. Os passageiros não sabem quantas horas os seus vôos vão atrasar nem têm garantias de que não serão cancelados após longas esperas. Mas nessa terça-feira houve o caos dentro do caos.

Uma pane no sistema de rádio que liga os centros de controle aos aviões provocou o fechamento de pelo menos três dos mais movimentados aeroportos do País, além do atraso e o cancelamento de vôos em todo o território nacional.

O sistema de rádio, centrali-

zado em Brasília, apresentou falhas logo pela manhã. Sete das 20 freqüências de rádio deixaram de funcionar. No começo da tarde, todas as freqüências estavam mudas. A partir de então, os aviões que estavam no ar receberam instruções, por meio de sistemas auxiliares de rádio, para pousar no aeroporto mais próximo.

De início as autoridades aeronáuticas suspeitaram que a pane era resultado de sabotagem e acionaram a Polícia Federal. Essa hipótese foi logo descartada pelos policiais.

Para os milhares de passageiros que sofreram com atra-

proteção ao vôo do mundo – soubessem que existem vários pontos negros nas interseções das coberturas de radar. O que não sabem é se o Ministério da Defesa – que alega dispor de verbas para todas as necessidades no setor – vai comprar novos equipamentos e redirecionar a rede de radares, para cobrir esses pontos negros.

Esses mesmos passageiros ficaram sabendo, da pior maneira possível, que o sistema de rádio – essencial para as operações aéreas – não tem redundância, ou seja, não é duplicado. Ninguém foi informado, até terça-feira, de que o governo, que exige que todos os aviões que operam no País tenham instrumentos de navegação redundantes, como medida de segurança, não exige o mesmo do órgão incumbido de zelar pela segurança de todos. Disso só se soube porque, numa reunião de emergência realizada no Palácio do Planalto, o presidente da República determinou a compra imediata de um sistema idêntico ao do centro de controle de Brasília, para ser instalado em São Paulo.

O governo não sabe o que fazer para resolver a crise nos aeroportos – e a evidência disso está no patético diálogo, transscrito no *Estado* de ontem, entre a deputada Maria Ângela Duarte (PT), uma das vítimas do caos, e o ministro Waldir Pires. O caos se instalou, a indústria do transporte aéreo e a economia nacional estão sofrendo prejuízos enormes e os passageiros estão sendo sacrificados. Enquanto isso, o governo constitui comissões para fazer o diagnóstico de um problema cujas causas e soluções até os carregadores de mala de Congonhas conhecem.

O assunto exige solução urgente, não o trabalho lento de comissões

sos e cancelamentos – houve quem levasse mais de 10 horas para completar o percurso Rio-São Paulo, que demora normalmente 35 minutos, e quem tivesse de pernoitar em cidades que não estavam em seus roteiros –, pouco importa se houve sabotagem ou falha técnica. O fato é que pagam as taxas aeroportuárias mais caras do mundo – que incluem o custeio do auxílio à navegação e da proteção ao vôo – e há semanas são joguete de associações de controladores de vôo que têm reivindicações trabalhistas ou sofreram a consequência da imprevidência das autoridades.

Foi preciso que houvesse um trágico acidente para que os usuários dos transportes aéreos – que sempre foram informados de que o Brasil tem um dos mais seguros sistemas de

O GLOBO

Data: 07/12/06

O QUE SE DISSE NA CRISE

"Tem avião retido em todo o país e houve cancelamentos de vôos. (...) Estamos preparados para novos problemas."

WALDIR PIRES • MINISTRO DA DEFESA, EM 27/11

"Temos informações de que os atrasos nos vôos já estão diminuindo. Estou confiante de que a situação voltará à normalidade."

WALDIR PIRES • MINISTRO DA DEFESA, EM 2/12

"É assim no mundo todo: o importante é diminuir a concentração de vôos no mesmo horário."

MILTON ZUANNAZZI • PRESIDENTE DA ANAC, EM 1/12

"Eles podem cobrar na Justiça o prejuízo que sofreram."

WALDIR PIRES • MINISTRO DA DEFESA, SOBRE AÇÕES DE CONSUMIDORES CONTRA A UNIÃO, EM 1/11

"A situação deles (controladores) está no limite. Quando eu assumi, não sabia."

WALDIR PIRES • MINISTRO DA DEFESA, EM 1/11

"Estamos agindo dentro dos nossos regulamentos. Se o convocado se recusar, tem detenção, repreensão."

BRIGADEIRO LUIZ CARLOS BUENO • COMANDANTE DA AERONÁUTICA, EM 2/11

"Nunca mais poderá acontecer isso no país. É um absurdo."

BRIGADEIRO JOSÉ CARLOS PEREIRA • PRESIDENTE DA INFRAERO, EM 3/11

"Nós não brincamos com segurança de vôo."

MILTON ZUANNAZZI • PRESIDENTE DA ANAC

"Nunca mais poderá acontecer isso no país. É um absurdo."

BRIGADEIRO JOSÉ CARLOS PEREIRA • PRESIDENTE DA INFRAERO, EM 3/11

"Nós não brincamos com segurança de vôo."

MILTON ZUANNAZZI • PRESIDENTE DA ANAC, EM 3/11

"Não houve nada."

Quantas vezes temos atrasos de duas, três horas? São atrasos de vôos, de empresas."

WALDIR PIRES • MINISTRO DA DEFESA, EM 13/11

"Às vezes, toda a crise começa porque em determinado setor de controle do espaço

aéreo há cinco aviões a mais que o limite."

MILTON ZUANNAZZI • PRESIDENTE DA ANAC, EM 21/11

"As informações da Aeronáutica merecem minha confiança, salvo se porventura houver demonstração de que não é verdade."

WALDIR PIRES • MINISTRO DA DEFESA, EM 4/12

"Foi uma falha no equipamento que nunca havia acontecido antes."

BRIGADEIRO LUIZ CARLOS BUENO • COMANDANTE DA AERONÁUTICA, EM 5/12

"Nunca houve colapso no sistema aéreo desta magnitude no país. Praticamente todos os vôos atrasaram. Não podemos prever quando o sistema voltará ao normal."

MILTON ZUANNAZZI • PRESIDENTE DA ANAC, EM 5/12

"Como comandante do Cindacta I, refuto os que insinuam que os controladores tenham feito isso (sabotagem). Eles são qualificados e leais."

CORONEL CARLOS VUYK DE AQUINO • COMANDANTE DO CINDACTA I, EM 5/12

► A cronologia da crise

- **29/9:** Choque entre o Boeing da Gol e o Legacy. O acidente causa a morte de 154 pessoas.
- **Por volta de 20/10:** Com o afastamento de oito controladores de vôo que trabalharam no dia do acidente, os profissionais decidem operar até 14 aviões por vez. É o início da operação-padrão.
- **26/10:** Vôos efetuados na rota São Paulo-Brasília sofrem atrasos com repercussão em todo país.
- **30/10:** Brasília suspende vôos e novo caos se espalha pelos principais aeroportos.
- **31/10:** Aumenta a freqüências dos atrasos. Lula convoca reunião e medidas emergenciais são anunciadas, como o remanejamento de rotas e a contratação de controladores.
- **1/11:** Às vésperas do feriado de Finados, oito aeroportos são afetados, com atrasos que de mais de duas horas. É estendido o horário de funcionamento de Congonhas.
- **2/11:** Os controladores militares são aquartelados pela primeira vez, o que intensifica a operação-padrão. O feriado transforma aeroportos em for-
- migueiros. Passageiros completam 72 horas nos saguões. Faltam comida, água e papel higiênico.
- **3/11:** Governo e controladores fazem um acordo, que resultaria na suspensão da operação-padrão. O acordo inclui aumento de carga horária. Em contrapartida, o governo teria aceitado reivindicações como regulamentação e desmilitarização da profissão, e contratação de pessoal.
- **5/11:** A Infraero e o Comando da Aeronáutica consideram que o tráfego aéreo foi normalizado. Uma crise entre a Aeronáutica e o Ministério da Defesa fica cada vez mais evidente.
- **11/11:** Novos atrasos de vôos levantam suspeitas de que os controladores haviam retomado a operação-padrão. A Infraero nega.
- **14/11:** Às vésperas do feriado do dia 15, o governo convoca 150 controladores, com o aquartelamento de parte deles. O coronel Lúcio Ney Rivera da Silva, do Cindacta 1, é substituído pelo coronel Carlos Vuwk de Aquino, da chamada linha dura.
- **15/11:** Os controladores reagem ao aquartelamento e intensificam a operação-padrão. A Aeronáutica suspende a medida.
- **16/11:** A Infraero diz que divulgará apenas atrasos acima de 30 minutos (a metodologia considerava 15 minutos). Depois, a Anac passa para uma hora.
- **19/11:** A Aeronáutica abre Inquérito Policial Militar para verificar se houve ação criminosa na operação-padrão.
- **20/11:** Na volta do feriadão, longos atrasos e confusão.
- **24/11:** Lula muda o comando do Departamento do Controle de Espaço Aéreo, exonerando o brigadeiro Paulo Roberto Cardoso Vilarinho.
- **1/12:** Controladores revelam à "Época" detalhes do acidente, confirmado áreas cegas no Brasil.
- **2/12:** Investigações da Polícia Federal apontam falhas de controladores no dia do acidente.
- **5/12:** Uma pane no sistema de rádio paralisa aeroportos, causa atrasos e cancelamento das decolagens noturnas de Congonhas, Brasília e Confins. O dia é considerado o pior da história da aviação brasileira.

Apito e nariz de palhaço para protestar

Passageiros fazem manifestação, enquanto tentam se informar

Henrique Gomes Batista

APAGÃO AÉREO: *Conflito exige voz única*

Ao avesso da boa gestão privada

Ação do governo contraria receita de analistas para crise em empresas

Erica Ribeiro e
Luciana Rodrigues

— A estratégia adotada pelo governo para lidar com a crise no setor aéreo vai contra o receituário de especialistas em gestão empresarial. Transparência e um plano real de gerenciamento a curto e médio prazos são práticas comuns em corporações que passam por crises de credibilidade e qualidade, e que se aplicam à atual situação de caos aéreo.

No setor privado, o primeiro passo é decidir qual abordagem será usada para contornar a crise: negociação ou força, explica José Antônio do Patrocínio, professor de Negociação e Gestão de Conflitos da Fundação Getulio Vargas (FGV). Tentar uma solução negociada numa crise que exige autoridade só vai agravar os problemas, alerta o professor. E vice-versa.

— Uma vez perguntaram ao Garrincha se ele chutava com os dois pés, e a resposta foi: “Não, porque se eu usar os dois pés vou cair no chão”. Oscilar entre abordagens opostas faz a crise virar um caos.

Outra medida indispensável, na visão do professor da FGV, é escolher uma única pessoa responsável pela gestão da crise:

mara de Gestão da Crise. Agora, diante dos problemas nos aeroportos, diferentes órgãos cuidam do assunto: Anac, Ministério da Defesa e Aeronáutica.

Para Eric Cohen, coordenador e professor do MBA Executivo em Gestão de Negócios do Ibmec Rio, é preciso traçar frentes de longo e curto prazos. A longo prazo, o passo principal é investir em treinamento, formação de pessoal e repensar a infra-estrutura para, de fato, solucionar a crise:

— A curto prazo, é preciso reconhecer o erro e criar um plano de ação, envolvendo todos os participantes. O efeito é quase imediato, principalmente na imagem externa, aquela que o consumidor vê. Isso dá tranquilidade para que as ações de longo prazo possam ser postas em prática.

Gilson Nunes, sócio da Brand Finance do Brasil, empresa de gestão e avaliação de marcas, afirma que a crise de imagem hoje afeta em primeiro plano as companhias aéreas junto ao consumidor. Mas a imagem do governo também fica manchada. Nesse caso, é preciso assumir a crise e apresentar dados mais objetivos.

— Se o problema persistir, vai afetar o valor das marcas

FOLHA DE S.PAULO

Data: 07/12/2006

COMO FUNCIONA O SISTEMA DE ÁUDIO

Comunicação entre o Cindacta-1 e o Cindacta-2



1 As 9h45 de terça, o controle de tráfego de Brasília perde 7 das 20 frequências de comunicação. Problema dura até as 10h30



2 Às 12h50, são perdidas todas as 20 frequências do controle de Brasília. A pane dura até 15h30



3 Técnicos recuperam 15 frequências. Aviões ficam proibidos de voar na área do Cindacta-1, exceto da ponte aérea RJ-SP e do São Paulo para o Sul



4 Às 16h, aviões voltam a decolar em Brasília. Anac determina a interrupção de todas as decolagens de Brasília (DF), Congonhas (SP) e Confins (MG)

Equipamentos
Dois equipamentos itálicos da Slti operam interligados. O primeiro registra algumas frequências de rádio e o segundo, que seria reserva, trabalha com outras, totalizando 20 frequências



Consertos
De manhã, foi trocada a peça que faz a ligação entre os dois equipamentos. Aeronáutica não informa que tipo de reparo foi feito durante a tarde

Segurança
A falha é vista como uma falha de segurança das pessoas que controlam. Observadores internacionais equiparam a vigilância ao padrão adotado na Europa e nos EUA

A controlador de aeroporto faz uma saída com equipamentos. Na saída, saem especialistas em manutenção e os controladores de voo

Fonte: Comunicação da Controladora de Voo e Controlador de Tráfego Aéreo da Anac. Ilustração: Folha

Problemas começaram na segunda-feira

Vistoria em outubro apontou falta de rádio

Observadores internacionais visitaram Cindacta após a queda do Boeing da Gol

Visitantes apontaram a ausência de equipamento de reserva que pudesse ser acionado em caso de uma pane no sistema central

No Rio, voo para Brasília decola com atraso e vazio

ELVIRA LOBATO
ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

O primeiro voo da TAM na ponte aérea Rio-Brasília, ontem, foi o retrato do caos que tomou conta dos aeroportos. O avião decolou com uma hora e meia de atraso e com assentos vazios, enquanto passageiros com reserva foram deixados para trás, pois não conseguiram fazer o check-in. Muitos sequer foram avisados de que o avião estava pronto para embarque no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim.

O tumulto começou com passageiros irritados pela falta de informação das aéreas. O primeiro voo da TAM a Brasília partiu às 7h30, mas quem saiu foi o das 9h50, cuja tripulação passara a noite em claro.

Segundo aeromoças, o avião vinha de Fortaleza e não conseguiu seguir até Brasília anteontem. O avião aterrissou no Rio, mas os passageiros, na fila, não foram avisados de que deveriam fazer o check-in.

O avião ficou parado à espera dos passageiros das 9h às 11h22. Quatro pessoas desistiram. Segundo o comandante, a demora foi reflexo dos transtornos do dia anterior.

Congonhas e Cumbica voltam a registrar atrasos

AFRA BALAZINA
KLEBER TOMAZ
 DA REPORTAGEM LOCAL

A bagunça em Congonhas ontem era generalizada. Havia inúmeros vôos com atraso e alguns cancelados, além de malas sem donos e passageiros sem bagagem. No aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, a situação era semelhante e os transtornos recorrentes.

O problema se agravou no final da tarde, quando uma forte chuva atingiu São Paulo. Por cerca de uma hora e meia, o flu-

xo de pouso e decolagens diminuiu em Congonhas, segundo funcionários da Infraero. Devido a esse problema, no começo da noite o atraso médio passava das três horas.

A economista Sandra Hetzel, que precisava dar uma conferência em São Luiz, chegou com duas horas de antecedência ao aeroporto de Congonhas, enfrentou uma enorme fila e, inexplicavelmente, perdeu o vôo. Enquanto a empresa aérea argumentava que ela havia sido chamada pelo microfone, Sandra dizia que estava no local o

tempo todo e que a culpa era da companhia. Depois de uma discussão no guichê, conseguiu largar em outro vôo.

O cantor Zeca Baleiro quase ficou sem um de seus músicos num show anteontem em razão dos atrasos e, ontem, torcia para que seu vôo para Florianópolis partisse no horário. "Se continuar assim, vou ter que começar a viajar na véspera dos shows."

O clima era de insatisfação geral — 63 vôos atrasaram e oito foram cancelados da 0h às 17h. Numa área do desembarque,

pela manhã, havia cerca de cem malas sem dono — provavelmente de passageiros de vôos cancelados na noite de anteontem — e 25 pessoas procurando a bagagem, sem sucesso.

No aeroporto de Cumbica, a doméstica Suelen Aparecida Machado precisou dormir no saguão. Ela esperava a confirmação de seu vôo da Gol para Recife. "Estou perdida e desparada. Ninguém nos informa nada", afirmou ela, que havia juntado dinheiro nos quatro últimos meses para poder visitar a família.

■ Dois meses depois, Lula assume comando das ações

Dois meses depois de instalada a crise no transporte aéreo brasileiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu, finalmente, assumir o comando das ações do governo. Na noite de terça-feira ele convocou o ministro da Defesa, Waldir Pires, o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Bueno, e o presidente da Agência Nacional da Aviação Civil, Milton Zuanazzi, para uma reunião de emergência. Segundo fontes do Planalto, o presidente estava muito irritado e cobrou dos seus interlocutores

"pulso" para debelar a crise.

Na manhã de quarta-feira, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, procurou amenizar a situação. Ele disse que o governo não agiria com uma "pressão neurótica e temperamental" à crise.

Na reunião da noite anterior, o presidente também teria determinado ao comandante, Luiz Carlos Bueno, que investigasse cuidadosamente se a pane no sistema de rádio, que aconteceu na última terça-feira, teria sido um ato de sabotagem dos controladores. Neste caso,

teria dito o presidente, a punição precisava ser exemplar.

O presidente Lula ouviu do comandante Bueno que, apesar de modernos, os aparelhos de comunicação do Cindacta-1, de Brasília, que é o mais importante do país, não têm reserva. O presidente determinou a imediata compra de equipamentos reserva. Mas controladores de vôo anteciparam que estes equipamentos, que são importados da Itália, não devem chegar ao país antes de dois a nos. E o tempo que normalmente decorre entre a encomenda e a fabricação. Provavelmente, será transferido para Brasília equipamento similar em operação no Mato Grosso.

■ Empresas perdem R\$ 4 milhões por dia

Juliana Rocha

As companhias de aviação brasileiras amargam um prejuízo de R\$ 4 milhões por dia desde o início do apagão aéreo. O cálculo foi feito pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias (Snea). Mas o rombo financeiro desta semana, ainda não calculado, será maior com atrasos e cancelamentos de vôos depois da falha na comunicação da torre de controle de Brasília.

As empresas avisaram ao Palácio do Planalto que pretendem cobrar cada centavo do governo. E vão encorajar os passageiros a entrem na Justiça.

— As companhias e os passageiros devem cobrar os prejuízos do governo, responsável por esse colapso — alertou Anchieta Hélcias, vice-presidente do Snea. — Até porque, 80% dos usuários fazem viagens de negócios.

As empresas estão pressionando o presidente Lula para que libere os R\$ 2 bilhões presos em dois fundos setoriais: o aeronáutico e o aerooviário. O Snea estima que R\$ 100 milhões seriam suficientes para comprar novos equipamentos e evitar falhas como as do Cindacta 1.

Valor ECONÔMICO

Data: 07/11/06 :Página: _____

Valor ECONÔMICO

Empresas perdem negócios e gastam mais com crise aérea

Por Juliana Rocha - Agência O Globo

As empresas de transporte aéreo fecharam negócios. Tudo para manter a frota operando. O grande número de voos cancelados deve trazer os bons resultados do setor aéreo para setembro. Os passageiros da TAM e da Varig ganharam 8% e 5,2% desde 25 de outubro, mês da crise. As companhias de cargas aéreas - 90% da movimentação de encomendas de passageiros - disputam cada superávit, onde o espaço reservado caiu 40% em setembro.

Os consultores da Lacaia de Boni, que dão assistência a 800 empresas em vários

países, destacam parâmetros que permitem acertar o tempo de espera para um exame. As empresas que aviam integrado a rede de aeroportos de São Paulo já foram mais que novas, perdendo passageiros e aeroportos.

Mesmo com muito cuidado, há casos de ameaças a aeroportos. A Young perfura uma fenda no protótipo seu representante para conseguir chegar a Brasília no setor. Faziam os desse serviço de audiência com consultores e escritórios de advocacia acreditam que aeroporto significa perda de receita, porque os homônimos são pagos por hora de trabalho.

Os atrasos são danosos aos negócios

onde seu objeto é dos mais perenes: o tempo.

As quantas pessoas terão de fazer exames mais complexos são feitas em São Paulo e as ameaças não valem mais de mísulas. Edificam com riscos. É difícil explicar ao paciente que precisa ser operado, se o que está disposto por seu exame que tudo terá de ser feito? — diz Marcio Henrique, presidente.

A diretora de assistência governamental da Volkswagen, Elizabeth Carvalho, se preparava para ir a Brasília ontem quando, ao ligar a TV, viu imagens da crise no aeroporto de São Paulo. Desistiu da viagem e decidiu organizar uma reunião remota. É a aula — não utilizada no setor. O presidente Lula responsabilizou a Aeronáutica pela crise. Páginas A3 e A4

Crise aérea Presidente cobra solução permanente para problema e acha que controladores boicotam o governo

Lula culpa Aeronáutica por todos os problemas

Cristiano Romero
e **Paulo de Tarso Lyra**
De Brasília

Ainda sem saber como enfrentar a crise do setor aéreo, o Palácio do Planalto responsabiliza a Aeronáutica pela situação. Na avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os controladores de tráfego aéreo boicotam o governo e o "problema maior está na Aeronáutica", que, segundo um assessor do presidente, detém "todas as informações", os sistemas e os controles, mas não resolve o problema.

Demonstrando, segundo esse assessor, "muita irritação" com o caos instalado nos principais aeroportos do país, Lula só se deu conta da gravidade do problema na terça-feira, o pior dia desde o início da crise, deflagrada há dois meses pela tragédia do voo 1907, da Gol. Nesse dia, o presidente convocou reunião às pressas com os ministros da Defesa, Waldir Pires, da Casa Civil, Dilma Rousseff e do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, além do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, e do presidente da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi. Ontem, voltou a se reunir com o mesmo grupo.

No encontro da noite de terça, que durou duas horas, Lula cobrou explicações dos ministros e exigiu uma solução "permanente". O brigadeiro Bueno explicou que o Cindacta 1, que fica em Brasília, é o mais bem equipado do país. Disse ainda os equipamentos que entraram em pane, na terça-feira, são novos e "muito modernos", mas que, mesmo assim, deram proble-

ma. O presidente decidiu, então, autorizar a liberação de verba de emergência para a compra de novos equipamentos.

A hipótese de sabotagem nos equipamentos está descartada por enquanto. O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, contou que nenhuma das informações fornecidas pelos responsáveis pelo setor aéreo apontam para sabotagem. "A nossa informação é de que houve pane", sustentou.

Lula e seus ministros mais próximos acham que a situação é "grave", mas isentam o ministro Waldir Pires de responsabilidade. O presidente gosta do ministro, considera-o um "decano" da política brasileira, o "último remanescente do período pré-64", nas palavras de um colaborador.

Lula também julga que o problema não está na atuação da Anac. "Os integrantes da agência estão muito ativos nessa crise", garantiu um assessor do Planalto. Lula também acha que a propalada eficiência da ministra Dilma Rousseff não foi posta em questão.

A irritação do presidente é com a Aeronáutica e, principalmente, com os controladores de tráfego aéreo. Na segunda-feira, durante reunião com integrantes do Instituto da Cidadania, um velho amigo, ligado ao setor de aviação civil, sugeriu a Lula que recebesse representantes dos controladores de tráfego aéreo. O presidente reagiu com irritação. Disse que os controladores estão boicotando o governo e que só os receberia se eles acabassem com o "caos aéreo".

O amigo do presidente explicou que a situação dos controladores é delicada porque 95% deles são mi-

litares. Como fazem parte da corporação, ganham baixos salários, têm sobrecarga de trabalho e, por isso, gostariam de ter a chance de uma carreira civil, um pleito antigo da categoria. Como militares, eles ficam apenas como sargentos. Além disso, por causa da hierarquia militar, não há transparência de gestão e qualquer reclamação é vista como insubordinação.

Lula alegou que seu governo é democrático, que ele sempre acolheu reivindicações, mas que não há razão para os controladores de voo estarem estarem agindo dessa maneira — promovendo operação-padrão, responsável pelos atrasos dos vôos. Lula acha que os controladores estão mesmo sendo insubordinados e que, por isso, está disposto a "jogar duro".

Na avaliação de um interlocutor do presidente, por trás dessa crise está uma disputa antiga, uma queda de braço entre os controladores de tráfego e os oficiais militares. Os militares não querem abrir mão do controle aéreo por dois motivos: o orçamento dessa área é grande e os cargos de chefia são ocupados por oficiais, funções que eles perderiam se o tráfego aéreo civil saísse de seu comando.

Aliados do presidente criticaram a lentidão do governo para enfrentar a crise. O prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT), disse que o país precisa de um gabinete de crise para administrar o problema. "Isso parece que está indo além da possibilidade de solução do próprio ministro", afirmou o prefeito petista, defendendo uma atitude "um pouco mais drástica". (Colaborou Ivana Moreira, de Belo Horizonte)

Relatório mostra que existem 'pontos cegos'

Sergio Leo
De São Paulo

Bastaria o equivalente a US\$ 50 milhões para eliminar os problemas mais urgentes nos "pontos cegos" do controle de tráfego aéreo nacional que, ao contrário das versões oficiais, existem e ameaçam a segurança de voo, garante relatório entregue ontem à ministra-chefe da casa Civil, Dilma Rousseff, pelo presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aerooviárias (Snea), Marco Antônio Bologna.

"O sistema atual de controle está sucateado, os equipamentos são ineficientes", acusa o vice-presidente do Snea, Anchieta Hélcias. Na reunião de ontem, do grupo interministerial criado em outubro para apontar soluções para a crise no setor aéreo, os integrantes do setor privado defendem a realização de uma auditoria internacional para verificar os problemas no controle aéreo. Foram discutidas também as propostas para enfrentar a "crise de gestão" no setor, como a criação da carreira de controlador de tráfego, na administração pública.

Os representantes do ministério do Planejamento e da Advocacia Geral da União se comprometeram em avaliar custos e viabilidade jurídica de propostas como a contratação de novos controladores, a possibilidade de promoção a oficial para os sargentos hoje encarregados do segmento militar do controle aéreo; e a separação entre controle de tráfego comercial, que passaria a ser exclusividade de civis, e o sistema de defesa, a cargo dos militares. Não há consenso no governo para adoção dessas medidas, consideradas necessárias por grande parte dos integrantes do grupo de trabalho encarregado da crise no setor.

Bologna reuniu-se com Dilma Rousseff a pedido da própria ministra, designada para coordenar a saída do "apagão aéreo". "Dinheiro há", assegura Anchieta Hélcias, que se queixa da retenção, pela equipe econômica, dos recursos das taxas pagas pelas companhias, que deveriam ser usados para a melhoria das condições da aviação civil. O valor retido, para garantir o superávit fiscal do governo, já chega à ordem de R\$ 2 bilhões, asseguram as empresas do setor.

A retenção de despesas no setor também fez com que o ritmo de contratações de controladores de tráfego aéreo não acompanhasse o crescimento no trânsito de aeronaves no céu do país, segundo apontaram os participantes do grupo de trabalho reunido em Brasília. Um diagnóstico feito

ainda no ano 2000 apontava a necessidade de contratação anual de 200 novos controladores; a média ficou em 160, o que criou um déficit de pessoal de 240 funcionários, lembra o Snea.

Tanto no governo quanto no setor privado, a pane no sistema de rádio, que impediu o tráfego aéreo na noite de terça-feira foi vista com estranheza, por mostrar de forma dramática a carência de sistemas de reserva confiáveis. Ontem, o Cindacta 2, de Curitiba, chegou a apresentar problema semelhante por cerca de 15 minutos, o que contribuiu para dificultar a normalização dos vôos.

A crise de gestão apontada no setor é mais grave que a falta de equipamentos, porém. Na página do sindicato de controladores de voo (www.sntpv.com.br) é possível ver depoimentos de controladores que se queixam da alta rotatividade entre os oficiais das chefias, que, segundo se queixam os sargentos, seriam privilegiados com a designação para cursos de treinamento e aperfeiçoamento no exterior, pouco aproveitados devido à curta permanência nos postos.

Ontem, apesar de reparado o problema no rádio comunicador que levou ao colapso dos vôos, foram cancelados 67 vôos, dos 1241 realizados até as 17 horas, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil. Chegaram a 350 os vôos com atraso de mais de uma hora.

Congresso cria comissões para fiscalizar setor

Thiago Vitale Jayme

De Brasília

O Congresso Nacional reagiu ontem ao colapso do setor aéreo brasileiro. Aeroportos lotados, vôos atrasados e passageiros horas nas filas — muitos deles parlamentares que não conseguiram chegar a Brasília para votar — levaram os deputados e senadores a pedir medidas drásticas para resolver a crise. A Câmara criou uma comissão externa para acompanhar o problema de perto. Farão parte do grupo os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs e o Senado fez a mesma coisa. A oposição e até integrantes da base aliada pedem a saída do ministro da Defesa, Waldir Pires (PT).

“O governo deve tomar medidas drásticas para resolver essa crise

porque o país não pode sustentar mais a situação. Essa paralisação afeta a vida dos passageiros, da economia nacional e das instituições”, disse ontem o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), logo depois de o plenário aprovar o requerimento dos deputados Miro Teixeira (PDT-RJ) e Celso Russomano (PP-SP) para a criação da comissão externa.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), também pretende tomar providências. “É preciso que nós façamos alguma coisa. Estamos conversando com os senadores para ver como o Senado colabora com uma solução para essa crise. Ela parece que passou de todos os limites”, disse.

Na Câmara, o líder do PFL, Rodrigo Maia (RJ), pediu a demissão de Waldir Pires. Para ele, a crise demonstra a falta de condições do ministro de ocupar a pasta. “Com

todo respeito que tenho à história do ministro, infelizmente, ele não conseguiu comandar o processo na hora necessária”, disse Maia. Sobre o pedido do pefelesta, o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) foi econômico nas palavras. “O presidente está adotando as medidas necessárias. Se precisar mudar ele vai mudar.” Aldo Rebelo saiu em defesa de Pires. “O ministro é capaz e tem experiência suficiente para lidar com a situação.”

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator do projeto que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), demonstrou insatisfação com Pires. “Quem trata de ministros é o presidente, mas há uma descoordenação muito grande nessa questão das aéreas.” Para ele, o presidente Lula “precisa assumir a frente das ações, senão poderá haver quebra-quebra nos aeroportos.” (Colaborou Raquel Uthôa)

Crise aérea Clientes de transporte de carga migram dos aviões para o modal rodoviário

Atrasos mudam rotinas e geram perdas

Patrícia Nakamura, Raquel Landim e Roberta Campassi
De São Paulo

Há 10 dias, a empresa de transportes gaúcha Mercúrio teve de comprar uma passagem aérea para que um funcionário levasse pessoalmente medicamentos para tratamento de câncer do laboratório em Campinas (interior de SP) para um hospital em Porto Alegre. "foi a única maneira de garantir espaço para a carga em meio à crise do transporte aéreo", disse o gerente-geral de transporte aéreo da empresa, Vicente Selbach Sabris.

Assim como a Mercúrio, outros agentes de carga aérea têm buscado alternativas para cumprir o prazo de entregas em meio à crise nos aeroportos. E outras empresas tem perdido negócios e alterado sua rotina para conviver com esse novo dado de logística. E algumas temem atrasos nas encomendas para abastecer as lojas e os clientes no final do ano.

No Brasil, 90% das encomendas aéreas são transportadas em aviões de passageiros. Com os vôos superlotados, o espaço reservado às cargas nos porões das aeronaves foi reduzido em até 50%. Esse cantinho exíguo tem sido disputado a taca pelos mais de 200 agentes de carga aérea que atuam no país.

"As companhias aéreas dão prioridade às bagagens dos passageiros e, como as caixas não conseguem reclamar, são deixadas de lado", comentou o executivo. A empresa ainda não contabilizou os prejuízos provocados pela crise dos aeroportos.

Nos últimos dois meses, pelo menos outras quatro encomendas tiveram que ser acompanhadas por funcionários da Mercúrio por conta da urgência na entrega. Eram princípios ativos, equipamentos eletrônicos sofisticados e materiais perecíveis. O gasto com alguns dos bilhetes foi arcado pela própria companhia.

Apesar do esforço, alguns clientes já começam a migrar suas cargas para o modal rodoviário, cujo frete é até dois terços mais barato

que o aéreo. É o caso da DVA Express, de São Paulo. Segundo Flávio Donizete, diretor da empresa, o transporte por terra é uma opção para encomendas com distância de até 800 quilômetros entre origem e destino. Em muitos casos, as encomendas em transporte rodoviário têm chegado mais rápido ao seu destino que cargas despachadas por avião. "Entretanto, o transporte rodoviário é inviável para encomendas que seguem para as regiões Norte e Nordeste".

Na Mercúrio, pelo menos 20% do volume de cargas dos clientes cátivos do modal aéreo passou a ser transportado por via terrestre, principalmente entre Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba.

Além do estresse provocado na busca por espaço para carga dentro dos aviões, os agentes de carga contabilizam prejuízos com as cláusulas de pontualidade assinadas com os clientes. "Alguns compreendem a situação e conseguimos renegociar. Mas esses acordos são assinados para que os prazos sejam garantidos à risca, para que os negócios não sejam prejudicados", conta Walter Devito, diretor da Air Tiger e presidente da Câmara Técnica de Carga Aérea da Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC Logística).

A Proativa Carga Aérea também teme amargar perdas por quebrar cláusulas de pontualidade. "O apanhão logístico chegou mais cedo que o previsto", disse Fernando Henderson, diretor da empresa.

Doze funcionários da fabricante de perfumes da L'acqua de Fiori viajam o país todos os dias para prestar assistência as 800 franquias que da empresa espalhadas pelos Estados. Eles passam três semanas em trânsito e explicam para os franqueados as características dos novos lançamentos, avaliam as lojas e ensinam qual deve ser o comportamento das vendedoras.

Por conta da pane no sistemas dos aeroportos, os consultores da L'acqua de Fiori estão parados nos principais aeroportos do país. "É um enorme transtorno para os

funcionários e traz prejuízos, já que essas pessoas estão sem trabalhar, presas nos aeroportos", explica Leopoldo Mesquita, diretor-presidente da L'acqua de Fiori.

O executivo diz que não está havendo atraso em entrega de produtos, porque os perfumes já chegaram as lojas para o Natal. Mas ele está preocupado. Se o problema nos aeroportos persistir e as franquias precisarem de um "reforço" de estoque para o Natal, as vendas podem ser prejudicadas.

Para as companhias aéreas, o impacto da crise está refletido no preço das ações. Os papéis preferenciais da TAM e da Gol acumulam queda de 8% e 8,2%, respectivamente, desde 25 de outubro, quando a crise veio à tona. Nos últimos dois meses, após o acidente com o Boeing da Gol, a desvalorização das ações é maior, de 16% e 21%. A TAM divulgou ter cancelado 66 vôos na noite de terça-feira, ou 10% da quantidade de vôos domésticos que opera por dia.

A Swissport, que presta serviços em aeroportos como carregamento e limpeza de aviões, calcula que o problema com o tráfego aéreo eleva em 10% a 15% os custos com mão-de-obra, principalmente com horas extras. "Todo nosso planejamento de trabalho vai embora com os atrasos", afirma Lician de Mello, diretor-geral da empresa. (Colaborou Janaína Vilela, do Rio)



FOLHA DE S.PAULO

Data: 07/12/2006

DÚVIDAS

Como agir caso seja prejudicado durante a crise aérea



1. O que devo fazer se minha bagagem sumiu?

Assim que perceber, preencha o formulário no balcão da empresa e discrimine os itens que estavam dentro. Se em 30 dias sua mala não for devolvida, você tem direito à indenização

2. A que eu tenho direito?

Além da indenização pela bagagem, você pode pedir reembolso dos itens que teve de comprar na viagem

3. Tenho direito a reembolso se ficar um ou dois dias sem bagagem?

Sim, basta apresentar notas de produtos comprados

4. É aconselhável levar toda a bagagem na mão?

Sim, desde que respeite o tamanho permitido pelas companhias

5. Qual o tamanho da bagagem de mão?

Geralmente, ela deve pesar no máximo 5 kg



6. O que fazer se meu voo for cancelado?

Pode pedir a passagem de volta ou remarcá-la sem custos

7. Posso cancelar um pacote para o fim do ano?

Pode tentar, mas a operadora de turismo não é obrigada

8. E a reserva de hotel, é possível cancelá-la?

Depende do contrato. A maioria estabelece multas, que não podem ser abusivas

9. Posso mudar a data ou devolver uma passagem que comprei para o fim do ano?

Pode, mas você terá de pagar uma taxa para mudança ou devolução, que varia de acordo com a companhia

10. Quando há atrasos, posso remarcar a passagem sem custos?

Sim, quando há atrasos ou cancelamentos

11. Posso pedir resarcimento à companhia se os atrasos fizerem com que eu perca uma diária em hotel que já esteja paga?

Pode. Basta pegar uma declaração do hotel e pedir o resarcimento. No caso da diária fazer parte de um pacote, deve-se pedir para a operadora de turismo o reembolso

12. E se eu perder uma reunião importante?

É possível processar a companhia por danos morais. O ideal é juntar provas para mostrar o tamanho da perda

13. Como agir caso seja prejudicado durante a crise aérea



14. Se a companhia me colocar em um voo com escalas, no qual a passagem é mais barata, posso pedir a devolução da diferença?

Pode pedir o abatimento proporcional e até processá-la por perdas e danos

15. E se eu perder uma conexão?

A companhia deve reembolsar o valor integral da nova passagem que você comprou para continuar a viagem

16. Como saber se os vôos estão no horário normal?

Ligue para a companhia aérea

17. Se estiver atrasado, preciso chegar no horário marcado para o check-in?

Sim. Mesmo com atrasos nos vôos, a companhia pode cancelar seu assento se você se atrasar para o check-in

18. Se meu voo estiver atrasado e eu sair do aeroporto, como o risco de não obter informações e perder a viagem?

Sim. Você pode perder o voo, já que as empresas não dão informações para passageiros que estão fora do aeroporto

19. Quem tem preferência quando o voo atrasa?

Doentes, idosos, crianças, gestantes e deficientes, mesmo que estejam esperando há menos tempo

20. O que fazer se meu voo estiver atrasado?

Tem de ficar esperando no aeroporto e guardar todos os tíquetes de consumo



21. A partir de quanto tempo de atraso tenho direito a alimentação?

A companhia deve atender prontamente a solicitação dos clientes a partir do momento que o voo atrasou

22. E a hotel?

Quando o atraso for de um dia para o outro, o passageiro tem direito a hospedagem

23. A companhia também deve providenciar transporte?

Sim. Deve também pagar passagens rodoviárias para quem quiser fazer a viagem de ônibus e devolver a diferença da passagem aérea

24. Onde reclamar?

Na companhia aérea, no posto da Anac no aeroporto ou no Procon (Procon-SP, acesse www.procon.sp.gov.br ou www.portaldoconsumidor.gov.br)

25. Quais os contatos das companhias aéreas?

GOL 0800-7012131; TAM 4002-5700; Varig 4003-7000; Ocean Air 4004-4040; BRA

0xx/11/50909313; Pantanal

0xx/11/5044-9070

ELIANE CANTANHÈDE

“Sejam fortes!”

BRASÍLIA - O maior acidente da aviação brasileira matou 154 pessoas, causou uma comoção nacional e explodiu a velha certeza de que o sistema de controle aéreo do país estava acima de qualquer suspeita. Além de expor a incrível desorganização do governo.

O sistema tem pelo menos dois defeitos graves: 1) uma “zona cega” em Mato Grosso, na qual o avião é formalmente controlado pelo Cindacta de Brasília, mas na realidade é “visto” pelo de Manaus; 2) os radares confundem os controladores ao ajustar automaticamente as altitudes dos aviões de acordo com o plano de vôo, não com o vôo real.

E os próprios controladores declaram-se poucos e ganhando mal — e estão totalmente fora de controle. Primeiro, a “operação-padrão” Agora, a suspeita de sabotagem. E apenas uma suspeita, mas convencemos que não à toa num momento dramático como o atual.

Enquanto isso, ninguém se entende. A Defesa instiga os controladores, a Aeronáutica decreta prorrogação

tidão, os comandantes do Cindacta e do DCEA caem. Chama a polícia? Lula? Esse, mais uma vez, não viu nada, não sabia de nada. Estava cuidando do PMDB.

O resultado visível está nos atrasos dos vôos, nos aviões que ficam voando em círculos durante horas sem poder pousar, nas multidões que se acumulam em aeroportos. Mas o resultado invisível é ainda pior: o descrédito total do sistema.

Se você é americano, italiano, nigeriano ou marciano deve pensar: “Que caos! Voar o Brasil é quase suicídio”. Se é brasileiro, brasileira e viaja de avião, deve estar morrendo de medo e pensando em alternativas para o final de ano. Trem? Não há. Onibus? Olha a buraqueira! Carro? Troque o amortecedor.

Sugiro comprar cartões de Natal para a família, pera defumado, um espumante de bom preço e ficar em casa mesmo. E não esqueça do conselho do ministro Waldir Pires aos controladores: “Sejam fortes”.

elianec@uol.com.br

Editoriais

editoriais@uol.com.br

O caos como rotina

No terceiro colapso aéreo seguido, fica patente a incapacidade do governo de resolver a crise e de dar satisfação a passageiros

DE estranhar muitíssimo a ocorrência de uma pane inédita no sistema de controle de vôos de Brasília neste momento. Ou está em curso uma conspiração cósmica contra os usuários do transporte aéreo no país, ou essa trama tem contornos bem mais mundanos.

Ressaltam, após o terceiro episódio de colapso aéreo em menos de dois meses, a incônia, a desarticulação e a incompetência das autoridades responsáveis pelo setor. Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Infraero, Agência Nacional de Aviação Civil; a resultante dação de quatro instâncias da burocracia tem sido nula quando se trata de debelar a crise na raiz, dar satisfação em tempo real aos prejudicados e minimizar o desconforto dos passageiros.

Se o caos ameaça tornar-se rotina nos aeroportos, é preciso nomear os quatro cavaleiros do desgoverno. Cinco, refazendo a conta, pois a blandícia e a passividade do chefe do Executivo federal perante o escalar da crise alcançou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a indolência de sempre, ao topo da lista.

Compreende-se que os controladores de vôo tenham ficado aborrecidos e até traumatizados após o acidente que matou 154 pessoas em 29 de setembro. Daí não se justifica, no entanto, a legislação atual, porém, exige que todos essas demandas, sejam elas amigáveis ou litigiosas, passem pelo Judiciário.

Se a proposta do senador César Borges (PFL-BA) for aprovada, processos consensuais só terão trâmite judicial caso envolvam menores de 18 anos ou na hipótese de haver um testamento.

Como no Brasil boas iniciativas não costumam a ser defurpadas,

tar — e sabotagem — contra o transporte aéreo nacional.

Também é natural que proveha dos controladores um lobby para tirar a operação do tráfego aéreo das Forças Armadas e entregá-la a agências civis. Os servidores pleiteiam, contra o interesse dos usuários, ver formalizado seu poder de paralisar os aviões sempre que desejarem pressionar o governo a atender demandas corporativas — os “apagões aéreos” são apenas uma prévia do que seria o controle civil do fluxo de aeronaves.

Espantoso é Lula apoiar as ambições desse sindicato clandestino. O presidente chegou a incentivar a conversa que o titular da Defesa e seu colega do Trabalho tiveram com controladores militares, na ausência de oficiais a quem são subordinados, para tratar de uma pauta de reivindicações. Para completar, o presidente assistiu à queda de dois oficiais da Aeronáutica ligados ao controle de vôo — algo natural, pois não conseguiram evitar o colapso —, mas continua a respaldar Waldir Pires na Defesa. Além de ter liderado a condução sindicalista da crise, o ministro demonstra a cada declaração desconhecer informações elementares acerca dos acontecimentos. Fica patente sua falta de autoridade sobre os militares.

Coerente. Lula apenas premia o “só sei que nada sei” — na sua vertente oportunista, não na socrática —, lema que o presidente encarnou durante os escândalos de seu primeiro mandato.

Coerente, mas inaceitável. Ou o presidente da República corrige de imediato a rota no modo de lidar com a crise aérea, ou o seu código deve se-lo para descasar-se.

Espera-se que o Senado ou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva suprimam os dispositivos que tornam obrigatória a presença do advogado, restaurando o espírito original da proposta, que era o de simplificar, agilizar e reduzir os custos de processos consensuais — e ainda aliviar a enorme carga de ações que atraíam o Poder Judiciário.

Para Lula, situação de Pires é insustentável

Presidente também espera o pedido de demissão de Luiz Carlos Bueno do comando da Aeronáutica e de Félix do GSI

Tarso Genro e Ronaldo

Sardenberg, embaixador do Brasil na ONU, foram nomes cogitados para assumir o Ministério da Defesa

KENNEDY ALENCAR
DAS URGÊNCIAS DE BRASÍLIA

Os dois meses de crise na aviação e o caos de anteontem nos principais aeroportos do país levaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a considerar insustentável a permanência de Waldir Pires no Ministério da Defesa, a de Luiz Carlos Bueno no comando da Aeronáutica e a do general Jorge Armando Félix no GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

A Folha apurou que o presidente gostaria que os três pedissem demissão para facilitar as substituições e dar a elas um caráter de naturalidade, pois pretende fazer a reforma do ministério até o Natal.

Lula já estuda nomes para a Defesa e o GSI. Por exemplo: o embaixador do Brasil na ONU (Organização das Nações Unidas), Ronaldo Sardenberg, que esteve ontem com o presidente, é cotado para as duas posições. Sardenberg transita bem no meio militar.

Tarso Genro (Relações Institucionais) é lembrado para a Defesa, apesar de ter aumentado muito nos últimos dias a chance de substituir Márcio Thomaz Bastos na Justiça.

Lula reluta em demitir Pires. Acha que fazê-lo seria "crucificar" um político de 80 anos e que teve bom desempenho na CGU (Corregedoria Geral da União). Mas não vê nele habilidade para resolver a crise.

A principal queixa de Lula é a seguinte: até hoje ele não sabe se há um boicote dos controladores ou se de fato eles não possuem equipamento e condições de trabalho para atender à atual demanda de vôos.

Sobre Bueno, Lula crê que ele permitiu insubordinação de auxiliares durante a crise e não conseguiu mandar nos contro-

ladores, a maioria militar.

A respeito de Félix, o presidente avalia que o general chefiava um serviço secreto que não descobre segredos e não lhe informa, por exemplo, se houve sabotagem anticontrole no sistema de rádio do Cindacta-1.

Em reunião de emergência anteontem à noite, Lula disse que achava "muita coincidência" a falha no Cindacta-1 ocorrer numa hora de queda-de-braço do governo com os controladores de vôo. Lula falou que parecia "sabotagem", nas palavras de auxiliares diretos.

Essa hipótese foi considerada como a principal causa do caos aéreo de anteontem na reunião da qual participaram Lula, Dilma, Bueno, Félix e o diretor-geral da Anac, Milton Zuanazzi.

Lula determinou aos auxiliares que checassem com rigor a hipótese de sabotagem. E disse a Dilma, que chefiará por ora o "gabinete de crise", que providenciasse recursos para o reforço do sistema de radares de todo o país, em especial se ficar provado que não houve sabotagem, mas uma falha devido à antigüidade dos aparelhos ou à eventual falta de manutenção. Segundo auxiliares, o presidente disse que deseja "resolver de vez" o problema.

Possíveis nomeações

Os militares vêem com simpatia a eventual nomeação de Sardenberg para a Defesa ou o GSI, pois é um especialista em estratégia. Cotado para a Embaixada em Lisboa até o Itamaraty saber que Lula o cogitava para outro cargo, "perto dele", Sardenberg esteve ontem à tarde no Palácio do Planalto.

Tarso, que já teve a possibilidade de ir para a Defesa, viu seu nome crescer para substituir Thomaz Bastos. Quando voltou ao governo em 2005, após passagem pela presidência do PT, achava que iria para a Defesa. Acabou na articulação política, pois Jaques Wagner, então ministro das Relações Institucionais, sairia candidato.

Senado e Câmara criam comissões para apurar crise

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Senado e a Câmara fizeram ontem comissões para acompanhar a crise do setor aéreo nacional e cobrar explicações do governo federal sobre o caos nos aeroportos. Integrantes da oposição no Congresso cobraram ainda a saída do ministro Waldir Pires (Defesa).

"Essa crise não pode continuar, o país está em pânico", disse o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). "Estamos com dificuldade para votar. Os senadores não conseguem chegar por causa do apagão."

O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (AM), acusou o governo de não ter o controle da situação. "Em qualquer outro país do mundo civilizado o ministro já teria sido demitido, o diretor

da Anac já teria sido demitido, o responsável pela Infraero já teria sido demitido e assim por diante", disse o tucano, apartado por 20 segundos, todos solidários.

Também houve críticas da base aliada. O senador Delcilio Amaral (PT-MS), que foi o relator do projeto que criou a Anac, disse haver "descordenação" na aviação.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o governo está tomando providências.

Na Câmara, a comissão externa foi aprovada em votação simbólica. "É preciso um ministro que tenha condição de conduzir o processo", disse Rodrigo Maia (PFL-RJ).

Mais críticas

O presidente do Clube da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar da reserva Ivan Frola, também quer a saída de Waldir Pires. Para ele, Pires "é certamente despreparado para ocupar um cargo sensível como esse". O ministro não quis comentar.

Data: 07/12/06

APAGÃO AÉREO: *Romero Jucá diz que Executivo anunciará medidas em breve*

Congresso cobra ação do governo e demissão do ministro da Defesa

Senado e Câmara apresentam pedido de comissão de inquérito sobre crise

Adriana Vasconcelos, Maria Lima
e Chico Góis



FOLHA DE S.PAULO

Data: 07/12/2006

GOVERNO, representado pelo Ministério da Defesa e pelo comando da FAB, está burlando uma grave dívida com a população, pela qual seria possível determinar as origens reais e responsabilidades pela desordem que se instalou no tráfego aéreo comercial.

Está comprovado que o então comandante do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), tenente-brigadeiro Paulo Roberto Vilarinho, dirigiu informações escritas e assinadas ao comando da Aeronáutica, sobre o risco de crise nos sistemas de controle e de ordenamento das linhas aéreas. O primeiro desses documentos referiu-se à crise, crescente nos últimos dez anos, já de 180 pessoas para o controle aéreo. O documento é datado de 14 de fevereiro deste ano. E o cortejo da crise, em seguida ao choque

aéreo na Amazônia, foi atribuído à carência de pessoal no Decea.

Menos de dois meses depois daquele documento, em 30 de março o brigadeiro Vilarinho encaminhou outro ao comando da Aeronáutica, com a advertência de que a manutenção do equipamento do centro de controle Cindacta-I poderia estar prejudicada, em decorrência da falta de pessoal habilitado. O Cindacta-I é o destaque da FAB no choque dos viões. O Cindacta-I é o centro cujo equipamento em pane causou, agora, a nova balbúrdia em vários aeroportos.

Houve dois documentos de adver-

Respostas omitidas

Por que os documentos, com suas implicações sobre a vida de milhares de pessoas, não produziram providências da FAB e da pasta da Defesa?

tências gravíssimas (a TV Globo exibiu-os e Talita Figueiredo registrou-os na **Folha**). Por que os documentos, com suas implicações sobre a vida de milhares de pessoas em vôos diários, não produziram providências do comando da FAB, e do Ministério da Defesa, capazes de contornar os riscos imediatos e encaminhar soluções definitivas?

O ministro da Defesa, Waldir Pires, no início da crise afirmou não ter recebido informação alguma sobre a situação de precariedade em que o controle aéreo operava (e opera). Quem lhe devia tais informações e por que não cumpriu o dever de proporcioná-las? Além das consequências que todos temos testemunhado e milhares têm sofrido, que outras consequências a omissão das informações produziu, em particular para quem fugiu ao dever de dar-lhes o encaminhamento previsto e as providências urgentemente necessárias?

A parcela de responsabilidade

que o brigadeiro Vilarinho tenha, ou não, nas ameaçadoras carências do Decea não está estabelecida. Mas até agora está estabelecido que apenas sobre ele recaiam, de público, ônus que jamais poderiam ser seus, ou apenas seus. Sua exoneração e transferência, por ato de Lula, não respondem às indagações que são o ponto de partida obrigatório para compreender e sanar os problemas que, estamos vendo, se agravam dia a dia.

As respostas necessárias não ficam, porém, no âmbito só do Ministério da Defesa e, nele, da Aeronáutica. Vão incluir determinações de Antonio Palocci e atitudes de Joaquim Levy, quando ministro da Fazenda e secretário do Tesouro Nacional, presumidos controladores tecnocratas do dinheiro e comprovados descontroladores de tanta coisa no país.



CRISE AÉREA AMEAÇA O MINISTRO DA DEFESA

Retirada da normalidade não impede agravamento da crise nos aeroportos e torna instável a permanência de Valdir Pires no governo

IMPASSE Entre os muitos fatores relatados com revolta pelos viúvios da crise, dos transportes descuram os festejos porque os órgãos não chegam aos hospitais. Comparecer a velório levou 10% das ress. mal para a alta temporada

GUARARAPES Robson Soárez indica que, até as 17h, 23 dos 40 vôos programados para o aeroporto do Recife tiveram atrasos de mais de uma hora. Quatro cinco foram cancelados. Houve muita discussão e reclamação

ACIDENTE DA GOL A Pátria Federal entrou com ação contra o piloto do Legacy que caiu com a GOL. Eles devem ser indiciados por homicídio, mas receberão de volta os passaportes e poderão voltar para os EUA

Retirada da normalidade não impede agravamento da crise nos aeroportos e torna instável a permanência de Valdir Pires no governo

Retirada da normalidade não impede agravamento da crise nos aeroportos e torna instável a permanência de Valdir Pires no governo

Retirada da normalidade não impede agravamento da crise nos aeroportos e torna instável a permanência de Valdir Pires no governo

JORNAL DO BRASIL

DATA: 07/12/2006

PONTO FINAL ■ Lula espera um momento propício

Demissão de Waldir Pires está decidida



Sérgio Pardellas
e Karla Correia

■ BRASÍLIA. A crise em que mergulhou o transporte aéreo brasileiro e a demora das autoridades do setor em superá-la, tornaram insustentável a permanência do ministro Waldir Pires no governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo assessores próximos, já teria, inclusive, tomado a decisão de afastá-lo. Aguardaria apenas um momento menos dramático para Pires, provavelmente a reforma ministerial prevista para o fim do mês.

De acordo com auxiliares, Lula ainda mantém o ministro no cargo porque teme queimar cartucho com a demissão sem colocar um ponto final nos problemas do setor. O argumento é que, com a saída imediata de Pires, o presidente se veria emparedado pela crise, caso surjam novos incidentes, como os ocorridos anteontem.

— A orientação do presidente é preservar a segurança do passageiro — disse o ministro Tarso Genro.

O ministro enfatizou que o governo rejeita a hipótese de sabotagem no sistema de comunicações do Cindacta 1 e negou que seja cotado para assumir a pasta da Defesa no lugar de Waldir Pires.

Apesar dos esforços do Plenário em atenuar o clima em torno do ministro da Defesa, o Legislativo aumentou a pressão política. A Câmara e o Senado determinaram a criação de comissões para investigar os motivos da crise. Para piorar,

sob fogo cruzado de militares desde a eclosão do apagão aéreo, ontem o ministro foi alvejado até por parlamentares da base do governo que, reservadamente, pediram sua demissão imediata. No almoço da bancada governista do PMDB, a principal aposta foi a queda de Pires em dois dias.

— O caos chegou a tal ponto que ou o presidente Lula bota o dedo na ferida ou a situação de Delcídio Amaral (PT-MS).

De acordo com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) — segundo o qual o presidente mandou investigar a possibilidade de sabotagem, além de determinar a compra de equipamentos de reserva para substituir os originais em casos de falhas verdadeiras — o presidente “se precisar mudar, vai mudar”.

A oposição, silenciosa desde a reeleição de Lula, aproveitou a situação para transformar o plenário do Senado num palco de críticas ao governo.

— O presidente precisa demonstrar comando — bradou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio. — Não consigo mais ver o Waldir Pires como ministro da Defesa. É preciso um ministro capaz de acabar com a pendega entre a Aeronaútica e controladores.

— O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), foi um dos poucos a sair em defesa de Waldir Pires. Cotado para a pasta da Defesa no segundo mandato de Lula, disse considerar o ministro “plenamente capaz” de encontrar soluções para a crise.

Editorial

APAGÃO DOS TRANSPORTES

É hora de demitir os incompetentes

PROTAGONISTAS de um dos mais lastimáveis espetáculos de incompetência e despreparo produzidos por atores federais, as figuras incumbidas de manter em funcionamento o sistema nacional de transporte aéreo devem ser demitidas imediatamente. O colapso dos aeroportos – escancarado por atrasos sistemáticos nos poucos e decolagens, pelo sucessivo cancelamento de vôos e pela transformação de áreas de embarque em zonas conflagradas – atormenta o Brasil há um mês. É demais.

A nação está exausta da inépcia impune dos que já deveriam ao menos ter tentado a desobstrução dos caminhos aéreos, bloqueados pela rebelião dos controladores de vôo, pelo sucateamento da infra-estrutura do setor, pela indiferença das empresas. Há mais de quatro semanas, o governo se limita a fazer reuniões inconclusivas. Basta. A paciência acabou.

Ontem, ao fim de mais um dia de vergonha para a aviação civil brasileira, o radar do Palácio do Planalto enfim emitiu sinais de que o ministro da Defesa, Waldir Pires, estava prestes a perder o cargo. Embora tardio, não deixa de ser um começo. Mas o presidente Lula só se tornará menos impopular no universo dos pas-

Enquanto multidões de brasileiros sofrem a rotina do descalabro, o Ministério da Defesa divulga sandices, a Infraero mente, a Anac recomenda que os prejudicados recorram à Justiça (ou se queixem ao bispo) e o governo se reúne. Desses encontros, ultimamente ornamentados pela presença do presidente da República, não têm saído sequer explicações sobre o que está acontecendo. É perda de tempo esperar que deles saiam soluções ou planos consistentes. Ao menos enquanto prevalecer a ala dos ineptos.

Há três semanas, uma nota divulgada depois de uma reunião do gênero informou que seriam tomadas “todas as medidas necessárias para sanar no menor espaço de tempo possível o problema dos atrasos dos aeroportos”. Que espaço de tempo é esse, ninguém sabe. Medidas? Nenhuma se materializou.

O país está exausto da inépcia impune dos que deveriam desobstruir os caminhos aéreos

Uma pane nos equipamentos de rádio que garantem a comunicação entre aviões e o centro de controle de vôo de Brasília (Cindacta-1), o prin-



FOLHA DE S.PAULO

Data: 07/12/2006

Pilotos americanos devem voltar sábado

Segundo a ExcelAire, tripulantes do jato que colidiu com o Boeing podem deixar o Brasil no fim de semana

VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO
DE NOVA YORK

A empresa americana de táxi aéreo ExcelAire informou ontem que os pilotos Joe Lepore, 42, e Jean Paul Paladino, 34, devem chegar neste sábado aos EUA. Segundo a companhia, a dupla ainda não foi intimada pela Polícia Federal para depor nem recuperou os passaportes.

Decisão da Justiça Federal em Brasília deu prazo de 72 horas para que os documentos fossem entregues. Segundo a Folha apurou, o depoimento

dos dois está previsto para sexta-feira, mas a cidade em que ele será feito não foi definida.

No entanto, a ExcelAire diz que é possível que os pilotos permaneçam mais tempo no Rio, num sinal de que querem contribuir voluntariamente com a investigação do maior acidente aéreo brasileiro.

Lepore e Paladino estão há 69 dias no Rio, sem permissão para voltar aos EUA. A Excel disse ainda não saber se enviará um jato de própria frota ou colocará os pilotos num voo de carreira.

"Isso depende de como a coisa vai se desenrolar com a Polícia Federal", disse a porta-voz, Lisa Hendrickson.

Críticas

A edição de ontem do jornal "The New York Times" disse que a decisão do TRT (Tribunal Regional Federal) de Brasília revela que a acusação contra os americanos foi "prematura".

Num blog na internet, o colunista do "NYT" Joe Sharkey, que estava no Legacy no momento da colisão, escreveu um artigo em que mais uma vez cri-

tica o controle do tráfego aéreo brasileiro. Sharkey informou a pane no sistema de rádio que fechou os aeroportos de Belo Horizonte, Brasília e Congonhas. Ele relaciona as falhas de comunicação com o acidente do voo 1907 da Gol e diz que, desde a queda do avião, o tráfego aéreo entrou em colapso.

Nos dias seguintes ao acidente, Sharkey havia declarado ao programa "Today Show", da rede NBC, que "o controle do tráfego aéreo brasileiro é péssimo e os pilotos americanos correm risco naquele país".



FOLHA DE S.PAULO

Data: 07/12/2006

HISTÓRIAS

» LANÇAMENTO PERDIDO

Anteontem, o navegador Amry Klink perdeu o lançamento de seu livro, em Brasília. "Entrei duas vezes no avião e precisei sair", disse. Ontem, ele tentava embarcar para Belo Horizonte, onde lançaria a obra. "É um desrespeito."

» COM AS NETAS

A aposentada Regina Castro veio do Canadá e, em Congonhas, encontrou uma situação caótica. "Primeiro, disseram que o voo atrasaria 1h. Agora falam em 2h40", disse ela, que tenta ir com duas netas — uma de 40 dias — a Vitória.

» DORMINDO NO SAGUÃO

O assessor parlamentar Renato Jaguarião passou quase 24 horas em Congonhas. Anteontem, não conseguiu viajar para Brasília e, como a Gol não lhe ofereceu hotel, dormiu no saguão. "Estão nos fazendo de bobos", afirmou.

» DESISTÊNCIA

O engenheiro Vahan Agopyan desistiu do voo quando viu que a situação não iria se normalizar tão cedo. Ele preferiu desmarcar a reunião em Brasília à esperar o embarque indefinidamente, sem receber informações precisas.

» DESMAIO POR ESTRESSE

Sônia Correia desmaiou ontem na fila de check-in da TAiv. Ela tentava embarcar para Goiânia após sofrer, na noite anterior, um acidente de carro. A enfermeira do pronto socorro de Congonhas disse que o estresse foi a provável causa do desmaio.

Crise reduz reservas em 10%, diz sindicato

Segundo entidade das empresas aéreas, alta temporada tem aumento de cancelamento, o que é atípico nessa época

Empresas ainda não mediram os prejuízos com gasto extra de combustível e com o pagamento de equipes adicionais

Consumidor teme pegar avião no fim do ano

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo e chamar a atenção do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, e do Senador César Borges, que responde pela Liderança do PFL, para o fato de que nós, ontem, na Ordem do Dia, suspendemos a Medida Provisória 317, atendendo a pleito de vários segmentos da agricultura brasileira. Como o prazo é muito exíguo para essa medida provisória, nós tínhamos ficado de, hoje, sentar e buscar um entendimento para que pudéssemos votar essa matéria.

Quero registrar que tivemos reunião essa manhã e avançamos bastante. Ficou pactuado com os segmentos produtivos – eu quero registrar, na reunião, a presença do Deputado Ronaldo Caiado, do Deputado Abelardo Lupion, do Deputado João Leão e do Deputado Carlos Melles –, dentro desse entendimento, que nós votaríamos a Medida Provisória 317 da forma como se encontra, porque ela perde a validade na próxima semana, e na Medida Provisória 320, que já está na Casa e será votada na próxima semana, mas só tem prazo para cair no dia 22, nós íamos inserir, Senador Arthur Virgílio, uma mudança dos prazos para aceitação do processo de refinanciamento, de 29 de dezembro para 30 de abril. Também ficou esclarecida a possibilidade de repactuação feita por cooperativas e bancos de desenvolvimento, não só o Banco do Brasil.

Nós fizemos uma reunião, inclusive, com os técnicos do Ministério da Fazenda e pactuamos que o que precisasse ser ajustado de normas técnicas seria feito na MP nº 320.

Quero registrar, com relação à questão do Funcafé, que não houve ainda entendimento. O Deputado Carlos Melles entendeu e retirou da pauta da negociação essa questão específica do Funcafé, porque eram dívidas de 2001, era outro tipo de negociação, mas nós ficamos com o compromisso de que, mesmo não fazendo parte da MP nº 320, da negociação, nós levaríamos para discussão no Ministério da Fazenda a questão específica do Funcafé.

Então, já que houve o entendimento, diante da premência do tempo, eu solicitaria às Lideranças e à Mesa que votássemos simbolicamente, porque há quórum na Casa, essa medida provisória específica, uma vez que ela perde a validade na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Romero Jucá, quero fazer uma ponderação a V. Exª. O Presidente disse que está a caminho. Então, por respeito a ele, eu preferiria aguardar ou passar a

Presidência ao Senador Tião Viana, que é da Mesa. Mas, se o Presidente está vindo, vamos aguardá-lo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RO) – Não, se o Presidente está vindo, não há nenhuma agonia quanto a isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito, V. Exª está inscrito como próximo orador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É sobre a questão debatida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É com respeito a esse Líder que tem como grife a conciliação. Eu nunca vi um poder tão forte, demonstrado num governo de contradições e de desaglutinação, como essa tentativa desesperada do Senador Romero Jucá de fazer com que o Governo ande. Pelo menos um testemunho eu dou aqui: o Romero quer trabalhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, gostaria de falar sobre a questão; apenas não entrei no assunto porque pensei que o Senador Arthur Virgílio... Mas já aproveito, com a permissão do Senador Arthur Virgílio, porque a fala dele será consequência...

Senador Romero, basta V. Exª dizer que houve o acordo na medida provisória a que se refere. Sua palavra para mim tem efeito de cartório. Só não aceitaria era que V. Exª assegurasse que inseriria na 320. Essa Emenda 320 precisa ser examinada com cautela. É muito perigoso se assumir um compromisso de inserção de matérias nela. Temos aí questionamentos graves sobre o conteúdo da 320 e colocar mais alguns acessórios acho que seria muito ruim. E não ficaria bem para mim, no momento aqui representando o PFL, concordar com um acordo que não sabemos se possível será.

De forma que penso que o Governo, responsável que é por essa Medida 320, que já surtiu alguns resultados negativos para o País, colocando na contramão do que o Presidente prega, tem o dever e a obrigação de refletir. Evidente e infelizmente o Partido do Governo está sem Líder nesta Casa. Tem apenas o samaritano Senador Tião Viana, que se prepara para incursões futuras, mas ficaria difícil se firmar um compromisso nessas circunstâncias.

O Romero Jucá (PMDB – RR) – V. Exª permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Queria prestar um esclarecimento. Vamos votar, até o dia 22, pelo menos duas medidas provisórias que dizem respeito a matérias econômicas: a Medida Provisória 320, que é relatada pelo Senador João Alberto Souza, e a Medida Provisória nº 321, que é relatada pelo Senador Edison Lobão. A Medida Provisória nº 320 tem alguns questionamentos, e estamos, a partir de hoje, debruçando-nos sobre ela. Mas ela tem vários assuntos, inclusive assuntos importantes, que precisam ser votados - lembraria aqui ao Senador Arthur Virgílio, e o Senador José Agripino também é um dos defensores dessa medida -, que é exatamente a ampliação do prazo de incentivo para o transporte marítimo do Norte e do Nordeste. Isso diz respeito, por exemplo, no Rio Grande do Norte, à exportação de sal, porque, se não houver esse diferencial efetivo do preço do frete, ele perde competitividade, criando muitos problemas para a Região. Portanto, a Medida nº 320 terá que ser votada. Ela pode ser modificada e deverá ser modificada. V. Ex^a levantou algumas questões, outros Senadores e outros segmentos têm levantado. Ela diz respeito a porto seco, mas diz respeito também a outras questões. Mas quero registrar que, quanto à 320 e à 321, que serão votadas, a inserção, em qualquer uma delas, é plenamente factível. As duas têm o mesmo prazo. E não deixaremos de atender aos agricultores do Nordeste ampliando esse prazo, porque, sem dúvida alguma, o prazo de 29 de dezembro é um prazo curto para fazer com que os agricultores possam negociar com os bancos tudo isso que ainda precisa ser feito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas veja V. Ex^a o tratamento desrespeitoso do Governo para com o Nordeste. V. Ex^a disse muito bem: um item beneficia o Nordeste, e, com isso, de maneira humilhante, setores do Governo pressionam os nordestinos para aceitarem, mas não mostram aqui o que prejudica o País, Senador Romero Jucá. No momento, temos que ser brasileiros. Não adianta se colocar dinheiro para o Nordeste com uma mão e se tirar com outra. De forma que penso que essa Medida nº 320 não engrandece o Governo; ela envergonha o Governo.

Lembrando o Senador Vitorino Freire - já que estamos falando em Nordeste -, que fez muitos inimigos, mas vários amigos, ele tinha uma frase muito própria para o momento: "Jabuti não sobe em árvore. Veja quem botou, ou enchente, ou mão de gente". Essa emenda é uma das que se parecem com esse fenômeno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, ao Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem cheguei a fazer uma análise de mérito da medida provisória que ficou para ser deliberada hoje. Considero justa a deferência que V. Ex^a disciplinadamente faz, e merecidamente, ao Presidente Renan Calheiros, para que ele presida a votação da matéria que ficou acordada para ser votada hoje. Mas o condicionamento era muito claro para o PSDB: era a reunião precisamente com os setores que se reuniram com o Líder Romero Jucá hoje. Todos eles são referência para o meu Partido, embora nenhum deles pertencente ao meu Partido, são todos do PFL, mas todos eles referência quando se trata da questão envolvendo o agronegócio.

Portanto, considero satisfeita a exigência de ontem. Em sendo assim, o PSDB não tem como refutar o cumprimento do acordo que fez. Nós votaremos a medida provisória simbolicamente, até porque entendemos que ela amplia, a partir de agora, com as alterações propostas pelo Deputado Melles, pelo Deputado Lupion, pelo Deputado Rands, pelos Parlamentares todos que hoje...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Envolvidos com a agricultura.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A bancada da agricultura. O alcance dos benefícios propostos pela medida provisória fica maior e, portanto, ela passa a merecer o voto do PSDB, que ontem iria votar e foi alertado de que era possível se votar algo melhor. Daí a iniciativa da Liderança do Governo de retirar a matéria, para que a apreciássemos nessas vinte e quatro horas, de modo a ampliar o alcance dos benefícios.

Isso satisfeito, para mim é com júbilo que digo que o PSDB está aqui para cumprir o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador César Borges. Em seguida, o Senador Ney Suassuna.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, também gostaria de dar a posição do PFL, o que foi solicitado a mim pelo Líder José Agripino que não pôde estar aqui presente, de que foi construído um acordo a partir de ontem, quando se verificou que a MP 317 não atendia **in totum** às pretensões dos agricultores, inclusive o que tinha sido motivo de acordo com o Governo Federal. Então, quando verificamos isso e estivemos aqui com os produtores, conversando com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, ele houve por bem retirar de pauta ontem, com a possibilidade de a MP 317 ser votada hoje, uma vez que ele ia abrir um canal de negociação com o Governo. Assim ele o fez. E, hoje pela manhã,

estive com os produtores que me asseguraram que o Senador Romero Jucá tinha construído uma solução que, se não era a ideal, satisfazia aos produtores. Em primeiro lugar, porque a MP 317 atende não *in totum*, mas parcialmente à dívida do Pesa com relação àqueles que são oriundas do Banco do Brasil cujos títulos foram assumidos pelo Governo Federal.

No caso dos bancos de desenvolvimento e cooperativas, que não estavam dentro dessa medida provisória, uma análise do Ministério da Fazenda chega à conclusão agora que estão, que será esclarecido e que contempla também os títulos de outras instituições.

Isso atende o que se pretendia ontem. No prazo, também, que era até 29 de dezembro, não daria para ser, na prática, exercida essa renegociação.

Então, em função do que me foi dito pelos produtores, eles estão confiantes no que foi acordado com o Senador Romero Jucá, que fica como que guardião desse acordo para incluí-lo numa medida provisória – que pode ser a MP 320; se houver dúvida, pode ser a MP 321. Agora, o compromisso do Governo na pessoa do Senador Romero Jucá está público aqui neste momento.

Para não prejudicar aqueles que já estão beneficiados na Medida Provisória nº 317, estamos também nessa posição de aprovação hoje até mesmo sem verificação nenhuma de **quorum**, uma aprovação simbólica, conforme tinha sido o acordo mantido ontem.

É essa a nossa posição que eu gostaria de passar aqui neste momento para a Presidência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo em gênero, número e grau com o que disse o Senador César Borges: nós agora vamos chegar ao entendimento. Eu só não quero é que haja um compromisso de vinculação e faço até uma proposta ao Senador Romero Jucá: o prazo da Medida Provisória nº 320 vai até o dia 22. Nós poderíamos propor, se houver concordância dos Líderes, uma audiência pública para discuti-la na próxima semana, quarta-feira. E aí teríamos a oportunidade... O Senador Ney Suassuna não concorda...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não, não. Estou de acordo. V. Ex^a está agitado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pode ser?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Heráclito, deixe-me fazer uma observação aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não estou agitado, eu levo as coisas com seriedade. Isso é republicano. É um interesse republicano.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estamos fazendo um acordo aqui. Eu concordo.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Heráclito Fortes, é apenas para fazer o entendimento, que é o seguinte. A Medida Provisória vem direto para o plenário. Estamos, a partir de hoje, debruçando-nos com os segmentos. Estamos aqui trabalhando por linha de produção. E todo dia há um novo problema. Então, temos que tratar o problema do dia; não podemos tratar o problema do dia seguinte. Eu pediria ao Senador Heráclito que levantasse os questionamentos que há na MP nº 320 para conversarmos no início da semana. A MP nº 320 será votada por meio de um acordo e de um entendimento; não vamos construir aqui nenhum monstrengão que vá prejudicar qualquer tipo de segmento ou Estado. Agora, precisamos votar a MP nº 320 até quarta-feira, porque vamos modificá-la, e ela precisa voltar para a Câmara dos Deputados para efetivamente ainda ser votada, senão ela cairá. E ela tem dispositivos, além do Porto Seco, que são importantes para regiões do País. Então, eu pediria ao Senador Heráclito e a todos os Senadores e Senadoras que nos debruçássemos sobre a análise a fim de tentar construir a solução. Se houver necessidade, efetivamente, de uma audiência pública ou de outro tipo de encaminhamento, reuniões na liderança, reuniões com os Líderes todos para discutir, como já fizemos, vamos fazer no momento apropriado. A Liderança do Governo não se furta, em nenhum momento, a discutir, a trazer informações, a esclarecer os fatos. Eu só não queria preestabelecer essa audiência pública quarta-feira porque, em tese, estariámos preestabelecendo um prazo que vai dificultar depois a aprovação na Câmara. E sem votar a MP nº 320, também não poderemos votar a MP nº 321.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Romero Jucá, estou sendo alertado pela Secretaria de que o prazo final é dia 14.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não, dia 14 é a MP nº 317, Sr. Presidente. O da MP nº 320 e da MP nº 321 é dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sou testemunha de que V. Ex^a, ontem, pediu a retirada da votação para fazer esse acordo que V. Ex^a declara e que o Senador César Borges está confirmado. Temos fé em que V. Ex^a fará cumprir o acordo.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento que,

de quando em quando, o nosso Regimento deixa de ser cumprido, mas, ontem, o PMDB desejou ao Senador Romero toda a sorte e toda a condição para conseguir esses acordos. Não se conseguiram os 100%, mas se conseguiu o melhor que se podia. Por isso, o PMDB, com muita tranquilidade, permanece no acordo e concorda que devemos votar essa matéria hoje.

Em relação à outra, não a MP nº 317, mas a MP nº 320, claro que vamos fazer reuniões de Liderança. Talvez fosse de bom tom que se instasse para que as Lideranças dos segmentos estejam em Brasília, a fim de que possamos ouvi-las, se for necessária alguma discussão mais aprofundada. Dessa forma, não vejo problema algum.

Finalmente, Sr. Presidente – e peço a atenção do Dr. Carreiro –, a indicação do PMDB, em relação à Comissão que foi criada para verificar a crise na aviação, será exercida por mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Fica anotada a decisão de V. Ex^a como Líder do PMDB.

O Senador Paulo Paim estava inscrito, e não sei se permanece sua inscrição como orador. Em seguida, será o Senador Heráclito Fortes.

Senador Paulo Paim, é a vez de V. Ex^a e, em seguida, o Senador Heráclito. Pergunto se há permuta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela idade e pela experiência, o Senador Paim tem prioridade na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há expediente sobre a mesa.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei de Inelegibilidades para regular o afastamento de servidor público candidato a cargo eletivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea L do inciso II do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

II –

.....

1. os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder

Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantida a concessão de licença não remunerada no período;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando às eleições que ocorrem até um ano contado dessa data.

Justificação

A Lei Complementar nº 64, de 1990, a Lei de Inelegibilidades, estabelece, que os servidores públicos têm que se afastar de seus cargos até três meses antes do pleito, quando pretendem ser candidatos a cargo eletivo.

Trata-se de norma que visa a impedir que o servidor candidato use a influência que pode advir do exercício de seu cargo público para influenciar o resultado das urnas, coibindo o que o § 9º do art. 14 da Constituição chama de abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

O diploma legal, entretanto, extrapola o seu escopo, ao determinar que o servidor público tem o direito de se afastar com os vencimentos integrais. Ora, esse comando contém dois grandes problemas. De um lado, estabelece um tratamento não isonômico para o servidor público candidato, na medida em que permite que ele fique dedicado exclusivamente à sua campanha, mantendo a remuneração, o que pode, mesmo, se caracterizar como uma forma de apoio financeiro do Estado a determinados candidatos. Além disso, pode representar um incentivo a que o servidor público apresente candidaturas a cargos eletivos, apenas para usufruir três meses de licença remunerada.

De outra parte, a garantia da licença remunerada eleitoral apresenta-se como pesado ônus para a Administração Pública, na medida em que, especialmente em eleições municipais, quando o número de candidatos pode ser extremamente elevado, obriga o Erário a continuar pagando os vencimentos de inúmeros servidores afastados, ao mesmo tempo em que se assiste a ameaça à prestação de serviços públicos em determinados setores, pela falta de funcionários.

Desta forma, com o fim de corrigir esses problemas, estamos propondo alteração na Lei Complementar nº 64, de 1990, estabelecendo que o afastamento do servidor candidato se faça sem remuneração.

Assim, temos a certeza de que esta proposição estará contribuindo para garantir a lisura das eleições, de forma isonômica para os candidatos e de maneira adequada para a Administração Pública.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – **Eduardo Azeredo.**

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI COMPLEMENTAR N° 64,
DE 18 DE MAIO DE 1990**

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

a) os inalitáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subseqüentes ao término da legislatura: *(Redação dada pela LCP 81, de 13-4-94)*;

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subseqüentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes;

e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena;

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

II – para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

1. os Ministros de Estado;

2. os chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República;

3. o chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República;

4. o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

5. o Advogado-Geral da União e o Consultor-Geral da República;

6. os chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

7. os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica;

8. os Magistrados;

9. os Presidentes, Diretores e Superintendentes de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas e as mantidas pelo poder público;

10. os Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios;

11. os intervenientes Federais;

12. os Secretários de Estado;

13. os Prefeitos Municipais;

14. os membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;

15. o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

16. os Secretários-Gerais, os Secretários-Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes;

b) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal;

c) (Vetado);

d) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

e) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tenham exercido cargo ou função de direção, administração ou representação nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

f) os que, detendo o controle de empresas ou grupo de empresas que atuem no Brasil, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da lei citada na alínea anterior, não apresentarem à Justiça Eleitoral, até 6 (seis) meses antes do pleito, a prova de que fizeram cessar o abuso apurado, do poder econômico, ou de que transferiram, por força regular, o controle de referidas empresas ou grupo de empresas;

g) os que tenham, dentro dos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social;

h) os que, até 6 (seis) meses depois de afastados das funções, tenham exercido cargo de Presidente, Diretor ou Superintendente de sociedades com objetivos exclusivos de operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas e da empresa ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo poder público, salvo se decorrentes de contratos que obedeçam a cláusulas uniformes;

i) os que, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou em empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento

de bens com órgão do Poder Público ou sob seu controle, salvo no caso de contrato que obedeça a cláusulas uniformes;

j) os que, membros do Ministério Público, não se tenham afastado das suas funções até 6 (seis) meses anteriores ao pleito;

l) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais;

III – para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea **a** do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresas que operem no território do Estado ou do Distrito Federal observados os mesmos prazos;

b) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos ou funções:

1. os chefes dos Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado ou do Distrito Federal;

2. os comandantes do Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea;

3. os diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos Municípios;

4. os secretários da administração municipal ou membros de órgãos congêneres;

IV – para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 4 (quatro) meses para a desincompatibilização;

b) os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais;

c) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito;

V – para o Senado Federal:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea **a** do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado, observados os mesmos prazos;

b) em cada Estado e no Distrito Federal, os inelegíveis para os cargos de Governador e Vice-Governador, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VI – para a Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa e Câmara Legislativa, no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VII – para a Câmara Municipal:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização;

b) em cada Município, os inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização.

§ 1º Para concorrência a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

§ 2º O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

§ 3º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes, consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Art. 2º Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.

Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante:

I – o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República;

II – os Tribunais Regionais Eleitorais, quando se tratar de candidato a Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital;

III – os Juízes Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

Art. 3º Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

§ 1º A impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

§ 2º Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

§ 3º O impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de 6 (seis)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2006

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....
XV – quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) Constitui Patrimônio do Trabalhador cujos recursos são aplicados em projetos de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana e que pode ser sacado nas seguintes situações:

a) desemprego involuntário, aposentadoria ou morte, que consubstanciam situações onde se evidencia o foco central do fundo, qual seja, o caráter indenizador;

b) compra de moradia própria, que representa o segundo mais importante objetivo do fundo e elemento fundamental da política habitacional;

c) carência de depósitos na conta vinculada por pelo menos três anos, o que sig-

nifica a saída do trabalhador do mercado de trabalho formal;

d) aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização;

e) ocorrência de neoplasia maligna, AIDS ou doença grave em estágio terminal;

f) necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorram de desastre natural ocorrido em área em situação de emergência ou em estado de calamidade pública; e

g) idade igual ou superior a 70 anos.

Constata-se, pois, que o trabalhador que completa 70 anos de idade pode sacar os recursos que estejam acumulados em sua conta junto ao FGTS. Ocorre que essa idade é muito elevada para o padrão brasileiro, em que a expectativa de vida corresponde a 71,59 anos. Ou seja, o trabalhador que consegue atingir 70 anos de idade saca seu FGTS, mas tem, em média, menos de dois anos para usufruir dos recursos. Isso não é justo. Afinal, os recursos lhe pertencem.

Assim, propõe-se que o trabalhador que já possui moradia própria ou não se interessa em adquiri-la e que ainda está no mercado de trabalho não tenha que esperar completar 70 anos de idade para ter acesso ao que é seu. Afinal, aos 70 anos provavelmente estará aposentado, podendo sacar os recursos por motivo de aposentadoria.

Em suma, a proposta é que o trabalhador com pelo menos 65 anos de idade possa sacar os recursos acumulados em sua conta vinculada junto ao FGTS.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Vide Lei nº 9.012, de 1995

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras provisões.

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

XV – (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV – quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.

.....(NR)

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 323, DE 2006

Autoriza a utilização da internet como veículo de comunicação oficial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União, Estados, Municípios e demais órgãos públicos poderão utilizar a internet como veículo de comunicação oficial.

Art. 2º A União estimulará e fornecerá recursos técnicos aos interessados em utilizar a internet como veículo de comunicação oficial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa permitirá uma cultura de transparência baseada na tecnologia da internet, e possibilitará o controle social da gestão pública, principalmente nos municípios onde não há publicação em jornais e se considera a matéria publicada em murais dentro da prefeitura, onde o povo, muitas vezes, não tem acesso por questões políticas e outras vezes nem se publica realmente o ato.

Ao perceber as possibilidades da rede mundial de computadores, as diversas esferas de Governo trattaram de disciplinar os temas de maior relevo. Assim, foram editados atos normativos direcionados para temas específicos, tais como o Decreto nº 4.842, de 19 de setembro de 2003, e a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998. O primeiro permite ao Banco Central do Brasil, alternativamente, publicar no **Diário Oficial da União** ou na internet, os registros e cancelamentos de registros de capitais estrangeiros efetuados no mês anterior.

A Lei nº 9.755, 1998, por sua vez, permite ao Tribunal de Contas da União divulgar, via internet, dados sobre os montantes dos tributos arrecadados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; os relatórios da execução orçamentária; o balanço consolidado das contas dos referidos entes públicos; os resumos dos instrumentos de contrato e as relações mensais das compras feitas pela administração pública, direta ou indireta. Como esses, muitos outros exemplos poderiam ser apresentados.

Dois decretos de 5 de setembro de 2000 aumentaram a importância e utilidade da informação digital na área do governo federal. O Decreto nº 3.585, de 2000, obriga o uso do meio digital, a partir de janeiro de 2001, para o envio, à Casa Civil da Presidência, dos textos de atos normativos (decretos, projetos de lei etc.) preparados por outros órgãos do governo.

O Decreto nº 3.587, de 2000, criou a infra-estrutura de chaves públicas do Poder Executivo federal

(ICP-Gov), para garantir a segurança de informações enviadas por meio digital. O normativo dispõe sobre a certificação eletrônica e a assinatura digital como meios para garantir a autenticação, a integridade e, em certos casos, o sigilo das informações.

A Imprensa Nacional, responsável pela publicação do **Diário Oficial da União**, utiliza o Sistema de Envio Eletrônico da Imprensa Nacional (INCom), que tem por base a segurança e o gerenciamento direto dos usuários envolvidos com o processo de publicação. O INCom tem como função específica permitir a transmissão de atos oficiais à Imprensa Nacional com utilização de certificação digital.

Também no Legislativo federal constata-se grande preocupação com a questão, conforme demonstra o número de iniciativas propondo a divulgação, pela internet, de informações atinentes a matérias diversas, como a Lei de Licitações (PL nº 1.530, de 1999); a criação do Cadastro Nacional de Contas Públicas (PL nº 2.537, de 2003); o estabelecimento da publicidade nas transferências de recursos da União (PL nº 2.581, de 2003); a divulgação de documentos institucionais produzidos em língua estrangeira, nos sítios e portais mantidos por órgãos e entidades públicas (PL nº 2.277, de 2003); a inclusão do idoso no mundo informatizado (PL nº 2.447, de 2003); as finanças públicas na internet (PLS nº 217, de 2004); a possibilidade de envio de recursos judiciais e intimação de advogados por meio eletrônico (PL nº 1.796, de 2003); a informatização do processo judiciário (PL nº 5.828, de 2001), além de dezenas de outras medidas, todas destinadas a permitir a utilização da internet na transmissão de informações oficiais.

O projeto que ora apresento, visando a implementar o uso da internet como meio de divulgação de informações oficiais, coaduna-se perfeitamente com a disposição atual dos poderes da República e vem atender um anseio da sociedade. Sem dúvida, proporcionará maior transparência aos atos das diversas esferas de Governo e atingirá a sociedade de mais prontamente, com maior abrangência e de forma mais eficaz.

Em virtude do mérito e da evidente oportunidade da presente iniciativa, peço o apoio dos nobres senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.755, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a criação de homepage na internet pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Tribunal de Contas da União criará **homepage** na rede de computadores internet, com o título “contas públicas”, para divulgação dos seguintes dados e informações:

I – os montantes de cada um dos tributos arrecadados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, os recursos por eles recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio (**caput** do art. 162 da Constituição Federal);

II – os relatórios resumidos da execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (§ 3º do art. 165 da Constituição Federal);

III – o balanço consolidado das contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários (art. 111 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964);

IV – os orçamentos do exercício da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os respectivos balanços do exercício anterior (art. 112 da Lei nº 4.320, de 1964);

V – os resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior (**caput** do art. 26, parágrafo único do art. 61, § 3º do art. 62, arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993);

VI – as relações mensais de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta (art. 16 da Lei nº 8.666, de 1993).

§ 1º Os dados referidos no inciso I deverão estar disponíveis na **homepage** até o último dia do segundo mês subsequente ao da arrecadação.

§ 2º Os relatórios mencionados no inciso II deverão estar disponíveis na **homepage** até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.

§ 3º O balanço consolidado previsto no inciso III deverá estar disponível na **homepage** até o último dia do terceiro mês do segundo semestre do exercício imediato àquele a que se referir, e o quadro baseado nos orçamentos, até o último dia do primeiro mês do segundo semestre do próprio exercício.

§ 4º Os orçamentos a que se refere o inciso IV deverão estar disponíveis na **homepage** até 31 de maio, e os balanços do exercício anterior, até 31 de julho de cada ano.

§ 5º Os resumos de que trata o inciso V deverão estar disponíveis na **homepage** até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao da assinatura do contrato

ou de seu aditivo, e as comunicações, até o trigésimo dia de sua ocorrência.

§ 6º As relações citadas no inciso VI deverão estar disponíveis na homepage até o último dia do segundo mês seguinte àquele a que se referirem.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fiscalizará o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 112 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 3º Para fiel e uniforme aplicação das presentes normas, o Tribunal de Contas da União atenderá a consultas, coligará elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos e expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, poderão ser promovidas, quando necessário, conferências e reuniões técnicas com a participação de representantes das entidades abrangidas por estas normas ou de suas associações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso – Renan Calheiros.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 17-12-1998

DECRETO N° 3.587, DE 5 DE SETEMBRO DE 2000

Revogado pelo Decreto nº 3.996, de 31-12-2003

Estabelece normas para a Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal – ICP-Gov, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

Decreta:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º A Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal – ICP-Gov será instituída nos termos deste Decreto.

Art. 2º A tecnologia da ICP-Gov deverá utilizar criptografia assimétrica para relacionar um certificado digital a um indivíduo ou a uma entidade.

§ 1º A criptografia utilizará duas chaves matematicamente relacionadas, onde uma delas é pública e, a outra, privada, para criação de assinatura digital, com a qual será possível a realização de transações eletrônicas seguras e a troca de informações sensíveis e classificadas.

§ 2º A tecnologia de Chaves Públicas da ICP-Gov viabilizará, no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, a oferta de serviços de sigilo, a validade, a autenticidade e integridade de dados, a irrevogabilidade e irretratabilidade das transações eletrônicas e das aplicações de suporte que utilizem certificados digitais.

Art. 3º A ICP-Gov deverá contemplar, dentre outros, o conjunto de regras e políticas a serem definidas pela Autoridade de Gerência de Políticas – AGP, que visem estabelecer padrões técnicos, operacionais e de segurança para os vários processos das Autoridades Certificadoras – AC, integrantes da ICP-Gov.

Art. 4º Para garantir o cumprimento das regras da ICP-Gov, serão instituídos processos de auditoria, que verifiquem as relações entre os requisitos operacionais determinados pelas características dos certificados e os procedimentos operacionais adotados pelas autoridades da integrantes.

Parágrafo único. Além dos padrões técnicos, operacionais e de segurança, a ICP-Gov definirá os tipos de certificados que podem ser gerados pelas AC.

CAPÍTULO II Da Organização da ICP-Gov

Art. 5º A arquitetura da ICP-Gov encontra-se definida no Anexo I a este Decreto.

Art. 6º A Autoridade de Gerência de Políticas – AGP, integrante da ICP-Gov, compete:

I – propor a criação da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz;

II – estabelecer e administrar as políticas a serem seguidas pelas AC;

III – aprovar acordo de certificação cruzada e mapeamento de políticas entre a ICP-Gov e outras ICP externas;

IV – estabelecer critérios para credenciamento das AC e das Autoridades de Registro – AR;

V – definir a periodicidade de auditoria nas AC e AR e as sanções pelo descumprimento de normas por elas estabelecidas;

VI – definir regras operacionais e normas relativas a:

a) Autoridade Certificadora – AC;

b) Autoridade de Registro – AR;

c) assinatura digital;

d) segurança criptográfica;

e) repositório de certificados;

f) revogação de certificados;

g) cópia de segurança e recuperação de chaves;

h) atualização automática de chaves;

i) histórico de chaves;

j) certificação cruzada;

l) suporte a sistema para garantia de irretratabilidade de transações ou de operações eletrônicas;

m) período de validade de certificado;

n) aplicações cliente;

VII – atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP-Gov, em especial da Política de Certificados – PC e das Práticas e Regras de Operação da Autoridade Certificadora, de modo a garantir:

a) atendimento às necessidades dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal;

b) conformidade com as políticas de segurança definidas pelo órgão executor da ICP-Gov; e

c) atualização tecnológica.

Art. 7º Para assegurar a manutenção do grau de confiança estabelecido para a ICP-Gov, as AC e AR deverão credenciar-se junto a AGP, de acordo com as normas e os critérios por esta autoridade estabelecidos.

Art. 8º Cabe à AC Raiz a emissão e manutenção dos certificados das AC de órgãos e entidades da Administração Pública Federal e das AC privadas credenciadas, bem como o gerenciamento da Lista de Certificados Revogados – LCR.

Parágrafo único. Poderão ser instituídos níveis diferenciados de credenciamento para as AC, de conformidade com a sua finalidade.

Art. 9º As AC devem prestar os seguintes serviços básicos:

I – emissão de certificados;

II – revogação de certificados;

III – renovação de certificados;

IV – publicação de certificados em diretório;

V – emissão de Lista de Certificados Revogados – LCR;

VI – publicação de LCR em diretório; e

VII – gerência de chaves criptográficas.

Parágrafo único. A disponibilização de certificados emitidos e de LCR atualizada será proporcionada mediante uso de diretório seguro e de fácil acesso.

Art. 10. Cabe às AR:

I – receber as requisições de certificação ou revogação de certificado por usuários, confirmar a identidade destes usuários e a validade de sua requisição e encaminhar esses documentos à AC responsável;

II – entregar os certificados assinados pela AC aos seus respectivos solicitantes.

CAPÍTULO III Do Modelo Operacional

Art. 11. A emissão de certificados será precedida de processo de identificação do usuário, segundo crité-

rios e métodos variados, conforme o tipo ou em função do maior ou menor grau de sua complexidade.

Art. 12. No processo de credenciamento das AC, deverão ser utilizados, além de critérios estabelecidos pela AGP e de padrões técnicos internacionalmente reconhecidos, aspectos adicionais relacionados a:

I – plano de contingência;

II – política e plano de segurança física, lógica e humana;

III – análise de riscos;

IV – capacidade financeira da proponente;

V – reputação e grau de confiabilidade da proponente e de seus gerentes;

VI – antecedentes e histórico no mercado; e

VII – níveis de proteção aos usuários dos seus certificados, em termos de cobertura jurídica e seguro contra danos.

Parágrafo único. O disposto nos incisos IV a VII não se aplica aos credenciamentos de AC Públicas.

Art. 13. Obedecidas às especificações da AGP, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal poderão implantar sua própria ICP ou ofertar serviços de ICP integrados à ICP-Gov.

Art. 14. A AC Privada, para prestar serviço à Administração Pública Federal, deve observar as mesmas diretrizes da AC Governamental, salvo outras exigências que vierem a ser fixadas pela AGP.

CAPÍTULO IV Da Política de Certificação

Art. 15. Serão definidos tipos de certificados, no âmbito da ICP-Gov, que atendam às necessidades gerais da maioria das aplicações, de forma a viabilizar a interoperabilidade entre ambientes computacionais distintos, dentro da Administração Pública Federal.

§ 1º Serão criados certificados de assinatura digital e de sigilo, atribuindo-se-lhes os seguintes níveis de segurança, consoante o processo envolvido:

I – ultra-secretos;

II – secretos;

III – confidenciais;

IV – reservados; e

V – ostensivos.

§ 2º Os certificados, além de outros que a AGP poderá estabelecer, terão uso para:

I – assinatura digital de documentos eletrônicos;

II – assinatura de mensagem de correio eletrônico;

III – autenticação para acesso a sistemas eletrônicos; e

IV – troca de chaves para estabelecimento de sessão criptografada.

Art. 16. A AGP compete tomar as providências necessárias para que os documentos, dados e registros armazenados e transmitidos por meio eletrônico, óptico, magnético ou similar passem a ter a mesma validade, reconhecimento e autenticidade que se dá a seus equivalentes originais em papel.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 17. Para instituição da ICP-Gov, deverá ser efetuado levantamento das demandas existentes nos órgãos governamentais quanto aos serviços típicos derivados da tecnologia de Chaves Públicas, tais como, autenticação, sigilo, integridade de dados e irretratabilidade das transações eletrônicas.

Art. 18. O Glossário constante do Anexo II apresenta o significado dos termos e siglas em português, que são utilizados no sistema de Chaves Públicas.

Art. 19. Compete ao Comitê Gestor de Segurança da Informação a concepção, a especificação e a coordenação da implementação da ICP-Gov, conforme disposto no art. 4º, inciso XIV, do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000.

Art. 20. Fica estabelecido o prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de publicação deste Decreto, para especificação, divulgação e inicio da implementação da ICP-Gov.

Art. 21. Implementados os procedimentos para a certificação digital de que trata este Decreto, a Casa Civil da Presidência da República estabelecerá cronograma com vistas à substituição progressiva do recebimento de documentos físicos por meios eletrônicos.

Art. 22. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **Fernando Henrique Cardoso – Guilherme Gomes Dias – Alberto Mendes Cardoso.**

DECRETO N° 3.585, DE 5 DE SETEMBRO DE 2000

Revogado pelo Decreto nº 4.176, de 28-3-2002

Acresce dispositivo ao Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece regras para a redação de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º O Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 57-A. A partir de 1º de janeiro de 2001, os documentos a que se refere este Decreto somente serão recebidos, na Casa Civil da Presidência da República, por meio eletrônico.” (NR)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente.**

DECRETO N° 3.585, DE 5 DE SETEMBRO DE 2000

Revogado pelo Decreto nº 4.176, de 28-3-2002

Acresce dispositivo ao Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece regras para a redação de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º O Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art 57-A. A partir de 1º de janeiro de 2001, os documentos a que se refere este Decreto somente serão recebidos, na Casa Civil da Presidência da República, por meio eletrônico.” (NR)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de setembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 324, DE 2006

Altera o Código de Processo Civil, extinguindo o recurso de embargos de declaração e criando, em seu lugar, o incidente de correção de decisões judiciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 463 e 496 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 463.

.....
II – por meio de pedido de correção.
(NR)“

.....
“Art. 496.

I – apelação;
II – agravo;
III – embargos infringentes;
IV – recurso ordinário;
V – recurso especial;
VI – recurso extraordinário;
VII – embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.
(NR)“

Art. 2º Ficam acrescidos os seguintes artigos à Lei nº 5.896, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil):

“Art. 463-A. Caberá pedido de correção quando:

I – houver, na decisão, erro formal ou material, ou manifesta obscuridade ou contradição;

II – for omitido ponto sobre o qual deveria ter-se pronunciado expressamente o juiz ou o tribunal.

§ 1º Não caberá pedido de correção visando diretamente à reforma da decisão em seu mérito ou ao reexame de questões jurídicas já decididas.

§ 2º A mesma parte não poderá apresentar segundo pedido de correção, sem prejuízo de a matéria poder ser renovada, como preliminar, no recurso que venha a interpor.”

“Art. 463-B. O pedido de correção será formulado no prazo de cinco dias úteis e conterá indicação precisa do ponto obscuro, contraditório ou omissivo, ou do erro cometido.

Parágrafo único. Nos casos de potencial efeito modificativo, será aberta vista à parte contrária, por igual prazo.”

“Art. 463-C. O pedido de correção interrompe o prazo para a interposição de recursos por qualquer das partes.”

“Art. 463-D. O juiz apreciará o pedido de correção em cinco dias úteis.

Parágrafo único. Nos tribunais, o relator apresentará o processo em mesa na sessão

de julgamento subsequente, ou na seguinte, proferindo voto.”

“Art. 463-E. Quando o pedido de correção for manifestamente protelatório ou infundado, o juiz ou o tribunal condenará a parte que o apresentou ao pagamento de multa à outra parte, em montante não excedente a cinco por cento do valor da causa, ficando condicionada a interposição de qualquer recurso ao depósito em juízo do respectivo valor.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Art. 4º Fica revogado o Capítulo V do Título X do Livro I da Lei nº 5.896, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Justificação

O presente projeto de lei tem por base sugestão oriunda do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), que, na pessoa do seu Presidente e Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Athos Gusmão Carneiro, assim esboçou os motivos que levaram aquela entidade a propor a apresentação da matéria:

Os projetos e sugestões até agora apresentados não abordaram um dos mais freqüentes “pontos de estrangulamento” do processo: os embargos declaratórios antigamente pouco usados, mas na atualidade objeto de uso e de manifesto abuso, principalmente face ao notório (e excessivo) formalismo dos Tribunais Superiores em tema de “prequestionamento”.

Os tribunais recebem sucessivos embargos de declaração, quer com intento procrastinatório, quer pelo compreensível cuidado dos advogados em evitar futura alegação de ausência de prequestionamento. O trabalho dos tribunais de segundo grau está sendo, a bem dizer, “duplicado”, diante dos embargos que (quase sempre) antecedem os recursos de natureza extraordinária; e o mesmo acontece no STF ou STJ.

Pareceu assim adequado, em primeiro lugar, retirar dos embargos seu **status** (sempre objeto de dúvida doutrinária) de recurso propriamente dito, e, ainda, vetar sua reiteração.

Como esclarece Antônio Carlos Silva, os embargos de declaração, embora de origem lusitana, não figuram como recurso no CPC de Portugal e nem nos códigos das principais nações estrangeiras, embora neles existam instrumentos, de caráter não recursal, para

alcançar o mesmo fim (“Embargos de Declaração no processo civil”, Ed. Lumen Júris, 2000, p. 85).

Sérgio Bermudes afirma que “não se trata de um recurso, embora o art. 496 do Código os inclua entre as espécies recursais, no seu aperfeiçoamento da fórmula pela qual a decisão se materializou. Como lembra Pontes de Miranda, ‘não se pede que redescida, pede-se que se reexprima’. Não raramente, o aperfeiçoamento, obtido através dos embargos, leva à alteração objetiva da decisão (diz-se, nesse caso, que os embargos são modificativos). Deve-se entender, no entanto, que, nessa hipótese, apenas se alterou a vontade aparente do ato decisório e não a sua vontade intrínseca...” (“Introdução ao Processo Civil”, Forense, 1995, p. 160).

Para Barbosa Moreira, “cabe ao legislador optar, e ao intérprete respeitar-lhe a opção, ainda que, de **lege ferenda**, outra lhe pareça mais aconselhável. Cumpre reconhecer que, nas mais importantes legislações estrangeiras, os remédios análogos aos de que aqui se trata ficam fora do elenco dos recursos, tendo sido essa a orientação abraçada entre nós, por alguns códigos estaduais, como o gaúcho e o paulista” (“Coment. ao CPC”, Forense, 11ª ed., 2003, nº 297, p. 542).

O saudoso Wellington Moreira Pimentel negou peremptoriamente aos embargos declaratórios a natureza de recurso (“Coment. ao CPC”, RT, v. LII, 2ª ed., 1979, p. 546), lembrando o magistério de Pedro Baptista Martins, o qual os considerava como “um recurso **sui generis** contra a forma pela qual o Estado desobriga, em determinados casos, da prestação jurisdicional a que está adstrito” (“Recurso e Processos da Competência Originária dos Tribunais”, 1957, p. 361).

Rodrigo Reis Mazzeri estuda o tema com excelência, afirmando, ao fim, que “neste contexto, o ato judicial derivado que nasce em decorrência dos embargos de declaração não tem natureza autônoma, sendo um complemento do primitivo” (Coletânia “Dos Recursos”, Ed. ICE – Vitória/ES, p. 229 e passim).

Em direito comparado, vemos que, v.g., no Código do Uruguai está dito que a “aclaración” poderá ser usada “por uma sola vez por cada uma de las partes” – art. 244.4, a exemplo do recomendado, art. 214.4, no “Código Modelo para Iberoamérica”; também na moderna

“Ley de Enjuiciamiento Civil” da Espanha – 7 de janeiro de 2000, a decisão que provê sobre a “subsanación y complemento de sentencias” não admite recurso algum, sem prejuízo, no entanto, dos recursos cabíveis contra a sentença, posteriormente interposto.

Na Argentina, o Código processual civil “de la Nacion” prevê que as omissões da sentença podem ser supridas no tribunal “aunque no se hubiese pedido aclaración, siempre que solicite el respectivo pronunciamiento al expresar agravios”; diga-se que a “aclaracion” de sentença tem o prazo de três dias – art. 166, § 2º.

Em Portugal, os embargos de declaração não estão incluídos entre os recursos – art. 676; e o art. 669 dispõe sobre o “pedido de esclarecimento”. Cabendo recurso da decisão, o requerimento será feito na própria alegação, aplicando-se “o disposto no nº 4 do artigo 668”; ou seja, é lícito ao juiz suprir as omissões – art. 744.

Nesses termos, o Projeto prevê que a matéria (em tese) atualmente admissível em novos e sucessivos embargos, possa ser suscitada, como questão preliminar, no recurso cabível da decisão.

Pareceu, ainda, conveniente explicitar que no “pedido de correção” não poderá a parte postular o reexame de questão jurídica já decidida, nem pretender efeitos infringentes outros que não os naturalmente decorrentes de provimento que venha a suprir omissão, ou corrigir contradições, ou afastar erros formais.

Estas providências, ou seja, a descaracterização do pedido declaratório como “recurso” e a proibição de sua “reiteração”, poderão constituir motivos bastantes a que os Tribunais Superiores modifiquem a rigidez de sua atual orientação quanto ao prequestionamento (a respeito, aliás, notoriamente dissentem o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, este menos formalista que aquele).

Certos de que a proposição legislativa ora apresentada contribuirá para a melhoria da prestação jurisdicional, aprimorando o nosso processo civil, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

Legislação citada

LEI N° 5.869 - DE 11 DE JANEIRO DE 1973 - DOU DE 17/1/73 - Código de Processo Civil -
Atualizado em AGOS/2006

RELAÇÃO DE LEGISLAÇÃO CORRELATA E SUAS ALTERAÇÕES

Institui o Código de Processo Civil

Art. 463. Ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la:

- I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo;
- II - por meio de embargos de declaração.

Art. 496. São cabíveis os seguintes recursos: (Redação dada pela Lei nº 8.038, de 25.5.1990)

Texto anterior
Art. 496. São cabíveis os seguintes recursos:

I - apelação;
II - agravo de instrumento;
III - embargos infringentes;
IV - embargos de declaração;
V - recurso extraordinário.

- I - apelação;
- II - agravo; (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

Texto anterior
II - agravo de instrumento;

III - embargos infringentes;
IV - embargos de declaração;
V - recurso ordinário;
VI - recurso especial;
VII - recurso extraordinário.

VI - recurso especial; (Incluído pela Lei nº 8.038, de 25.5.1990)

VII - recurso extraordinário; (Incluído pela Lei nº 8.038, de 25.5.1990)

VIII - embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário. (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

LEI N° 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Vide texto compilado

Institui o Código de Processo Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

TÍTULO X DOS RECURSOS

CAPÍTULO V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:
I - há no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição;
II - for omitido ponto sobre que devia pronunciar-se o tribunal.

Art. 535. Cabem embargos de declaração quando: (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

~~Art. 536. Os embargos serão opostos, dentro em cinco (5) dias da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, duvidoso, contraditório, ou omissivo.~~
~~Parágrafo único. Os embargos não estão sujeitos a preparo.~~

Art. 536. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissivo, não estando sujeitos a preparo. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

~~Art. 537. O relator perá os embargos em mesa para julgamento, na primeira sessão seguinte, preferindo o seu voto.~~

Art. 537. O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias; nos tribunais, o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subseqüente, preferindo voto. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

~~Art. 538. Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.~~
~~Parágrafo único. Quando forem manifestamente protelatórios, o tribunal, declarando expressamente que o são, condenará o recorrente a pagar ao recorrido multa, que não poderá exceder de 1% (um por cento) sobre o valor da causa.~~

~~Art. 538. Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.~~
(Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

~~Parágrafo único. Quando forem manifestamente protelatórios, o tribunal, declarando expressamente que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa, que não poderá exceder de 1% (um por cento) sobre o valor da causa.~~ (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

Art. 538. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

Parágrafo único. Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, indicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 11, DE 2006

Sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta indicação.

Nos termos do artigo 224 do Regimento Interno, sugere-se à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta indicação.

Justificação

Considerando que a construção de um planeta ecologicamente equilibrado, economicamente próspero e socialmente justo é tarefa que se impõe a todos os governos e sociedades do mundo;

Lembrando que ações ou comissões de países específicos relativas ao meio ambiente têm impacto global, o que torna imperativa a concertação mundial para a promoção do desenvolvimento sustentável;

Advertindo que o efeito estufa antropogênico, ocasionado pela emissão de CO₂ e outros gases, elevou a temperatura média mundial em cerca de 0,5 grau Celsius, ao longo dos últimos 100 anos;

Salientando que essa elevação da temperatura média mundial já faz sentir seus efeitos não apenas no degelo de certas áreas, facilmente constatável pela comparação de fotos antigas e atuais, mas também na distribuição anormal e errática de intensas chuvas e secas, no começo de um a paulatina elevação do nível do mar nos prejuízos sensíveis à atividade agrícola dada à crescente imprevisibilidade climática, entre outros;

Constatando que, conforme relatório do Serviço Econômico do Governo Britânico, as mudanças climáticas ocasionadas pelo efeito estufa antropo-

gênico vêm reduzindo o produto bruto mundial em cerca de 2%, e que, caso a situação continue a se agravar, esse prejuízo poderá chegar a 20% do produto mundial bruto;

Alarmados com a clara possibilidade de que a continuidade desse grave dano ambiental, ao longo de décadas, tenha efeitos econômicos e sociais devastadores sobre todas as nações do planeta, especialmente sobre aquelas mais pobres, que não têm meios financeiros e tecnológicos para lidar com as consequências negativas dos desequilíbrios ambientais;

Lamentando que o mecanismo do mercado de carbono, previsto no Protocolo de Quioto, não venha produzindo ainda os efeitos benéficos desejáveis, quer pela insuficiência intrínseca de tal mecanismo, quer pela não participação de importantes países nesse mercado;

Lamentando, da mesma forma, que a agenda estabelecida pela Conferência Rio-92 não esteja sendo implantada como deveria;

Assinalando que, ademais do efeito estufa, o meio ambiente vem sofrendo também com o incremento da poluição das águas, que limita o uso da água doce, bem crescentemente escasso, a sensível diminuição da biodiversidade, dada à veloz extinção de espécies e ecossistemas, a degradação ambiental e de qualidade de vida nas grandes cidades, assim como outros e numerosos efeitos adversos;

Recordando que é dever das gerações atuais legar às gerações futuras um mundo economicamente próspero, socialmente justo e ambientalmente equilibrado; e, por último

Convictos que a concertação mundial em prol do desenvolvimento sustentável só será exitosa se os projetos e mecanismos para a promoção do meio ambiente equilibrado resultarem em benefícios econômicos e sociais para os países que neles se envolverem,

Propomos a criação, com o aval das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio (OMC), de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), com receitas oriundas da cobrança de taxa de até 1% sobre as importações em nível global, a ser gerido e fiscalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o intuito único de financiar programas, projetos e ações destinados à promoção do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente equilibrado.

Embora de caráter internacional, a aplicação dos seus recursos será decidida em nível local, resguardada a fiscalização do PNUMA para se evitar desvios

e sua utilização para outros fins que não a proteção do meio ambiente. Já no que tange à distribuição dos recursos do fundo, ela será feita apenas entre os países que resolverem dele participar e levará em consideração as contribuições financeiras de cada nação, bem como a relevância dos projetos locais para o meio ambiente global. Ainda no que tange à distribuição dos recursos, deverá ser observado o princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento.

No que se refere à arrecadação dos recursos do fundo, seria de todo desejável que houvesse discriminação das taxas com base no impacto ambiental dos produtos aos quais elas seriam aplicadas. Obviamente, os bens ambientalmente "limpos" poderiam e deveriam ter taxa zero, ao passo que as mercadorias cuja produção tem grande impacto no meio ambiente demandariam taxa máxima (1%).

Estamos firmemente convencidos de que a criação do FMA dará contribuição inestimável para a urgente causa do desenvolvimento sustentável, ao viabilizar econômica e financeiramente programas, projetos e ações destinados à proteção ambiental, especialmente nos países que não dispõem de recursos para tanto e que precisam conciliar rápido crescimento econômico com meio ambiente equilibrado.

Propomos, ademais, que o Brasil e os demais signatários do Tratado de Assunção, implantem, no prazo mais breve possível, tal fundo no âmbito do Mercosul, através da elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) em até 1%. Com isto, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai se colocarão na vanguarda de um projeto internacional de enorme alcance ambiental, com grandes benefícios para o protagonismo mundial do Mercosul. Essa implantação pioneira do fundo no Mercosul permitiria às autoridades desse bloco econômico o envio periódico de relatórios ao PNUMA, com informações, relevantes sobre o andamento e os resultados dos projetos e programas viabilizados pelo fundo, o que ensejaria a demonstração da viabilidade da proposta e da importância da expansão do FMA em escala planetária.

Sala da Sessões, 7 de dezembro de 2006 – Senador Aloízio Mercadante.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A indicação que acaba de ser lida vai às Comissões

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.258, DE 2006

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (nos termos do Requerimento nº 265, de 2005, de audiência).

Relator: Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 669, de 1999, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca. Inicialmente despachada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para decisão em caráter terminativo, a proposição submete-se à CRA em virtude da aprovação do Requerimento nº 265, de 2005, do Senador Sérgio Guerra.

Na CCJ, o Senador Francelino Pereira ofereceu relatório com manifestação pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição. Adotado, por unanimidade, o relatório como parecer da comissão, o PLS nº 669, de 1999, seguiu para apreciação de mérito pela CI.

Na CI, o relator designado, Senador Arlindo Porto, manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto, tendo em vista tratar-se de proposição que trará benefícios sociais e ambientais. Em voto em separado, o Senador José Eduardo Dutra opinou pela rejeição do projeto. Apesar de um voto contrário e uma abstenção, prevaleceu a posição do relator, e a matéria foi aprovada também nessa comissão.

Com a interposição do Recurso nº 17, de 2001, a proposição foi submetida ao Plenário do Senado Federal, tendo sido aberto prazo de cinco dias úteis para emendas. A matéria voltou às comissões constantes do despacho original, para apreciação de uma emenda, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, apresentada em Plenário.

Iniciada a 52ª Legislatura, o PLS nº 669, de 1999, voltou a tramitar, à vista do disposto nos incisos II e IV do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002.

Na CCJ, o Senador Papaléo Paes manifestou-se pela rejeição, quanto ao mérito, da referida emenda, mesmo posicionamento do Senador João Tenório, relator na CI. Encaminhada a matéria ao Plenário, foi aprovado o Requerimento nº 265, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, pelo qual é submetida a proposição à CRA. Nesta Comissão, coube a nós relatar a matéria.

Trata-se de proposição elaborada com o intuito de modificar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Mais especificamente, o PLS nº 669, de 1999, altera a redação do art. 20 da referida lei, para incluir hipóteses em que o usuário fica isento do pagamento pelo uso dos recursos hídricos sujeitos a outorga.

De acordo com a proposição, serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997, salvo quando para as seguintes finalidades:

I – dessedentação de animais;

II – piscicultura em geral, nos casos de uso por derivação ou captação em que os recursos hídricos são lançados de volta ao corpo de água originário logo após a sua utilização;

III – pequena irrigação, de área não superior a dois módulos de parcelamento, por propriedade.

Segundo o Senador Juvêncio da Fonseca, desonerar o uso dos recursos hídricos para as finalidades de dessedentação de animais, piscicultura e pequena irrigação tem como principal justificativa a proteção do meio ambiente. Para o autor da proposta, a medida terá consideráveis benefícios, não só do ponto de vista social, mas também em termos de preservação ambiental.

II – Análise

De acordo com o art. 104-B, incisos III, V, VII e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, compete

à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, opinar sobre proposições que versem sobre: agricultura, pecuária e abastecimento; aquicultura e pesca; irrigação e drenagem; utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos. Em que pese o avançado estágio de tramitação da matéria no Senado Federal, o Requerimento nº 265, de 2005, autoriza a apreciação, pela CRÁ, quanto ao mérito, do inteiro teor do PLS nº 669, de 1999, e não apenas da Emenda nº 1, apresentada em Plenário.

A proposição legislativa em exame nos parece absolutamente oportuna e pertinente. Com efeito, o novo texto complementa o disposto no § 1º do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997, segundo o qual independem de outorga, ficando portanto isentos da cobrança: o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes; as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

Isentar de cobrança o uso da água para dessedentação de animais fora dos rios e lagos produzirá duplo benefício: reduzirá os custos do produtor rural, que não precisará mais conduzir seu rebanho até a margem dos cursos d'água, e promoverá a preservação das matas ciliares, com reflexos positivos na prevenção da erosão e do assoreamento dos corpos hídricos, uma vez que restará eliminado o trânsito de animais nessas áreas.

Será também contida a degradação da fauna aquática e das margens dos rios e lagos se afastada a pesca amadora desses locais, atraindo os pescadores para outros pontos, especialmente preparados para o exercício da atividade. O objeto da Emenda nº 1, apresentada em Plenário pelo Senador José Eduardo Dutra, é suprimir justamente este ponto do texto da proposição. Não podemos concordar com a alteração proposta, pois esta reduziria, injustificadamente alcance da proposição.

Os benefícios da desoneração da pequena irrigação serão observados, por seu turno, na esfera social. O estímulo ao aumento de produtividade das pequenas propriedades rurais promoverá a fixação do homem no campo, reduzindo a pobreza e minimizando as pressões migratórias em direção às cidades.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, e pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

Sala da Comissão, 6 de Dezembro de 2006.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 609, DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/12/2006, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Flávio Arns</i>	SEN. FLÁVIO ARNS
RELATOR:	<i>Heráclito Fortes</i>	SEN. HERÁCLITO FORTES
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)		
LÚCIA VÂNIA	1- JUVÉNCIO DA FONSECA	<i>Juvêncio da Fonseca</i>
FLEXA RIBEIRO	2- ÁLVARO DIAS	<i>Álvaro Dias</i>
SÉRGIO GUERRA	3- LEONEL PAVAN	<i>Leonel Pavan</i>
JONAS PINHEIRO	4- EDISON LOBÃO	<i>Edison Lobão</i>
DEMÓSTENES TORRES	5- ROSEANA SARNEY	<i>Roseana Sarney</i>
HERÁCLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO	<i>Rodolpho Tourinho</i>
PMDB		
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	<i>Wellington Salgado de Oliveira</i>
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ	<i>Romero Jucá</i>
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B	3- AMIR LANDO	<i>Amir Lando</i>
VAGO	4- MÃO SANTA	<i>Mão Santa</i>
MAGUITO VILELA	5- VALDIR RAUPP	<i>Valdir Raupp</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)		
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESSARENKO	<i>Serlys Slhessarenko</i>
AELTON FREITAS	2- DELCÍDIO AMARAL	<i>Delcídio Amaral</i>
SIBÁ MACHADO	3- MAGNO MALTA	<i>Magno Malta</i>
ANA JÚLIA CAREPA	4- SÉRGIO ZAMBIASI	<i>Sérgio Zambiashi</i>
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA - PMR	<i>Marcelo Crivella</i>
PDT		
OSMAR DIAS	1- CRISTOVAM BUARQUE	<i>Crystovam Buarque</i>

**VOTO EM SEPARADO
DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA****I – Relatório**

Vem ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRÃ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 669, de 1999, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca. Inicialmente despachada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para decisão em caráter terminativo, a proposição submete-se à CRÃ em virtude da aprovação do Requerimento nº 265, de 2005, do Senador Sérgio Guerra.

Na CCJ, o Senador Francelino Pereira ofereceu relatório com manifestação pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição. Adotado, por unanimidade, o relatório como parecer da comissão, o PLS nº 669, de 1999, seguiu para apreciação de mérito pela CI.

Na CI, o relator designado, Senador Arlindo Porto, manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto, tendo em vista tratar-se de proposição que trará benefícios sociais e ambientais. Em voto em separado, o Senador José Eduardo Dutra opinou pela rejeição do projeto. Apesar de um voto contrário e uma abstenção, prevaleceu a posição do relator, e a matéria foi aprovada também nessa comissão.

Com a interposição do Recurso nº 17, de 2001, a proposição foi submetida ao Plenário do Senado Federal. A matéria voltou às comissões constantes do despacho original, para apreciação de emenda, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, apresentada em Plenário.

Iniciada a 52ª Legislatura, o PLS nº 669, de 1999, voltou a tramitar, à vista do disposto nos incisos II e IV do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002.

Na CCJ, o Senador Papaléo Pães manifestou-se pela rejeição, quanto ao mérito, da referida emenda, mesmo posicionamento do Senador João Tenório, relator na CI. Encaminhada a matéria ao Plenário, foi aprovado o Requerimento nº 265, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, pelo qual é submetida a proposição à CRÃ. Nesta Comissão, coube ao Senador Heráclito Fortes relatar a matéria. Por discordarmos do posicionamento do relator, optamos por oferecer o presente Voto em Separado.

Trata-se de proposição elaborada com o intuito de modificar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos

Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Mais especificamente, o PLS nº 669, de 1999, altera a redação do art. 20 da referida lei, para incluir hipóteses em que o usuário fica isento do pagamento pelo uso dos recursos hídricos sujeitos a outorga.

De acordo com a proposição, serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997, salvo quando para as seguintes finalidades:

- I – dessedentação de animais;
- II – piscicultura em geral, nos casos de uso por derivação ou captação em que os recursos hídricos são lançados de volta ao corpo de água originário logo após a sua utilização;
- III – pequena irrigação, de área não superior a dois módulos de parcelamento, por propriedade.

Segundo o Senador Juvêncio da Fonseca, autor da proposição, desonerar o uso dos recursos hídricos para as finalidades de dessedentação de animais, piscicultura e pequena irrigação tem como principal justificativa a proteção do meio ambiente. Para o autor da proposta, a medida terá consideráveis benefícios, não só do ponto de vista social mas também em termos de preservação ambiental.

II – Análise

Em seu relatório, o Senador Heráclito Fortes afirma que:

Isentar de cobrança o uso da água para dessedentação de animais fora dos rios e lagos produzirá duplo benefício: reduzirá os custos do produtor rural, que não precisará mais conduzir seu rebanho até a margem dos cursos d'água, e promoverá a preservação das matas ciliares, com reflexos positivos na prevenção da erosão e do assoreamento dos corpos hídricos, uma vez que restará eliminado o trânsito de animais nessas áreas.

Além disso, assevera o Senador:

Será também contida a degradação da fauna aquática e das margens dos rios e lagos se afastada a pesca amadora desses locais, atraindo os pescadores para outros

pontos, especialmente preparados para o exercício da atividade. O objeto da Emenda nº 1, apresentada em Plenário pelo Senador José Eduardo Dutra, é suprimir justamente este ponto do texto da proposição. Não podemos concordar com a alteração proposta, pois esta reduziria, injustificadamente, o alcance da proposição.

E acrescenta:

Os benefícios da desoneração da pequena irrigação serão observados, por seu turno, na esfera social. O estímulo ao aumento de produtividade das pequenas propriedades rurais promoverá a fixação do homem no campo, reduzindo a pobreza e minimizando as pressões migratórias em direção às cidades.

Embora a dessedentação de animais, juntamente com o consumo humano, seja considerado, em situações de escassez, uso prioritário dos recursos hídricos, não se justifica a isenção do pagamento pelo uso da água nessa hipótese. Nada garante que o dispositivo será utilizado apenas pelo pequeno produtor que não dispõe de recursos para promover o adequado abastecimento de água para o seu rebanho. Com efeito, a expressão genérica dessedentação de animais pode ser empregada tanto para o produtor rural de pequeno porte, que dispõe, por exemplo, de algumas cabeças de gado, como para o grande pecuarista, com rebanhos compostos por milhares de reses.

Além disso, não se mostra consistente o argumento de que, isentando-se o produtor rural de pagar pela água utilizada para a dessedentação de animais, o rebanho não mais será conduzido para as margens dos cursos d'água. Não há relação causal aparente entre a cobrança pelo uso da água e a presença de animais nas beiras de rios e lagos. O gado vai ao corpo hídrico pois falta estrutura de adução de água até o local onde se encontra, e não pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Também não se justifica que a piscicultura em geral fique isenta da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Não se pode afirmar, **a priori**, que essa isenção promoverá uma significativa migração dos praticantes da pesca amadora para os tanques de piscicultura, mostrando-se decisiva para a preservação da fauna aquática e da vegetação das margens dos cursos d'água. Ainda que, nesse caso, a água seja lançada de volta ao corpo hídrico de origem logo após sua utilização, ocorre uma degradação de qualidade que será suportada pelos demais

usuários da bacia e que precisa ser compensada pelo piscicultor.

A pequena irrigação também não carece de menção expressa entre as hipóteses de isenção da cobrança pelo uso da água. Com efeito, dados indicam que a irrigação é responsável por setenta por cento do consumo de água no Brasil. Desse modo, ainda que em pequenas propriedades, deve ser praticada conforme critérios mínimos para evitar desperdícios decorrentes de perdas por vazamento e do emprego de técnicas inadequadas.

Cumpre ressaltar que, de acordo com o espírito da Lei nº 9.433, de 1997, a concessão de isenções referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos segue critério baseado na quantidade consumida de água, e não no tipo de atividade desenvolvida. Nesse sentido, o § 1º do art. 12 da referida lei dispõe que independem de outorga e ficam, consequentemente, isentos da cobrança os usos da água de baixa intensidade, como: o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes; as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

De acordo com a Lei nº 9.433, de 1997, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades (art. 1º, VI). Além disso, o foro adequado para o debate das questões relacionadas a recursos hídricos é o Comitê de Bacia Hidrográfica (art. 38, I). Desse modo, a decisão sobre eventuais isenções de cobrança pelo uso da água, conferida a determinada classe de usuários, deve ser tomada no âmbito do respectivo comitê, segundo planejamento elaborado para as condições particulares daquela bacia hidrográfica, consubstanciado no plano de bacia hidrográfica (arts. 6º a 8º).

Consideramos, portanto, que, do ponto de vista técnico, o PLS nº 669, de 1999, deve ser rejeitado, uma vez que contraria o sistema de gerenciamento do uso de recursos hídricos preconizado pela Lei nº 9.433, de 1997, ao criar novo critério para a isenção de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, baseado no tipo de atividade desenvolvida e não na quantidade de água consumida.

Além do mais, o projeto retira importante parcela da autonomia dos comitês de bacia hidrográfica, que têm a atribuição de estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, além de estabelecer critérios e promover o rateio dos custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

São, dessa maneira, profundamente questionáveis os benefícios sociais e ambientais a que levaria a aprovação do projeto em tela, aventados na justificação do PLS nº 669, de 1999, e corroborados pelo relator nesta Comissão.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, restando prejudicada a Emenda nº 1-PLEN.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2006. – Senadora **Ana Júlia Carepa**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta Lei, será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

PARECERES NºS 1.259 E 1.260, DE 2006

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2006 (nº 5.191/2005, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Parecer nº 1.259, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.259, DE 2006

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

Esta Comissão passa a examinar, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 46, de 2006, que, se aprovado, altera os arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

O projeto foi apresentado, em 9 de maio de 2005, pelo Deputado Federal Moacir Micheletto. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 5.191, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara, em 5 de maio do corrente ano.

Com as alterações que propõe ao texto do Estatuto da Terra (arts. 95 e 96), o PLC nº 46, de 2006, consoante os termos da sua própria justificação, tem por objetivo adaptar à realidade fática as relações jurídicas concernentes ao arrendamento rural e à parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extractiva, para permitir que continuem sendo instrumentos válidos nas relações entre os agentes da atividade rural.

O art. 1º da proposição promove alteração em bloco dos institutos jurídicos do arrendamento rural e da parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extractiva, ambos previstos no Estatuto da Terra, na seguinte forma:

- altera o inciso III do art. 95, para determinar que, nos contratos de arrendamento rural, o arrendatário, antes de iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador, a forma de pagamento pelo uso da terra por esse prazo excedente;
- modifica a redação dos incisos IV e V do art. 95, para estabelecer que a notificação a que se referem tais dispositivos seja de natureza extrajudicial;
- altera o inciso VIII do art. 95, para estipular que o arrendatário, ao final do contrato, terá direito à indenização pelas benfeitorias voluntárias, desde que previamente autorizadas pelo proprietário;
- modifica a redação dos incisos XI e XII do art. 95, para promover a substituição do conceito de “preço” pelo de “remuneração”, e do termo “locação” por “arrendamento”;
- altera o inciso XIII do art. 95, para instituir que a remuneração decorrente de

arrendamento rural é considerada renda da atividade rural, bem como para deixar de assegurar o direito preferencial de acesso à terra àquele que ocupar, sob a forma de arrendamento, por mais de cinco anos, imóvel rural desapropriado, em área prioritária de reforma agrária;

- modifica a redação das alíneas **a** a **f** do inciso VI do art. 96, para aprimorar-lhes a redação e determinar que, nos contratos de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, a quota do proprietário na participação dos frutos da parceria não poderá ser superior a 20%, quando concorrer apenas com a terra nua; a 25%, quando concorrer com a terra preparada; e a 30%, quando concorrer com a terra preparada com moradia; a 40%, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;

- acrescenta o inciso VIII ao art. 96, para permitir que, na parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativa, o proprietário sempre possa cobrar do parceiro, pelo preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos, no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas do inciso VI, do mesmo artigo;

- acrescenta o inciso IX ao art. 96, para estabelecer que, nos casos não previstos nas alíneas do inciso VI do mesmo dispositivo, a quota adicional do proprietário será fixada com base na percentagem máxima de 10% do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro.

- acrescenta § 1º ao art. 96, para estabelecer a definição legal do contrato de parceria rural;

- adiciona § 2º ao art. 96, para permitir às partes contratantes a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da participação do proprietário;

- acresce § 3º ao art. 96, para determinar que o eventual adiantamento do montante prefixado não descaracteriza o contrato de parceria;

- com relação ao § 4º do art. 96, manteém-se a redação do parágrafo único do texto atual do Estatuto da Terra;

- Acrescenta § 5º ao art. 96, para afastar a incidência do disposto nesse artigo aos contratos de parceria agroindustrial de aves e suínos, que serão regulados por lei específica.

Finalmente, o art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pelo PLC nº 46, de 2006, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição da República, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma (art. 60, § 4º, da Carta Magna). Ademais, a matéria consubstancial na proposição insere-se no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 48 do texto constitucional. Resalte-se, também, que não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, por quanto **i**) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; **ii**) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; **iii**) possui o atributo da generalidade; **iv**) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e **v**) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas.

Quanto ao mérito, esta Comissão deixa de se pronunciar, tendo em vista o disposto no art. 104-B, incisos I e II, acrescido ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que dispõe que compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes ao direito agrário e, mais especificamente, sobre aquelas que digam respeito ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária.

III – Voto

Pelos motivos expostos, concluímos que a proposta atende às condições de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, razão por que nos manifestamos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 56 DE 2006ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/11/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Antônio Carlos Magalhães</i>
RELATOR:	<i>Alvaro Dias</i> <i>Dem. Alvaro Dias</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	<i>(Presidente)</i> 1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL, PPS e PRB ⁽⁵⁾)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELcídio AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIAIS
MAGNO MALTA	4-PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEbet	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS <i>(RELATOR)</i>

Atualizada em: 11/10/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

PARECER Nº 1.260, DE 2006

(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Relator: Senador **Osmar Dias****I – Relatório**

Esta Comissão passa a examinar, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 46, de 2006, que, se aprovado, altera os arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

O projeto foi apresentado, em 9 de maio de 2005, pelo Deputado Federal Moacir Micheletto. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 5.191, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara, em 5 de maio do corrente ano.

Com as alterações que propõe ao texto do Estatuto da Terra (arts. 95 e 96), o PLC nº 46, de 2006, consoante os termos da sua própria justificação, tem por objetivo adaptar à realidade fática as relações jurídicas concernentes ao arrendamento rural e à parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, para permitir que continuem sendo instrumentos válidos nas relações entre os agentes da atividade rural.

O art. 1º da proposição promove alteração em bloco dos institutos jurídicos do arrendamento rural e da parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, ambos previstos no Estatuto da Terra, na seguinte forma:

- altera o inciso III do art. 95, para determinar que, nos contratos de arrendamento rural, o arrendatário, antes de iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador, a forma de pagamento pelo uso da terra por esse prazo excedente;
- modifica a redação dos incisos IV e V do art. 95, para estabelecer que a notificação a que se referem tais dispositivos seja de natureza extrajudicial;
- altera o inciso VIII do art. 95, para estipular que o arrendatário, ao final do contrato, terá direito à indenização pelas benfeitorias voluntárias, desde que previamente autorizadas pelo proprietário;

- modifica a redação dos incisos XI e XII do art. 95, para promover a substituição do conceito de “preço” pelo de “remuneração”, e do termo “locação” por “arrendamento”;

- altera o inciso XIII do art. 95, para instituir que a remuneração decorrente de arrendamento rural é considerada renda da atividade rural, bem como para deixar de assegurar o direito preferencial de acesso à terra àquele que ocupar, sob a forma de arrendamento, por mais de cinco anos, imóvel rural desapropriado, em área prioritária de reforma agrária;

- modifica a redação das alíneas a a f do inciso VI do art. 96, para aprimorar-lhes a redação e determinar que, nos contratos de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, a quota do proprietário na participação dos frutos da parceria não poderá ser superior a 20%, quando concorrer apenas com a terra nua; a 25%, quando concorrer com a terra preparada; e a 30%, quando concorrer com a terra preparada com moradia; a 40%, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;

- acrescenta o inciso VIII ao art. 96, para permitir que, na parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativa, o proprietário sempre possa cobrar do parceiro, pelo preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos, no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas do inciso VI, do mesmo artigo.

- acrescenta o inciso IX ao art. 96, para estabelecer que, nos casos não previstos nas alíneas do inciso VI do mesmo dispositivo, a quota adicional do proprietário será fixada com base na percentagem máxima de 10% do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro.

- acrescenta § 1º ao art. 96, para estabelecer a definição legal do contrato de parceria rural;

- adiciona § 2º ao art. 96, para permitir às partes contratantes a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da participação do proprietário;
- acresce § 3º ao art. 96, para determinar que o eventual aditamento do montante prefixado não descaracteriza o contrato de parceria;
- com relação ao § 4º do art. 96, mante-se a redação do parágrafo único do texto atual do Estatuto da Terra;
- Acrescenta § 5º ao art. 96, para afastar a incidência do disposto nesse artigo aos contratos de parceria agroindustrial de aves e suínos, que serão regulados por lei específica.

Finalmente, o art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pelo PLC nº 46, de 2006, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição da República, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma (art. 60, § 4º, da Carta Magna). Ademais, a matéria consubstanciada na proposição insere-se no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 48 do Texto Constitucional. Ressalte-se, também, que não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: **i**) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; **ii**) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; **iii**) possui o atributo da generalidade; **iv**) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e **v**) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar (LC) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elab-

oração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição da República, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

Quanto ao mérito, cabe a esta Comissão se pronunciar, tendo em vista o disposto no art. 104-B, incisos I e II, acrescido ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que dispõe que compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) opinar sobre proposições pertinentes ao direito agrário e, mais especificamente, sobre aquelas que digam respeito ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária.

Na justificação do projeto, defende-se a alteração correspondente aos arts. 95 e 96, para adequar as regras do Estatuto da Terra às novas realidades fáticas das relações econômicas vigentes entre arrendatários rurais, parceiros agrícolas e proprietários.

Percebe-se que a alteração alvitrada pela proposição em análise se coaduna com o teor de sua justificação. No texto legal proposto, verifica-se que o arrendamento rural e a parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, para continuarem sendo instrumentos jurídicos eficazes nas relações econômicas no campo, devem valer-se das mudanças decorrentes da dinamização da atividade produtiva, tornando-os suficientemente flexíveis, de modo a incorporar os hábitos, costumes e tradições predominantes em cada região.

III – Voto

Pelos motivos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2006, sem emendas.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2006.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 46, DE 2006ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/12/2006, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>M. Arns</i>	SEN. FLÁVIO ARNS
RELATOR:	<i>Osman Dias</i>	SEN. OSMAR DIAS
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)		
LÚCIA VÂNIA	<i>Lúcia Vânia</i>	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
FLEXA RIBEIRO	<i>Flexa Ribeiro</i>	2- ÁLVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA	<i>Sérgio Guerra</i>	3- LEONEL PAVAN
JONAS PINHEIRO	<i>Jonas Pinheiro</i>	4- EDISON LOBÃO
DEMÓSTENES TORRES	<i>Demóstenes Torres</i>	5- ROSEANA SARNEY
HERÁCLITO FORTES	<i>Heráclito Fortes</i>	6- RODOLPHO TOURINHO
PMDB		
RAMEZ TEBET	<i>Ramez Tebet</i>	1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PEDRO SIMON	<i>Pedro Simon</i>	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B	<i>Leomar Quintanilha</i>	3- AMIR LANDO
VAGO	<i>Vago</i>	4- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	<i>Maguito Vilela</i>	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)		
FLÁVIO ARNS		1- SERYS SLHESSARENKO
AELTON FREITAS		2- DELCIDIO AMARAL
SIBÁ MACHADO		3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA		4- SÉRGIO ZAMBIASI
JOÃO RIBEIRO		5- MARCELO CRIVELLA - PMR
PDT		
OSMAR DIAS	<i>Osman Dias</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador Osmar Dias

I – Relatório

Esta Comissão passa a examinar, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 46, de 2006, que, se aprovado, altera os arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

O projeto foi apresentado, em 9 de maio de 2005, pelo Deputado Federal Moacir Micheletto. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 5.191, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara, em 5 de maio do corrente ano.

Com as alterações que propõe ao texto do Estatuto da Terra (arts. 95 e 96), o PLC nº 46, de 2006, consoante os termos da sua própria justificação, tem por objetivo adaptar à realidade fática as relações jurídicas concernentes ao arrendamento rural e à parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, para permitir que continuem sendo instrumentos válidos nas relações entre os agentes da atividade rural.

O art. 1º da proposição promove alteração em bloco dos institutos jurídicos do arrendamento rural e da parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, ambos previstos no Estatuto da Terra, na seguinte forma:

- altera o inciso III do art. 95, para determinar que, nos contratos de arrendamento rural, o arrendatário, antes de iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador, a forma de pagamento pelo uso da terra por esse prazo excedente;

- modifica a redação dos incisos IV e V do art. 95, para estabelecer que a notificação a que se referem tais dispositivos seja de natureza extrajudicial;

- altera o inciso VIII do art. 95, para estipular que o arrendatário, ao final do contrato, terá direito à indenização pelas benfeitorias voluptuárias, desde que previamente autorizadas pelo proprietário;

- modifica a redação dos incisos XI e XII do art. 95, para promover a substituição do conceito de “preço” pelo de “remuneração”, e do termo “locação” por “arrendamento”;

• altera o inciso XIII do art. 95, para instituir que a remuneração decorrente de arrendamento rural é considerada renda da atividade rural, bem como para deixar de assegurar o direito preferencial de acesso à terra àquele que ocupar, sob a forma de arrendamento, por mais de cinco anos, imóvel rural desapropriado, em área prioritária de reforma agrária;

• modifica a redação das alíneas **a** a **f** do inciso VI do art. 96, para aprimorar-lhes a redação e determinar que, nos contratos de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, a quota do proprietário na participação dos frutos da parceria não poderá ser superior a 20%, quando concorrer apenas com a terra nua; a 25%, quando concorrer com a terra preparada; e a 30%, quando concorrer com a terra preparada com moradia; a 40%, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;

• acrescenta o inciso VIII ao art. 96, para permitir que, na parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativa, o proprietário sempre possa cobrar do parceiro, pelo preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos, no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas do inciso VI do mesmo artigo;

• acrescenta o inciso IX ao art. 96, para estabelecer que, nos casos não previstos nas alíneas do inciso VI do mesmo dispositivo, a quota adicional do proprietário será fixada com base na percentagem máxima de 10% do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro.

• acrescenta § 1º ao art. 96, para estabelecer a definição legal do contrato de parceria rural;

• adiciona § 2º ao art. 96, para permitir às partes contratantes a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da participação do proprietário;

• acresce § 3º ao art. 96, para determinar que o eventual aditamento do montante prefixado não descaracteriza o contrato de parceria;

• com relação ao § 4º do art. 96, manteém-se a redação do parágrafo único do texto atual do Estatuto da Terra;

• Acrescenta § 5º ao art. 96, para afastar a incidência do disposto nesse artigo aos contratos de parceria agroindustrial de aves e suínos, que serão regulados por lei específica.

Finalmente, o art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pelo PLC nº 46, de 2006, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição da República, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma (art. 60, § 4º, da Carta Magna). Ademais, a matéria consubstancial na proposição insere-se no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 48 do texto constitucional. Resalte-se, também, que não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

Ainda sob o aspecto da constitucionalidade material, entendemos que, contrariamente ao que assevera o ilustre Deputado Cezar Silvestrini, a norma prevista no inciso XIII do art. 95 do Estatuto da Terra compatibiliza-se com o texto constitucional, não havendo que se falar em ofensa ao art. 189 da Constituição da República. Com efeito, a norma em referência, ao dispor que o arrendatário que, por mais de cinco anos, ocupar imóvel rural desapropriado terá assegurado o direito preferencial de acesso à terra, configura apenas uma especialização do disposto no art. 191 do texto constitucional.

Ademais de o inciso XIII do art. 95 do Estatuto da Terra se revelar compatível com a Constituição Federal, a Lei Complementar (LC) nº 95, de 1998, no seu art. 12, inciso III, alínea **c**, proíbe o aproveitamento do número de dispositivo vetado, como fez o art. 1º do PLC nº 46, de 2006.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas.

Quanto ao mérito, esta Comissão deixa de se pronunciar, tendo em vista o disposto no art. 104-B, incisos I e II, acrescido ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que dispõe que compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes ao Direito Agrário e, mais especificamente, sobre aquelas que digam respeito ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto carece de reparos, para adequar-se aos termos da LC nº 95, de 1998, o que fazemos por meio das emendas ao final apresentadas.

A título de ilustração, o art. 1º da proposição substitui no inciso III do art. 95 do Estatuto da Terra, sem nenhum motivo aparente ou plausível, a expressão “recolhidos”, em detrimento da já consagrada expressão “colhidos”.

Ademais, também para ajustar o texto do § 1º do art. 96 ao que dispõe a LC nº 95, de 1998, deve-se modificar no dispositivo a expressão “e/ou” para o verbete “ou”, uma vez que o uso da expressão “e/ou” não encontra respaldo na língua portuguesa.

Por fim, lembremos que o art. 11, inciso I, alínea e, da LC nº 95, de 1998, estabelece que as disposições normativas serão redigidas com clareza, vedado o abuso na utilização de sinais de pontuação. Portanto, deve ser suprimida a primeira vírgula utilizada no § 5º do art. 96, a fim de se evitar interpretação equivocada da norma.

III – Voto

Pelos motivos expostos, concluímos que a proposta atende às condições de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, razão por que nos manifestamos por sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do PLC nº 46, de 2006, a seguinte redação:

Altera os arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), no que se refere aos contratos de arrendamento rural e parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extractiva, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2-CCJ

Substitua-se, no inciso III do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a que se refere o art. 1º do PLC nº 46, de 2006, o vocábulo “recolhidos” por “colhidos”.

EMENDA Nº 3-CCJ

Dê-se ao inciso IV do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a que se refere o art. 1º do PCL nº 46, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 1º
'Art. 95.

IV – em igualdade de condições com terceiros, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes;

.....(NR)”

EMENDA Nº 4-CCJ

Acrescente-se ao art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o seguinte inciso V, renumerando-se os demais:

“Art. 1º
'Art. 95.

V – não se verificando a notificação extrajudicial a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo, o contrato considerar-se-á automaticamente renovado, desde que o arrendador, nos trinta dias seguintes, não manifeste sua desistência nem formule nova proposta, mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos;

.....(NR)”

EMENDA Nº 5-CCJ

Suprimam-se, do texto do inciso V do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), renumerado como inciso VI, o algarismo “6” e o vocábulo “seu”, disposto após o vocábulo “descendente”.

EMENDA Nº 6-CCJ

Dê-se ao inciso VIII do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), renumerado como inciso IX, a seguinte redação:

“Art. 1º
'Art. 95.

IX – o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito:

a) à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, podendo, enquanto não implementada, permanecer no imóvel, no uso e gozo

das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e do disposto no inciso I do **caput** deste artigo;

b) à indenização pelas benfeitorias voluptuárias realizadas sob autorização do proprietário do solo;

.....(NR)"

EMENDA N° 7-CCJ

Suprimam-se, do texto do inciso XII do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), renumerado como inciso XIII, os valores percentuais expressos mediante algarismos, e substituam-se a preposição "em", disposta entre os vocábulos "apenas" e "glebas", por "sobre", e o verbo "ir", disposto entre os vocábulos "poderá" e "até", por "chegar".

EMENDA N° 8-CCJ

Mantenha-se, com a redação em vigor, o inciso XIII do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), renumerado como inciso XIV, e acrescente-se, ao mesmo artigo, o seguinte inciso XV:

"Art. 1º

"Art. 95.

XV – a remuneração decorrente de arrendamento rural é considerada renda da atividade rural.(NR)"

EMENDA N° 9-CCJ

Suprimam-se, do texto das alíneas **a** a **f** do inciso VI do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), os valores percentuais expressos mediante algarismos.

EMENDA N° 10-CCJ

Suprima-se, do texto do inciso VIII do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o vocábulo "seu", disposto entre os vocábulos "pelo" e "preço".

EMENDA N° 11-CCJ

Suprima-se, do texto do inciso IX do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o valor percentual expresso mediante algarismo.

EMENDA N° 12 – CCJ

Substitua-se, no § 1º do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), proposto nos termos do art. 1º do PLC nº 46, de 2006, a expressão "e/ou" pela conjunção alternativa "ou".

EMENDA N° 13 – CCJ

Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), proposto nos termos do art. 1º do PLC nº 46, de 2006, a seguinte redação:

"Art. 1º

'Art. 96.

.....
§ 1º

II – da não percepção, total ou parcial, dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais estabelecidos no inciso VI do **caput** deste artigo;

.....(NR)"

EMENDA N° 14 – CCJ

Suprima-se do texto do § 5º do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), proposto nos termos do art. 1º do PLC nº 46, de 2006, a vírgula existente entre os vocábulos "suínos" e "que".

Sala da Comissão, **Osmar Dias**, Relator.

I – Relatório

Esta Comissão passa a examinar, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 46, de 2006, que, se aprovado, altera os arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

O projeto foi apresentado, em 9 de maio de 2005, pelo Deputado Federal Moacir Micheletto. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 5.191, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara, em 5 de maio do corrente ano.

Com as alterações que propõe ao texto do Estatuto da Terra (arts. 95 e 96), o PLC nº 46, de 2006, consoante os termos da sua própria justificação, tem por objetivo adaptar à realidade fática as relações jurídicas concernentes ao arrendamento rural e à parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, para permitir que continuem sendo instrumentos válidos nas relações entre os agentes da atividade rural.

O art. 1º da proposição promove alteração em bloco dos institutos jurídicos do arrendamento rural e da parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, ambos previstos no Estatuto da Terra, na seguinte forma:

- altera o inciso III do art. 95, para determinar que, nos contratos de arrendamento rural, o arrendatário, antes de iniciar qualquer

cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador, a forma de pagamento pelo uso da terra por esse prazo excedente;

- modifica a redação dos incisos IV e V do art. 95, para estabelecer que a notificação a que se referem tais dispositivos seja de natureza extrajudicial;

- altera o inciso VIII do art. 95, para estipular que o arrendatário, ao final do contrato, terá direito à indenização pelas benfeitorias voluptuárias, desde que previamente autorizadas pelo proprietário;

- modifica a redação dos incisos XI e XII do art. 95, para promover a substituição do conceito de “preço” pelo de “remuneração”, e do termo “locação” por “arrendamento”;

- altera o inciso XIII do art. 95, para instituir que a remuneração decorrente de arrendamento rural é considerada renda da atividade rural, bem como para deixar de assegurar o direito preferencial de acesso à terra àquele que ocupar, sob a forma de arrendamento, por mais de cinco anos, imóvel rural desapropriado, em área prioritária de Reforma Agrária;

- modifica a redação das alíneas **a** a **f** do inciso VI do art. 96, para aprimorar-lhes a redação e determinar que, nos contratos de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, a quota do proprietário na participação dos frutos da parceria não poderá ser superior a 20%, quando concorrer apenas com a terra nua; a 25%, quando concorrer com a terra preparada; e a 30%, quando concorrer com a terra preparada com moradia; a 40%, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;

- acrescenta o inciso VIII ao art. 96, para permitir que, na parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativa, o proprietário sempre possa cobrar do parceiro, pelo preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos, no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas do inciso VI, do mesmo artigo;

- acrescenta o inciso IX ao art. 96, para estabelecer que, nos casos não previstos nas alíneas do inciso VI do mesmo dispositivo, a

quota adicional do proprietário será fixada com base na percentagem máxima de 10% do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro.

- acrescenta § 1º ao art. 96, para estabelecer a definição legal do contrato de parceria rural;

- adiciona § 2º ao art. 96, para permitir às partes contratantes a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da participação do proprietário;

- acresce § 3º ao art. 96, para determinar que o eventual adiantamento do montante prefixado não descaracteriza o contrato de parceria;

- com relação ao § 4º do art. 96, mantém-se a redação do parágrafo único do texto atual do Estatuto da Terra;

- Acrescenta § 5º ao art. 96, para afastar a incidência do disposto nesse artigo aos contratos de parceria agroindustrial de aves e suínos, que serão regulados por lei específica.

Finalmente, o art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas.

III – Análise

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pelo PLC nº 46, de 2006, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição da República, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma (art. 60, § 4º, da Carta Magna). Ademais, a matéria consubstancial na proposição insere-se no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 48 do texto constitucional. Resalte-se, também, que não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas.

Quanto ao mérito, esta Comissão deixa de se pronunciar, tendo em vista o disposto no art. 104-B, incisos I e II, acrescido ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que dispõe que compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes ao Direito Agrário e, mais especificamente, sobre aquelas que digam respeito ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto carece de reparos, para adequar-se aos termos da LC nº 95, de 1998, o que fazemos por meio das emendas ao final apresentadas.

A título de ilustração, o art. 1º da proposição substitui no inciso III do art. 95 do Estatuto da Terra, sem nenhum motivo aparente ou plausível, a expressão “recolhidos”, em detrimento da já consagrada expressão “colhidos”.

Ademais, também para ajustar o texto do § 1º do art. 96 ao que dispõe a LC nº 95, de 1998, deve-se modificar no dispositivo a expressão “e/ou” para o verbete “ou”, uma vez que o uso da expressão “e/ou” não encontra respaldo na língua portuguesa.

Por fim, lembremos que o art. 11, inciso I, alínea e, da LC nº 95, de 1998, estabelece que as disposições normativas serão redigidas com clareza, vedado o abuso na utilização de sinais de pontuação. Portanto, deve ser suprimida a primeira vírgula utilizada no § 5º do art. 96, a fim de se evitar interpretação equivocada da norma.

III – Voto

Pelos motivos expostos, concluímos que a proposta atende às condições de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, razão por que nos manifestamos por sua aprovação, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do PLC nº 46, de 2006, a seguinte redação:

Altera os arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), no que se refere aos contratos de arrendamento rural e parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2-CCJ

Substitua-se, no inciso III do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a que se refere o art. 1º do PLC nº 46, de 2006, o vocábulo “recolhidos” por “colhidos”.

EMENDA Nº 3-CCJ

Dê-se ao inciso IV do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a que se refere o art. 1º do PCL nº 46, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 1º.....
'Art. 95.

IV – em igualdade de condições com terceiros, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes;

.....(NR)”

EMENDA Nº 4-CCJ

Acrescente-se ao art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o seguinte inciso V, renumerando-se os demais:

“Art 1º ..
'Art. 95.

V – não se verificando a notificação extrajudicial a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo, o contrato considerar-se-á automaticamente renovado, desde que o arrendador, nos trinta dias seguintes, não manifeste sua desistência nem formule nova proposta, mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos;

.....(NR)”

EMENDA Nº 5-CCJ

Suprimam-se, do texto do inciso V do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), renumerado como inciso VI, o algarismo “6” e o vocábulo “seu”, disposto após o vocábulo “descendente”.

EMENDA Nº 6-CCJ

Dê-se ao inciso VIII do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), renumerado como inciso IX, a seguinte redação:

“Art 1º.....
'Art. 95.

IX – o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito:

a) à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, podendo, enquanto não implementada, permanecer no imóvel, no uso e gozo

das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e do disposto no inciso I do **caput** deste artigo;

b) à indenização pelas benfeitorias volípicias realizadas sob autorização do proprietário do solo;

.....(NR)"

EMENDA Nº 7-CCJ

Suprimam-se, do texto do inciso XII do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), renomeado como inciso XIII, os valores percentuais expressos mediante algarismos, e substituam-se a preposição “em”, disposta entre os vocábulos “apenas” e “glebas”, por “sobre”, e o verbo “ir”, disposto entre os vocábulos “poderá” e “até”, por “chegar”.

EMENDA Nº 8-CCJ

Suprimam-se, do texto das alíneas **a** a **f** do inciso VI do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), os valores percentuais expressos mediante algarismos.

EMENDA Nº 9-CCJ

Suprima-se, do texto do inciso VIII do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o vocábulo “seu”, disposto entre os vocábulos “pelo” e “preço”.

EMENDA Nº 10-CCJ

Suprima-se, do texto do inciso IX do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o valor percentual expresso mediante algarismo.

EMENDA Nº 11-CCJ

Substitua-se, no § 1º do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), proposto nos termos do art. 1º do PLC nº 46, de 2006, a expressão “e/ou” pela conjunção alternativa “ou”.

EMENDA Nº 12-CCJ

Suprima-se, do texto do § 5º do art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), proposto nos termos do art. 1º do PLC nº 46, de 2006, a vírgula existente entre os vocábulos “suínos” e “que”.

Sala da Comissão. – **Osmar Dias**, Relator.

PARECER Nº 1.261, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, “de autoria do senador Aelton Freitas” que altera o inciso III do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir 58 municípios do Estado de Minas Gerais

como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Relator: Senador **Wellington Salgado**

I – Relatório

Vem a exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que altera o inciso III do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir 58 municípios de Minas Gerais como beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Atualmente, a Lei nº 7.827, de 1989, que dispõe sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento, define a área de atuação do FCO da seguinte forma:

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

.....
III – Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal;

O objetivo da proposição é o de incluir, na área de atuação do FCO, 58 municípios mineiros situados no triângulo mineiro e na faixa de até cem quilômetros a leste da divisa dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

O autor do PLS 277/2003 justifica a inclusão desta porção do Estado de Minas Gerais na área de atuação do FCO em função de suas características serem similares às presentes em Goiás e no Mato Grosso do Sul. Segundo o Senador Aelton Freitas, o Triângulo Mineiro tem características geográficas, econômicas e sociais semelhantes às de Goiás e está fortemente ligado a esse estado por laços comerciais, industriais e agropecuários. Na prática, ambas as regiões formariam uma só economia, com as mesmas potencialidades e carências.

Além da insuficiência de infra-estrutura, saúde e educação, os municípios do Triângulo Mineiro enfrentariam dificuldades na atração de investimentos, dada a desvantagem competitiva em relação aos vizinhos que contam com recursos do FCO. A proposição iria, assim, corrigir essa distorção, fazendo com que os recursos do fundo possam viabilizar a implantação de novos projetos produtivos na região, com impactos favoráveis em termos de geração de emprego e renda e elevação do nível de vida de sua população residente nos municípios a serem incluídos na área de atuação do FCO.

À Proposição foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que amplia a

área mineira a ter acesso aos recursos do FCO, com a inclusão de outros 26 municípios, que fazem parte do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas e a leste da divisa dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. A Emenda nº 2, de autoria do mesmo Senador, propõe a inclusão de 12 municípios já constantes da Emenda nº 1.

II – Análise

Cabe a esta Comissão analisar a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito do PLS 277/2003, em caráter terminativo.

O projeto atende aos requisitos constitucionais no que diz respeito à competência da União definida no art. 43 da Constituição Federal e à exigência constitucional de iniciativa, à luz do disposto no art. 61. Além disso, a proposta respeita o requisito de juridicidade em razão de apenas introduzir alterações em dispositivo da Lei 7.827/1989, já incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro.

No que tange ao mérito da matéria, cabe apontar a similaridade da proposição em foco com a inclusão das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), sucessora da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Assim, a denominada “Área Mineira da Sudene” corresponde à área mineira de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Vale notar que a proposição em análise apresenta propósito idêntico ao do art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 59, de 2004, em tramitação nesta Casa, que trata da Sudene. O dispositivo citado expande a porção mineira incluída na área de atuação da Sudene, com a adição de 30 municípios que passariam a ter acesso aos recursos do FNE.

Do mesmo modo que a semelhança das condições sociais e econômicas das regiões norte e nordeste de Minas Gerais com as condições prevalecentes no Nordeste brasileiro serviu de fundamento à inclusão de municípios mineiros na área de atuação da Sudene, a proposição em análise está baseada no fato de que os municípios a terem acesso aos recursos do FCO são situados na região natural do Cerrado, tal como acontece em Goiás e nos demais estados do Centro-Oeste.

Além das condições naturais, prevalecem carências, potencialidades e expectativas similares às vigentes nos municípios goianos e mato-grossenses do sul, independentemente dos limites interestaduais. Estão sob as mesmas influências econômicas e estão ligados por fortes laços comerciais, industriais e agropecuários. Separam-se, exclusivamente, quanto ao

Triângulo Mineiro, pelo rio Paranaíba e, quanto à mesorregião do noroeste de Minas, pelo divisor de águas entre os vales do São Francisco, no lado mineiro, e do Tocantins, no lado goiano.

No entanto, os pequenos produtores rurais, as pequenas empresas, associações e cooperativas da região do Alto Paranaíba/Triângulo Mineiro e da região de Unaí ou Paracatu não podem se beneficiar desse instrumento de financiamento que pretende promover o desenvolvimento de sua área de atuação.

Se, por um lado, os municípios do Triângulo Mineiro e do Noroeste de Minas possuem características geográficas, econômicas e sociais similares aos municípios da região Centro-Oeste, evidente está que as dificuldades encontradas para otimizar a produção rural e, consequentemente, o desenvolvimento da região, também se apresentam em igualdade.

Assim, a inclusão dos 58 municípios listados no projeto entre as cidades beneficiadas com a aplicação dos recursos do FCO é justa e oportuna, já que promove o crescimento de área carente de oportunidades e de investimentos. O intuito do Fundo é, exatamente, amparar a região que não tem condições de se desenvolver sem esse apoio. Como os municípios mineiros possuem as mesmas dificuldades e carências dos demais incluídos na região Centro-Oeste, devem, portanto, igualar-se também nas condições de crescimento que a Lei Maior procura garantir com os Fundos Constitucionais de Financiamento.

A emenda nº 1, que propõe a inclusão de mais 26 municípios entre aqueles passíveis de serem beneficiados pelo FCO, é meritória, pelo fato de que esses municípios possuem características semelhantes às daqueles objeto da proposta. Entretanto, julgamos mais conveniente aprovar o projeto como proposto originalmente, de forma a evitar uma discussão interminável sobre a inclusão de outros municípios limítrofes aos passíveis de acesso ao crédito subsidiado do FCO. Além disso, com base na experiência que se venha a adquirir a partir da incorporação dos 59 municípios mineiros na área beneficiada por esse fundo, nos parece que será mais oportuna posteriormente a discussão sobre nova alteração da lei, com o objetivo de incluir os municípios objeto da emenda.

Por fim, está prejudicada a emenda nº 2, por propor a inclusão de municípios já constantes da emenda nº 1.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 277, de 2003, da forma como apresentado e pela rejeição das emendas nos 1 e 2.

Sala da Comissão, 5 de dezembro de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2003
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/12/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

RELATOR: SENADOR WELLINGTON SALGADO

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PEL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
THUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11 - VAGO

PMDB

VALTER PEREIRA	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
BERTO MESTRINHO	6- GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PTB) Vencido

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

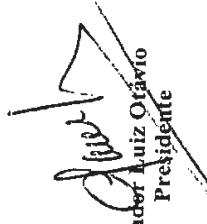
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 277, de 2003.

TITULARES - Bloco da Minoria		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco da Minoria		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES (PFL)	(PFL e PSDB)					JOFÉ AGRIPINO (PFL)					
EDISON LOBÃO (PFL)						ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)					
JONAS PINHEIRO (PFL)		X				HERACLITO FORTES (PFL)					
JORGE BORNHAUSEN (PFL)		X				DEMÓSTENES TORRES (PFL)	X				
RODOLPHO TOURINHO (PFL)						JOFÉ JORGE (PFL)					
ROMEU TUMA (PFL)	X					ROSEANA SARNEY (PFL)					
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)						JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)					
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X					ALVARO DIAS (PSDB)					
LUCIA VIANA (PSDB)		X				LEONEL PAVAN (PSDB)					
SÉRGIO GUERRA (PSDB)						FLEXA RIBEIRO (PSDB)					
TASSO JEREISSATI (PSDB)						VAGO					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALTER PEREIRA		X				ROMERO JUÇÁ					
LUIZ OTÁVIO						GEOVANI BORGES	X				
GARIBALDI ALVES FILHO						WELLINGTON SALGADO	X				
MÁO SANTA						PEDRO SIMON	X				
SÉRGIO CABRAL						MAGUITO VILELA					
GILBERTO MESQUINHO	X					GERSON CAMARA					
VALDIR RAUPP						ALMEIDA LIMA					
NEY SUASSUNA						LEOMAR QUINTANILHA (PCdO B)*					
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)						DELÍCIO AMARAL					
ANA JULIA CAREPA (PT)		X				AELTON FREITAS (PL) AUTOR					
IDELE SALVATTI (PT)						ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)					
EDUARDO SUPlicy (PT)						ROBERTO SATURNINO (PT)					
FERNANDO BEZERRA (PTB)						FLAVIO ARNS (PT)					
JOÃO RIBEIRO (PL)						SIBA MACHADO (PT)					
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)						SERYS SIHESSARENKO (PT)	X				
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					X	JEFFERSON PERES					

TOTAL 18 SIM 7 NÃO 5 PREJ. — AUTOR 1 ABS 4 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/12/06.



Senador Luiz Otávio
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
* VAGA CEDIDA PELO PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emendas nº 01 e 02 apresentadas ao PLS nº 277, de 2003.

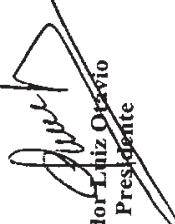
TITULARES - Bloco da Minoria		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco da Minoria		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(PFL e PSDB)						(PFL e PSDB)					
CÉSAR BORGES (PFL)						JOSÉ AGripino (PFL)					
EDISON LOBÃO (PFL)						ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)					
JONAS PINHEIRO (PFL)	X					HERACLITO FORTES (PFL)	X				
JORGE BORNHAUSEN (PFL)						DEMÓSTENES TORRES (PFL)					
RODOLPHO TOURINHO (PFL)			X			JOSÉ JORGE (PFL)					
ROMEUTUMA (PFL)	X					ROSEANA SARNEY (PFL)					
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)						JOAO BATISTA MOTTA (PSDB)					
EDUARDO AZEREDO (PSDB)			X			ALVARO DIAS (PSDB)					
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X					LEONEL PAVAN (PSDB)					
SÉRGIO GUERRA (PSDB)						FLEXA RIBEIRO (PSDB)					
TASSO JEREISSATI (PSDB)						VAGO					
TITIÚ ARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
VALTER PEREIRA	X				ROMERO JUCA						
LUIZ OTÁVIO					GEOVANI BORGES		X				
GARIBALDI ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO		X				
MAO SANTA					PEDRO SIMON		X				
SÉRGIO CABRAL					MAGUITO VILELA						
GILBERTO MESTRINHO		X			GERSON CAMATA						
VALDIR RAUPP					ALMEIDA LIMA						
NEY SUASSUNA					LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*						
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					DELCIODIO AMARAL						
ANA JULIA CAREPA (PT)		X			AELTON FREITAS (PL) AUTOR		X				
IDELE SALVATTI (PT)					ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)						
EDUARDO SUPlicy (PT)					X						
FERNANDO BEZERRA (PTB)					ROBERTO SATURNINO (PT)						
JOAO RIBEIRO (PL)					FLÁVIO ARNS (PT)						
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)					SIBA MACHADO (PT)						
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SERYS SLHESSARENKO (PT)	X					
OSMAR DIAS				X	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
					JEFFERSON PERES						

TOTAL 13 SIM 05 NÃO 03 PREJ — AUTOR — ABS 4 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/12/06.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132,§ 8º, RISF)
 * VAGA CEDIDA PELO PMDB

Atualizada em 04/12/06



Senador Luiz Ovando
Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

III – Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal;

.....

OF. 290/2006/CAE

Brasília, 5 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 5 de dezembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, que “altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinqüenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO)”.

Respeitosamente – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

RELATÓRIO

Relator: Senador Hélio Costa

I – Relatório

Vem para apreciação desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que altera o inciso III do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir 58 municípios de Minas Gerais como beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO):

À Proposição foi apresentada a Emenda nº 1/CAE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que amplia a área mineira a ter acesso aos recursos do FCO, com a inclusão de outros 26 municípios.

Atualmente, a Lei nº 7.827, de 1989, que dispõe sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento, assim define a área de atuação do ECO:

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

.....

III – Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal;

A Proposição e a Emenda em análise pretendem incluir, na área de atuação do FCO, os municípios mineiros situados nas mesorregiões geográficas Noroeste de Minas e Triângulo/Alto Paranaíba. Na Imprensa, usualmente, essas regiões são referidas como a região de Unaí ou de Paracatu e a região do Triângulo Mineiro, respectivamente.

Os autores do PLS nº 277, de 2003 e da Emenda nº 1/CAE justificam a inclusão desta porção do Estado de Minas Gerais na área de atuação do FCO em função de suas características serem similares às presentes em Goiás e no Mato Grosso do Sul. A situação geográfica, a leste das divisas estaduais com os dois mencionados estados, e a paisagem típica do Cerrado, fazem com que haja uma continuidade do padrão da economia, dos costumes e das expectativas da população, o que respalda a compreensão dos proponentes quanto à ampliação da área de cobertura do FCO.

Com a referência ao fato de terem os produtores da região geográfica do Centro-Oeste acesso a recursos de crédito oficial em condições mais favoráveis, os proponentes da alteração na Lei nº 7.827, de 1989, afirmam esperar que empreendimentos produtivos nos municípios mineiros possam vir a ser implantados ou ampliados, com a expansão da oferta de oportunidades de emprego e com a geração de renda adicional e a consequente melhoria do nível de bem estar da população residente nas regiões a serem incluídas na área de atuação do FCO.

II – Análise

Cabe a esta Comissão analisar o mérito, a constitucionalidade e a juridicidade do PLS nº 277/2003, em caráter terminativo.

No que tange ao mérito da matéria, cabe apontar a similaridade da proposição em foco com a inclusão das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), sucessora da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Assim, a denominada “Área Mineira da Sudene” corresponde à área mineira de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Cabe, ainda, comentar que a proposição em análise apresenta propósito idêntico ao do art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 59, de 2004, em tramitação nesta Casa, que trata da Sudene. O dispositivo citado expande a porção mineira incluída na área de atuação da Sudene, com a adição de 30 municípios que passariam a ter acesso aos recursos do FNE.

Trata-se, pois, de iniciativa fundamentada na aspiração de seus proponentes para proporcionar incentivos aos agentes econômicos nas condições favorecidas com que são oferecidos os recursos de crédito dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Do mesmo modo que a semelhança das condições sociais e econômicas das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais com as condições prevalecentes no Nordeste brasileiro serviu de fundamento à inclusão de municípios mineiros na área de atuação da Sudene, a proposição em análise utiliza o fato de os municípios a terem acesso aos recursos do ECO serem situados na região natural do Cerrado, tal como acontece em Goiás e nos demais estados do Centro-Oeste.

Além das condições naturais, prevalecem carências, potencialidades e expectativas similares às vigentes nos municípios goianos e mato-grossenses do sul, independentemente dos limites interestaduais. Estão sob as mesmas influências econômicas e estão ligados por fortes laços comerciais, industriais e agropecuários. Separam-se, exclusivamente, quanto ao Triângulo Mineiro, pelo rio Paranaíba e, quanto à mesorregião do Noroeste de Minas, pelo divisor de águas entre os vales do São Francisco, no lado mineiro e do Tocantins, no lado goiano.

No entanto, os pequenos produtores rurais, as pequenas empresas, associações e cooperativas da região do Alto Paranaíba/Triângulo Mineiro e da região de Unaí ou Paracatu não podem se beneficiar desse instrumento de financiamento que pretende promover o desenvolvimento de sua área de atuação.

Se por um lado, os municípios do Triângulo Mineiro e do Noroeste de Minas possuem características geográficas, econômicas e sociais similares aos municípios da região Centro-Oeste, evidente está que as dificuldades encontradas para otimizar a produção rural e, consequentemente, o desenvolvimento da região, também se apresentam em igualdade.

A inclusão dos municípios enumerados na Proposição e na Emenda entre as cidades beneficiadas com a aplicação dos recursos do ECO é justa e oportunidade, já que promove o crescimento dessa região. O intuito do Fundo é, exatamente, amparar a região que não tem condições de se desenvolver sem esse apoio. Como os municípios mineiros possuem as mesmas dificuldades e carências dos demais incluídos na Região Centro-Oeste, devem, portanto, igualar-se também nas condições de crescimento que a Lei Maior

procura garantir com os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Os 58 municípios incluídos na Proposição, como já indicado, estão localizados nas mesorregiões do Noroeste de Minas e do Triângulo/Alto Paranaíba. No entanto, nestas duas regiões, o PLS nº 277/2003 deixou 27 municípios fora da proposta de inclusão na área de atuação do ECO, sendo 9, do Noroeste de Minas, e 18, do Triângulo/Alto Paranaíba.

Em parte, a deficiência apontada foi corrigida, pois a localização geográfica dos municípios listados na Emenda nº 1/CAE é a seguinte: nove na mesorregião do Noroeste de Minas, doze na mesorregião do Triângulo/Alto Paranaíba e cinco outros municípios fora dessas duas mesorregiões, tal como será tratado adiante.

Em termos práticos, a Emenda incluiu todos os nove municípios do Noroeste de Minas que haviam sido deixados de fora pelo PLS nº 277/2003 e também incluiu doze municípios, dos dezoito da mesorregião do Triângulo/Alto Paranaíba que a Proposição não havia incluído em sua listagem. Assim, dos 66 municípios da mesorregião Triângulo/Alto Paranaíba, apenas seis municípios foram deixados sem a perspectiva de acesso aos recursos do FCO.

Tanto o PLS nº 277 como a Emenda nº 1/CAE não propõem a inclusão de três cidades da microrregião de Araxá (Campos Altos, Tapira e Pratinha) e três cidades da microrregião de Patos de Minas (Matutina, Santa Rosa da Sena e São Gotardo). Não há, no entanto, justificativa para a exclusão, pois são limítrofes aos municípios agraciados com a perspectiva de acesso ao crédito subsidiado do ECO e estão situados dentro das mesmas unidades geográficas. Logo, os citados seis municípios deveriam ser somados ao conjunto original da Proposição.

Cabe, outrossim, se referir à inclusão pela Emenda nº 1/CAE de cinco municípios situados na mesorregião do norte de Minas Gerais. Essas cidades se situam na microrregião de Januária (Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Miravânia e Urucuia) e na microrregião de Pirapora (Riachinho).

Considerando o potencial dos recursos naturais e dos recursos humanos dos municípios acima mencionados, consideramos mais apropriado incluí-los todos na área de atuação do FCO. Tal iniciativa visa dar uniformidade e homogeneidade de tratamento a toda a área circunvizinha que conta com as mesmas características da mesorregião do noroeste de Minas e busca facilitar, no futuro, o estabelecimento e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento

regional para toda a área agora beneficiada com o acesso ao FCO, sem diferenciação entre os municípios limítrofes ou adjacentes à mesorregião do noroeste de Minas.

Assim, acatamos a iniciativa da Emenda nº 1/CAE quanto aos cinco mencionados municípios situados na mesorregião do norte de Minas Gerais e, com vistas à criação de simetria entre os municípios da microrregião de Pirapora, além de Riachinho, propomos a inclusão de Santa Fé de Minas e São Romão, atualmente sem acesso aos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Em alguns destes municípios da mesorregião do norte de Minas, atuarão os bancos administradores do FNE, o Banco do Nordeste do Brasil S.A., e do FCO, o Banco do Brasil S.A., mas acreditamos ser preferível dobrar os esforços de promoção do desenvolvimento dessa região no noroeste mineiro, pois o hiato entre seus indicadores sociais e os do restante de Minas Gerais justifica essa decisão.

Por último, considera-se que a Proposição não apresenta óbices à sua aprovação pela Comissão, pois atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Para concluir, cabe comentar a ementa do PLS nº 277, de 2003. Parece prudente que a ementa sofra pequenos ajustes, além da adequação do nome completo do FCO e da eliminação do numeral "58", tornando-se, assim, compatível com o conteúdo do PLS, agora modificado em função dos fatos e argumentos apresentados.

III – Voto

Em razão do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 277, de 2003, com o acolhimento da Emenda nº 1/CAE e com as alterações indicadas na análise, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277 (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Altera o inciso III do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir municípios do Estado de Minas Gerais na área de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

III – Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, além de parte do Estado de Minas Gerais relativa aos Municípios de Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Capinópolis, Canápolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Chapada Gaúcha, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Dom Bosco, Douradoquara, Estrela do Sul, Formoso, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarânea, Gurinhatã, Ibiá, Indianápolis, Ipiaçu, Iraí de Minas, Itapajipe, Ituiutaba, Iturama, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Limeira do Oeste, Matutina, Miravânia, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Natalândia, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Pedrinópolis, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Presidente Olegário, Riachinho, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Fé de Minas, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, São Romão, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, Unaí, União de Minas, Uruana de Minas, Urucuia, Vargão de Minas, Vazante e Veríssimo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – **Hélio Costa**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.290/2006/CAE

Brasília, 5 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exce-

lência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 5 de dezembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, que “altera o inciso III do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinqüenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO)”.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.259 e 1.260, de 2006**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2006** (nº 5.191/2005, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em cumprimento às recomendações constantes do **Relatório Final nº 3, de 2006-SF**, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, criada mediante o Requerimento nº 245, de 2004-SF, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, a Presidência, no dia 8 de novembro último, expediu ofícios às autoridades citadas no referido Relatório, encaminhando-lhes um exemplar do referido documento.

Nos termos do art. 2º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, fica aberto o prazo de trinta dias, a partir do recebimento do Relatório Final, para as providências previstas na referida lei.

É o seguinte o quadro-síntese dos ofícios expedidos:

“CPI DOS BINGOS”
(CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 245, DE 2004-SF)

QUADRO-SÍNTESE DOS EXPEDIENTES ENCAMINHADOS ÀS AUTORIDADES CITADAS NO RELATÓRIO FINAL Nº 3, DE 2006-SF, NOS TERMOS DO ART. 2º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000

(Atualizado em 07.12.06)

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
1. Mensagem nº 246, de 9.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
2. Ofício SF nº 1940, de 09.11.06	1º Suplente de Secretário do SF, Senadora Serys Shiess-sarenko	Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Vana Rousseff	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
3. Ofício SF nº 1941, de 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
4. Ofício SF nº 1942, de 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral da República, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
5. Ofício SF nº 1943, de 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Fazenda, Guido Manoel	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
6. Ofício SF nº 1944, de 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	Acusou recebimento (Aviso nº 1641-MJ, de 14.11.06). A ser publicado no DSF de 08.12.06.
7. Ofício SF nº 1945, de 1945	Presidente do Senador Renan	Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio Mendes	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
08.11.06	Calheiros	de Farias Mello			
8. Ofício SF nº 1946, 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Presidente do TCU, Ministro Guilherme Palmeira	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	Informou providências adotadas (Aviso nº 1376-GP/TCU, de 13.11.06). A ser publicado no DSR de 08.12.06.
9. Ofício SF nº 1947, 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
10. Ofício SF nº 1948, 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Previdência Social, Nelson Machado	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
11. Ofício SF nº 1949, 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Procuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simon	Encaminha o Relatório Final	10.11.06	
12. Ofício SF nº 1950, 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosângela Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira	Encaminha o Relatório Final	Postado em 10.11.06	
13. Ofício SF nº 1951, 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo	Encaminha o Relatório Final	Postado em 10.11.06	
14. Ofício SF nº 1952, 08.11.06	Presidente do Senador Renan Calheiros	Prefeito da Cidade de Belo Horizonte, Fernando Dama Pimentel	Encaminha o Relatório Final	Postado em 10.11.06	

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 157/GAB GOV

Macapá, 22 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nocial,

Em atendimento ao Ofício SGM nº 603/2006, de 10-11-06, dirijo-me a Vossa Excelênci para ratificar os termos do Ofício nº 446/2006-SEDDS, de 2-10-06, assinado pelo Secretário Especial de Desenvolvimento da Defesa Social.

Atenciosamente – **Pedro Paulo Dias de Carvalho**, Governador, em exercício.

Ofício nº 446/2006-SEDDS

Macapá, 2 de outubro de 2006

Ao Ex^{mo} Sr.

Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Ala Senador Teotônio Vilela – Gab 15

Brasília/DF

Senhor Presidente,

Em resposta à Recomendação elaborada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, às fls. 644 do Relatório Final nº 4/2006-CN enviado por V. Ex^a a esta Secretaria Especial, cinjo-me do presente para informar que o Estado do Amapá, pelo seu Comitê Setorial de Desenvolvimento da Defesa Social, constituído pelos seguintes órgãos: Secretaria Especial de Desenvolvimento da Defesa Social (órgão coordenador), Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Delegacia-Geral de Polícia Civil, Instituto de Administração Penitenciária, Polícia Técnico-Científica, Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor, Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento (ALFA), Grupo Tático Aerotransportado (GTA) e Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES), realizou reunião conjunta, no dia 9 de agosto do corrente ano, a fim de verificar se as diretrizes estratégicas do Governo, programadas pelo Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 913, de 10-8-06), haviam sido concretizadas.

Desta reunião foram tirados encaminhamentos para a implementação das ações e programas a serem executados no ano de 2007, os quais foram registrados na ata anexa, que como se pode constatar incluiu, dentre outros, a efetivação de

programas de valorização da vida e do convívio familiar, o que demonstra a preocupação do Estado do Amapá com a situação das famílias e das crianças amapaenses.

Pelo exposto, informo ainda que os tópicos da Recomendação afetos ao nosso Estado foram abrangidos por esta ação/programa, o que só vem corroborar o compromisso estatal com as questões de erradicação da violência e seus reflexos, pois o que se busca incansavelmente nesta região tropical é a concretização da justiça social, tão cara e almejada pela nossa população.

Nada mais havendo para o momento, nos colocamos desde já à vossa disposição para esclarecimentos futuros, aproveitando o ensejo para enviarmos protestos de consideração e apreço.

Respeitosamente – Cel. **Lindemberg Abel do Nascimento**, Secretário Especial de Desenvolvimento da Defesa Social, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A matéria foi anexada ao processado do **Requerimento nº 2, de 2005-CN**. (CPMI da Emigração Ilegal) e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Nº 41

Roma, 27 de outubro de 2006

Prezado Senador Renan Calheiros,

Muito agradeço a remessa do Relatório Final nº 4, sobre a emigração ilegal de brasileiros, e aproveito para cumprimentar as duas Casas do Congresso Nacional pela iniciativa de examinar esta questão tão importante para a defesa dos direitos de nossos cidadãos no exterior.

Estarei providenciando a mais ampla divulgação do relatório junto à numerosa comunidade de brasileiros que vivem na Itália, no espírito de contribuir para a diminuição dos abusos descritos no documento.

Cordiais saudações. – **Adhemar G. Bahadian**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A matéria foi anexada ao processado do **Requerimento nº 2, de 2005-CN**. (CPMI da Emigração Ilegal) e vai à publicação.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 1.641 – MJ

Brasília, 14 de novembro de 2006

Assunto: Relatório Final nº 3/2006 – SF.

Senhor Presidente,

Agradeço a Vossa Excelência o envio do exemplar do Relatório Final nº 3, destinado a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens.

Respeitosas saudações – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

Aviso nº 1.376-GP/TCU

Brasília, 13 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do OF. SF nº 1.946/2006, de 8-11-2006, mediante o qual Vossa Excelência encaminha um exemplar do Relatório Final nº 3 (dois volumes), de 2006 – SF, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 245, de 2004, do Senado Federal, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

A propósito, informo a Vossa Excelência que a mencionada documentação – autuada neste Tribunal como Processo de nº TC-026.125/2006-9 – foi remetida à Unidade Técnica competente para adoção das providências cabíveis.

Atenciosamente – **Guilherme Palmeira**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – As matérias foram anexadas ao processado do Requerimento nº 245, de 2004. – SF (CPI dos Bingos) e vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício PGJ nº 285/2006

Aracajú, 29 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente expediente para acusar o recebimento do Relatório Final nº 5/2006, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Informo ainda que foi encaminhado um exemplar do referido relatório ao Promotor de Justiça do Núcleo da Defesa da Cidadania, Dr. Eduardo Antônio Seabra, sendo também expedidas cópias das “Recomendações e Encaminhamentos ao Ministério Público” para o Promotor de Justiça Coordenador do Grupo de Combate ao Crime Organizado em Sergipe, Dr. Deijaniro Jonas Filho, e para todos os Promotores de Justiça em atribuições relacionadas ao tema.

Ao ensejo, parabenizo o trabalho desenvolvido pela CPMI da Terra, e renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente – **Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça**, Procuradora-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A matéria foi anexada ao processado do **Requerimento nº 13, de 2003-CN**. (CPMI da Terra) e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

MENSAGEM N° 246, DE 2006
(Nº 1.049, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 8 e 9 de dezembro de 2006, para participar da II Cúpula de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Cochabamba, Bolívia.

Brasília, 6 de dezembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A mensagem que acaba de ser lida juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006, vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.243, DE 2006

Requeiro, nos termos do disposto no art. 375, inciso V, combinado com o art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2006, que “Aprova o ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Epita-

ciolância, Estado do Acre", seja encaminhado ao Plenário, para a sua apreciação.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2006.
– Senador **Tião Viana**, PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Considero-o aprovado, não havendo outra manifestação em contrário.

Senador Tião Viana, o requerimento de V. Ex^a foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.244, de 2006

Requer Voto de Aplauso ao jornal Correio Braziliense, vencedor do Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho, da Embratel, com a série de reportagens sobre a Chamada Máfia das Ambulâncias.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **Correio Braziliense**, pela conquista do Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho, da Embratel, com a série de reportagens sobre a chamada Máfia Das Ambulâncias.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do jornal homenageado, e, por seu intermédio, aos jornalistas que redigiram as reportagens.

Justificação

O Voto de Aplauso que requeiro ao Senado é justa homenagem ao jornal **Correio Braziliense**, vencedor do Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho, da Embratel. O importante jornal brasileiro foi o primeiro do País a publicar reportagem sobre o escândalo, em 18 de dezembro de 2005, meio ano antes de a Polícia Federal deflagrar a Operação Sangue Suga.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.245, de 2006

Requer Voto de Aplauso a Renato Guerreiro, pelo lançamento de livro da Editora Universidade Estácio de Sá, com seu depoimento acerca de um dos mais signi-

ficativos acontecimentos brasileiros: a revolução nas telecomunicações.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Renato Guerreiro, pelo seu depoimento a Míriam Aquino publicado em livro da Editora Universidade Estácio de Sá, com o título: *Renato Guerreiro: Telecomunicações*.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja inscrito nos Mais do Senado e levado ao conhecimento da Universidade Estácio de Sá e, por seu intermédio, a Renato Guerreiro.

Justificação

O depoimento de Renato Guerreiro, convertido em livro da Editora Universidade Estácio de Sá, é importante contribuição para conhecimento da Nação acerca das mudanças ocorridas no sistema brasileiro de telecomunicações, com sua privatização ocorrida no Governo Fernando Henrique. Renato Guerreiro, ao lado de Sérgio Motta, foi um dos artífices dessa notável modernização. O livro é, pois, uma excelente fonte para a perfeita compreensão da História político-econômica contemporânea do Brasil, pelo que o voto de aplauso ora requerido se justifica.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.246, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro a alteração da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006 para que ele seja apreciado na seguinte ordem: Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.247, DE 2006

Requer Voto de Solidariedade à Pequena Jussara, a menina de 10 anos que passou quase 30 horas no aeroporto internacional de Brasília, para uma viagem a Belém depois de ser entregue à GOL, que não deu qualquer informação à família da criança.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Solidariedade à pequena Jussara, a menina-símbolo de tantas outras crianças, como ela vítimas indefesas e frágeis do lamentável quadro de crise da aviação civil brasileira. Ela foi entregue aos cuidados da GOL, para uma viagem a Belém, permaneceu no aeroporto de Brasília durante 30 horas, dormindo em bancos ou no chão, sem que, sobre seu paradeiro, fosse dada, pela empresa, qualquer informação aos familiares da criança.

Requeiro, ademais, que o Voto de Solidariedade seja inscrito nos Anais do Senado da República, como registro da desídia dirigentes governamentais ou, é o caso, empresários do transporte aéreo, e levado ao conhecimento do Ministro da Defesa, do Presidente da ANAC à Casa Civil da Presidência da República e à GOL.

Justificação

Num quadro absurdo de total insensibilidade que deixa o cidadão brasileiro desinformado sobre as condições de operação de vôos que contrataram ao comprar um bilhete aéreo, o mínimo que se poderia exigir de dirigentes governamentais a empresários do setor é respeito.

As empresas aéreas não podem assumir a culpa pelo caos nos aeroportos. No entanto, no caso da menor Letícia, a GOL, a quem ela foi entregue, teria o dever ao menos de prestar ao cidadão brasileiro as informações a que tem direito. Esse Voto de Solidariedade a uma criança que foi vítima da incúria de uma empresa, objetiva tornar a pequena cidadã brasileira em símbolo para que, assim, a solidariedade do Senado da República seja extensiva a tantas outras crianças, as frágeis e indefesas vítimas de

um quadro de horror que predomina nos aeroportos brasileiros.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo ao Senador Paim: já que o Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso, solicitou que o Senador Tião Viana tocasse a Ordem do Dia – e só temos um item –, eu pediria ao Senador Paim que pudéssemos votar essa matéria rapidamente. Depois, todos nós, com atenção, vamos acompanhar o discurso de S. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Romero, eu gostaria apenas de pedir a V. Ex^a que não invertesse a Ordem, até porque quero falar exatamente – estou inscrito – sobre essa questão do Porto Seco, já que ela foi inserida nesse pacotão de bondade...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pronto, não há problema. Não vamos discutir a MP nº 320; nós vamos inserir na primeira medida provisória que tivermos a condição de votar: ou a 320 ou a 321.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vamos votar agora, então, apenas...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A MP nº 317.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Que é o acordo feito...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Que é o acordo para uma delas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E V. Ex^a deixa em aberto a possibilidade da audiência pública na terça-feira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Deixo em aberto. Se for necessário, nós a faremos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mais um crédito de confiança dado a esse Líder, que se consagra nesta Casa com o fiel cumprimento de sua palavra e, acima de tudo, com a presença em plenário.

O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006), que *altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.*

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando foi solicitado o prazo da 24 horas para o Relator Revisor emitir o parecer.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à medida provisória 8 emendas.
- a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 31 de agosto, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 22 de novembro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL);
- a medida provisória entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 1º de outubro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 53, de 2006, e se esgotará no dia 14 de dezembro;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 29 de novembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, Líder do Governo, Relator Revisor da matéria.

PARECER Nº 1.257, DE 2006–PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o parecer é pela constitucionalidade e juridicidade. No mérito é a favor da matéria como veio da Câmara, com o compromisso que nós já relatamos aqui de modificar, nas próximas medidas provisórias a serem votadas, a questão do prazo e, se necessário, a questão do entendimento da cobertura das cooperativas e bancos de desenvolvimento.

Portanto, o parecer é favorável, da forma como veio da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O parecer preliminar do Relator Revisor da matéria, Senador Romero Jucá, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

No mérito, é pela aprovação da matéria.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, e adequação financeira e orçamentária. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro o encaminhamento.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os pressupostos de relevância, urgência e constitucionalidade da matéria, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2006**
(Proveniente a Medida Provisória Nº 317, de 2006)

Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 11, 13 e 15 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

.....

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, fica o gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste autorizado a adquirir para a carteira do Fundo, a partir da data da renegociação, as operações realizadas com recursos do FAT não equalizados, bem como assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

.....

§ 5º

III - para efeito do disposto neste parágrafo, fica o gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste autorizado a adquirir, a partir da data da renegociação, as operações realizadas com recursos do FAT ou de outras fon-

tes sem equalização e as operações realizadas com recursos do FNE combinados com recursos do FAT ou com outras fontes, para a carteira do Fundo, bem como, nesses casos, assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

..... " (NR)

"Art. 11. Ficam autorizados a repartição, o alongamento e a individualização de operações de crédito rural do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF que tenham sido protocoladas ou apresentadas formalmente aos agentes financeiros até 31 de maio de 2004, garantidas as condições financeiras para cada programa previstas na Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único. Para as operações de que trata este artigo, o Conselho Monetário definirá novos prazos para o cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003." (NR)

"Art. 13. Fica a União autorizada a conceder subvenções econômicas na forma de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários ou outros benefícios, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, a agricultores familiares que contratarem operações de financiamento rural nas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural,

respeitadas suas disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo também abrange as operações de financiamento de custeio no âmbito do PRONAF contratadas na safra 2005/2006.” (NR)

“Art. 15. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006:

.....

§ 2º Para ter direito à modalidade de financiamento de que trata o caput deste artigo, os beneficiários deverão estar adimplentes com as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2004.

§ 3º Os recursos do financiamento de que trata o caput deste artigo serão destinados direta e exclusivamente para a liquidação das parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006.

§ 4º As operações de crédito a que se refere o caput deste artigo poderão ter prazo de reembolso de até 5 (cinco) anos, incluindo até 2 (dois) anos de carência para pagamento da primeira parcela, devendo o respectivo cronograma ser fixado de acordo com o fluxo de caixa da atividade do mutuário.

§ 5º Admite-se, ainda, o financiamento de que trata este artigo para cobrir despesas relativas ao pagamento das parcelas de 2005 e 2006

das operações mencionadas nos incisos I e II do caput deste artigo, efetuado pelos mutuários entre 14 de julho de 2006 e 17 de agosto de 2006.”(NR)

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 11.322, 13 de julho de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 8º.

Parágrafo único. Os Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional definirão, por meio de Portaria Interministerial, as condições e os critérios para a aquisição pelo FNE, quando for o caso, das operações renegociadas com base nos arts. 2º e 3º desta Lei.”(NR)

Art. 3º A Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 15-A e 15-B:

“Art. 15-A. A medida de que trata o art. 15 desta Lei aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive àquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º No momento da quitação das parcelas, vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, das operações de que trata o caput deste artigo, os valores devidos deverão ser atualizados pelos encargos de normalidade até a data do

respectivo vencimento, observadas as seguintes condições:

I - o valor de cada parcela deve ser calculado sem encargos adicionais de inadimplemento, inclusive com o bônus de adimplência, de que tratam a alínea d do inciso V do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e os incisos I e II do caput do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e a não incidência da correção do preço mínimo, de que trata o inciso III do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, nos termos do § 5º do art. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

II - da data de vencimento da parcela até a data do efetivo pagamento, deve ser aplicada a variação *pro rata die* da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos públicos federais.

§ 2º Admite-se a concessão das condições previstas no § 1º deste artigo para os mutuários que quitarem, até 29 de dezembro de 2006, as parcelas, vencidas em 2005 e vencidas ou vencendas em 2006, das operações de que trata o caput deste artigo, independentemente da contratação do financiamento a que se refere o art. 15 desta Lei.

§ 3º Fica o Tesouro Nacional autorizado a equalizar as taxas de juros nos financiamentos realizados para quitação das parcelas de operações contempladas no caput deste artigo, nos ca-

sos em que o risco apurado se mostrar incompatível com a taxa a ser cobrada do tomador, conforme regulamentação a cargo do Ministério da Fazenda."

"Art. 15-B. Fica a União autorizada a aditar as Cédulas de Produto Rural - CPR, realizadas entre 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, estabelecido na forma do § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, fica autorizado a definir as demais condições para a efetivação dessa medida."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não havendo mais acordo entre os Líderes, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

MEDIDA PROVISÓRIA N° 318, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 318, de 2006, que *abre crédito extraordinário no valor global de oitocentos e cinqüenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.*

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 24, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006), que *institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de de-*

zembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 22-12-2006 (sexta-feira)

4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 25, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006), que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1988, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.893, de 13 de julho de 2004, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 10.893, de 13 de julho de 2004; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 22-12-2006 (sexta-feira)

5

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 26, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006), que acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a

desindexação da economia, e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 20-2-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 322, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 322, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 22-2-2007

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 323, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 323, de 2006, que autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde – OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose – Cicom/Unitaid, no valor de até treze milhões e duzentos mil reais.

Relator revisor:

Prazo final: 22-2-2007

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 324, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 324, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de um bilhão, quinhentos e quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 14-3-2007

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 435, DE 2006**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006*.

10

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições)*.

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, ten-

do como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 41, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição*.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 10, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que *dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos.*

Pareceres sob nºs 611, de 1999; e 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sómente sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Agnelo Alves, Edison Lobão, José Alencar, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Sérgio Machado e, abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares; e – 2º pronunciamento: Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 97, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que *modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 197 e 1.035, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: (sobre o Projeto) Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Sibá Machado, favorável.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que *autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.*

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências” (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).*

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.

27

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 229, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera a *Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar*.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadra-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre*

o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator **ad hoc**: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

31

REQUERIMENTO Nº 1.163, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.163, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino), solicitando que *sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança*.

**MATÉRIAS A SEREM DECLARADAS
PREJUDICADAS**

32

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a *Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho*; e

33

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, no início da sessão de hoje, fizemos uma belíssima homenagem ao grande Mário Quintana.

Agora volto a esta tribuna para falar de outro gaúcho; aliás, este pronunciamento seria feito ontem, mas apenas hoje tive a oportunidade de me manifestar.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, peço licença para fazer uma homenagem ao ex-Presidente da República João Belchior Marques Goulart, o Jango.

Há quem diga que o exílio é como a agonia dos pássaros cativeiros. De que adianta ter um par de asas, se lhes falta o céu para voar.

Jango foi um desses que, como poucos, soube, com sacrifício da própria vida, enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário.

Jango foi o único ex-Presidente a morrer no exílio. Ele nos deixou no dia 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina. Mas, o seu legado continua vivo e enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros que acreditam que a justiça social é um processo que deve ser alimentado diariamente.

Quando penso em João Goulart, penso em democracia social, penso no fim de todo tipo de discriminação; quando penso em João Goulart, penso em liberdade; quando penso em João Goulart, penso num bom debate político; quando penso em João Goulart, penso nos interesses nacionais, quando penso em Jango, penso, exaustivamente, em nossa Pátria.

Um dos seus primeiros atos na Presidência da República foi o de deixar bem clara a sua disposição de defender, sem vacilar, os interesses do Brasil: cancelou concessões irregulares feitas a empresas estrangeiras da área mineradora. Jango estabeleceu leis que disciplinaram os investimentos estrangeiros no País, leis essas para controlar a limitação das remessas de lucros para o exterior, hoje tão longe dessa realidade.

O Governo Jango incentivou a sindicalização rural. Reconheceu o Comando Geral dos Trabalhadores por entender que era legítimo como poder de pressão social. Nos primeiros dias do regime militar, infelizmente, a CGT foi dissolvida e seus líderes presos.

No clima de atendimento das justas reivindicações dos assalariados, que então se estabeleceu no País, foram atendidas velhas aspirações dos trabalhadores com Jango, dentre as quais o 13º salário, cuja lei foi aprovada pelo Congresso Nacional com o incentivo e o apoio do Governo de Jango.

A aprovação da Lei de Telecomunicações exigiu um combate sem tréguas por parte do Governo Jango, a fim de vencer as exigências do poder econômico, representado à época por multinacionais e seus agentes no País.

A política externa do Governo Jango, Sr. Presidente, tinha em conta principalmente as realidades vizinhas e distantes, atraindo para o Brasil novos horizontes para o entendimento com os demais povos.

Após o parlamentarismo e a devolução dos poderes presidencialistas, o Governo Jango partiu para as reformas estruturais nas bases econômicas, por meio do programa chamado Reformas de Base. Reforma agrária e educacional, reforma tributária e fiscal, voltando a economia principalmente para o mercado interno.

Sr. Presidente, há mais de 2000 mil anos, o filósofo e político romano, Marco Túlio Cícero, já se perguntava: “Qual é o valor da vida humana se não a relacionarmos com os eventos do passado que a história guardou para nós?”

Jango continua mais vivo do que nunca no coração dos trabalhadores e de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, numa homenagem a João Goulart, terminei com a letra da canção de autoria de Sílvio Genro, Cristiano Medeiros, Fábio Schiavo e Diogo Geilser, intitulada “Gente Sem”, que integra – abro este parêntese para fazer uma homenagem aos compositores – o CD do 1º Festival de Música Cantando as Diferenças, que aconteceu nesse fim de semana, no Rio Grande do Sul.

Senador Tasso Jereissati, concedo, com alegria, o aparte a V. Ex^a nesta singela e rápida homenagem que faço pelos 30 anos da morte de Jango.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Paulo Paim, quero me juntar a V. Ex^a, que vem à tribuna desta Casa lembrar talvez uma das personagens mais injustiçadas da nossa história. Mais uma vez, V. Ex^a cresce na minha admiração e respeito, apesar de existirem algumas discordâncias no campo das idéias. V. Ex^a demonstra caráter ao lembrar, hoje, os 30 anos da morte de um homem público importante na história do Brasil, esquecido e injustiçado, como V. Ex^a disse, o único político brasileiro que morreu no exílio, triste, amargurado, pagando muito caro pelo fato de ter, em um momento importante da história brasileira, trocado o seu poder pelo não derramamento de sangue de seus irmãos brasileiros, brasileiros a quem ele tanto amou. Dedicou-se, desde jovem, à vida pública do Brasil. Foi aluno e herdeiro político de Getúlio Vargas, e deixou a marca de amor aos mais pobres. Sempre lutou pela causa dos trabalhadores. Não se tem notícia de Jango fazendo ou falando em política que não fosse pe-

los mais oprimidos deste País, falando em temas que hoje são recorrentes e quase banais, como reforma agrária, reformas de fundo, de base. Deixou também uma lição de bondade, por ser um homem bom, fraterno e, como disse, pagou pelo fato de abrir mão do poder para que não houvesse derramamento de sangue dos seus irmãos – pagou caro –, morrendo fora do País que tanto amou, longe de seus amigos, longe do seu Rio Grande do Sul querido, gaúcho por inteiro que sempre foi, com seus hábitos e tradições, e não pôde, nunca mais, voltar a ver, desde que foi tirado da política brasileira pelo golpe de 1964, essa sua terra que tanto amou. Portanto, é muito bom ver um homem do gabarito, da qualidade de V. Ex^a, vir a esta tribuna para prestar homenagem tão justa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Tasso Jereissati, agradeço muito o aparte de V. Ex^a e percebo que esta minha humilde homenagem ao ex-Presidente Jango, com a fala de V. Ex^a, vira uma homenagem nacional. Muito obrigado a V. Ex^a.

Ouço o Senador Arthur Virgílio e depois o Senador Mão Santa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Paulo Paim, tanto quanto o Senador Tasso Jereissati, tenho razões, até familiares, para homenagear João Goulart. Meu pai foi líder do seu governo, acumulando com a liderança do PTB aqui na Casa, ele que havia sido líder do PTB na Câmara dos Deputados também e, portanto, vice-líder da maioria do Presidente Kubitschek. Eu tenho uma recordação do Presidente Goulart como uma figura muito boa. Ele apreciava muito a comida do Norte. Vez por outra, ia ao nosso apartamento no Rio. E, cozinha adentro, fez amizade com as cozinheiras e com uma figura fantástica, já falecida, que ajudou a me criar e a criar os meus irmãos, que supervisionava tudo lá. Ele ficava com meu pai, bebericavam um pouco, conversavam muito. Certa vez, Senador Tasso Jereissati, estava lá em Manaus um líder da campanha contra a malária – que depois virou a Sucam. Eles queriam precisamente isto: transformar em Sucam aquilo que era o embrião da luta contra a malária. Era uma figura já falecida também, o Monteirão. O Monteirão chegou lá, viu que meu pai estava conversando com o Vice-Presidente da República, que chegou lá muito simples, com aquele jeitão dele, quis voltar, o próprio Jango o chamou, e eles ficaram lá e passaram horas e horas tomando o uísque deles e conversando, e o Monteirão foi se sentindo à vontade – era uma figura encantadora, conhecia tudo dos mitos da Amazônia, tudo dos peixes, da cultura indígena, conhecia tudo do Amazonas e da Amazônia. E aí ele volta para a pensão onde estava, no Catete. Quando chega lá, subindo as escadas meio trôpego, perguntaram-lhe onde é que es-

tava, para se encontrar naquele estado. Ele disse que estava na casa de um deputado amigo dele, bebendo uísque com o vice-presidente da República. Estourou uma gargalhada fantástica. E quem o levou lá foi o Jango, de carona. “ – Fica!” “ – Mas daqui a pouco não vai ter condução.” “ – Fica, que eu te levo”. E o levou. Aí, como estourou aquela gargalhada, para não passar como mentiroso, ele correu, encontrou o carro do Jango no sinal e disse: “Presidente, se o senhor não voltar à pensão comigo, vou ter que esfaquear um, porque estão me chamando de mentiroso, por eu ter dito que tinha tomado um uísque com o senhor”. E o Jango voltou. Como a pensão não tinha uísque, ficou tomando mais uma cerveja com o pessoal lá, e Monteirão se tornou a figura mais importante da pensão durante o tempo em que nela habitou. Essa é a figura humana do Presidente Goulart. Há um artigo fantástico de Afonso Arinos de Melo Franco, que foi um dos grandes adversários de João Goulart; com seu talento, foi um dos grandes oradores que a República já conheceu. Afonso Arinos diz, em um artigo, se não me engano, no **Jornal do Brasil**, no primeiro ano de falecimento de João Goulart: “Jango caiu mais pelas suas qualidades do que pelos seus defeitos”. Foi o reconhecimento de um adversário tão fidalgo e, por outro lado, tão valoroso e tão leal. O Presidente João Goulart precisa mesmo ser resgatado. Se eu tivesse de fazer uma análise crítica de seu governo, eu o faria. O Plano Trienal, de Celso Furtado, previa a estabilidade econômica, previa controle de preços – não poderiam as montadoras de automóveis aumentar preços; não poderia ter havido, àquela altura, reajustes fortes a servidores públicos. Havia uma série de medidas que Celso Furtado já visualizava como sendo de estabilização econômica e de combate à inflação, para em seguida se falar em reforma de base. O processo político fez com que Jango terminasse, de certa forma, deixando de lado o Plano Trienal e partisse para as reformas de base, na tentativa de mobilizar a Nação para se equilibrar no poder. Vimos o resultado funesto. Quero registrar, Sr. Presidente, porque é um assunto que me toca de perto, que Jango teve duas ocasiões para mergulhar o País em uma guerra civil. Há pessoas que dizem que agiu errado. Ele diz que não, que agiu certo. Na posse de 1961, tinha plenas condições, estribado em Leonel Brizola, no General Machado Lopes, no Governador Mestrinho, do Amazonas – um pequeno Estado à época –, no Governador Mauro Borges, de Goiás, no Governador Ney Braga, que aderiu a Brizola. Sobretudo no Governador Brizola, tinha tudo para enfrentar aquela luta por uma posse incondicional. Ele preferiu uma solução meio-termo: a solução do parlamentarismo. Depois, em 1964, teve chance de resistir no Rio

Grande do Sul. Essas chances lhe foram oferecidas por Brizola, por forças militares, pelas brigadas gaúchas, que aderiram a ele, mas ele, novamente, preferiu o exílio, talvez imaginando que fosse de curta duração. Quando veio a cassação cruel – era uma ditadura que vinha para valer, não uma mera intervenção para os militares saírem depois, era para ficar –, o Presidente Goulart morreu, eu diria, de angústia. Morreu e foi enterrado no Brasil. Voltou. Na casa do Senador Tasso Jereissati, certa vez, seu filho, João Vicente, contou a mim, a Pedro Simon e ao Senador Tasso Jereissati que o pai dele vinha várias vezes ao Brasil pescar em determinado lugar do Paraná, se não me engano. Vinha incógnito, disfarçado, e matava a saudade, pescando em águas brasileiras. Morreu de angústia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a dá detalhes da vida do Presidente João Goulart.

Não sei se a Presidência vai permitir, mas o Senador Mão Santa me pede um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que concluísse seu discurso, que já foi ampliado em mais de 12 minutos, mas ao Senador Mão Santa não se pode nunca deixar de permitir um aparte. S. Ex^a merece, por ser um dos mais ativos Senadores da República.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, é uma homenagem do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Hoje é um dia consagrado ao Rio Grande do Sul. Mais cedo, V. Ex^a, Senador Paim, e os dois outros companheiros Senadores prestavam homenagem pelos 100 anos de Mário Quintana. V. Ex^a saiu das letras e mostra agora a pujança do Rio Grande do Sul político. Políticos que antecederam a República foram Bento Gonçalves, na Guerra de Farroupilha, os Lanceiros Negros, Giuseppe Garibaldi, Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas, chegando a João Goulart, com que todos nós convivemos. Vou contar um quadro, que vale por dez mil palavras, sobre a paz, sobre a solidariedade de João Goulart. Senador Tasso Jereissati, eu me formei em Medicina no Ceará; em 1961, fiz o vestibular. Estamos fazendo 40 anos, e convidou o Senador Tasso para a comemoração nos dias 15 e 16. São 40 anos! O Governador do Estado do Ceará é formado nessa turma. Em 1961, havia 60 vagas; aí foi aumentando o número. Atentai bem para o que era João Goulart. Naquele vestibular de 1963 para 1964, já havia 90 vagas. Naquele tempo, havia poucas faculdades de Medicina no Nordeste, e o Ceará recebia estudantes do Piauí, do Maranhão. Havia uma tradição, e só entrava o número exato; excedente não entrava. De repente, passaram 180 alunos, e veio a confusão. João Goulart mandou matricular todo mundo. Ficou conhecida como “a turma do João Goulart”, 180 alunos,

em 1964. Era um Presidente que traduzia a paciência, a bondade, o apoio. Entre os grandes homens do Rio Grande do Sul que ensinaram civismo ao Brasil, queremos apresentar a dedicação dele à nossa faculdade de Medicina. Foi aí que ela se tornou grande. Ele deu condições para que ela se agigantasse. Hoje comemoramos exatamente – estarei no Ceará, no fim de semana – 40 anos de formado lá. E João Goulart foi um dos artífices do apoio àquela faculdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Vou concluir com a letra de uma canção...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... que é uma homenagem a Jango, que morreu longe da sua terra.

Se V. Ex^a me permitir, lerei rapidamente. O título é “Gente Sem”.

Gente sem terra
São sementes sem solo...
Braços carentes de abraços,
Crianças querendo colo.

Gente sem terra
Colhem frutos amargos...
Cultivam calos na alma,
Nas mãos, farturas de afagos!

Gente sem terra
São cartas escritas no exílio...
São barcos longe do mar,
Mães com saudade dos filhos.

Gente sem terra
São safras sem frutos maduros,
Cultivam luas na alma,
Semeiam sonhos no escuro!

Gente sem terra
São árvores sem ninho,
São noites sem estrelas,
Céu... sem passarinhos!

Essa poesia, que não é minha, é uma homenagem ao nosso querido João Goulart nesses 30 anos da sua morte.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento em que registra o 30º aniversário da morte de João Belchior Marques Goulart acorrida em 6 de dezembro de 1976 em Mercedes na Argentina.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, peço licença para fazer uma homenagem ao ex-presidente da República, João Belchior Marques Goulart – O Jango.

Há quem diga que o exílio é como a agonia dos pássaros cativeiros. De que adianta ter um par de asas se lhes falta o céu para voar. João Belchior Marques Goulart foi um desses que como poucos soube com o sacrifício da própria vida enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário.

Jango foi o único ex-presidente a morrer no exílio. Ele nos deixou no dia 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina. Mas, o seu legado continua vivo e enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros que acreditam que a justiça social é um processo que deve ser alimentado diariamente.

Quando penso João Goulart, penso em democracia social e racial; quando penso em João Goulart, penso em liberdade de expressão; quando penso em João Goulart, penso em debate político; quando penso em João Goulart, penso nos interesses nacionais; quando penso em João Goulart, penso exaustivamente em Pátria.

Um dos seus primeiros atos na presidência da República foi o de deixar bem claro a sua disposição de defender sem vacilações os interesses do Brasil: cancelou concessões irregulares feitas a empresas estrangeiras da área mineradora.

Jango estabeleceu leis que disciplinaram os investimentos estrangeiros no país, leis estas para controlar a limitação das remessas de lucros para o exterior, hoje, lançadas ao lixo, por força da submissão às regras da economia globalizada.

O governo Jango incentivou a sindicalização rural. Reconheceu o Comando Geral dos Trabalhadores por considerá-lo legítimo poder de pressão social. Nos primeiros dias do regime militar a CGT foi dissolvida e seus dirigentes presos.

No clima de atendimento das justas reivindicações dos assalariados, que então se estabeleceu no país, foram atendidas velhas aspirações da classe trabalhadora, dentre as quais o 13º Salário, cuja lei foi aprovada pelo Congresso Nacional com o incentivo e apoio do governo federal.

A aprovação da lei de telecomunicações exigiu um combate sem tréguas por parte do governo Jango, a fim de vencer as resistências do poder econômico representado pelas multinacionais e seus agentes no país.

A política externa do governo Jango, tinha em conta principalmente as realidades vizinhas e distantes, atraindo para o Brasil, novos horizontes com os demais povos.

Após o parlamentarismo e a devolução dos poderes presidencialistas, o governo João Goulart partiu para as reformas estruturais das bases econômicas através do Programa das Reformas de Base. Reforma agrária e educacional, reforma tributária e fiscal voltando à economia para o mercado interno.

Sr Presidente, há mais de dois mil anos, o filósofo e político romano, Marco Túlio Cícero já se perguntava: “Qual é o valor da vida humana se não a relacionarmos com os eventos dos passado que a História guardou para nós?”.

João Belchior Marques Goulart, o Jango, continua mais vivo do que nunca no coração da classe trabalhadora e de todos os brasileiros.

Numa homenagem a João Goulart termino com a canção de autoria de Silvio Genro, Cristiano Medeiros, Fábio Schiavo e Diogo Geilser “Gente Sem” que integra o CD do Primeiro Festival de Música Cantando as Diferenças que aconteceu no último final de semana em Gravataí no Rio Grande do Sul.

Gente sem terra

São sementes sem solo...

Braços carentes de abraços,
Crianças querendo colo

Gente sem terra

Colhem frutos amargos...

Cultivam calos na alma,
Nas mãos, fraturadas de afagos!

Gente sem terra

São cartas escritas no exílio...
Mães com saudades dos filhos.

Gente sem terra

São safras sem frutos maduros,
Cultivam luas na alma

Semeiam sonhos no escuro!

Gente sem terra

São árvores sem ninho,
São noites sem estrelas,
céu...Sem passarinhos!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. José Maranhão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna, inclusive secundando o gaúcho Paulo Paim, falar a respeito do aniversário da morte do saudoso ex-Presidente da República João Belchior Marques Goulart, conhecido no mundo inteiro como Jango, fato que ocorreu há 30 anos, em 6 de dezembro de 1976, no Município argentino de Mercedes.

Político extraordinário, democrata em essência, tinha um coração grandioso e solidário com as causas trabalhistas. Era afiliado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por sinal meu primeiro Partido político, exatamente o Partido a que pertenci até o advento do golpe militar de 1964, porque depois entrei no MDB, hoje PMDB, onde estou até hoje.

João Goulart foi Deputado Estadual de 1946 a 1950 e Deputado Federal em duas legislaturas. No Poder Executivo Estadual, foi Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, de 1951 a 1952. Ministro do Trabalho do Governo Vargas, realizou várias missões ao exterior, representando o País, particularmente, no trato de assuntos trabalhistas.

Umas das figuras mais vibrantes da política nacional, homem de palavra, amigo leal e carismático, governou o País em um período de transição entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Foi eleito Vice-Presidente do Governo Kubitschek e em cumprimento à Constituição de 1946, Presidente do Senado Federal no período de 1956 a 1961.

Reeleito Vice-Presidente na chapa de oposição ao Presidente Jânio Quadros, encontrava-se em missão à China quando o então Presidente renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961.

Assumiu a Presidência em 7 de setembro de 1961, sob o domínio de uma séria crise institucional, sem o apoio do comando militar e após a edição pelo Congresso Nacional do Ato Adicional, de 2 de setembro de 1961, que estabeleceu o parlamentarismo no País.

Em 6 de janeiro de 1963, a população, em plebiscito, aprovou a volta ao regime presidencialista por 80% dos votos; a Constituição Federal foi emendada e Jango assumiu, de modo pleno, a Presidência da República em janeiro de 1963.

Ali desenvolveu uma política externa independente, patrocinou conquistas trabalhistas e iniciou as reformas de base (agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral), consideradas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, um desenvolvimento com reformismo social. Vínhamos de um governo com uma visão de-

senvolvimentista e empreendedora, o do Presidente Juscelino Kubitschek.

Jango foi precursor dos projetos de integração comercial e regional no País. Em dezembro de 1962, criou o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental.

A base para a integração regional definida no Tratado de Montevidéu, em 1960, inspirado no Tratado de Roma – raízes da Comunidade Econômica Européia, hoje União Européia –, foi objeto de decreto que deu origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Concebeu-se a ALALC como uma zona de livre comércio na América Latina, a ser criada e expandida no período de 12 anos.

Os movimentos trabalhistas e sindicais, que cresceram na era Vargas, ganharam espaço no Governo João Goulart. A gratificação natalina, ou o décimo terceiro salário, aprovada pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, foi uma das conquistas obtidas pelos trabalhadores urbanos, liderados pela Confederação dos Trabalhadores na Indústria.

Os trabalhadores rurais foram beneficiados, naquele mesmo ano, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, revogada pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973), que estabeleceu as relações trabalhistas no campo, até então não reguladas, como se fizera no meio urbano.

A sindicalização dos trabalhadores rurais que estavam organizados nas Ligas Camponesas foi concretizada – estas deram origem a federações e confederações, cujas demandas ganharam força com o advento da Constituição Federal de 1988.

As idéias progressistas estavam assentadas, mas sofreram com a transição e o estilo de governo de Jânio Quadros. O idealismo de Jango e a necessidade premente de, por um lado, combater a inflação crescente e, por outro, expandir a economia brasileira com ganhos sociais, contudo, não encontravam eco na classe empresarial e política dirigente. Em novembro de 1961, os empresários fundaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), que se tornou um centro de oposição ao Governo Goulart.

Mesmo contra uma conjuntura difícil, o País prosperava; a cultura e as artes despontavam em nível internacional. O País, saído de uma década chamada de “anos dourados”, ainda vivia um clima de euforia e de demandas sociais por reformas e por mudanças de rumo.

Em 1962, foi criada a Supra (Superintendência de Política Agrária), com o objetivo de executar a reforma agrária, de onde sairiam propostas para a edição do Estatuto da Terra, em 1964. Em 13 de maio de 1963, o Presidente João Goulart assinou decreto prevendo

a desapropriação, para fins de reforma agrária, de áreas localizadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos com recursos federais.

Em dezembro de 1962, sob a direção do ilustre paraibano economista Celso Furtado, lançou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que objetivava conter a inflação e promover o crescimento real da economia, assentado nas reformas de base propostas.

Sr. Presidente, naquele início de década, o mundo estava mergulhado na Guerra Fria, na disputa entre as duas maiores potências, e o Presidente João Goulart teve a ousadia e coragem de manter a política externa independente, o que já se iniciara no Governo Jânio Quadros.

Naquele período, o Governo brasileiro reatou relações diplomáticas com a União Soviética, que haviam sido rompidas no Governo Dutra; foi contra as sanções impostas pelo Governo americano ao regime de Fidel Castro e recusou apoiar a invasão de Cuba por aquele país.

Mesmo sendo crítico da decisão do Governo Castro de instalar mísseis soviéticos no território cubano, João Goulart, fazendo jus à tradição conciliatória da diplomacia brasileira, atuou, a pedido dos Estados Unidos, como mediador junto ao Governo cubano, no caso dos mísseis.

Foi uma fase em que a população brasileira experimentou muita ação e reação. A administração do Plano Trienal não conseguia administrar os conflitos que as medidas políticas geravam. A estabilização econômica pretendida não se coadunava com os reajustes salariais aprovados e com as reformas de base em implementação.

O Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Governo norte-americano condicionavam a concessão dos empréstimos necessários à manutenção dos investimentos públicos à adoção de medidas restritivas ao tão sonhado crescimento do País.

O Presidente não se vergava. Assinou, dentre outros, muitos atos importantes, como: a revisão das concessões governamentais para exploração mineral; a obrigatoriedade das empresas com mais de 100 empregados de proverem ensino gratuito para os dependentes; a taxação de combustíveis vendidos pelas empresas multinacionais; a outorga à Petrobras do monopólio de importação de derivados de petróleo.

Entretanto, após participar, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, no comício da Central do Brasil, ocasião que precipitou os acontecimentos que levaram, duas semanas depois, à intervenção militar, e em meio às tensões sociais e pressões externas, resolveu deixar o País a vê-lo mergulhado numa guerra civil.

Era um homem de gestos nobres e, sobretudo, um conciliador. Registro, aqui, uma prova cabal do cumprimento da palavra empenhada pelo meu saudoso amigo Jango, amigo do povo da Paraíba. Em 1962, a turma de formandos da Escola de Agronomia de Areia (atualmente, Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba) o convidou para paraninfar a diplomação dos concludentes. O Presidente da República assumiu o compromisso com os formandos de ali estar presente. Na véspera da formatura, a esposa, Dona Maria Teresa, dera entrada na maternidade para dar à luz. Jango, entretanto, não poderia faltar com a palavra empenhada. Viajou, mesmo assim, para Areia e ali, em plena solenidade, foi informado do nascimento de sua filha, Denise.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nunca a Paraíba foi tão aquinhada, em matéria de investimentos federais e de saúde pública, como durante o Governo João Goulart. Foram instalados em vários Municípios nove postos do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência), dotados de oito médicos cada, enfermeiros, ambulâncias, remédios gratuitos e plantão de 24 horas. A população interiorana, que jamais vira um médico, passou a tê-lo dessa forma.

Só agora, no Governo do Presidente Lula, é que serviços semelhantes aos daquele governo têm-se estabelecido por meio do chamado SAMU, por sinal um homófono do antigo SAMDU.

Foi também autorizada a construção de três hospitais na Paraíba: em Cabedelo, em Campina Grande e em Sapé. A Paraíba só perdia em investimentos federais, na área de saúde, para o Estado do Presidente: o Rio Grande do Sul.

Instalou na Paraíba 15 postos do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que foi o primeiro órgão federal de alimentação no Brasil, onde produtos alimentícios eram vendidos à população de mais baixa renda, sempre a preços abaixo do custo.

Na área de agricultura, distribuiu tratores, sementes e máquinas agrícolas para a população rural e mandou instalar uma agência do Banco do Brasil na cidade de Sapé, que, naquela época, se destacava como Município sede das chamadas Ligas Campesinas, movimento sindical, além de muitas outras realizações que beneficiaram a população paraibana.

Sr. Presidente, quero mais uma vez expressar o respeito, a gratidão e o orgulho de ter convivido com um Presidente da República que muito contribuiu para o crescimento institucional e social da população brasileira: João Belchior Marques Goulart, que nos deixou há 30 anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia e peço a atenção do meu colega e amigo Heráclito Fortes.

Na inscrição dos oradores, após o período do Expediente, Senador Heráclito Fortes, o nome de V. Ex^a está em sétimo lugar.

Já falou o Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador César Borges. A Senadora Lúcia Vânia falaria em seguida; não o fez. Falou o Senador Paulo Paim. Agora, falará a Senadora Lúcia Vânia.

Há uma disposição da Mesa de alternar um orador inscrito com um orador da Hora do Expediente. Isso é regimental. Alternando, falou o Senador José Maranhão. Depois da Senadora Lúcia Vânia, virá, se V. Ex^a estiver de acordo, o Senador Lobão. Então, cedo o lugar para V. Ex^a. E, em seguida, falará V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há problema algum. Quem seria eu, modesto piauiense, admirador de V. Ex^a, para discordar dessa decisão, que é regimental. Ficarei muito feliz em aguardar a minha vez, tendo o privilégio de ouvi-lo antes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Em razão da amizade que nutro por V. Ex^a, do seu talento e da admiração que tenho por V. Ex^a, é que dou essas explicações complementares.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Explicação republicana. Fico feliz!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Republicanas!

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, hoje, para comunicar à Casa a aprovação, na manhã de ontem, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 268, de 2002, que ficou conhecido como Ato Médico.

Esse projeto, que foi por mim relatado, regulamenta o exercício da profissão da Medicina e sua área de atuação relativa às demais categorias da área de saúde.

A aprovação por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais, em turno suplementar, leva agora o projeto para o âmbito da Câmara dos Deputados.

Para mim, que, desde julho de 2004, assumi a relatoria do projeto, a aprovação nessa manhã foi a recompensa por todo o trabalho e envolvimento com um dos mais importantes textos em tramitação neste Parlamento.

A decisão tomada pelos Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais encerrou dois anos de intensa negociação com os representantes das 14 categorias da área médica envolvidas com o projeto.

Gostaria de agradecer a todos os Senadores que analisaram em profundidade o projeto de lei conhecido como Ato Médico e que votaram conhecendo a matéria.

Em especial, agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, pela paciência com que aguardou que realizássemos tantos encontros, tantas reuniões, com todos os setores envolvidos, para, então, trazermos o nosso substitutivo à votação.

Era preciso buscar o consenso entre todas as categorias, uma vez que atuam na área cerca de 2,3 milhões profissionais.

Por isso, empenhei-me a fundo em audiências públicas, videoconferências por todo o País, reuniões em assembleias, universidades, câmaras municipais, associações profissionais e em meu gabinete, num total de mais de 30 reuniões, nas quais ouvi cerca de 1.800 pessoas.

Tendo em vista a importância da matéria para a saúde pública brasileira – a Medicina é a única profissão de saúde que ainda não tem o seu campo de atuação definido em lei –, atuei com o firme propósito de entregar à sociedade um texto que fosse justo para os médicos e demais profissionais desta área.

Busquei um texto que harmonizasse as relações de trabalho no âmbito das equipes de saúde e que trouxesse benefícios à população.

O texto aprovado ontem atinge os objetivos a que me propus.

Embora a unanimidade não tenha sido alcançada, e sempre soubemos que isso não seria possível num universo tão extenso de personagens, o diálogo se deu de forma bastante satisfatória nos últimos meses.

Os representantes de todas as categorias promoveram um debate franco e de alto nível, que resultou em uma proposta consensual que atende os interesses da sociedade.

A principal diferença do substitutivo em relação ao PLS 25, de 2002, que tramitou apensado ao PL 268, de 2002, reside no abandono no conceito de Ato Médico.

A definição do campo de atuação do médico e de suas atividades privativas foi delimitada de forma a não interferir com as demais profissões de saúde cujas atribuições estão resguardadas.

Creio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que este é um ponto que é preciso destacar: em nenhum momento deixamos de trabalhar no sentido de atender aos interesses dos demais profissionais de saúde.

Sempre foi nosso objetivo e nosso pensamento que somente com uma ação integral e multidisciplinar

é que o paciente, o usuário do sistema de saúde de nosso País, poderá realmente ser bem atendido.

E foi ouvindo suas reivindicações que conseguimos um avanço significativo em relação ao projeto original, o que confere mais segurança às categorias profissionais que atuam na área de saúde.

Não poderia aqui deixar de agradecer e homenagear o Senador Tião Viana, que foi o Relator desta matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que muito colaborou para que os entendimentos ocorressem.

Da mesma forma, a definição das responsabilidades do médico no atendimento aos pacientes trará mais segurança à população usuária dos serviços de saúde.

O cidadão é um ser humano integral que melhora a sua qualidade vida com um atendimento digno à sua saúde.

É para ele que o sistema de saúde, público ou privado, deve funcionar de maneira efetiva, com qualidade e respeito ao indivíduo e à coletividade, de acordo com as normas da Organização Mundial de Saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante os dois anos em que trabalhamos no relatório dos dois projetos de lei que culminaram no substitutivo hoje aprovado, recebi manifestações das catorze categorias profissionais.

Sempre respondi a todas, mostrando quais as posições adotadas ao longo das negociações com os representantes dos mais de dois milhões de profissionais.

Nesse sentido é que, ao ver o substitutivo aprovado por unanimidade, senti-me tranquila e recompensada.

O esforço empreendido, não somente por mim, mas pelos profissionais que representaram os milhões de colegas em nossas reuniões, valeu a pena.

A decisão final foi deles, não minha.

Cada linha de cada artigo foi escrita com o consentimento deles.

O substitutivo foi feito a muitas mãos, o que dá ainda mais garantia de que representa o consenso da área de saúde no nosso País.

Integrantes desse sistema de saúde, médicos e demais profissionais, estão contemplados num novo projeto onde suas competências, atribuições e limites de atividades entre uns e outros estão definidos por eles mesmos, pelo trabalho que foi realizado.

Apesar dos importantes avanços incorporados ao texto votado no Senado, talvez o melhor fruto de todo o processo de negociação não esteja nele contido.

O clima de debate construtivo, que predominou na fase final das negociações dos projetos entre as

diversas categorias de profissionais de saúde, pode e deve ser aproveitado como modelo para a discussão de temas ainda mais relevantes...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Lúcia Vânia?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Eu acompanhei, Senadora Lúcia Vânia, toda a tramitação do projeto que diz respeito ao Ato Médico. Esta, sem dúvida alguma, é uma das iniciativas mais importantes no campo da Medicina no Brasil, faltava este diploma legal. Sei que não foi fácil construí-lo, pois participei das discussões sobre o projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – o Relator foi o Senador Tião Viana – antes que ele fosse apreciado quanto a seu mérito na comissão competente, ocasião em que foi relatado por V. Ex^a. Fui testemunha de sua luta, da sua paciência, da tolerância de V. Ex^a ouvindo partes em conflito até chegar a um consenso – a rigor, por ser impossível, não se chegou a um consenso absoluto, mas chegou-se o mais perto possível dele. Esteve aqui algumas vezes um dos médicos mais eminentes deste País, o Dr. Paulo Pontes, de São Paulo. Trata-se um nome respeitado no mundo inteiro. Ele participa de congressos internacionais como conferencista e brilha em nome do Brasil pelo talento, pela inteligência e pelos conhecimentos científicos que possui. O Dr. Paulo Pontes veio a mim, foi a V. Ex^a, emitiu opiniões, assim como fez também a Dr^a Mara Behlau, que é uma fonoaudióloga da maior capacidade também. V. Ex^a, ouvindo pacientemente todas essas correntes, acabou por conceber um substitutivo que, se não atendeu a todos, seguramente foi o mais próximo daquilo que poderia ser feito.

Portanto, cumprimento V. Ex^a por sua capacidade de articulação e pela capacidade que teve de ouvir, com paciência, as correntes em conflito em matéria de tamanha envergadura como esta. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Edison Lobão, por seu aparte. Foi com muito orgulho que sempre tive a assistência de V. Ex^a. Nos momentos mais difíceis, tivemos a companhia, como o disse V. Ex^a, do Dr. Paulo Pontes, que trouxe suas sugestões, assim como tivemos a companhia de outros médicos que, às vezes, comungavam da mesma posição, mas, no fundo, divergiam em alguns pontos. V. Ex^a acompanhou **pari passu** todos os momentos que enfrentamos. Agradeço a V. Ex^a esse carinho, esse interesse. A sua experiência também foi muito importante para que nós pudéssemos chegar aonde chegamos. Portanto, os meus agradecimentos por sua atuação.

Outro o aparte do Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Lúcia Vânia, quero aqui, mais uma vez – já o fiz na Comissão de Assuntos Sociais –, cumprimentá-la pelo magnífico trabalho que V. Ex^a levou a cabo, demonstrando paciência, conhecimento e habilidade para conciliar diversos interesses. Fui testemunha desse trabalho. Ainda ano passado, tive a oportunidade de propiciar uma reunião entre V. Ex^a e o Conselho Federal de Medicina, reunião solicitada pelo presidente do Conselho Regional de Medicina do meu Estado do Pará. Após aquela reunião, disseram-me que V. Ex^a estava imbuída dos melhores propósitos para atender interesses legítimos com vistas à regulamentação do exercício da Medicina, a mais antiga das profissões e a única ainda não regulamentada. V. Ex^a mencionou que foram realizadas inúmeras reuniões, algumas com mais de mil pessoas, para tentar conciliar o interesse de mais de quatorze grupos profissionais que defendiam que aquilo que já estava regulamentado sofresse alterações em seu parecer. Houve quase que unanimidade. O parecer de V. Ex^a obteve o reconhecimento de todos os segmentos profissionais envolvidos no processo. Tenho absoluta certeza de que, a exemplo da aprovação unânime no Conselho, haverá unanimidade no plenário. V. Ex^a será reconhecida por mais um trabalho desenvolvido em prol da sociedade brasileira. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço os elogios e os cumprimentos pelo projeto, Senador Flexa Ribeiro. Sempre pude contar com a presença de V. Ex^a na Comissão, como membro que é, e com o seu apoio. Portanto, quero dividir com V. Ex^a as alegrias deste momento, do qual tenho certeza de que também faz parte.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim. Em seguida, ao Senador Luiz Otávio.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, de forma muito rápida faço este aparte só para cumprimentá-la. V. Ex^a, de fato, fez um trabalho magnífico. Esse projeto está em debate há alguns anos e ninguém conseguia desmanchar o nó, como digo algumas vezes, para construir o grande entendimento e V. Ex^a conseguiu. Recebi, hoje, diversos depoimentos não só de médicos, mas também de outras categorias. Sei que está havendo um esforço enorme e sei também que V. Ex^a é de cumprir acordos. Lá foi dito que, provavelmente, haveria recurso ao plenário, mas percebo que há um movimento para que não aconteça isso e a matéria vá direto para a Câmara dos Deputados, onde se fará a discussão devida. Assim, caso tenha que se alterar alguma coisa e voltar para cá, isso faz parte. Mas quero também registrar que recebi um telefonema

hoje, homenageando V. Ex^a, de um oftalmologista, Dr. Marcos Ávila, que salvou uma vista minha alguns anos atrás. Ele fez questão de que a cumprimentasse pelo trabalho, em nome também não só dos médicos, mas de todos os profissionais da área da saúde. Entendo que se está construindo um grande entendimento e V. Ex^a é a grande mestra desse processo e dessa vitória para todos nós. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Paulo Paim e também quero dividir com V. Ex^a este momento.

V. Ex^a esteve ao nosso lado durante todo o tempo, inclusive ajudando nas negociações. Até na conciliação da última hora, V. Ex^a, como bom negociador, ajudou para que as coisas caminhassem e chegássemos ao dia de hoje.

Concedo um aparte ao Senador Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, apenas para deixar registrado nos Anais do Senado Federal que o Estado de Goiás, com certeza, tem enorme orgulho de ter V. Ex^a como Senadora da República, representando o Estado na Federação. Aqui, V. Ex^a é companheira e amiga de todos nós, Senadores e Senadoras, mas faço este registro principalmente pela sua capacidade de articulação, de convencimento. Não é apenas nesta matéria que V. Ex^a tem sido importante nas decisões desta Casa, mas, principalmente, pelo fato de o Ato Médico ter sido um assunto tão debatido, tão discutido e ter movimentado uma classe da área de saúde, não apenas os médicos como todos os enfermeiros, psicólogos etc. E em relação a essa matéria, a área de saúde do Brasil chegou a lotar as galerias do Senado, nas Comissões, na frente do Congresso Nacional. Em Brasília, movimentaram-se milhares de pessoas com o mesmo objetivo de trabalhar pela consciência, pela reformulação, pela renovação, pela modernização da área de saúde do País. E tivemos a honra e a satisfação de participar desse evento com V. Ex^a. Portanto, devo dizer que, realmente, foi por intermédio de V. Ex^a que se conseguiu até agora conciliar tantos interesses, tantas lutas. Mas agora, com certeza, todos encontramos um rumo e vamos apoiá-la para que consiga concretizar o sonho desse povo, o nosso povo brasileiro, que precisa tanto dessa área de saúde, uma área tão importante para nós. Certamente, V. Ex^a vai conseguir realizar a meta de tantas pessoas, de tantos profissionais e, principalmente, dos pacientes que dependem da área médica no Brasil.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço as referências elogiosas, Senador Luiz Otávio. Quero dizer que tenho podido contar com a confiança de V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para relatar projetos importantes. E V. Ex^a,

que é uma pessoa sempre muito dedicada ao seu Estado do Pará, sabe da importância que cada ato, cada gesto tem para nós, que somos políticos, nos nossos Estados. Portanto, sua fala, sua homenagem a Goiás por meio desse projeto é motivo de muito orgulho para mim. Muito obrigada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Já concluo, Sr. Presidente.

Somente com a união e a contribuição de todos os profissionais militantes nessa importante área poderemos construir um Sistema Único de Saúde que efetive o mandamento constitucional de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. José Maranhão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão para uma comunicação inadiável, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tornou-se freqüente, nestes últimos tempos, a polêmica maniqueísta entre as denominadas escolas econômicas desenvolvimentistas e monetaristas. Polêmica muito atual, pois invade as hostes dos que vão exercer decisiva influência no próximo governo.

O fulcro dessas discussões, no Brasil, parece estabelecer que ou se busca o crescimento, através de investimentos públicos agressivos, ou se mantêm organizadas as contas nacionais, que até aqui sofreiam os riscos de uma inflação destemperada.

Pergunto-me se não será falso esse dilema, surgido dos debates acadêmicos; se essa polêmica, tão ardorosamente defendida pelos seus arautos, não tem sido responsável pelo atraso do nosso desenvolvimento.

O fato colocado sobre a mesa de decisões é o de que, de um lado, ninguém deseja a volta do monstro inflacionário, e há de se fazer tudo para impedi-lo; de outro lado, torna-se dramaticamente premente um desenvolvimento que assegure aos brasileiros a qualidade de vida a que têm direito os que vivem num país

como o nosso, com riquezas e possibilidades dificilmente encontradas em outras nações.

O Prêmio sueco de Ciências Econômicas 2001, Joseph E. Stiglitz, em entrevista que concedeu ao **Correio Braziliense** a 21 do corrente novembro, faz a seguinte indagação a si próprio: “Por que o Brasil não pode crescer mais rápido?” E acrescenta: “Ninguém ainda me forneceu razões para crer que o Brasil não possa crescer nesse ritmo”, isto é, na média anual entre 5% a 7% antes da década de 80.

Joseph Stiglitz enumera as razões que o levam a acreditar ser este o momento – com um Presidente da República cuja credibilidade foi reforçada nas urnas – em um contexto que torna possível ao Brasil “experimentar um crescimento econômico mais rápido sem ter inflação”, superando a fase em que o crescimento da economia brasileira “ainda é acentuadamente limitado”.

O economista indiano Vinod Thomas – que passou cinco anos no Brasil como Diretor do Banco Mundial desta região – vai mais longe, segundo registra em seu livro recém-lançado **O Brasil visto por dentro**. Ele analisa que estamos (em PIB **per capita**) dez anos à frente da China. Os desafios do Brasil, segundo Vinod Thomas, são mais simples que os da China e Índia. Pouco nos falta para deslancharmos de uma vez. Em três ou quatro anos, o Brasil poderá crescer, segundo ele, “o dobro do que cresce até agora”, bastando mergulhar na busca das soluções possíveis. A seu ver, “a curto prazo, melhorar o clima de investimento, através de políticas públicas e, no médio prazo, através da segunda fase das reformas estruturais, na área da previdência, área tributária, área do trabalho”.

Em suma, irmanando-se à tese do consagrado detentor do Prêmio de Ciências Econômicas 2001, o economista indo-norte-americano defende para o Brasil a tese de que o País, independente da polêmica entre monetaristas e desenvolvimentistas, pode promover o controle das finanças públicas e investir ao mesmo tempo.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, parece-me ser exatamente essa a visão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo que depreendo de suas declarações divulgadas pela imprensa. Resta saber como fazê-lo, o que exigirá de Sua Excelência a formação de um Governo altamente qualificado e criativo.

Cabe aqui a citação de um novo trecho da referida entrevista de Joseph Stiglitz: “Todos os Países enfrentam uma decisão muito dura: quanto dos rendimentos precisa ser gasto em infra-estrutura e quanto tem de ser aplicado para aumentar o padrão de vida da população pobre. Ao aumentar o padrão de vida dos carentes, você pode aumentar a eficiência da economia”.

Nesse ponto, pode-se reconstituir a declaração do economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, referindo-se ao panorama econômico global extremamente favorável ao crescimento e à estabilização econômica na conferência “América Latina 2007: Previsões Econômicas, Financeiras e de Negócios: “...um cenário como esse só acontece duas ou três vezes por século, e o Brasil não tem sabido tirar proveito”.

Enquanto se debatem os temas acadêmicos, Sr. Presidente, estima o Unicef, órgão da ONU para a proteção da infância, que 1,5 milhão de crianças em todo o mundo morrem por ano por falta de água e de saneamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

No Brasil, dados do IBGE tabulados especialmente para o Unicef mostram que, em média, 5,33% das crianças e dos adolescentes vivem em casas sem acesso à água de qualidade. Os dados recortados por raça e etnia revelam grandes iniquidades no acesso à água. Entre as crianças negras, por exemplo, 7,85% não têm acesso à água limpa, enquanto que, entre as crianças brancas, esse índice é de 2,59%.

As maiores desigualdades, porém, são encontradas na análise de escolaridade das mães e por unidade da Federação. Entre as crianças filhas de mães com um ano de escolaridade, 14,51% não têm acesso à água de qualidade, ao passo que, entre as crianças filhas de mães com 11 ou mais anos de estudo, esse índice cai para 0,68%.

Sr. Presidente, a análise dos cientistas é longa, mas procura demonstrar que o que nos está faltando neste momento é, primeiro, crença no próprio País e, em seguida, uma administração que também acredite em si mesma e que possa liderar o Brasil para sua grande arrancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte

Aviso nº 488/MF

Brasília, 4 de dezembro de 2006

Assunto: Audiência Pública

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Ofício nº 2.017 (SF), de 28-11-2006, por meio do qual Vossa Excelência comunica a aprovação do Requerimento nº 1.144/2006, de autoria do Senador Jefferson Peres, convidando-me a expor, no

Plenário dessa Casa, “as grandes linhas da política econômica do segundo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Em resposta, e de acordo com entendimento mantidos com Vossa Excelência, confirmo meu comparecimento às 15 horas do dia 20 de dezembro de 2006.

Atenciosamente – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao Aviso do Ministro de Estado da Fazenda, lido anteriormente, e nos termos do disposto no inciso V do art. 398 do Regimento Interno, a sessão do dia 20 próximo, a realizar-se às 15 horas, será destinada ao cumprimento dessa finalidade. As inscrições para interpelações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda estão, portanto, abertas a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que a homenagem aos dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, que estava anteriormente marcada para a Hora do Expediente da sessão do próximo dia 20 de dezembro, será realizada, portanto, no dia 19.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os Srs. Senadores para comporem a comissão temporária criada nos termos do Requerimento nº 1.222, de 2006, destinada a acompanhar, junto ao Ministério da Defesa e ao Comando da Aeronáutica, as razões da grave crise por que passa, neste momento, a aviação civil brasileira e as efetivas providências que estão sendo encaminhadas para solucioná-la:

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

1. Antonio Carlos Magalhães (PFL)
2. Arthur Virgílio (PSDB)

PMDB

1. Ney Suassuna

BLOCO DO GOVERNO (PT/PSB/PL E PRB)

- Sibá Machado

PDT/PTB

1. Jefferson Péres (PDT)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Designo o Senador João Alberto Souza, Relator-Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2006 (MP320); e o Senador Edison Lobão, Relator-Revisor do Projeto de Lei de conversão nº 26, de 2006 (MP321).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há poucos minutos, discordei de um procedimento proposto legitimamente pelo Líder Romero Jucá na negociação de votação de medidas provisórias nesta Casa.

Favorável ao cumprimento do acordo feito com setores da agricultura brasileira, tão penalizada nos últimos anos, torci e trabalhei para que a votação da matéria fosse realizada hoje, mas também com o cuidado de que não houvesse nenhum compromisso de amarrar votações posteriores à Medida Provisória nº 320.

Senador Tasso Jereissati, a referida medida, por si só, pela sua origem, Senador Gilberto Mestrinho, já soa estranha. Ela modifica a legislação original que regulamenta a instituição dos portos secos no Brasil, que foi uma possibilidade de interiorizar o comércio brasileiro, propiciando a entrada de produtos estrangeiros em regiões distantes de fronteira marítima. Houve um planejamento, criou-se uma legislação que, se não se desenvolveu com mais rapidez, foi exatamente pela falta de condições técnicas e de pessoal do Governo para equipar e instrumentalizar a fiscalização e o acompanhamento dessa conquista.

O Governo manda uma medida provisória que elimina a licitação pública para essas concessões, transformando em cartórios, jogando por terra o princípio moralizador da isenção, que é a concorrência, a licitação, e escancara essas novas portas, essas novas fronteiras brasileiras dos portos secos. E, o que é mais grave, Senador Mão Santa, não há garantia de que, ao se instalarem em quantidade essas áreas, o Governo tenha condições de colocar ali fiscal da Receita, agentes da Polícia Federal, representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, para ficar só nesses casos. Até porque, Senador Gilberto Mestrinho, com toda a dificuldade e com toda a vigilância que temos, o Brasil estava eivado de ruas 25 de março e de feiras do Paraguai. Imagine V. Ex^a se instalarem, em distantes regiões do País, esses portos sem nenhuma fiscalização! Vamos ter uma invasão maior ainda de produtos de segunda, de terceira, de categorias desprezíveis, produtos que vêm principalmente dos Tigres Asiáticos, que levam grande vantagem sobre os fabricantes brasileiros pelas condições da legislação trabalhista que imperam nesses países.

Senador Mestrinho, é evidente que posso estar dizendo uma heresia, mas é a mesma coisa que expandir a Zona Franca de Manaus, uma conquista de

muitos anos, possibilitando que ela se espalhe sem nenhum critério regulatório pelo Brasil afora.

E aí, em nome da brasiliade, em nome dos interesses do País, vem a medida provisória a toque de caixa. E, prestem bem atenção, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Papai Noel vem chegando e o Governo, mandando as bondades. Não sei para quem, mas é uma enxurrada de medidas provisórias, que são jogadas nesta Casa goela abaixo – já não bastasse a orçamentária –, que colocam em brios os Senadores para aprovarem sem ler em detalhes. E corremos o risco diário e permanente de cair na esparrela que caímos naquele voto envolvendo a conquista do trabalhador e do cidadão brasileiro, que é a da inalienabilidade do imóvel único.

Não sou contra, mas acho, Senador Tasso Jereissati, Senador Gilberto Mestrinho, que essa é uma questão que tem de ser melhor discutida. Temos de realizar pelo menos uma audiência pública envolvendo partes favoráveis e contrárias a essa questão, porque, Senador Mão Santa, podemos estar aqui diante de uma bomba de efeito retardado, geradora de desemprego. Vamos colocar milhões e milhões de produtos, toneladas e toneladas de mercadorias vindas de fora, para espalhar no mercado, concorrendo com as indústrias locais.

Quero dizer, com a transparência com que procuro exercer o meu mandato e com franqueza, que já alertei autoridades do Governo, Líderes desta Casa, para essa questão. A pressa na aprovação dessa medida provisória não é de bom alvitre. Essa matéria tem de ser discutida com vagar, até porque ela vai de encontro à política anunciada pelo Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito, permita-me a interrupção.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É que, quando fui ler a designação dos Líderes para a comissão que criamos ontem com a aprovação do requerimento, não li o nome do Senador Arthur Virgílio, que é o quinto membro da Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que comissão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A comissão composta pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, Ney Suassuna, Sibá Machado e Jefferson Péres, destinada a acompanhar junto ao Ministério da Defesa e ao Comando da Aeronáutica a grave crise que assola o País.

Agradeço a V. Ex^a, que continua com a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Parabenizo pelas escolhas. São todos Senadores de cinco

estrelas, à altura de conviver com as autoridades que comandam essa área.

Senador Gilberto Mestrinho, essa questão precisa ser discutida à exaustão. Precisamos ouvir o Ministério da Agricultura, que vai fiscalizar a entrada de produtos que são submetidos por legislação a esse tipo de controle; o Ministério da Saúde e a Receita Federal.

Não podemos de maneira nenhuma permitir que isso aconteça, até porque esse projeto também modifica a modalidade de pagamento; enfim, reforma de maneira pouco clara uma legislação que foi criada lá atrás, aprovada nesta Casa após exaustiva discussão.

Acho, por exemplo, que o ex-Diretor-Geral da Receita, Sr. Everardo Maciel – sob cuja administração foi exatamente criado esse mecanismo –, é um dos que precisam ser ouvidos; como o Dr. Rachid, que é um homem que trata com mão-de-ferro essa questão tributária e de combate à evasão – não só à evasão, como à elisão fiscal, que é um direito que ele tem como arrecadador da Receita. Precisamos ouvir as partes.

Fica aqui, portanto, Senador Renan Calheiros, o registro e a certeza de que as Lideranças da base do Governo irão tomar as devidas providências.

Outro fato que quero trazer, neste País que está vivendo de apagão em apagão, é uma questão já não mais dos portos secos, mas dos nossos portos. Houve um acidente, há cerca de sessenta dias, estranho e misterioso, envolvendo uma traineira e um petroleiro no Rio de Janeiro. De quem foi a culpa? O que fez com que pessoas morressem naquele acidente? Equipamentos superados? Falta de fiscalização? Falta de sinalização? Ou também a decadência de um sistema, como aconteceu agora na aviação?

Lá, naquele caso de menor repercussão, os culpados ora eram os comandantes do petroleiro, ora os funcionários da traineira, que faziam trabalho na área atendendo a contrato prestado a uma empresa. Mas isso é pouco, é preciso clareza. E é preciso que nos antecipemos a esses fatos. Nós precisamos, Senador Flexa Ribeiro, nos adiantar às soluções. Por que as providências no Brasil só são tomadas quando há mortes e os fatos são irremediáveis? É sempre assim.

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a é testemunha, Presidente que já era da Casa, de um acordo que eu fiz com o Governo, Senador Mão Santa, em relação à aquisição de escada magirus, por parte do Governo, para Teresina, capital do meu Estado. Uns acharam que eu tomei uma atitude correta – outros, não – em ter suspendido aqui uma votação do Orçamento. V. Ex^a, Senador Mestrinho, era o Presidente, mas sabe que o Governo só entende o jogo bruto. A palavra do Governo não é cumprida. Esses acordos que são propostos aqui, contra os quais eu muitas vezes reajo, não

têm seqüência e não têm consequência. Esse acordo para aquisição da escada não era para servir a mim, pessoalmente, mas para servir à minha cidade. Quem ele iria beneficiar? O Governador do Estado, porque a aquisição foi feita na gestão dele. Eu continuo rezando para que não haja necessidade de usá-la, mas que ela esteja lá.

Até hoje, Senador Gilberto Mestrinho, ninguém honrou aquele compromisso. V. Ex^a se lembra de que, naquele dia, suspendemos a sessão e recebi telefonemas do Secretário do Ministro da Justiça, que só age de maneira republicana. Espero que, em nome desse seu compromisso, ele determine ao seu assessor imediato o cumprimento dessa promessa. Recebi telefonema do Secretário-Executivo do Ministro do Planejamento e também da Ministra Dilma, que é tida – não digo como uma dama de ferro – como uma mulher forte, como uma pessoa do Governo que tem credibilidade.

Senador Renan Calheiros, o Governo do Presidente Lula tem duas fases e dois períodos: a da regência trina, quando comandavam Dirceu, Delúbio e Gushiken, e a da regência una, comandada pela Dr^a Dilma. É evidente que o comando ficou mais firme. As pessoas têm mais respeito, as coisas têm mais seqüência, mas, nessa questão, continua uma caixa-preta.

Daí a dificuldade que nós, da Oposição, Senador Renan Calheiros, temos de assumir compromissos, pois sabemos, de antemão, que não serão cumpridos. Fizemos um acordo aqui, envolvendo o ex-Presidente Sarney, envolvendo as Bancadas do Piauí e do Maranhão, para a construção do gasoduto, e até hoje nada foi feito. O Governo do Ceará fez um acordo com a Petrobras para a construção de uma siderúrgica, tiraram retratos e tudo mais e, até hoje, não teve seqüência. Um diretor importante da Petrobras chegou a dizer que o acordo não foi feito. Calou-se depois que viu as fotografias.

O Governo foi ao Acre reinaugurar o Correio Aéreo Nacional, o nostálgico Correio Aéreo Nacional, Senador Mão Santa, no qual estudantes, muitas vezes, pegavam carona para irem do Norte e do Nordeste ao Rio de Janeiro, a São Paulo, e vice-versa. O Correio Nacional foi reinaugurado. Foi uma festa: o Presidente passou três dias no Acre, foi a uma cidade do interior, colocou as malas dentro do avião – a FAB comprou avião novo –, depois, parou. As coisas não podem ser assim!

Em relação à eclusa de Tucuruí, os recursos aprovados, Senador Mestrinho, V. Ex^a sabe... Se aquela eclusa tivesse sido feita, Senador Flexa Ribeiro, no primeiro ano do atual Governo, seria um tapa de luvas no Governo anterior e já estaria se pagando de maneira satisfatória, porque retiraria aquele gargalo, aquele

entrave no escoamento da produção, principalmente de minério de ferro, produto que aquela região potencialmente tem a oferecer ao País. Lamentavelmente, as obras virtuais do Governo estão trazendo as consequências desagradáveis que conhecemos.

Há um ditado popular que diz que o cidadão às vezes joga um cesto de pedras para cima e se esquece de sair de baixo, e elas caem uma a uma na cabeça de quem as jogou. O Lula é vítima disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna para anunciar, com muita alegria, aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado que o Governo do Estado do Pará criou o que está sendo considerada a maior área ambiental protegida por lei de todo o planeta.

Na manhã da última segunda-feira, dia 4, em Belém, o Governador Simão Jatene assinou decretos de criação de quatro florestas estaduais, uma área de proteção ambiental (APA), uma estação ecológica e uma reserva biológica, somando mais de 15 milhões de hectares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só para se ter idéia, essa área é superior aos territórios de Portugal, Dinamarca e Suíça reunidos. Deveria ser maior ainda já que outras duas áreas ficaram de fora dos decretos estaduais por decisão da Justiça Federal.

A assinatura é importantíssima para o nosso querido Estado do Pará, nobre Senador Luiz Otávio. O setor florestal, que V. Ex^a muito tem defendido - assim como, em todos os momentos, os interesses do Estado do Pará e do Governo - representa o segundo item na pauta de exportação da balança comercial paraense, ficando atrás apenas do setor mineral. Em 2004, a indústria madeireira exportou US\$1,1 bilhão. Por isso, é de suma importância a estruturação do setor e proteção das áreas ambientais não só para a manutenção da atividade econômica, mas também para o equilíbrio ecológico da região e do planeta Terra.

O trabalho do Governador do Estado do Pará foi acompanhado de perto por entidades de prestígio na área ambiental e que trabalham em nosso Estado, como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e a ONG Conservação Internacional.

Na cerimônia de assinatura dos decretos, houve também a presença de representantes da WWF, que apoiou a criação das áreas em nota divulgada.

O Governador do Estado do Pará também assinou projeto de lei da maior importância, criando o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor), que será encaminhado ao Legislativo para votação. O Ideflor será uma autarquia com o objetivo de gerir a política estadual, voltada para a produção e o desenvolvimento florestal, tanto de florestas nativas, públicas e privadas quanto plantadas, como define a Lei Federal nº 11.284 de 2006.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Valdir Raupp, a criação das áreas impede a ação dos grileiros, já que eles agem com a expectativa do direito à terra, que não mais existirá ou será bastante reduzida com a determinação de que a área é pública.

Se antes o Pará tinha uma proteção por lei de apenas 43,8% do seu território, hoje esse percentual saltou para 55,4%. E poderia ser maior – 66,4% –, caso a Floresta Estadual Amazônia e a Área de Proteção Ambiental - APA, Santa Maria do Uruará, localizada na Foz do Rio Xingu, não tivessem sido impedidas de criação por decisão judicial federal.

É importante salientar, Senador Mão Santa, que não é a primeira vez que o Governo do Estado toma a iniciativa de ordenar a sua extensão territorial. No ano passado, a Assembléia Legislativa aprovou o Macrozonamento Econômico-Ecológico, ZEE – inclusive V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, que neste momento preside à sessão, tem conhecimento disso, já que o seu Estado, talvez tenha sido um dos primeiros do Brasil, senão o primeiro, a criar um zoneamento econômico-ecológico. Esse zoneamento, no Estado do Pará, foi elaborado por órgãos estaduais, que definem o tipo de ocupação recomendada para cada área do Estado.

Para quem não conhece o Macrozonamento do Estado, seria bom – diria até que seria um aconselhamento – e importante, V. Ex^a, analisá-lo, para verificarem o belo trabalho desenvolvido pelo Governo do Pará.

Não podemos deixar de ressaltar também, nesta oportunidade, pois os paraenses, que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, sabem que a criação dessas unidades não foi elogiada somente por entidades ligadas a questões ambientais. A classe produtiva do Pará – os setores produtivos e empresarial – aplaudiu a iniciativa por considerar que fará com que a exploração florestal aconteça, obedecendo o manejo sustentável, que é uma premissa de utilização racional dos recursos de base florestal.

É importante que se diga aqui, Senador Gilberto Mestrinho – V. Ex^a sempre foi um defensor competente e determinado do uso comercial da riqueza que é a Floresta Amazônica –, e V. Ex^a, repetidas vezes, tem dito que o homem deve ser o foco principal das ações governamentais, que não podemos, por uma solução

preservacionista, prejudicar o desenvolvimento humano. Portanto, Senador Gilberto Mestrinho, os atos assinados pelo Governador Simão Jatene, no Estado do Pará, na última segunda-feira, criou a maior área contínua protegida do Planeta e, com isso, torna possível, com o ordenamento jurídico e legal, explorar economicamente as áreas destinadas para tal fim.

Então, os empresários terão oportunidade, por meio de um processo de concessão, de fazer a exploração sustentada dessas áreas. E essas riquezas que são renováveis serão permanentemente colhidas, para melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, sem que tragam, com certeza absoluta, a deterioração ou a depredação da floresta que todos nós tanto amamos e queremos preservar.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, estou ouvindo, com muita atenção, o discurso de V. Ex^a. Nós, da Amazônia, entendemos que a região vem sendo engessada há algum tempo para impedir o seu desenvolvimento. A criação de reservas atinge hoje mais de 40% da área da Amazônia. São reservas indígenas, ambientais, de conservação, ecológicas, e outras, enfim, o fato é que as reservas são demarcadas – e a Amazônia está cheia delas –, estabelecidas, depois são abandonadas, como ocorre, principalmente, com os tais parques nacionais. Temos, por exemplo, no Amazonas, o Parque Nacional do Jaú, o maior Parque Nacional do mundo, como dizia, em alto e bom som, o Ministério do Meio Ambiente. Só que o Parque Nacional do Jaú era ocupado, próximo ao rio Negro, por poucas pessoas que ali viviam secularmente. Mas, com a criação do Parque Nacional do Jaú, essas pessoas foram expulsas do Parque Nacional do Jaú para serem miseráveis no Município de Novo Airão. Ora, ser miserável em Nova Iorque já é ruim, imaginem ser miserável em Novo Airão e nas condições existentes à época! Então, se a reserva que o Governo do Pará criou – e o Pará já tem o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que ocupa uma extensa área, área riquíssima em minérios, que já está engessada – tem o objetivo da exploração racional, tudo bem, desde que não prejudique os moradores da região. No entanto, essa exploração racional da Floresta tem de ser orientada, não no sentido de se exigir um plano de manejo impraticável, mas que as indústrias que lá se instalarem também tenham condições de trabalho, e não como é feito hoje, em que, antes de o fabricante se estabelecer, ele tem de fazer uma reserva de reserva de matéria-prima por 30 anos; ninguém sabe se, nesses 30 anos, a madeira vai ter valor. Mas, se essa área foi

demarcada para desenvolver um trabalho racional de exploração, meus cumprimentos ao Governo do Pará. No entanto, se obedecer a sistemática usada até hoje para demarcar as reservas no Brasil, especialmente na Amazônia, tenho pena dos produtores de madeira do Pará, a quem tanto já defendi, por se constituir em uma das riquezas, uma das atividades mais importantes do Pará, que se desenvolve no interior do Estado, prendendo o homem a terra; mas se o objetivo for o de valorizar a exploração racional, de gerar emprego e riqueza, parabéns ao Governo do Pará e a V. Ex^a, que sempre acompanhou esse trabalho. Mas, se não for assim, nobre Senador Flexa Ribeiro, tenho pena do Pará!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço e incorporo o aparte de V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho, que enriquece o meu pronunciamento. O seu conhecimento na questão ambiental amazônica é divulgado e reconhecido internacionalmente. Quero tranqüilizá-lo, porque parte das áreas criadas pelo Governo do Estado destina-se à exploração sustentada, de tal forma que as empresas possam manter a sua atividade, como V. Ex^a bem disse e eu falei no início do pronunciamento. Essa é a segunda maior atividade econômica do Estado do Pará, somente suplantada pela atividade mineral, e estava indo à insolvência, face o engessamento que o Ministério do Meio Ambiente estava provocando em nossa região, não só no Pará, como também em todos os Estados da Região Amazônica – o Senador Valdir Raupp muito bem sabe disso.

Estivemos aqui, diversas vezes, com a Ministra Marina Silva, mostrando que o zoneamento econômico-ecológico, há mais de um ano aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa do Estado, definia, no pensamento dos paraenses que conhecem as nossas necessidades, exatamente as áreas do Estado que deveriam ter ação de forma intensiva, ou uso sustentado, ou então uso restrito. Mas é impossível manter o que se tem hoje, produzindo-se e inflando-se a grilagem de terras, que é criada pela expectativa de resultado econômico no futuro, e avançando-se nas áreas ainda “não-antropizadas”, porque não se regulamentavam áreas já “antropizadas” que poderiam ter uso intensivo – que eram e são ainda restritas pelo código florestal, que precisa e deve ser revisto por este Congresso Nacional, pelo Senado Federal.

Então, o zoneamento econômico-ecológico do Estado do Pará evidencia exatamente isto: na visão dos paraenses, o que deve ser preservado, o que deve ser explorado economicamente de forma sustentável e o que pode ser explorado de forma intensiva, porque essa área já está “antropizada”. Lamentavelmente, não

tivemos apoio do Ministério do Meio Ambiente, para que esse zoneamento fosse, então, implementado.

E, lamentavelmente, ainda, de uma forma de cima para baixo, o Ministério do Meio Ambiente continua criando áreas de proteção, áreas de Resex, de extrativismo no Estado, e outras que dificultam ou impedem o desenvolvimento do Estado. Então, a ação do Governo do Estado foi mostrar que o Estado, por meio da sua soberania, sabe o que quer nas suas áreas e que é necessário fundamentar e apoiar o segmento da indústria madeireira.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho, pois muito me honra poder trocar informações com V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – De fato, nobre Senador Flexa Ribeiro, o Governador Jatene fez bem, agindo assim. O Governo Federal e o Ministério do Meio Ambiente são sucursais de ONGs contrárias ao desenvolvimento brasileiro, comandadas pela WWF e pelo Greenpeace. Esses que mandam! Inclusive, o Greenpeace leva nos seus navios os fiscais, os funcionários do Meio Ambiente, do Ibama, para multar no interior e dar as ordens. Essa é a realidade. Vamos fugir disso por quê? Porque eles têm uma missão aqui no Brasil: engessar a Região Amazônica, acordo feito, há pouco tempo, com a coroa inglesa, com a coroa britânica, pelo Governo brasileiro. Essa é a dolorosa realidade! Então, o Código Florestal, que se quer reformar, é absurdo e foi feito às pressas, para ser dado de presente ao Clinton, que, de repente, resolveu vir aqui.

Então, foram correndo fazer o Código, porque há um xiita que vive do ambientalismo, o Al Gore, que, como vice-presidente, queria dar ao Clinton aquele documento, que era o Código Florestal. Pelo Código Florestal, apenas 4% da Amazônia podem ser explorados, porque um pouco mais de 20% são terras públicas, um pouco mais de 20% são reservas indígenas, outros 20% são áreas já reservadas. Sobram 20%. De terras privadas só há na Amazônia 22%. Então, só se podem explorar 4% disso, porque são 20% de 22%, que são 4,4%, o que não é nada. Mas, quando divulgavam a notícia, diziam que queríamos explorar 50% da floresta. Não. Pelo Código são 4,4%. Então, os Governos da Amazônia deveriam levantar-se, usar seu direito soberano de estabelecer regimes em sua Região, na sua terra, para que sobretudo o homem que vive lá há muito tempo seja protegido e possa trabalhar. Fora disso, a nossa Amazônia é tão rica e tão caluniada. Agora estão falando do aquecimento da terra e da mudança climática. Ao analisarmos a história geológica da Terra, vemos que através de milênios tem havido mudanças climáticas. A Terra já foi muito

quente, muito fria, é sempre assim. A nossa floresta amazônica surgiu depois que o mar foi expulso de lá, na última glaciação. A floresta surgiu numa área totalmente deserta, que parecia o cerrado do Mato Grosso. A única região do mundo que era um deserto, praticamente, virou a maior área florestal do mundo. Por que isso aconteceu? Porque grande quantidade de gás carbônico se deslocou para aquela região. E, hoje, a região com maior concentração de gás carbônico sobre a atmosfera é a amazônica. Como o gás carbônico é pesado, desce e se transforma em madeira, daí a nossa floresta. Então, a Amazônia não tem nada com o aquecimento solar, nada disso.

Por que está ocorrendo o aquecimento solar? Raciocinem: há quantos anos, há quantos séculos, toda a riqueza mineral e, posteriormente, a do petróleo vêm do centro da Terra? O que é a Terra? Um grande continente, com um conteúdo de rochas, de minérios, de petróleo. E, no centro da Terra, há o magma, que é uma quantidade grande de fogo, daí os vulcões, de vez em quando, jogarem um bocado de lavras na atmosfera. Mas o homem está tirando de lá, por dia, mais de 80 milhões de barris de petróleo – isso vem do centro da Terra. Então, aquela camada líquida sai. O homem tira o ferro, o ouro, a prata, o gás e uma série de produtos do centro da Terra, e o magma se aproxima mais da superfície e aquece o oceano. Quem gera o clima na Terra são os oceanos; não são as florestas, não é a floresta Amazônica, nem o sol. Com o aquecimento dos oceanos, vem a evaporação maior, que provoca essa chuvarada que está inundando o mundo; o aquecimento do mar gera calor e muito frio também. O pessoal esquece-se de que, quase todo ano, morrem pessoas de frio na Europa e na Ásia, por causa do esfriamento da Terra. Essa é a realidade.

Não é uma queimadazinha que fazem lá na Amazônia – sou contra, mas fazem – que está alterando, não. A madeira que cai dos leitos dos rios, que desce os rios – porque é natural serem levadas para dentro dos rios – essa gera mais gás carbônico do que a queimada na Amazônia; e ninguém diz isso. Porque quando a madeira se desfaz ela volta a ser gás carbônico, e a atmosfera é suja pelo gás carbônico. Essa é a realidade. Se o Pará fez isso, deu um grande passo. Agora, é preciso que haja continuidade, que o Governo não crie e depois abandone. Parabéns pelo seu discurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Gilberto Mestrinho e, a sua experiência como Governador por diversos mandatos no Estado do Amazonas e o conhecimento que tem da questão ambiental na nossa Região nos tranqüiliza de ter a certeza de que os decretos assinados pelo Governador, eles serão encaminhados e serão fiscalizados e

regulamentados por um Instituto de Desenvolvimento Florestal que dará seqüência e consequência aos atos legais que foram assinados na última segunda-feira.

Eu agradeço a generosidade do Senador Valdir Raupp que preside a Sessão, só concluindo o pronunciamento de hoje.

Gostaria de informar que a assinatura dos decretos foi notícia de cunho positivo na imprensa respeitada do mundo todo. O Jornal inglês **"The Independent"** elogiou a iniciativa do governo paraense. O Governador Simão Jatene, entrevistado.

O Governador Simão Jatene, entrevistado pelo jornal, foi definido como: "Uma nova geração de políticos estaduais no Brasil" que "Está pondo fim na destruição da floresta". Já a BBC on-line também deu destaque ao assunto, assim como o **New York Times** que informou: "Brasil protege grandes áreas da Amazônia".

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço minha as palavras do Governador Simão Jatene ao decretar a criação de mais de 15 milhões de hectares de áreas protegidas no meu Estado do Pará:

"Esses decretos possibilitam a mudança do foco e da lente dos que olham o Pará e a Amazônia como almoço ou santuário. Não somos nenhuma coisa nem outra. Não podemos cair nessa armadilha. Agora temos um instrumento legal, poderoso para utilizar a natureza, incorporando o homem. Medida baseada na Lei de Macrozoneamento Ecológico-Econômico será capaz de promover o desenvolvimento sustentável e de separar o joio do trigo. Quem quiser produzir, dentro da legalidade ambiental, será bem-vindo. O zoneamento não é do Governo, é do Estado do Pará".

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa, V. Ex^a me permite que eu resuma tudo isso em um filósofo só?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Disse Sófocles: Muitas são as maravilhas da natureza; mas a mais maravilhosa é o homem. Então, o homem é a prioridade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Isso dito há milênios. Não é?

Já traduz e sintetiza tudo aquilo que, tenho certeza absoluta, os Senadores Mão Santa, Gilberto Mestrinho e Valdir Raupp, enfim todos os Senadores, sabem, ou seja, que o foco de nossa atenção e de todas as ações políticas e de governo têm que ser um só: o homem. É para isso que temos que trabalhar, é

para isso que temos que desenvolver ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida do homem, sem distinção de gênero.

Era o que eu tinha a dizer. Agradeço a V. Ex^a por estender o meu tempo.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Como estou permitindo com V. Ex^a, Senador, gostaria que, após o seu pronunciamento, V. Ex^a presidissem a sessão para que eu possa fazer o meu.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Valdir Raupp que preside esta sessão, Senadoras e Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros que nos ouvem e nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado e leitores do **Jornal do Senado**, professor Gilberto Mestrinho, estou vendo ali Rui Barbosa. Senador Valdir Raupp. Rui Barbosa está ali porque teve coragem – foi Senador da República por 32 anos!

Senador Flexa Ribeiro, ele foi oposição no Império; ele tramou derrubar os reis; ele ajudou a libertar os escravos. Então foi oposição às normas do Império e fez nascer a República. E, então, se enquadrou; foi governo, Raupp – V. Ex^a está encantado com este Governo! Rui Barbosa foi Ministro da Fazenda de Deodoro, de Floriano. Ministro da Fazenda, dono da chave do cofre. Aí os militares queriam colocar outro militar. Mestrinho, ele disse: "estou fora". Ele que tinha tramado contra o Império, contra os reis, disse: "estou fora!" E foram convencê-lo: Não, V. Ex^a volta a ser Ministro. Presidente Sarney, ele disse: "não troco a trouxa de minhas convicções pelo Ministério".

Atentai bem, Presidente Sarney, este Governo está uma lástima. O PMDB não está nele, não. Não vamos fazer parte disso. Ó, Raupp, leve lá este recado para esses aventureiros que querem desvirtuar. Olhai a verdade! E eu fiquei pacientemente esperando.

Mestrinho, aprendi, lá no Nordeste, onde eles dizem: é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. Não há Duda Mendonça que esconda isso; não há Globo nem mídia, nem Lula.

"Cai número de alunos que concluem ensino básico". A mídia todinha de propaganda. Mas não se tapa o sol com a peneira.

“Cai número de alunos que concluem ensino básico”. Que vergonha, Lula! Tiraste o Boris Casoy por dizer isso. Que vergonha! Aqui assenta o espírito de Boris Casoy. O resto é a mídia comprada, paga pela Petrobras, que nos rouba a todos os brasileiros. É o petróleo mais caro! Que petróleo é nosso?! Fica inventando aí despesa extra. Não aprende nem isso do Chávez. Um tanque de gasolina na Venezuela é R\$5,00. Botem aí vocês, brasileiras e brasileiros.

Este é o Governo da mentira! E a verdade está aqui. E quis Deus adentrasse o plenário um homem de vergonha do Piauí, que foi Senador e que governou Minas. Olhai lá a verdade: Francelino Pereira, que aqui incorporo.

Rui Barbosa ganhou as eleições no Piauí, Senador Raupp. Aprenda a grandeza. Mandamos o Francelino Pereira governar Minas. E estou aqui em nome dessa gente, de Evandro Lins e Silva, de Carlos Castello Branco, de João Paulo dos Reis Velloso, de Petrônio Portela, de Lucídio, de Francelino Pereira.

Mestrinho, eu tenho minhas crenças: creio em Deus, creio no estudo e creio no trabalho. Estou aqui, Lula, pelo estudo e pelo trabalho. V. Ex^a é um mau exemplo. Ô Flexa Ribeiro, mau governante está ali: é o pior Presidente da República nos 506 anos de Brasil! Pior do que os das Capitanias Hereditárias, do que os governadores-gerais, do que os do Império e do que todos. É educação. Não há esse negócio de apagão aéreo, não. Isso é muito pouco. Aqui, a falta é de vergonha. Isso é uma vergonha! Tanta propaganda! Caiu o número. Um quadro vale por dez mil palavras.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Senador Mão Santa, peço permissão a V. Ex^a para interrompê-lo a fim de prorrogar o prazo da sessão por mais vinte minutos. V. Ex^a usa mais dez minutos e eu uso dez para fazer meu pronunciamento.

Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Atentai bem, Sr. Presidente: bem ali, no Chile, Mestrinho, eram oito anos de ensino obrigatórios. Porém, no governo de Ricardo Lagos – Presidente, que foi Ministro da Educação –, foi editada uma lei que instituiu o ensino obrigatório de 12 anos. Aqui – atentai bem, Flexa Ribeiro –, dos que se matricularam em 1997, esperava-se que 65,8% terminassem o curso. Foram só 52%. Caiu. Deixaram as escolas.

Aquela perspectiva caiu. E, no Nordeste? Como que o Nordeste... É, enganou-se. Mas essa eleição não me apavora, porque sou um homem cristão, ô Raupp. E nós, cristãos, sofremos quando Cristo disputou a eleição, e Barrabás ganhou Dele. Poder não nos assombra. É Presidente? É. Nero foi imperador.

Calígula foi imperador. O fato é que está aqui. O que se vê é propaganda, enganação.

Senador Raupp, a V. Ex^a, encantado pelo Governo, estou apresentando dados do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um órgão do Governo. Ô Flexa, desligue aí o telefone e ouça esses números. Sei que V. Ex^a quer fazer uma propaganda do Fernando Henrique Cardoso, que é do PSDB e privatizou a telefonia...

No Nordeste, pouco mais de 30% concluíram os oito anos; os outros saíram antes. No Chile, eram oito anos, ô Flexa Ribeiro, mas Ricardo Lagos – que era um Cristovam Buarque, foi Ministro da Educação e Presidente – criou uma lei naquele País, obrigando cada chileno hoje a ter 12 anos de escola. Aqui, são oito anos, mas se deixa pela metade. No Sul e no Nordeste, um terço do previsto. Caiu!

Como vamos para frente sem educação?

Flexa Ribeiro, um quadro vale por dez mil palavras. Eu vinha ali da Itália, e nós vemos a educação. Esse País vai bem? Quando eu fui àquela fonte onde jogamos uma moeda, eu estava imaginando: às 3h da madrugada, três mil pessoas estavam jogando moedas!

O Rio de Janeiro é bonito. Flexa Ribeiro, vá andar com a sua esposa pelo Rio de Janeiro às 3h da madrugada, na Praça Paris, na Cinelândia ou na Rua do Ouvidor.

Estamos mal educados, porque este Governo só faz propaganda. Ele não está educando. Está caindo! Nós deveríamos crescer e melhorar.

Mas, Flexa Ribeiro, quando eu cheguei a São Paulo – agora, vou dar um quadro do que é o nosso Presidente da República, pois estou aqui como Rui Barbosa, em cujo mandato, na sua maior parte, esteve na Oposição – e estava no aeroporto numa dessas lojas de conveniência, Senador Valdir Raupp, onde havia uma livraria. De repente, entraram dois jovens que traduzem o Brasil de hoje. Eram dois jovens, e eu estava com a minha mulher, Adalgisa, e um deles disse: “Livro?! Tenho horror a leitura! Detesto ler!”

Esse é o nosso País. O Presidente da República disse que era uma canseira ler uma página; era pior do que fazer uma hora de esteira.

Apagão?! Isso aqui é muito mais grave. Caiu!

Os dados são da Presidência da República. “A tendência é menos gente se formar”, diz o consultor da Fundação Cesgranrio, especialista em indicadores educacionais, Sr. Ruben Klein.

Ô Raupp, V. Ex^a foi prefeitinho e Governador. Ô Flexa, eu fui e tinha uma placa na minha cidade. Cresci no Rio e vi Lacerda. “Há vagas”. Aqui, não há, não. Há saída!

Não existem mais creches. Raupp, sabe por que nós estamos aqui? Porque o Governo Federal era melhor. Nós fomos Prefeitos. Creche era fácil. Tinha a LBA somente para abrirmos creches. Não existe mais creche. A creche é para pobre. Existe essa enganação do Bolsa-Família.

Entre o Lula e o Luiz Gonzaga, eu sou Luiz Gonzaga! Ele é de Pernambuco, mas o Pernambuco verdadeiro. Luiz Gonzaga, ô Zezinho! O Zezinho é de lá e sua mulher também, do Nordeste. Luiz Gonzaga disse em versos: "Uma esmola que se dá a um homem são ou o mata de vergonha, ou vicia o cidadão". Essa é a perspectiva, porque escola não estão dando, não; estão é diminuindo os índices de escolarização.

Ô Lula, estou aqui porque estudei. Flexa Ribeiro, vou completar quarenta anos de exercício da Medicina agora, em Fortaleza. Eu acredito em Deus, no estudo e no saber. O estudo leva ao saber, e o trabalho faz as riquezas. Essas são minhas crenças, Raupp. Por isso não estou nesse barco. O que me prende ao PMDB são os mortos, e não os vivos que estão a negociar e a mendigar cargos. Inspiro-me em Ulysses, Tancredo, Teotônio, Juscelino, cassado, e Ramez Tebet, morto recentemente. Este é o PMDB que fez renascer a democracia. Atentai bem: foi o povo que criou a democracia. E o jogo é claro: o povo é soberano. O povo elegeu o PT, para que governe e tenha a responsabilidade. Não me venha com essa irresponsabilidade de diminuir os índices da educação. E nós, que não ganhamos, somos Oposição.

Pergunto ao povo brasileiro, ô Flexa Ribeiro. Tivemos muitos Presidentes, e não sei o nome de dez. Sei de Rui Barbosa, que perdeu a Presidência, Lula, mas se engrandeceu fazendo Oposição, dizendo que só havia uma salvação: a lei e a justiça, ensinando aqui que ao trabalho e ao trabalhador deve-se dar primazia; ele vem antes, ele faz a riqueza e o capital, não este Governo, que se aproveitou do nome do trabalhador para enganar e chegar ao poder e servir aos banqueiros e aos exploradores – aí estão os mais altos juros e tributos!

Este é o pior Governo da história. Vivemos o pior momento da democracia. Democracia não é eleição, não. Eleição é uma partícula da democracia. Democracia foi instituída quando o povo destronou os reis absolutistas, quando o poder era único. A primeira coisa que fez a inteligência humana, com Montesquieu: dividir o poder. Aqui está um desses poderes. Esse Poder que se acocora rapidamente e dá altos salários – há brasileiro ganhando R\$ 40 mil hoje –, e é rápido! No entanto, ontem, negamos aos aposentados 16%. Os aposentados do Brasil, ô Lula, estão a se suicidar. Senador Flexa Ribeiro, sou médico há quarenta anos,

trabalhei muito, e sei: eles estão se suicidando. Nunca houve tantos suicídios entre os aposentados no Brasil como hoje.

Outro dia, meu padrinho do Rotary, um homem de bem – todo o Piauí se abalou –, enforcou-se. Era um homem de bem, um santo, Flexa Ribeiro.

Acho que ninguém tem de ser julgado por um instante, mas pela vida toda. Enforcou-se, e o Piauí ficou transtornado: um santo. Eu não conheço nenhum Senador que se compare a ele na bondade e nas virtudes – o meu padrinho de Rotary. Aposentado, não tinha dinheiro para pagar o hospital da esposa amada.

Esse é o retrato dos aposentados a quem vocês negaram 16%. Mas não negaram aqui R\$40 mil, ultrapassando o teto, com jetom. Em qualquer país organizado – Lula, aprenda! – é diferente. Fui à Itália: a diferença do menor para o maior é de dez vezes.

Flexa Ribeiro, V. Ex^a, que sabe de dinheiro, tem muito dinheiro, já foi presidente de federação, sabe que tem gente ganhando R\$40 mil. Enquanto isso, o mínimo é de R\$350,00. Multiplica-se por mais de cem o menor para se chegar ao maior. Essa é a verdade, essa é a podridão, essa é a vergonha da nossa democracia.

E o pior: os pequenos são enganados com o Bolsa-Família de R\$95,00. Mas, imoralmente, há os cartões de crédito dos que servem ao Governo, caixas-pretas ilimitadas, e ninguém sabe quanto gastam.

Aqui não será a Venezuela? Não vamos deixar! Aqui é diferente; aqui temos exemplos.

Ó Lula, não preciso buscar exemplos em outras histórias, em outros países, pois aqui mesmo há os que resistiram e fizeram a democracia: Rui Barbosa; o meu partido, que lutou contra os ditadores para salvaguardar esta democracia. E é em respeito a eles que ainda estou nesse partido, para poder aqui falar como falou Brossard. Ó Raupp, sabe por que Brossard é grande? Não sei nem onde ele está, mas ele, em um momento difícil para o PMDB, raciocinou e disse desta tribuna – está no livro **Brossard – 80 Anos na História Política do Brasil**: "O que poderei fazer? Represento um milhão de votos" – era um terço do Estado dele à época – "Então tenho de falar por um milhão de bocas!"

Posso dizer aqui o que o povo do Brasil tem vontade de dizer, o que a grande maioria que não votou em Lula, que é a maioria do povo brasileiro se somarmos os votos de Alckmin com os nulos e com os que não foram, tem vontade de dizer: Ó Deus, dê juízo ao Presidente da República!

Esse Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão vinculado à Presidência da República, não pode ir atrás de deputado nem de senador para sua governabilidade.

A governabilidade surgirá quando V. Ex^a melhorar a educação do Brasil. Essa é a verdade.

Ó Raupp, aqui estou para ensinar. Senador só tem este. No dia em que não achar, peço para sair. O sentido desta Casa, hoje vazia, é isto: sermos os pais da Pátria. Aprenda, Flexa Ribeiro: surgiu o Senado quando Moisés, querendo desistir, quebrou as tábulas da Lei e ouviu de Deus: "Busque os mais velhos e experientes". E ele foi buscá-los. "Eles o ajudarão a carregar o fardo do povo". E aí nasceu a idéia do Senado, melhorada na Grécia, na Itália, na França e, aqui, com Rui Barbosa.

A governabilidade virá com a responsabilidade de melhorar a educação, que está uma vergonha, assim como a segurança. Vim agora da Europa: a fama do Brasil é muito pior que a do Iraque. É mais fácil ter turismo no Iraque do que no Brasil. Encontrei lá um espanhol, num congresso, que disse: "O Brasil é muito bom, futebol, Pelé". Carnaval: Pum! Matou. É essa a violência, aqui se mata mais por ano do que no Iraque.

A segurança, a educação e a saúde têm problemas. O SUS não existe; é enganação. A consulta médica está R\$2,50.

Encontro colegas meus e pergunto: "Estão operando?" Uma cesariana é R\$100,00; uma consulta médica é R\$2,50 pelo SUS. Fui também parteiro, tinha de fazer isso no interior. Raupp, sabe quanto tempo de trabalho para se fazer um parto? Um ano, um pré-natal dura nove meses; depois, faz-se a cesariana, mas o trabalho ainda continua. Não existe saúde para pobre. Este Governo vai mal.

Ó Deus, dê juízo ao Lula. Nunca vi um sujeito ter tanta oportunidade...

E vou encerrar agora. Leiam o livro de Ricardo Kotscho, que é um bom caráter, é um grande jornalista, tem quarenta anos de imprensa. Ele saiu após servir por dois anos. Diante de tanta corrupção e de tanta roubalheira, Ricardo Kotscho – amigo de Marisa, amigo de Lula, quarenta anos de amizade – diz em seu livro, em 2005, que achava muito difícil Lula terminar o governo. Está lá no livro. Mas Deus deu-lhe outra oportunidade.

Que Deus ilumine Lula para que, com essa grande oportunidade, se refaça e se conscientize de que sua vaidade deve acabar, pois seu governo foi pior para o Brasil. Ó Deus, ilumine-o para que ele melhore para todos nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Tem V. Ex^a a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro que

está acontecendo, hoje, no recinto da Câmara Federal, a comemoração do 5º aniversário do Movimento Político Pela Unidade no Brasil, que é a expressão político-social do Movimento dos Focolares, ligado à Igreja Católica.

Hoje, houve uma pauta extensa, que se iniciou com uma sessão solene, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados; às 12 horas, houve o lançamento do livro **Reflexões para a vida pública**, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados; às 15 horas, o III Encontro Nacional do Movimento Político Pela Unidade, no Auditório Nereu Ramos, que teve a presença honrosa da Presidente Internacional do Movimento Político Pela Unidade, Lucia Fronza Crepaz, que é ex-Deputada do Parlamento Italiano.

Então, saúdo a presença de todos os integrantes do Movimento dos Focolares do Brasil, de todos os Estados brasileiros, em especial do meu Estado, Pará.

Encaminharei, Senador Presidente Mão Santa, requerimento solicitando votos de aplauso do Senado Federal pela comemoração do 5º aniversário desse Movimento da Igreja Católica brasileira e internacional, votos esses endereçados ao Presidente do Movimento em nível nacional, do Pará, e em nível internacional.

Sr. Presidente Mão Santa, aproveito para registrar, com a permissão do nobre Senador Valdir Raupp que se encaminha à tribuna, a presença do querido Prefeito Roselito da Silva Soares, de Itaituba, que aqui está na Tribuna de Honra. Também quero registrar que passou por aqui, hoje à tarde, fazendo uma visita muito honrosa para nós, o Prefeito Francival Cassiano, de Ourilândia do Norte. Aos Prefeitos do Pará, em nome do Francival e do Roselito, quero aproveitar e mandar um abraço fraterno e dizer que eles têm aqui, com certeza absoluta, um amigo que defende os interesses dos Municípios paraenses.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, último orador desta sessão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, do Estado do Piauí, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do Deputado Estadual do meu Estado, Rondônia, ex-Prefeito da cidade de Jaru, José Amauri dos Santos, acompanhado do empresário também da cidade de Jaru, Dr. Flávio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível, em sã consciência, negar algum sucesso

à política de metas inflacionárias do Governo Federal, um dos pilares do modelo econômico brasileiro desde 1999. De um montante de 12,5%, em 2002, o IPCA – índice que mede a inflação oficial no Brasil – deverá cair este ano para um número pouco acima dos 3%.

O mesmo comportamento cadente deverá ser apresentado pelo IGP-M, indicador inflacionário que condiciona, por exemplo, o reajuste de preços de vários serviços, tais como os de telefonia.

O problema do modelo, entretanto, é que o sucesso no controle da inflação trouxe consigo um histórico preocupante de baixo crescimento econômico. O que, na verdade, se começa a suspeitar, Sr. Presidente, é que o controle da inflação, tal como tem sido feito, pode ser um dos responsáveis diretos pelo baixo desempenho do nosso PIB – Produto Interno Bruto.

De fato, as elevadas taxas de juros – ferramenta central do modelo – inibem, ao mesmo tempo, os investimentos públicos e os privados, bem como o consumo, impedindo o crescimento da economia e dificultando a queda das taxas de desemprego.

E há, ainda, Sr. Presidente, quem questione a eficácia do modelo de metas inflacionárias em relação ao seu próprio objetivo, uma vez que a sua atuação direta se dá na contenção dos repasses da variação de custos aos preços. A inflação de custos, por sua vez, poderá não estar sendo contida dentro dos limites desejados, fazendo com que, a cada redução significativa das taxas de juros, aumente – de forma desproporcional – o risco de retorno da inflação.

Ora, essa é uma armadilha que deve ser desmontada. Não podemos ficar reféns de uma opção cruel, inaceitável e injusta entre instabilidade de preços e desenvolvimento econômico.

Para discorrer acerca dessa situação, Sr. Presidente, nada melhor do que tomar inicialmente a ponta do investimento público, tema que venho tratando de forma reiterada desde o início do meu mandato. Além de caracterizar verdadeiro desincentivo ao investimento privado, o nível dos juros ou, mais propriamente, o valor gasto pelo Tesouro Nacional no pagamento de sua conta, em torno de R\$150 bilhões anuais, impede também que sobrem recursos públicos livres para investimentos. Itens críticos na infra-estrutura deixam de ser cuidados – a infra-estrutura nacional, Sr. Presidente, carece de maiores investimentos –, gerando um verdadeiro “apagão” logístico com graves consequências para o Produto Interno Bruto.

As estradas estão com problemas, a exemplo das rodovias federais em Rondônia, meu Estado, que

são responsáveis pelo escoamento da safra agrícola estadual.

As consequências daí advindas são extremamente graves e, infelizmente, não se restringem ao Estado de Rondônia. Estima-se que cerca de 50% da malha rodoviária nacional esteja em condições ruins ou péssimas para a rodagem de veículos. Houve uma melhora das nossas rodovias neste ano, é verdade, pelo trabalho do Ministério dos Transportes, do Dnit, mas ainda precisam melhorar muito.

Para que se tenha uma idéia do impacto desse problema na produtividade e no custo de produção, calcula-se que as perdas de grãos, por condições inadequadas de transporte, cheguem a 7%, no caso da soja; e a 12%, no caso do arroz. E não é diferente em relação a outros produtos.

Mas o problema não se resume às estradas, aos portos ou aos aeroportos, que hoje vivem uma crise extrema, caracterizada pelos problemas que temos testemunhado em relação à estrutura de controle do tráfego aéreo.

Por falar em tráfego, Sr. Presidente, como Relator-Geral do Orçamento de 2007, tenho dito à imprensa, quando me perguntam o que pode ser feito, que é claro que esse problema não pode esperar pelo ano que vem; ele é urgente, tem que ser solucionado agora. Mas do que depender do Orçamento de 2007, estou disposto a cortar, se for preciso, recursos de emendas coletivas, de Comissões, de Bancadas para destinar à Aeronáutica, à Infraero, a fim de resolver esse problema do tráfego aéreo.

Os riscos de indisponibilidade de energia elétrica são também muito grandes, ameaçando, inclusive, a meta de crescimento do PIB, anunciada pelo Presidente Lula, de 5% no ano que vem.

Para a energia há poucos recursos públicos, sendo que, para agravar o quadro, o atual modelo energético e os seus gestores antagonizam desnecessariamente o investidor privado. O futuro imediato do abastecimento elétrico depende hoje, basicamente, das usinas termoelétricas, que têm elevado o custo de geração e que, ademais, dependem para operar do gás natural boliviano, hoje uma incógnita. Há também uma profunda crise da Petrobras, do Governo brasileiro com a Bolívia.

A solução adequada para o problema, a construção das usinas do rio Madeira – Santo Antônio e Jirau –, em Rondônia, e a de Belo Monte, no Estado do Pará, Senador Flexa Ribeiro, ainda se arrasta nos corredores da burocracia federal. A usina de Belo Monte é um pouco mais antiga que a de Rondônia, Senador Flexa Ribeiro. Estão fazendo novos estudos, refazendo praticamente todo o projeto para obter aprovação

ambiental. Em Rondônia, o projeto executivo já está concluído, faltando apenas a licença ambiental, mas também já começa a enfrentar problemas. Eu achava que os especialistas, os engenheiros, seguindo o exemplo daquilo que deu errado em Belo Monte, poderiam ter acertado em 100% do projeto das usinas do Madeira e não teríamos problemas quanto ao licenciamento ambiental.

Mas já começaram: audiências públicas foram canceladas, embargadas por liminares, as organizações não-governamentais já estão trabalhando aceleradamente para impedir a construção das usinas do Madeira.

Concedo um aparte a V. Ex^a, nobre Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Valdir Raupp, o pronunciamento de V. Ex^a é de uma clarividência total. Quero parabenizá-lo. V. Ex^a disserta sobre as dificuldades que o País enfrenta para encontrar o caminho do desenvolvimento econômico e social – o social, com dignidade. V. Ex^a expõe com propriedade que, da forma como as coisas estão-se conduzindo, nunca – digo nunca para ficar acima do difícilmente – o Brasil crescerá à taxa alardeada e prometida pelo Presidente Lula, de 5% para 2007. A taxa para 2006, que era de 4%, chegará, ao final do ano, a 2,8%. Ridícula – como foi a de 2005 – em relação aos demais países! Talvez, na América Latina, ganhemos novamente apenas do Haiti. Talvez, vamos ver como se comporta. Mas V. Ex^a expõe isso com propriedade. E, como Relator-Geral do Orçamento, está tendo a visão clara das dificuldades de recursos para que sejam implementadas essas obras, que são necessárias para destravar o Brasil. É evidente que a iniciativa privada, os investidores têm condições de colaborar para que essas obras avancem. Mas é preciso que os marcos regulatórios sejam definidos. V. Ex^a mostra, com propriedade, a contradição entre membros do próprio Governo com relação a esses marcos regulatórios, alguns até sendo hostis à atração desses investidores. V. Ex^a expressa, com propriedade, a necessidade de se fazerem investimentos no setor energético. Um exemplo é a hidrelétrica do Madeira, que todos nós, da Amazônia, e todos os brasileiros defendem, como defendem Belo Monte. Quando me refiro a Belo Monte, no Pará, poderia passar a imagem de que essa hidrelétrica beneficia o Estado. É evidente que o beneficia, em função do investimento e da melhoria na qualidade de vida dos Municípios que passarão a ser sede da hidrelétrica. Mas o benefício maior, principal, como o da hidrelétrica do rio Madeira, é para o País, para a Nação brasileira, porque, se não forem feitas as hidrelétricas do rio Madeira e de

Belo Monte, este País vai parar. E sabem por que ele sobrevive ainda, em soluções, neste ano de 2006? Lamentavelmente, Senador Valdir Raupp, por causa do aumento exorbitante do endividamento da sociedade brasileira. O consumo que ainda sustenta parte da indústria brasileira é motivado pela abertura de crédito de forma indiscriminada. O crédito em consignação em folha de pagamento para aposentados e servidores e para a sociedade de uma forma geral levou ao maior nível de endividamento por que já passou a sociedade brasileira. Isso não tem sustentação não digo nem a longo prazo, mas a médio prazo. Então, é preciso que o seu pronunciamento seja ouvido pelo Governo Federal, para que as propostas de V. Ex^a realmente levem o Brasil aonde todos nós queremos. Não somos contra o Brasil, somos todos a favor, e queremos que o País encontre o caminho do desenvolvimento para que tenha uma população mais feliz. Parabéns a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Incoro o seu aparte em meu pronunciamento.

Sr. Presidente, na ponta social, 27% das residências no Brasil não têm acesso à rede de esgoto sanitário e 11%, à água tratada. O desempenho nacional, no que se refere ao esgoto, é inferior ao apresentado pelo Paraguai ou pelo México, para citar alguns exemplos comparativos.

Fica claro neste rápido painel que o modelo de metas inflacionárias, ao exigir níveis insuportáveis de superávits primários e despesas bilionárias com o pagamento de juros e outros encargos financeiros, condenou o Governo Federal a abandonar a aplicação de recursos em diversas áreas, notadamente na de infra-estrutura.

Sr. Presidente, apresentei uma proposta à equipe econômica do Governo, ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de uma redução mínima do superávit primário para investimentos em infra-estrutura. Hoje, temos 0,2% do superávit, que dá em torno de R\$4 bilhões a R\$5 bilhões. Se passássemos para 0,5%, chegaríamos próximos a R\$11,5 bilhões desonerados dessa meta do superávit primário. Até o final de outubro, o Governo alcançou a meta que havia estipulado para o superávit primário: mais de R\$90 bilhões. Então, é hora de investir mais. Acredito que a equipe econômica esteja analisando a questão com muita atenção e carinho, a fim de aumentarmos os investimentos a partir do ano que vem.

As parcerias público-privadas, que poderiam significar uma alternativa ao investimento direto, não avan-

çam, muito embora estejam suficientemente resolvidas, do ponto de vista estritamente legal.

Ora, se o investimento público está inviabilizado e o privado está sem incentivos, seja pelas perspectivas de maiores ganhos na aplicação de disponibilidades no mercado financeiro, seja pelas lacunas na regulamentação, temos bem caracterizada uma barreira, um verdadeiro impedimento a que o crescimento econômico se realize em níveis satisfatórios.

Em vista de um quadro tão problemático e pessimista, há que levar a sério a proposta divulgada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a que V. Ex^{as} se referiu ainda há pouco, Senador Mão Santa, que apresenta uma nova abordagem o conceito de metas, agregando outras, de caráter muito mais amplo, destinadas a contrabalançar estabilidade e desenvolvimento. Entre elas: crescimento anual do PIB A 6% ao ano, juros a 3%, combinadas à geração de 2,1 milhões de empregos ao ano. Essa é a proposta do Conselho de Desenvolvimento Social, que é um órgão do Governo.

Essa proposta, Sr. Presidente, não coloca metas restritivas direcionadas ao Governo, mas à própria sociedade, uma vez que, promovido o acordo em relação à sua validade e oportunidade, será ela, a sociedade brasileira, sua principal promotora.

A tese está baseada em um amplo conjunto de medidas, cujo grau de impacto e envolvimento – por si só –, já justifica esse direcionamento ampliado.

Contenção de despesas correntes, desoneração tributária efetiva – com efeitos diferidos no tempo –, aumento do investimento público e rápida redução dos juros, com o consequente realinhamento do câmbio. Essas medidas, agregadas à adoção de outros ajustes estruturais, notadamente nas áreas política e previdenciária, poderiam inverter a espiral negativa a que o Brasil hoje sevê preso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não formos capazes de equacionar a necessidade de mudanças, em função de metas realmente significativas, tais como as propostas pelo CDES, nos restará o caminho da mediocridade – mediocridade que, trocada em miúdos, significa o adiamento praticamente indefinido do resgate do enorme contingente de brasileiros hoje submetidos a condições inaceitáveis de pobreza e miséria, necessitando de um pequeno auxílio do Governo para sua sobrevivência.

Talvez seja esta a hora da coragem, a hora de nos propormos objetivos efetivamente relevantes, significativos e abrangentes. Talvez seja esta a hora de tentarmos oferecer à sociedade brasileira algo por que valha a pena lutar, em que pese a necessidade de avaliar, escolher e privilegiar apenas o mais importante,

em detrimento de falsas prioridades que vêm trazendo ao Brasil frustração, angústia e abatimento.

Tenho a certeza de que a escolha dos brasileiros seria a melhor e a mais acertada; está faltando apenas liderança ao processo de exposição das alternativas e ao processo de chamar a Nação a discutir e a decidir. O Legislativo, especialmente o Senado Federal, está maduro e pronto, sem a menor sombra de dúvidas, para essa discussão.

Mas é um papel, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não lhe cabe desempenhar de forma isolada. Há necessidade de que os estadistas, na esfera dos demais Poderes da República, se apresentem.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Presidente Lula está consciente disso e está sentindo a falta de um planejamento a longo prazo.

Ele nos falou, há poucos dias, que iria chamar os ex-Presidentes da República, iria convocar o Congresso Nacional e a sociedade brasileira para um planejamento de longo prazo, para um pacote de medidas rápidas e urgentes para destravar a economia do País, para que o País possa realmente crescer a 5%, 6%, 7%, 8% ao ano, como os demais países emergentes estão crescendo.

E só assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sociedade brasileira, a nossa população, principalmente os mais carentes, os mais necessitados, terão melhores dias, geração de emprego e de renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aos brasileiros, é natural a expectativa em torno do que poderá ser o novo Governo Lula, que tem o respaldo de 58 milhões de votos dos brasileiros. Para todos que não votaram em Lula, é melhor que o novo período não seja meramente a continuidade do primeiro mandato, o quatriênio controvértido em que, ao menos, o Presidente haverá de ter acumulado experiência.

Naturais também são as análises, as indicações e os alertas que vêm sendo feitos nesta fase já bem vizinha do novo período que o Brasil vai viver. O que mais se coloca é que Lula está confuso ou, como diz Jânio de Freitas, na **Folha de S. Paulo**, (...) Lula parece mesmo absolutamente confuso.

As razões são apontadas. A principal é que Lula (...) chega ao novo mandato sem ter se dedicado à preparação de um programa.

Foi assim, antes do primeiro mandato. Havia no máximo um programa de poder.

Pior é que, no momento, (...) não apenas falta um programa. Teria faltado tudo e, em consequência, o Presidente não tem idéia do que fazer.

Agora, acrescento eu, sem aspas para os analistas: Lula não pode falhar! O País não suportaria mais um período de baixa na administração nem agüentaria ver o Governo repetir o mesmo estilo meramente assistencialista, com praticamente quase nenhum projeto desenvolvimentista.

O Brasil se manteve apenas aparentemente bem – é preciso dizer - graças a programas assistenciais, erroneamente tidos como fatores de distribuição de renda. Distribuição de renda necessária, porém efêmera, isto sim! Até porque a solução verdadeira vem do investimento maciço em Educação, entre outros pontos essenciais e estruturais.

Lula, até aqui, planou no céu de brigadeiro da economia mundial, ajudado também pelo que os petistas tanto execraram, a por eles chamada herança maldita, na verdade herança bendita legada ao Presidente pelo Governo Fernando Henrique.

Pego mais aspas, para repetir o que dizem os analistas:

(...)Doravante, já não se sabe o que Lula será capaz de recolher, posto que nada plantou. E, bem a propósito, aspeando o ex-Presidente Fernando Henrique, (...) esse é problema dele, Lula e não do País, como quer fazer valer agora. Quem ganha, governa; quem perde, fiscaliza. Será esse o papel da oposição.

Faço essas considerações diante do que disse Lula, na semana passada, em Barra do Bugre, Mato Grosso, cenário de sua promessa de dedicar-se a ações destinadas a destravar o País.

Com a promessa, por sinal positiva, ele complementa:

(...)mas não me perguntam a solução, que eu não a tenho, mas vou encontrar, porque o País precisa crescer.

É bom que o Presidente tenha essa visão! Essa é a grande verdade do momento: o Brasil precisa crescer!

Uso o mesmo verbo duas vezes:

A primeira para concordar com Lula: o Brasil *precisa* crescer.

A segunda: Lula precisa saber o que fazer!

Agora, aspas para outro analista, o jornalista Élio Gaspari:

(...) Desde a noite de sua reeleição, Lula não tem idéia do que poderá fazer para cumprir o que prometeu: desenvolvimento econômico.

Acrescento: é preciso cumprir, mesmo! E isso é urgente!

E mais: Lula precisa saber que, apesar do quadro externo favorável, que permitiu ao Brasil avançar nas exportações, o panorama interno – e é bom olhar para a realidade – está cheio de problemas.

Primeiro de tudo, de nada vale repetir por aí afora que há reformas por fazer, sem descer a pormenores.

Por isso, e para ir ao encontro da promessa de Lula de não se deixar pegar de calças curtas, por que não olhar para o que nos rodeia?

O Brasil é hoje um país carente de infra-estrutura. Alguns choques só vieram à tona recentemente por conta de tragédias, como o apagão da aviação comercial.

Para um país que tem apenas 10,8% de estradas em ótimas condições, vale o alerta: aumentar a produção, sim; escoar é o problema.

Leio em matéria da Gazeta o que todos sabemos e que o Governo precisa saber em pormenores: "Os investimentos públicos em rodovias estão aquém do reclamado pelo setor privado. Foram R\$11,7 bilhões nos últimos quatro anos, o período do primeiro mandato de Lula, com a média anual de R\$2,9 bilhões." Seriam necessários R\$13 bilhões por ano, entre recursos públicos e privados.

Volto às palavras de Lula em Barra do Bugres. E volto também aos analistas:

O discurso de Lula no Mato Grosso contém muitas desconexões de ordem política e agride a memória do cidadão. Os agricultores sofreram muito com esses desacertos e a agricultura sofreu duramente com o câmbio valorizado. Mas, como eles, também os empresários de setores como vestuário e calçados, para ficar apenas em exemplos mais evidentes.

O Presidente mencionou a agricultura e, naquela figura em que prometeu não ser apanhado de calça curta, aplaudiu o seguro agrícola.

Esse é outro problema delicado. O jornal **Valor Econômico** e um editorial do **Estadão** lembram: *Criado para ser um instrumento de proteção à renda dos produtores, o seguro rural segue sem sair do papel, pelo segundo ano consecutivo.*

Os dados são esses:

Da previsão de R\$61 milhões em subsídios, a burocracia federal honrou apenas R\$978 mil. A morosidade do Governo em agir, mesmo com a advertência do Ministério da Agricultura, certamente ampliou as consequências da crise no campo.

Permaneço na análise da economia nacional e faço isso para sensibilizar o Governo, sobretudo agora que está no ar a promessa de Barra do Bugres, aquela em que Lula prometeu *destravar o País*.

Uso outros argumentos dos analistas, para os quais não apenas Lula titubeia, sem saber o que fazer, conforme ele mesmo advertiu:

(...) Também patinam os que integram a equipe econômica do Presidente. Nada converge e o jornal **Valor Econômico** observa que tanta desorientação já começa a afligir os comentaristas econômicos de Wall Street.

É o caso da redução do chamado aperto fiscal, assunto que não encontra consenso na equipe de Lula. O jornal **Folha de S.Paulo** nota a propósito:

(...) Planejamento e Fazenda têm versões diferentes quanto à proposta. Mantega e seu Secretário do Tesouro também discordam.

E conclui o jornal:

Sem árbitro, o risco é esta contenda ficar eternamente empatada. E o País também.

Não dá para o Brasil ficar no empate. Empate não é vitória...

Continuo, abrindo aspas para o **Estadão**:

O Governo estuda idade mínima para aposentadoria em reforma do INSS, mas deixa claro que isso está longe de ser consenso. Parece, convenhamos, muito mais a tentativa de fazer prevalecer sua tese ante a dos xamistas do choque de gestão de Falconi, que, aliás, o jornal **Valor** mostra que é bem menos do que se apregoa.

Em suma, cedo a vez novamente ao **Estadão**:

Um grupo dividido tenta uma missão quase impossível. E esse é o estágio em que se

encontra a equipe econômica do Presidente que elabora um pacote de medidas para fazer a economia crescer 5% ao ano. Não há acordo entre os técnicos e isso faz com que surjam informações erráticas sobre o que está em análise.

Continuo, lembrando o que foi a promessa mais solene de Lula, antes de começar o primeiro mandato: aquela história dos milhões de empregos que iria criar.

E, bem em cima do tema, leio na **Folha de S.Paulo**:

O Brasil vai bater neste ano o recorde de investimentos no exterior e, pela primeira vez na história, a saída de recursos destinados a atividades produtivas vai superar a entrada.

Sentencia o jornal:

Isso - esses dados, esse resultado - revela a pouca atratividade do País para investidores estrangeiros, que, assim, destinam recursos crescentes a outros emergentes.

Leio mais pausadamente o tópico final dessa nota da **Folha**:

(...) A performance do Brasil na atração de investimento estrangeiro direto (IED) foi pior que a de outros grandes emergentes no ano passado.

Aí vêm os dados:

Enquanto o volume global de investimentos cresceu 29%, para US\$ 916 bi, os recursos ao Brasil diminuíram 17% e somaram US\$15,1 bi. Há quatro anos, em 2002, o último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Investimento Estrangeiro Direto somou US\$ 16,6 bi, ou seja, 10% mais que hoje.

E ainda há que fale em herança maldita...

Termino, enfatizando que a infra-estrutura, de que tanto carece o Brasil, passa pelos chamados marcos regulatórios. E nessa área as agências reguladoras estão praticamente paralisadas, como, a propósito, menciona o jornal **Valor Econômico**.

O jornal mostra que a paralisa é gritante. Elas nunca ficaram tanto tempo com as suas diretorias vagas. Cada cadeira esteve desocupada, em dia, durante 85 dias em 2006 (até outubro). No Governo anterior, a marca foi bem melhor: apenas 26 dias em 2001.

O que isso significa? As Agências não puderam exercer suas prerrogativas maiores, ou seja, adotar decisões colegiadas. O País precisa disso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, outro assunto é para dizer que assim como chegou e seu consumo ganhou rápida expansão, o gás vai se revelando escasso com a mesma velocidade, o que sugere, da parte do Governo, providências também rápidas.

O Governo sabe que o quadro não é promissor, mas nada faz para encontrar soluções. No Nordeste, por exemplo, onde o consumo de gás teve forte expansão, inclusive como combustível para veículos, praticamente todas as distribuidoras estão no momento sem contrato com a Petrobrás. Ali, a situação tende a se agravar.

Menciono dados da Abegás, que reúne as empresas de gás canalizado: o crescimento do mercado nacional este ano ficará próximo de 7%. O ritmo de crescimento, nos últimos anos, chegava a quase 20%, decorrente da ações da Petrobrás que, então, incentivava o consumo dada a ociosidade do gasoduto Brasil-Bolívia.

Leio na coluna do jornalista Celso Ming, do *Estadão*, a observação de que o Brasil paga o preço da imprevidência. É esse analista quem aponta como uma das causas do elevado consumo do gás o excessivo estímulo do combustível sem atentar que um dia chegaríamos bem próximos do quadro que, já agora, assusta.

Ming aponta ainda outro aspecto: "a falta de investimentos na área do gás, por conta até da inexistência de uma lei para, de uma vez por todas, definir quem pode produzir gás, quem pode transportar, quem pode distribuir o produto e a que preços."

Tiro as aspas de Celso Ming e digo: mais uma vez o País paga pelo descaso e a imprevidência do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o terceiro assunto é a respeito do editor Léo Christiano Soares Alsina, recebi um exemplar do livro **Mineração no Brasil: história e seus grandes vultos**, o segundo de uma série, editado como homenagem a um grande pioneiro na Amazônia, o Doutor Antunes, como era chamado o Dr. Augusto Trajano de Azevedo Antunes, "o brasileiro que, há mais de meio século, teve a audácia de empreender, com inabalável pertinácia, (...) um grande projeto na (...) Amazônia, a emblemática ICOMI (mais tarde CAEMI)

O livro narra a saga de Antunes e sua empresa, denominada Indústria e Comércio de Mineiros, ou sim-

plemente ICOMI, nos idos de 1942, quando a mineração no Brasil era atividade rudimentar e pouco atraente, primeiro para explorar minério em Itabirito, Minas.

Oito anos depois, ele criava a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração-CAEMI, que incorporou a ICOMI, dando a partida à exploração de manganês na Serra do Navio, no Amapá.

A obra editada por Léo Christiano é um correto registro da saga da mineração no Brasil. Léo lembra que, antes do Dr. Antunes aparecer no cenário, muitas propostas sucumbiram, entre elas a fantástica Fordlândia, no Amazonas, e o Projeto Jarí, do seu amigo Daniel Ludwig, "que precisou de Antunes para, a seguir, sobreviver como cidadão".

Folheei o livro e, como chama a atenção seu editor, a criação da empresa de Antunes, no Amapá- inaugurada, com a presença do então Presidente JK, em 5 de janeiro de 1957, para exportar manganês cinco dias depois – representou os primeiros passos de uma experiência de que hoje se fala com a denominação tão decantada das Parcerias Público-Privadas. Juscelino Kubitschek, pois, foi o pioneiro das PPP no Brasil.

Para se ter uma idéia da importância dessa iniciativa, basta mencionar, além de JK, os nomes das figuras, todas importantes à época, que compareceram à solenidade inaugural, na Serra do Navio. Leio os nomes e isso é suficiente para avaliar o significado de uma obra que marcou definitivamente a história da mineração no Brasil. Ei-los:

Juscelino Kubitschek, Marechal Eurico Gaspar Dutra, Oswaldo Aranha, Tancredo Neves, Gustavo Capanema, Negrão de Lima, Gen. Edmundo Macedo Soares, Clemente Mariani, Brigadeiro Eduardo Gomes, João Goulart, Cel. Janary Nunes, Pedro Calmon, General Zenóbio da Costa, João Cleofas, Ênio Silveira, Pedro Bloch, Victor Nunes Leal, Min. Lúcio Meira, General Olímpio Mourão Filho, Ministro José Maria Alkmin, Ministro Nereu Ramos, Ulisses Guimarães, Cardeal D.Jaime Câmara, Carlos Luz, Apolônio Sales, Mario Pinotti, Miguel Couto Filho, Luiz Simões Lopes, Daniel de Carvalho, Coaracy Gentil Nunes, Horácio Lafer, Glycon de Paiva, Cezário Alvim Filho, Bias Forte, Guilherme da Silveira, Octávio Marcondes Ferraz, João Café Filho, General Nelson de Melo, Silvestre Péricles de Góes Monteiro, Francisco Carvalho, além dos jornalistas Carlos Castelo Branco (**O Globo**), Pedro Gomes (**Manchete**), Evandro Carlos de Andrade (**Diário Carioca**), Nertan Macedo (**O Jornal**), Wilson Aguiar (**O Cruzeiro**), Moacir Áreas (Rádio Nacional), José Wamberto e Heráclito Sales (**Diário de Notícias**), Maurício Vaitzman (**Diário da Noite**), Murilo Melo Fi-

lho (**Tribuna da Imprensa**), Rubens Amaral (Rádio Globo), Ascendino Leite e Antonio Viana (**O Globo**) e Benedito Coutinho (**O Jornal**).

Encerro, saudando a iniciativa do editor Léo Christiano pela contribuição que, com esse livro, ele oferece à História do Brasil.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, por último, a súbita indignação do Senado, na terça-feira última, por causa de um erro da própria Casa – apontado pelo Senador José Sarney - nada tem de exagerada. O sempre reduzido espaço de tempo para o exame de proposições do Governo, tornou-nos reféns da, aí sim, do despreparo do Governo na formulação de medidas legislativas, sem uma análise prévia mais detida.

Alguma coisa, algum dia, tinha que dar errado. E deu; dessa vez apenando o brasileiro de classe média, ao ser aprovado açodadamente o PLC 51/06, de iniciativa do Governo Lula, que põe fim à impenhorabilidade do imóvel considerado bem de família. Errou o Governo, pecou o Senado e a vítima, já disse, é o já sacrificado cidadão brasileiro de classe média.

Diria que graças ao Senado esta ameaça à classe média foi afastada. Ontem, o Presidente da República sancionou o Projeto com dois vetos, incidindo aos dispositivos que motivaram nosso protesto.

Fica o alerta. Se é assim que o Governo pretende promover as tão decantadas reformas anunciadas para o seu segundo mandato, é bom que nos precatemos para evitar que se venham a consumar mais desastres. Seriam insuportáveis para uma população já compelida a malabarismos ou muita ginástica, além de paciência para as coisas mais simples, como uma viagem de avião.

Queira ou não o Governo reconhecer, o Brasil vive uma era de apagão logístico. Antes, só não tinha estradas. Continua não as tendo. E agora já não tem vias aéreas confiáveis. As viagens transformam-se em suplício ou aventura. Isso para não se falar nas dificuldades para escoamento da produção nacional. No setor rodoviário, o caminhoneiro não tem outra alternativa a não ser a de jogar o caminhão nos buracos, um atrás do outro. Lá em cima, na rotas aéreas, isso não é possível e os aeroportos acabam se convertendo em lugar de martírio.

A fase sugere que se fale de reformas. E isso tem ocorrido, no mais das vezes sugerindo, muito provavelmente ao léu, que apareça logo um conjunto de mudanças estruturais. Ao Governo, falta planejamento. E não há investimento compatível com as reais necessidades de um país que precisa crescer.

Falar em reformas estruturais apenas por falar é, a meu ver, um pouco vago, mas é só o de que se fala nas antevésperas do Governo-2 do Presidente Lula.

Sem reformas estruturais, o Brasil não vai, no ano próximo, crescer os 5% anunciados pelo Presidente da República. Desenvolvimento implica, repito, planejamento. Implica investimentos. Implica conter gastos supérfluos. Implica reformas profundas.

Os brasileiros ainda guardam na lembrança a frase que Tancredo Neves escreveu no discurso preparado para a posse que não ocorreu pela força do destino: “É proibido gastar!”

Leu-a o hoje Senador José Sarney, o Vice de então e, portanto, o sucessor natural do Presidente eleito. E, sem dúvida, com a mesma entonação que a ela Tancredo quis imprimir.

A advertência leva-me a parodiar outra frase, de um samba-canção, aquele que retrata a figura de Conceição, na criação de Jair Amorim e Dunga: se existiu, ninguém sabe, ninguém viu.

Existiu, sim. E se estabeleço algum paralelo é para lembrar que Conceição não é apenas nome de música.

É todo um enredo mais do que nunca necessário ao Brasil da atualidade, para dizer que, mais do que nunca, é preciso conceber, não apenas improvisar. Nem somente idealizar esquemas assistenciais de emergência.

Programas assistenciais são necessários. Mas não só isso.

O Brasil de hoje ressente-se de um conjunto de fatos encadeados para se chegar a uma obra, de um projeto para o povo, não meros improvisos.

A Conceição de Amorim e Dunga, aqui lembrada, é dos anos 50, de 1956, portanto de há exato meio século. Pouca coisa mudou de lá para cá.

A figurante de então era a jovem que vivia no morro, carioca da gema, que “vivia no morro a sonhar com coisas que o morro não tem”. Até que um dia, “lá em cima apareceu alguém que lhe disse a sorrir, que descendo à cidade ela iria subir.”

Eles sempre aparecem. E sempre também com improvisos.

A brasileira-moça de então, a ingênuo Conceição, foi obediente e desceu, pensando que iria subir, ascender.

Abro novas aspas para a dupla de sambistas:

“Se subiu, ninguém sabe, ninguém viu. Estranhos caminhos pisou. E agora daria um milhão para ser outra vez Conceição”.

Foi-lhe dado dinheiro de sobrevivência, com nome pomposo, confundindo-se com nome eleitoreiro.

Programa assistencial não é suficiente para criar horizontes mais sólidos, como um emprego, que passa a existir apenas na propaganda fácil dos setores governistas.

Criar empregos é algo dependente de outra Conceição, agora como adjetivo, dando idéia de que é necessário, e urgente, conceber reformas estruturais, em rota mais segura, capaz de assegurar o que planejara Tancredo Neves, paralelamente à ordem para não gastar: a retomada do desenvolvimento!

Faço essas colocações, com o maior respeito ao samba de Amorim e Dunga. Para mostrar que, lamentavelmente, no Brasil de hoje já não é apenas a camada dos mais pobres a mais sofrida. Como milhares de Conceição, a esse contingente somam-se os brasileiros de classe média.

A classe média empobrece, sim, empobrece. E a ela, como é natural, não chegam programas assistencialistas. Dela, tudo se procura tirar.

Na tarde de terça-feira, antes dos protestos desse Plenário, li, em prosa, um relato forte e triste, de autoria de Maria Inês Dolci, a que ela dá o título de "Fábula moderna". Está na **Folha de S.Paulo**, (p. C-2, Caderno Cotidiano).

Pouco depois, coincidentemente, veio à tona, pela palavra do Senador José Sarney, o que acabou se tornando protesto e confissão de auto-culpabilidade do Senado. A sanção do projeto de lei felizmente acabou com a ameaça de permitir a penhora, para pagamento de dívidas, do imóvel residencial de valor superior a R\$350 mil. E ainda de penhorar parte do salário de eventual devedor.

A "Fábula Moderna" de Maria Inês poderia chamar-se, do mesmo jeito, de Fábula do Brasileiro de Classe Média. Ela narra a história de João, um engenheiro de 43 anos, com pós-graduação nos Estados Unidos. Ele é casado, tem três filhos, e sua mulher é microempresária, dona de uma floricultura.

A família tinha renda de R\$15 mil, que dava para pagar os impostos, as escolas dos filhos, os planos de saúde e ainda sobrava um pouco para as férias anuais.

Maria Inês segue o relato para lembrar que "a vida não é um conto de fadas". A empresa em que o engenheiro trabalhava demitiu quase todos os empregados. Não suportou a concorrência com os produtos vindos da China a preços de banana, porque sobre eles não incidem impostos elevados como os brasileiros, ao lado da moeda valorizada.

João, o engenheiro, passou a viver amedrontado pelo receio de perder a casa própria em que vivem seus familiares. Ele assumiu dívidas ao tentar uma outra atividade, em sociedade com amigos. Não deu certo e fechou. Felizmente, já não tem esse problema de perder a casa, o que ocorreria com a eventual sanção sem vetos da lei aprovada às cegas pelo Senado.

Como diz Maria Inês Dolci, "a lei faz a balança pender para o lado mais forte", no caso do engenheiro João um estabelecimento bancário.

Os protestos que tiveram como palco esse Plenário, no mínimo representam uma outra advertência ao Governo, que se tem mostrado insaciável na edição de Medidas Provisórias. Quase todas, após a aprovação na Câmara, chegam ao Senado na undécima hora, sem deixar aos Senadores outra alternativa a não ser a sua aprovação a toque de caixa. Esta casa fica sujeita a uma constrangedora situação: ou aprova ou a MP caduca, com todos os ônus recaíndo sobre os ombros dos Senadores.

Volto à Fábula Maria Inês Dolci para dizer que é mais do que passada a hora de um basta nisso tudo. Do contrário, outros erros como esse do imóvel residencial, que ameaçava transformar os membros das famílias de classe média nas Conceições contemporâneas, lembrando aquela de meio século atrás, bem retratada pela dupla Amorim e Dunga.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Rede ligada a amigo de Lula ganha 21 vezes mais na atual gestão", publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 20 de setembro do corrente.

A matéria destaca que, a Unitrabalho, entidade que tem Jorge Lorenzetti amigo de Lula, como colaborador, recebeu R\$18,5 milhões na gestão Lula e R\$840,5 mil na de Fernando Henrique Cardoso. O governo Lula tem que dar explicações sobre os pagamentos que, estranhamente, se multiplicaram por mais 20 vezes.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida notícia passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

QUARTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2006

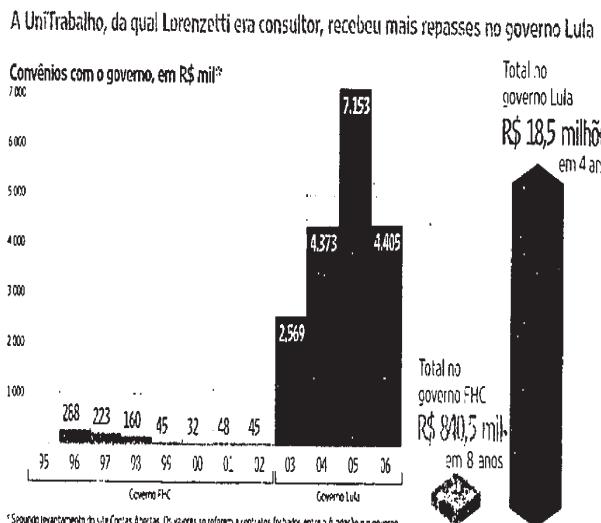
brasil A7

ELEIÇÕES 2006 / CRISE DO DOSSIÉ

Rede ligada a amigo de Lula ganha 21 vezes mais na atual gestão

A Unitrabalho, que tem Jorge Lorenzetti como colaborador, recebeu R\$ 18,5 mi na gestão Lula e R\$ 840,5 mil na de FHC

A ONG LIGADA A LORENZETTI



O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Delegado acusa PF de ‘abafa’ no caso do dossiê”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 02 de novembro do corrente.

A matéria destaca que no depoimento que prestou ao Ministério Público Federal sobre a prisão dos petistas Gedimar Passos e Valdebran Padilha, com R\$1,75 milhão destinados à compra de um dossiê contra candidatos tucanos, o delegado Edmilson Bruno disse que seus superiores tinham grande preocupação com o modo como conduziria o caso. E afirmou que o Ministro da Justiça Marcio Thomaz Bastos, mostrou-se apreensivo com a eventual men-

ção, nos demais depoimentos, de qualquer coisa que pudesse sugerir uma ligação entre os presos e o Presidente Lula.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

~~OPERAÇÃO SANGUESSUGA~~

Delegado acusa PF de 'abafa' no caso do dossiê

Antes das prisões em SP, no dia 15 de setembro, chefe de Edmilson Pereira Bruno teria alertado sobre risco de mexer com 'peixe grande'

No depoimento que prestou ao Ministério Públíco Federal sobre a prisão dos petistas Gedimar Passos e Valdebran Padilha — com R\$ 1,75 milhão destinados à compra de um dossiê contra candidatos tucano —, o delegado Edmilson Pereira Bruno disse que seus superiores tinham grande preocupação com o modo como conduziria o caso. E afirmou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, mostrou-se apreensivo com a eventual menção, nos depoimentos, de qualquer coisa que pudesse sugerir uma ligação entre os presos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O depoimento ao MPF, ao qual o Estado teve acesso, foi tomado em 23 de outubro. O delegado, tratado no documento como interrogando, foi ouvido pelos procuradores Roberto Diana, Melissa Garcia Abreu e Elizabeth Kobayashi. Ele conta que em 15 de setembro, pouco antes de sair rumo ao Hotel Ibis Congonhas, onde foram feitas as prisões, recebeu do diretor da PF em São Paulo, Severino Alexandre, uma advertência: "Olha bem o que você vai fazer. Está mexendo com peixe grande. Tudo o que fizer será responsabilidade sua."

Esse teria sido o primeiro de uma série de cuidados que lhe

foram cobrados. Outros se seguiram quando todos se dirigiram à sede da PF, onde foram recebidos por Severino e pelo superintendente regional, Geraldo José Araújo.

Ele afirmou que pouco antes das 11 horas daquele dia, quando as prisões já estavam feitas e se aguardava a chegada do dossiê, Severino Alexandre "mandou que todos fossem para a PF imediatamente". Chamado ao 9º andar da sede, na sala onde estavam Araújo e o diretor, "só neste momento o superintendente Geraldo ficou sabendo da detenção de Gedimar". Da mesma forma, só então ele soube "que os detidos alegavam que o dinheiro era oriundo do PT". O superintendente e Severino ficaram surpresos com a participação de Gedimar nos fatos, demonstrando serem amigos dele e dizendo "é gente nossa, de confiança" por várias vezes".

'PREOCUPAÇÕES COM LULA'

Bruno disse que em seguida o superintendente entrou em contato com Thomaz Bastos, que perguntou "se os detidos falavam do presidente Lula, o que o superintendente, após consultar o interrogando, responde que não, apenas mencionando o Diretório Nacional do PT". E acrescentou: "O superintendente, respondendo a indagações do ministro, afirma que não ha-

petistas pediram para mudar informações que deram no hotel

veria prisão nem seriam tiradas ou divulgadas fotos do dinheiro apreendido."

O delegado contou que ainda no 9º andar recebeu de Severino instruções num canto da sala. Mandou "que fosse cumprido estritamente" a ordem de prisão. Ele "devia ser 'curto e grosso' nas perguntas a Gedimar e Valdebran, devendo agir como 'um macaco, que não fala, não ouve e não vê'". Quando Valdebran passava outras informações, o superintendente "mandou para tudo e que os celulares fossem desligados".

Ele dá conta, ainda, do empenho de Gedimar e Valdebran em alterar as informações que haviam dado à polícia no momento da prisão. Eles "não queriam que tudo o que haviam dito no hotel constasse das declarações colhidas formalmente" e "fizeram com que as declarações fossem alteradas algumas vezes".

Além disso, durante o depoimento dos detidos, o supe-

rintendente "conversou reservadamente com o interrogando, dizendo que o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, ligara opinando pela feitura do flagrante, mesmo procedimento do famoso caso de dólares na cueca". E acrescentou: "O superintendente deixou claro que o ministro Thomaz Bastos demonstra preocupação política e com a figura do presidente Lula, por isso, não queria o flagrante, nem fotos; enquanto o diretor-geral Lacerda preocupava-se com a imagem da PF como instituição".

Por fim, o delegado disse que só em casa lembrou-se "do circuito de TV do hotel, cujas imagens permitiram identificar o doleiro do PT mencionado no depoimento de Gedimar". Bruno contou que acertou a busca do material com a gerência do hotel, mas na segunda-feira, dia 18, soube que para isso dependia de autorização de Severino. "Foi ate Severino, o qual negou autorização, dizendo que o interrogando não tinha mais nada a ver com o caso e a diligência competia PF/Cuiabá". ■

Abel deve ser indiciado

... A Polícia Federal avalia que já tem indícios do envolvimento do empresário Abel Pereira na máfia dos sanguessugas. Ele seria o elo do PSDB no esquema. O indiciamento seria questão de tempo.

A PF pretende enquadrá-lo em ao menos quatro delitos: corrupção ativa, formação de quadrilha, fraude em licitação e crime contra a administração pública.

Empreiteiro e fazendeiro, Abel virou suspeito depois que a *InfoÉ* o apontou como lobista no Ministério da Saúde durante a gestão Barjas Negri, em 2002. Abel tem empresas em Piracicaba (SP),

onde o ex-ministro é prefeito.

Cerca de 50 municípios teriam recebido verbas para compra de ambulâncias por licitações viciadas, deixando rombo de R\$ 4 milhões. O dinheiro foi liberado por influência de Abel, segundo denúncia de Luiz Antônio Vedoin, chefe da máfia. Darcil Vedoin, pai de Luiz Antônio, disse à Justiça que Abel cobrava 6,5% de propina sobre cada emenda liberada.

O criminalista Eduardo Silveira Mello Rodrigues, advogado de Abel, disse que "não vê nenhum motivo" para indiciamento. ■

FAUSTO MACEDO

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Gasto ‘sigiloso’ da Presidência soma R\$3,6 mi”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 10 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o TCU, Tribunal de Contas da União, detectou indícios de notas fiscais “frias” entre os comprovantes de despesas dos cartões de pagamento do gabinete da Presidência da República. Esses cartões utilizados para despesas de emergência tiveram um gasto de R\$3,6 milhões só nos primeiros

Gasto ‘sigiloso’ da Presidência soma R\$ 3,6 mi

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Alvo de uma auditoria em andamento no TCU (Tribunal de Contas da União) que já detectou indícios de notas fiscais “frias” entre os comprovantes de despesas, os gastos com cartões de pagamento do gabinete da Presidência da República considerados “sigilosos” somaram R\$ 3,6 milhões nos oito primeiros meses deste ano.

Números oficiais mostram o crescimento nos gastos com cartões nos últimos anos: somaram R\$ 14,1 milhões em 2004; R\$ 21,7 milhões em 2005; e, até agosto deste ano, se aproximavam de R\$ 21 milhões, no total da administração direta.

O endereço eletrônico da CGU nega, porém, detalhes dos gastos feitos pelo gabinete do presidente. Sobre o destino de R\$ 3,6 milhões, diz-se que são dados “protegidos por sigilo nos termos da legislação”.

oito meses deste ano. As informações sobre os gastos presidenciais são protegidas por uma Lei de Segurança Instituída no governo Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA.
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Embora os pagamentos com cartões tenham sido autorizados no final do governo FHC, a regra que impôs sigilo aos gastos foi criada no governo Lula, em 2003, pelo Gabinete de Segurança Institucional.

Criados para cobrir despesas urgentes, os cartões passaram a ser usados com frequência para saques em dinheiro, cuja falta de transparência foi criticada pelo TCU em 2004.

Nova auditoria do TCU, concluída neste ano, cobrou explicações para gastos de R\$ 608 mil, em um ano e meio, com bebidas e alimentos “refinados”. Técnicos rastreiam a existência de notas fiscais frias entre os comprovantes de gastos dados pelo Planalto. O resultado deve ser divulgado em novembro.

A Casa Civil informou que aguardará a conclusão da auditoria para se manifestar. Em 2005, a assessoria da ministra Dilma Rousseff confirmou a existência de notas frias entre os documentos que comprovavam a compra de cartuchos de impressoras para a Presidência por R\$ 3 mil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “O alerta global”, publicada na revista **Veja** em sua edição de 08 de novembro do corrente.

A matéria destaca que o economista inglês Nicholas Stern afirma que o prejuízo com o aquecimento do planeta é muito maior do que se imagina e que

modelos científicos sugerem que dentro de 50 ou 100 anos a Amazônia pode secar e morrer.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista: Nicholas Stern

O alerta global

O economista inglês afirma que o prejuízo com o aquecimento do planeta é muito maior do que se imagina

Diego Escosteguy

O inglês Nicholas Stern, chefe do serviço econômico do governo de seu país, recebeu há dezessete meses uma tarefa colossal: medir o impacto do aquecimento global na economia mundial. Ex-economista-chefe do Banco Mundial e diplomado pelas universidades de Cambridge e de Oxford, Stern lançou mão de modernos modelos matemáticos e econômicos na tentativa pioneira de estimar os prejuízos decorrentes do chamado efeito estufa — o acúmulo de gases poluentes na atmosfera, que está fazendo a temperatura da Terra subir assustadoramente. O ambicioso trabalho resultou num relatório batizado de “Estudo Stern”, lançado na semana passada na Inglaterra e recebido com barulho pelos ambientalistas. Nele, Stern discorre sobre os prejuízos econômicos no mundo com o aquecimento global, que chegam à cifra monumental dos 7 trilhões de dólares, e faz um alerta urgente: “É preciso agir agora”. Nesta entrevista, concedida por telefone de Londres, Stern explica como o homem deve se preparar para habitar um planeta mais quente e instável, elogia as pesquisas do Brasil na área de biocombustíveis e avisa que os efeitos mais duros do aquecimento global recarão sobre os países mais pobres. A seguir, a entrevista.

Veja — Qual o impacto que o aquecimento global terá sobre a economia mundial se nada for feito para melhorar a situação atual?

Stern — Se deixarmos as coisas tal como estão hoje, o planeta vai perder

entre 5% e 20% do PIB mundial. Estamos falando, portanto, de perdas que podem chegar a cerca de 7 trilhões de dólares. O porcentual muda bastante, de 5% a 20%, porque depende das variáveis inseridas no cálculo. No nosso estudo, falamos em 20% porque fazemos uma abordagem mais ampla, incluindo estimativas sobre o impacto que o aquecimento global terá sobre a vida dos mais pobres, sobre os gastos com saúde pública etc. Claro que não são números precisos, porque é impossível prever com segurança hoje impactos que serão efetivamente sentidos dentro de algumas décadas.

Veja — Dentro de quanto tempo o mundo começará a sentir os efeitos do aquecimento global?

Stern — Dentro de quarenta a cinqüenta anos sentiremos o impacto do que já fizemos contra o planeta. São efeitos que aparecerão na forma de desastres naturais, como secas, enchentes e furacões progressivamente mais intensos. Não importa o que fizemos agora, esses efeitos serão sentidos, eles já são inevitáveis. Assim, tudo o que fizemos nas próximas duas ou três décadas só terá impacto no fim deste século.

Veja — O que é preciso fazer?

Stern — Está claro que temos de diminuir os níveis da emissão global de gases poluentes, como o gás metano que sai das mineradoras e o dióxido de carbono dos automóveis, fábricas, aviões. A redução desses gases não pode demorar mais do que vinte anos. Se for feita, poderá diminuir grandemente os riscos que o planeta corre. Calculamos que o custo de fazer essa redução de gases corresponderia a cerca de 1% do PIB mundial nos próximos anos. O certo é que, se começarmos a investir seriamente em tecnologias limpas, por volta de 2050 atingiremos um patamar de menor agressão ao meio ambiente. Mas, claro, sempre pode demorar muito mais.

Veja — Com 1% do PIB de investimento podemos chegar a um nível aceitável de emissão de gases?

Stern — Sim. Um gasto dessa magnitude nos levaria a grandes descobertas em termos tecnológicos. Estaríamos dirigindo carros movidos a hidrogênio e os biocombustíveis seriam uma realidade. Também conseguiríamos gerar eletricidade abundante por meio da energia solar, da energia nuclear, do vento e da água. É muito importante que países dependentes de carvão, e há muitos nessa situação, aprendam a explorá-lo e a estocá-lo de forma adequada. Sabemos que países como a Índia, a China, a Austrália, os Estados Unidos e a Polônia têm grandes reservas de carvão. Isso significa que, dentro de muitos anos, esses países ainda estarão usando carvão para gerar eletricidade, o que é altamente poluente. Somente agora estamos aprendendo a explorar o carbono e a guardá-lo de novo no solo, e essa é uma tecnologia fundamental. Portanto, é imperativo que haja incentivos para reduzir a produção de materiais com carbono. O nosso estudo é otimista, mas só haverá uma mudança de rumo se todos os países agirem em conjunto. Nenhum país pode resolver esse problema sozinho.

Veja — Por que os países pobres serão mais atingidos pelas mudanças climáticas?

Stern — Por várias razões. Uma é a geografia: os países mais próximos à linha do Equador sofrerão duramente, porque são os mais quentes. É onde estão os países mais pobres, por um azar geográfico. Outro fator é a limitação das atividades econômicas desses países. Países mais pobres têm economia centrada em atividades agrícolas, setor mais vulnerável às mudanças climáticas que sofreremos. Em terceiro, os países pobres dispõem de menos dinheiro para investir em formas de se proteger

“A redução dos gases não pode demorar mais do que vinte anos. Se for feita, poderá diminuir grandemente os riscos que o planeta corre. Calculamos que o custo de fazer essa redução equivale a 1% do PIB mundial”

contra os efeitos do aquecimento global. Nesses lugares, há menos dinheiro para gastar em infra-estrutura e na adaptação necessária para protegê-los.

Veja — *Em seu estudo, o senhor calcula que os países pobres poderão perder até 10% do PIB. Não é um cálculo exagerado?*

Stern — As perdas econômicas para os países pobres realmente serão bem maiores do que as verificadas nos países desenvolvidos. Esse número deve variar com o tempo daqui em diante. Será menos do que 10% agora e mais do que isso depois. É uma questão de risco, de probabilidades. Pode vir a ser menos do que isso ou mais do que isso. O aumento das perdas se dará com o tempo, e isso será pior nos países pobres.

Veja — *O esforço global para reduzir a emissão de gases poluentes pode prescindir do apoio dos Estados Unidos, que são responsáveis por 36% das emissões?*

Stern — Não. Claro que precisamos que os Estados Unidos se conscientizem da necessidade de diminuir as emissões de gases poluentes, e acho que as atitudes e as idéias dos americanos começam a mudar. Eles estão desenvolvendo iniciativas significativas na Califórnia e em importantes ci-

dades do nordeste. O governo americano vem tomando medidas para promover o desenvolvimento de novas tecnologias. Apesar de não terem apoiado o Tratado de Kioto, os Estados Unidos estão começando a mudar. E não são os únicos. A Índia e a China também estão mudando. Na China, já foram definidas fortes metas de eficiência no uso de energia. O objetivo é cortar em 20% o desperdício nos próximos cinco anos. Acredito que o mundo já começou a entender a importância dos impactos do aquecimento global, mas precisa agir mais rápido para mitigar os prejuízos. Todos os países têm de trabalhar para isso, porque todos contribuem para essa situação. Sozinho, nenhum país pode diminuir os níveis de emissão de forma significativa. O Brasil, por exemplo, é um caso especial de país que pode contribuir de maneiras eficazes para esse esforço global.

Veja — *Por quê?*

Stern — Porque o Brasil utiliza mais energia hidrelétrica do que os outros países. Também investe pesadamente no desenvolvimento de biocombustíveis. Além disso, tem uma grande área de florestas. O Brasil vem contribuindo enormemente em termos de pesquisa em novas tecnologias. Eu penso que, se conseguirmos descobrir como cultivar biocombustíveis em terras menos nobres, em vez de produzi-los em terras férteis, será uma tremenda contribuição para o uso de energias limpas. O etanol, por exemplo, é uma boa forma de energia limpa, mas são necessárias terras nobres para cultivar cana. Seria um grande passo conseguir produzir celulose ou óleos vegetais em terras pobres. O Brasil tem grandes áreas de terra pobre, assim como a Ásia Central e a América do Norte.

Veja — *Existe tecnologia disponível para cultivar biocombustíveis em terras inférteis?*

Stern — Essa tecnologia está quase disponível. Com ela, o Brasil terá contribuído enormemente para diminuir o aquecimento global. Outra contribuição se dá na luta pela preservação das florestas. Estive no Brasil em abril deste ano e participei de debates interessantes sobre o uso de menos carbono na econo-

mia. Foi uma visita muito produtiva. Pretendo voltar ao Brasil para investigar as possibilidades de produção de energias limpas, porque o país tem se mostrado original nessa área. O Brasil também está pensando e agindo na questão do desmatamento da Amazônia. Para mim, o mundo é o maior beneficiário da diminuição do desmatamento. Claro que o Brasil se beneficia igualmente disso, mas, como beneficiário, o resto do mundo deveria ajudar o Brasil e aqueles países onde as florestas ainda resistem. Eles precisam receber assistência. É a terra deles e eles têm de decidir a estratégia e a política para isso. Mas me parece que o resto do mundo deveria ajudar o Brasil, a Indonésia e a Malásia, países que ainda têm florestas.

Veja — *A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, sugeriu recentemente a criação de um fundo internacional de proteção à Amazônia. É uma utopia ou uma idéia factível?*

Stern — É uma idéia excelente. É justamente o tipo de iniciativa que acreditamos ser importante. O ministro das Finanças da Inglaterra, Gordon Brown, disse que vai trabalhar junto ao Banco Mundial para tentar obter apoio internacional para esse tipo de iniciativa. Acredito que a discussão sobre o aquecimento global está se movendo no sentido de apoiar ações como essa.

Veja — *O senhor está otimista quanto à perspectiva de conservação da Floresta Amazônica?*

Stern — A conservação é fundamental, mas a ameaça à Amazônia também vem do aumento da temperatura global. A seca da Amazônia pode afetar profundamente o Brasil. Então, é importante que o país seja um dos líderes mundiais na demanda por fortes medidas para mitigar as emissões globais de gases poluentes. O Brasil sofreria pesadamente se a Amazônia morresse. Se as montanhas de neve dos Andes, fonte de boa parte da água na América do Sul, começarem a derreter, isso significará uma grande perturbação nas correntes de água do continente. O Brasil tem muito a perder. Portanto, é importante que o país continue algo que já começou: a pressão por ações internacionais. Essa pressão permanente, junto com o papel

“Acho que as atitudes dos americanos começam a mudar. Estão desenvolvendo iniciativas significativas na Califórnia e em outros lugares. Claro que precisamos que eles se conscientizem”

do país no desenvolvimento de biocombustíveis e o esforço para proteger as florestas, faz do Brasil um ator extremamente importante na luta pela diminuição das emissões de gases poluentes.

Veja — *O que pode acontecer com a Amazônia se as emissões de gases poluentes não forem reduzidas?*

Stern — Há modelos científicos que sugerem que dentro de cinqüenta ou 100 anos a Amazônia pode secar e morrer. Isso se continuarmos no mesmo nível de emissões em que estamos

agora. Não falta tanto tempo assim. Pode acontecer durante a vida de nossos filhos e netos. Temos de agir fortemente nos próximos vinte anos para reduzir os riscos de que isso aconteça. Mas não há nada certo aqui. Estamos falando de investir agora para controlar e reduzir riscos de que tragédias ocorram.

Veja — *O que o Brasil pode fazer?*

Stern — O desenvolvimento de tecnologias diferentes é fundamental. O Brasil é líder no desenvolvimento de biocombustíveis e pode mostrar ao resto do mundo que isso não custa tanto e não é tão difícil assim, que outros países podem seguir em sentido parecido. Preciso enfatizar que ir além do etanol é muito importante, devido à necessidade de terras nobres para cultivar cana. O Brasil também pode dividir sua tecnologia e suas idéias com outros países pobres. O Brasil, a África do Sul e a Inglaterra estão trabalhando juntos com outros países africanos, como Moçambique e Angola, para implantar algumas dessas idéias lá. Uma coisa é desenvolver tecnologias, e outra é disseminá-las e dividi-las. O Brasil será um líder nisso.

Veja — *O que o senhor achou da proposta de “internacionalizar” a Amazônia, sugerida por David Miliband, secretário do Meio Ambiente do governo britânico?*

Stern — Prefiro não comentar sobre propostas específicas, mas o nosso es-

tudo tem um capítulo sobre desmatamento de florestas. Nesse capítulo, dizemos que o país onde a árvore deve ser o responsável por protegê-la. Mas o resto do mundo, que se beneficiaria do fim do desmatamento, deveria ajudar os países que estão fazendo esforços para cessar o desmatamento. Portanto, cabe ao país, sozinho, determinar sua forma de trabalhar. E isso por duas razões. Em primeiro lugar, por uma questão de soberania e, em segundo, porque o país saberá bem melhor do que qualquer estrangeiro o que fazer.

Veja — *No seu estudo, o senhor cita a China e a Índia como exemplos de países que se tornarão grandes poluidores e que vão contribuir para o aumento das emissões de gases poluentes. Por que o Brasil, também tido como um país com grande potencial de crescimento econômico, não está nessa lista?*

Stern — O Brasil é um país relevante no cenário internacional, mas é menor e não vem crescendo tão rápido quanto a China e a Índia. Além disso, está investindo em tipos diferentes de tecnologia, como a hidreletricidade e os biocombustíveis, e deve ter um futuro menos poluente. Mesmo assim, o Brasil ainda é responsável por um grande nível de emissão de gases poluentes, aspecto no qual o desmatamento das florestas tem peso importante. ■

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 14 minutos.)

(OS Nº 16498/2006)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2360 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e considerando o Ofício SGVPRE nº 099/2006,

RESOLVE:

exonerar **ANTÔNIO FONSECA**, matrícula nº 186380, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico – SF02, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 4 de dezembro de 2006.



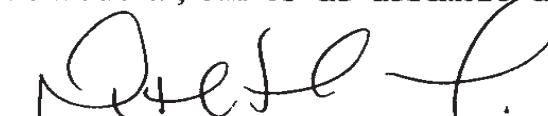
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2361 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**,

no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal nº 07 de 2002,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **HIGOR SIQUEIRA SILVA**, matrícula n 198253, do cargo, em comissão SF-02 (art. 16 do Ato da Comissão Diretora 02/2005) da Secretaria de Recursos Humanos.

Senado Federal, em 05 de dezembro de 2006.



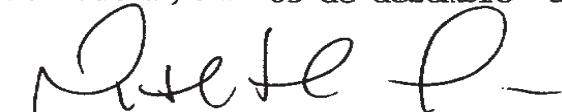
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2362 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3º, da
Resolução do Senado Federal nº 07 de 2002

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do
servidor **JOÃO PAULO LOPES TITO**, matrícula 179180, de Assessor
Técnico, para o cargo, em comissão, SF-02 (art. 16 do Ato da Comissão
Diretora 02/2005), e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador
Demóstenes Torres para o Gabinete da Secretaria de Recursos Humanos.

Senado Federal, em 05 de dezembro de 2006.



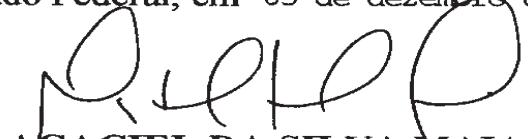
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2363 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3º, da
Resolução do Senado Federal nº 07 de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no
inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO CARLOS ZOGHBI**
JÚNIOR para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar
AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício
no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 05 de dezembro de 2006.



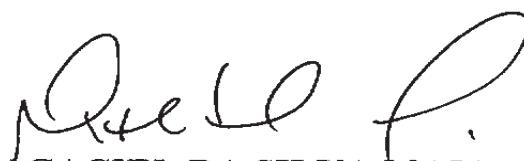
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2364 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017436/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor HAROLDO CÉSAR MICHILES, matrícula 24287, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, a partir de 23 de novembro de 2006.

Senado Federal, 06 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2365 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017241/06-5,

RESOLVE dispensar o servidor FÁBIO ANDRÉ PINTO E SILVA, matrícula 24196, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PL, com efeitos financeiros a partir de 21 de novembro de 2006.

Senado Federal, 06 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2366, DE 2006

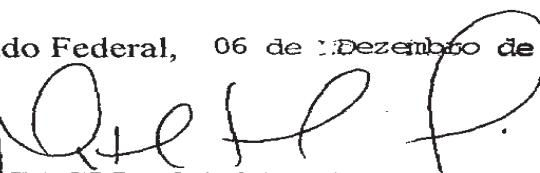
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora nº. 5, de 1995,

R E S O L V E:

Art. 1º. É concedida promoção por mérito, do padrão 42 para o 43, à servidora ANA LÚCIA GEAQUINTO DOS SANTOS, matrícula nº. 53767, ocupante do cargo de Analista Legislativo – Especialidade Taquigrafia, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

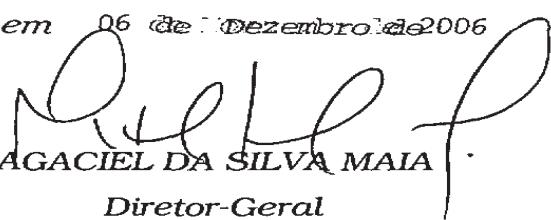
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2367 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processo nº 017270/06-5 (anexo 017294/06-1),

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a MARILIA SILVA COSTA, na condição de companheira e HENEDINA MARIA XAVIER DE ALMEIDA LEDA, na condição de ex-esposa pensionada, no percentual de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor EVANDRO RODRIGUES LEDA, matrícula 48255-ERGON, a partir da data do óbito, 20/10/2006.

Senado Federal, em 06 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2368, de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 16.550/06-4,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **EMANUEL FERREIRA DO NASCIMENTO**, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, acrescidos das vantagens previstas no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 06 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2369, de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 3949/06-0, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, conceder pensão vitalícia a RITA DE CÁSSIA DA SILVA CHIANCA, na qualidade de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor aposentado JOSÉ COELHO CHIANCA, matrícula 34657, a partir da data do óbito, ocorrido em 21 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 06 de Dezembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

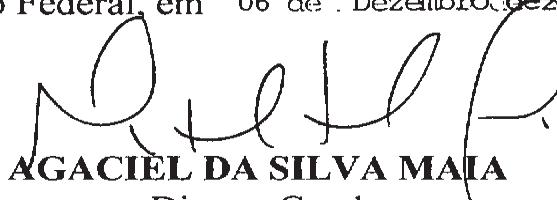
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2370 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **018035/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELISABETE BERTOLDI**, matrícula n.º 161011, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 06 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Amanda



AGACIËL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

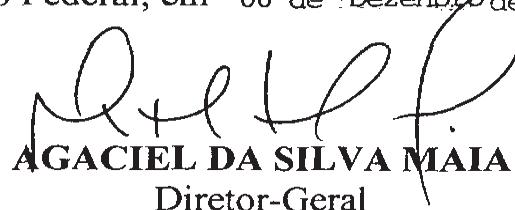
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2371 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **018036/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ROBERTO AURICHO JÚNIOR**, matrícula n.º 194703, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 06 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Amanda



AGACIËL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

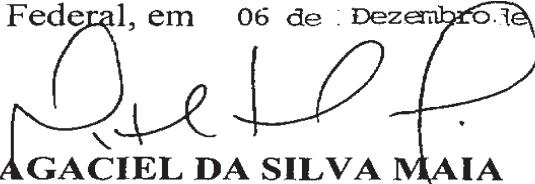
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2372 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018038/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JAIR BONATO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 06 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Amanda



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

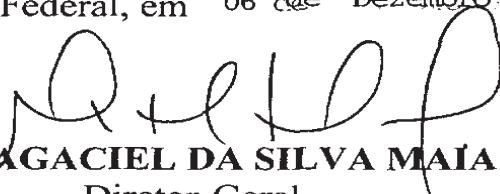
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2373 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018037/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURÍCIO DE SANTA CRUZ ARRUDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 06 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Amanda



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

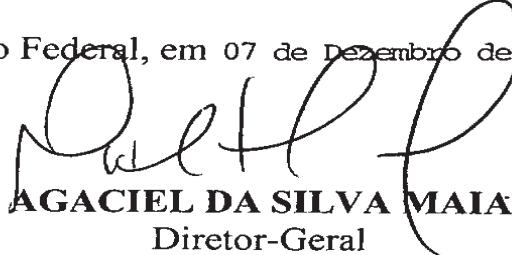
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2374 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **018022/06-5**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **EDIVALDO DANTAS DA NÓBREGA FILHO**, matrícula nº 188521, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança da Maioria para o Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006

Minuta elaborada por Cristiane



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

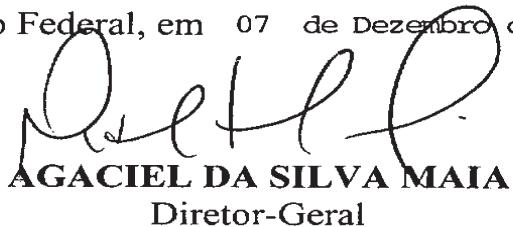
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2375 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **018023/06-1**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **SUELY DE FÁTIMA ALVES TORRES**, matrícula nº 199117, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna para o Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006

Minuta elaborada por Cristiane



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2376 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018136/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANOILDO FELISDÓRIO DOS SANTOS**, matrícula n.º 170231, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Carla



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

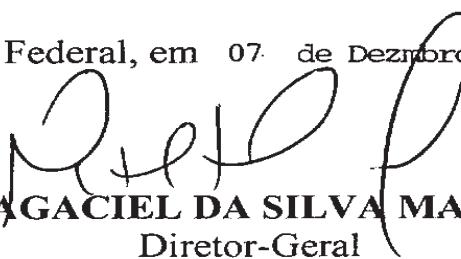
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2377 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018135/06-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALEXANDRE LUÍS HORTA VIANNA**, matrícula n.º 167773, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Carla



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

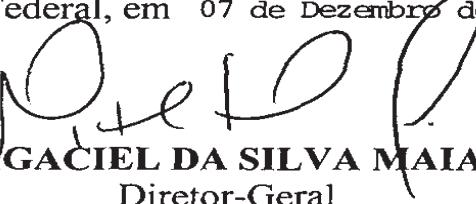
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2378 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018203/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILSON FERREIRA LEMOS NETO**, matrícula n.º 198393, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, a partir de 05 de dezembro de 2006.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Carla



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

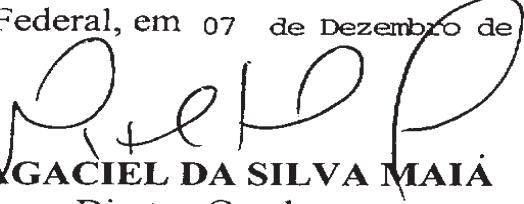
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2379 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018203/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ FERREIRA LEMOS NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Carla



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2380 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017778/06-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO NETO, matrícula 38808, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Mão Santa, a partir de 29 de novembro de 2006.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por Jorge Macedo



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2381 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017805/06-6,

RESOLVE dispensar o servidor LUIS FERNANDO PIRES MACHADO, matrícula 51606, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 29 de novembro de 2006.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por Jorge Macedo



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2382 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 017870/06-2,

RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO SOARES DA SILVA, matrícula 28529, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 30 de novembro de 2006.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por Jorge Macedo



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2383, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e pelo Ato nº 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 017904/06-4

RESOLVE

Art. 1.º - Fica designado o servidor RODRIGO JORGE CALDAS PEREIRA, matrícula 38924, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para substituir o Assessor de Gestão da Secretaria Especial de Comunicação Social, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2.º - Revoga-se o Ato do Diretor-Geral nº 1303, de 2006.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2384 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017904/06-4,

RESOLVE

Art. 1.º - Fica designada a servidora JAQUELINE SILVEIRA, matrícula 29388, Ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 3 – Especialidade de Administração, e na sua ausência, a servidora ELOÍSA AMARAL DE V. MONTEIRO, matrícula 37737, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Chefe de Gabinete Administrativo da Secretaria Especial de Comunicação Social, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais,

Art. 2.º - Revoga-se o Ato do Diretor-Geral nº 1304, de 2006.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2385 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018021/06-9,

RESOLVE designar a servidora MÁRCIA FALCONI DE CARVALHO, matrícula 30846, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Patrimônio, a partir de 01 de dezembro de 2006.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2386 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017836/06-9,

RESOLVE designar o servidor POSSIDONIO APARECIDO GOMES, matrícula 27940, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 29 de novembro de 2006.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2387 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **RENATA CARLA DE CASTRO COSTA**, matrícula n.º 181861, de Secretário Parlamentar para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 30 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

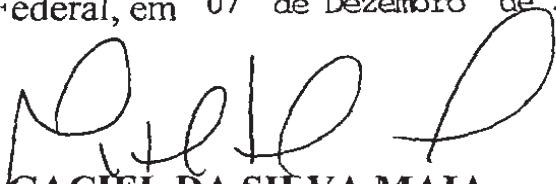
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2388 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA CELESTE SIQUEIRA PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 07 de Dezembro de 2006

Elaborado por: Irene



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia sete do mês de dezembro de dois mil e seis, quinta-feira, às dez horas, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 14, de 2006**, aposto ao PLS 85/01 (PL 7.049/02, na Câmara dos Deputados), que “*Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera as Leis 10168, de 29 de dezembro de 2000, e 9478, de 6 de agosto de 1997; e o Decreto-Lei 719, de 31 de julho de 1969, e dá outras providências*”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2006.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia sete do mês de dezembro de dois mil e seis, quinta-feira, às dez horas e trinta minutos, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 15, de 2006**, aposto ao PLV 9/2006 (MPV 280/06, na origem), que “*Altera a Legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004*”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2006.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

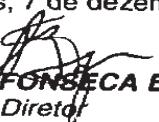
**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia sete do mês de dezembro de dois mil e seis, quinta-feira, às onze horas, no plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 16 de 2006**, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2003 (nº 4.644/2004, na Câmara dos Deputados), que “Altera os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira” sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de quorum**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10176), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2006.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia sete do mês de dezembro de dois mil e seis, quinta-feira, às onze horas e trinta minutos, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 17, de 2006**, aposto ao PLV 18/2006 (MPV 288/06, na origem), que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei 2284, de 10 de março de 1986, e das Leis 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.669, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a MPV 2194-6, de 23 de agosto de 2001”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de quorum**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2006.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Valter Pereira **

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995 4^a Eleição Geral: 13.03.2003
 2^a Eleição Geral: 30.06.1999 5^a Eleição Geral: 23.11.2005
 3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Gilvam Borges ⁸	AP	1712	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁶		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.12.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Eleito na Sessão do SF de 5.9.2006, indicado por meio do OF. GLPMDB nº 318/2006, e Ofício nº 269/2006, em vaga cedida pelo PMDB.

⁵ Eleito na Sessão do SF de 5.9.2006, indicado por meio do Of. GLPMDB nº 319/2006.

⁶ O Senador Geovani Borges deixou o exercício do cargo em virtude da reassunção do titular em 25.11.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

⁸ Eleito na Sessão do SF de 30.11.2006, indicado por meio do Ofício GLPMDB n.º 411/2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL- GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Álvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando ³ (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 29-11-2006

Notas:

¹ Vaga do Senador Ramez Tebet, falecido em 17-11-2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 186/2005, da indicação do Senador Amir Lando e do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em **28.04.2005**

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT)¹¹ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN ¹ (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE ¹ (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO ² (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA ¹ (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA ¹ (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO ⁴ (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON ¹ (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL ¹ (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁵⁻¹⁰ (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA ¹ (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI ¹ (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO ¹² (PT/MT)
EDUARDO SUPLICY ¹ (PT/SP)	2. (Vago)

PDT

(Vago)	1. (Vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	

1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA ³ (PT/PR)	1. MANINHA ³ (PSOL/DF)
MAURO PASSOS ³ (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN ³ (PT/RS)

PMDB

OSMAR SERRAGLIO ³ (PMDB/PR)	1. (Vago)
--	-----------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA ³ (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO ⁶ (PDT/SP)
--------------------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER ³ (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES ³ (PSDB/RJ)
---------------------------------------	--

PP

LEODEGAR TISCOSKI ³ (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO ³ (PP/SP)
--	--

PTB

FERNANDO GONÇALVES ⁷ (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ ³ (PTB/SP)
--	--

PL

OLIVEIRA FILHO ⁸ (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA ⁹ (PL/RS)
-------------------------------------	--------------------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO ³ (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO ³ (PPS/SP)
-------------------------------------	---

(Atualizada em 28.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercous

¹ Leitura das indicações das Lideranças feita no Plenário do SF na sessão de 28.3.2005

² Substituiu o Senador Rodolpho Tourinho, de acordo com OF. nº 030/05-GLPFL, de 30.3.2005

³ Ofício SGM/P 468/05, de 22.4.2005, com indicações da Câmara dos Deputados e comunicado ao Plenário do SF na sessão de 25.4.2005

⁴ Substituiu o Senador Leonel Pavan, de acordo com OF nº 040/2005, de 28.4.2005

⁵ Substituiu o Senador Ramez Tebet, de acordo com o OF/GLPMDB nº 392/2006, de 08.11.2006

⁶ Indicado de acordo com Ofício nº 0326-L-PFL/05, de 7.6.2005, comunicado ao Plenário do SF na sessão de 7.6.2005

⁷ Indicado de acordo com Ofício nº 843/2005, de 21.9.2005

⁸ Indicado de acordo com Of. nº 178/06-LPL, de 9.3.2006, em substituição ao Deputado Federal Wellington Fagundes. Leitura feita no Plenário do SF em 14.3.2006.

⁹ Indicado de acordo com Of. nº 178/06-LPL, de 9.3.2006, em substituição ao Deputado Federal Oliveira Filho. Leitura feita no Plenário do SF em 14.3.2006.

¹⁰ Passou integrar a bancada do PMDB de acordo com comunicado de 13.3.2006, publicado no DSF em 14.3.2006.

¹¹ Foi eleito Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional em sua reunião de 29.3.2006.

¹² Indicada de acordo com Ofício nº 44/2006, de 23.10.2006.

¹³ Indicado de acordo com o OF/GAB/I/ nº 858/2006, de 28.11.2006, lido no Plenário do SF na sessão de 28.11.2006.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.12.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 262 PÁGINAS